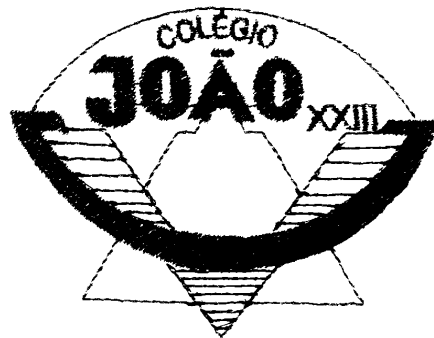


COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

IRATI

2014

SUMÁRIO atualizar Marili

I.	APRESENTAÇÃO	04
II.	INTRODUÇÃO	05
	2.1. Identificação da Escola	07
	2.2. Aspectos Históricos	08
	2.3. Organização do Espaço Físico	18
	2.4. Oferta de Cursos	19
	2.5. Regime Escolar	19
	2.6. Forma de Matrícula	19
	2.7. Avaliação Institucional	20
	2.8. Processo de avaliação, classificação e promoção	20
	2.9. Critério de Organização de Turmas	21
	2.10. Currículo	21
	2.11. Matrizes Curriculares	22
	2.12. Calendário Escolar	26
III.	OBJETIVOS GERAIS	27
IV.	MARCO SITUACIONAL	29
V.	MARCO CONCEITUAL	32
VI.	MARCO OPERACIONAL.....	40
	PLANO DE AÇÃO DA DIREÇÃO-DIREÇÃO AUXILIAR	65
	PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA.....	73
VII.	PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES.....	77
	Arte.....	78
	Biologia.....	91
	Ciências.....	99
	Educação Física.....	105
	Ensino Religioso.....	113
	Filosofia.....	117
	Física.....	129

Geografia.....	134
História.....	141
Português.....	148
Matemática.....	168
Química.....	174
Inglês.....	178
CELEM - Espanhol.....	189
Sociologia.....	199
Sala de Recursos.....	203
PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM.....	208

I. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político- Pedagógico do Colégio Estadual João XXIII, documento norteador das ações da escola, foi elaborado coletivamente por todos os segmentos escolares: direção, equipe pedagógica, professores, funcionários, alunos, pais e órgãos colegiados (APMF, Conselho Escolar e Grêmios Estudantis), atendendo aos princípios da gestão democrática.

O presente documento é amparado pelas legislações vigentes e fundamentado à luz dos princípios conceituais e diretrizes da Secretaria de Estado da Educação do Paraná . Tem o intuito de garantir o bom desempenho da comunidade escolar e principalmente resgatar a função social da escola pública.

Além da transmissão dos conhecimentos acumulados historicamente na humanidade, pretende-se vivenciar valores apresentados pela comunidade escolar e inserir outros considerados necessários para que o ser humano possa viver e conviver bem, consigo mesmo e com os demais seres.

O coletivo do Colégio Estadual João XXIII visa potencializar a formação de alunos enquanto cidadãos plenos e conscientes capazes de transformar a sociedade e o mundo com atitudes e ações, as quais lhes foram inculcadas em nossas escolas através do seu papel socializador.

II. INTRODUÇÃO

O presente projeto representa a identidade do Colégio Estadual João XXIII e foi elaborado fundamentando-se nas Diretrizes Curriculares Estaduais e na LDB 9394/96, alicerçado nos pressupostos da Tendência Histórico Crítica, tendo como princípio a prática social, compromissada em solucionar os desafios da educação e do ensino de nosso Colégio, propiciando situações e novas formas de pensar o fazer pedagógico dentro do contexto de luta favorável e/ou desfavorável da própria Escola.

A Tendência Pedagógica Progressista - Crítico Social dos Conteúdos ou Histórico- Crítica tem como papel da Escola a difusão dos conteúdos. Conteúdos estes culturais, universais que são incorporados pela humanidade frente à realidade social, cujos métodos partem de uma relação direta da experiência do aluno, sendo confrontada com o saber sistematizado, tendo o aluno o papel de participante e o professor como mediador do processo entre o saber e o aluno. A aprendizagem baseia-se nas estruturas cognitivas já estruturadas nos educandos, atribuindo a instrução e ao ensino o papel de proporcionar aos alunos o domínio de conteúdos científicos, de modo a formarem uma consciência crítica face às realidades sociais e capacitando-os a assumir a condição de agente ativo de transformação de si e da sociedade onde está inserido.

Para tanto, temos como Referencial Teórico, os pressupostos sócio- históricos ou sócio interacionistas de Vygotsky que apontam para uma aprendizagem de forma construtivista. Vygotsky afirma que o ser humano constitui-se como tal, na sua relação social com o outro. As funções psicológicas superiores são construídas ao longo da história social do homem, mediadas pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente, criando as formas de ação que o distinguem de outros animais. Percebe-se o respeito e a valorização pelo meio social a que o indivíduo pertence e a contribuição desta para o seu desenvolvimento. A implicação dessa concepção para o “ensino escolar”, é imediata. Se o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, então a escola tem um papel essencial que é conhecer o nível de desenvolvimento dos alunos.

Para o educando, o aprendizado escolar é o elemento central para o seu desenvolvimento e o processo de ensino-aprendizagem na escola deve ser construído, tomando como ponto de partida o nível de desenvolvimento real do aluno, com relação a um determinado conteúdo a ser desenvolvido, os objetivos estabelecidos pela escola, adequados à faixa etária e ao nível de conhecimento e habilidades de cada grupo de alunos.

Nas relações entre desenvolvimento e aprendizado, o papel da intervenção pedagógica é muito importante, pois a interferência de outros indivíduos na aprendizagem é a mais transformadora.

Essa concepção teórica coloca o papel do professor em função de destaque, com sua importante tarefa de mediar uma articulação significativa entre conceitos espontâneos e conceitos científicos de tal forma que o conceito espontâneo abra caminhos aos conceitos científicos promovendo a evolução no educando de novas e mais elaboradas formas de compreensão da realidade.

Portanto, o professor tem o papel explícito de interferir na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, provocando avanços que não ocorreram espontaneamente, pois o bom ensino, segundo Vygotsky, é aquele que se adianta ao desenvolvimento.

Em virtude de pertencermos a uma sociedade que por décadas apostou só no intelecto, é imprescindível valorizar o aspecto emocional dos nossos alunos, fator essencial para o desenvolvimento da inteligência dos indivíduos. A incapacidade de lidar com as próprias emoções, pode destruir vidas e impedir que se tenha sucesso. Os alunos precisam de estímulos para trabalhar em equipes, salientando a importância da contribuição de todos, o espírito de companheirismo, o bom relacionamento para que, cada um, possa perceber emocionalmente a si mesmo e aos outros.

Paulo Freire, um dos expoentes da Tendência Progressista Libertadora, evidencia que as atividades escolares nesta tendência pedagógica estão centradas em temas sociais e políticos onde professores e alunos analisam problemas e realidades do meio sócio- econômico e cultural da comunidade local, com seus recursos e necessidades, tendo em vista a ação coletiva frente a esses problemas e realidades vividas. O processo educativo acontece nos grupos sociais. Nessa ação conjunta, professores e alunos atingindo um nível de consciência dessa realidade vão em busca de soluções, e da transformação social tão almejada.

Conhecer o que o aluno já sabe deve ser considerado a base para a estruturação cognitiva. A experiência representa o fazer e o seu resultado ao mesmo tempo. Se as tarefas escolares não produzirem uma interação cognitiva com o sujeito serão atos mecânicos. Refletir sobre a experiência é explicitar o processo realizado.

As proposições Vygotskianas, explicitadas por Oliveira (1992-2000), indicam que a aprendizagem é compreendida como resultante da interação entre os processos externos e internos da cognição. O sujeito constitui- se por interação, por relação, por mediação.

Nas relações interpessoais, a sala de aula, como ambiente de aprendizagem, caracteriza- se como movimento, como práxis em que a produção de professores e alunos direciona- se para a mesma finalidade. Segundo os professores, na prática pedagógica, "professor e alunos transformam- se" e transformam o conhecimento em aprendizagem.

Como estratégias de aprendizagem, a realização de conversas entre o professor e entre os alunos parece ser uma das possibilidades para se descobrir como os alunos aprendem.

2.1. Identificação da Escola

O Colégio Estadual João XXIII – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situa- se à Rua Santa Catarina, nº 260 – Vila São João – Irati – PR – CEP 84500-000.

- Ato de autorização do Colégio Estadual João XXIII: Decreto 1644/76 DOE de 24/02/76.
- Ato de reconhecimento do Colégio Estadual João XXIII: Resolução 2453/89 DOE de 25/09/89.
- Parecer do NRE de aprovação do Regimento Escolar: Parecer nº 207/2007 de 31/12/2007.
- Distância do Colégio do NRE = 6 quilômetros.

FILOSOFIA DA ESCOLA:

O Colégio Estadual João XXIII - Ensino Fundamental , Médio e Profissional, tem como princípios filosóficos e educacionais a formação integral do ser humano, preocupando- se com todas as suas dimensões: biopsicosocial e cultural, tornando- o consciente do seu papel de homem transformador, crítico, participativo, capaz de descobrir e assumir a responsabilidade de elemento de mudança na sociedade e no mundo.

LEMA:

“Caminhar juntos com responsabilidade e otimismo”.

MISSÃO:

Propiciar ao educando formação de qualidade para permitir que ele se desenvolva integralmente em todos os aspectos e estabelecer um ambiente positivo no qual os alunos possam alcançar o sucesso e os profissionais a realização plena no seu trabalho.

2.2. Aspectos Históricos:

Patrono do Colégio João XXIII

Ângelo Giuseppe Roncalli (1881-1963), nasceu na aldeia de Solto Il Monte, em Bérgamo, na Itália, em 25 de novembro de 1881, descendente de uma família de agricultores. Foi ordenado sacerdote em 1904, doutorando-se em Teologia pelo Seminário Pontifício de Roma. Foi sucessivamente, secretário do bispo de Bérgamo, professor do Seminário, capelão e primeiro sargento do exército, na guerra de 1914. Em 1921, chamou-o a Roma para trabalhar na Congregação da Propaganda. Em 1925 entrou para o serviço diplomático da Igreja. Foi representante do Papa, na Bulgária, legado apostólico, na Turquia e Núncio Apostólico da França (1944). Este cargo desempenhou por oito anos, ao fim dos quais, foi proclamado Cardeal (1953), e, logo depois Arcebispo e Patriarca de Veneza. Após demorada eleição foi escolhido para Sumo Pontífice da Igreja Católica, sucessor de Pio XII em outubro de 1958, aos 77 anos de idade. Tomou o nome de “João XXIII”, mesmo nome cristão do antipapa, Baldassare Cossa.

“João XXIII”, revelou-se logo homem da história, dando início a uma radical mudança das diretrizes católicas, surpreendendo a todos com suas oportunidades e magistrais encíclicas, nas quais ele procurava promover a modernização. Em 1959, publicava sua primeira encíclica, “AN PETRI CATHEDRAM”, Na sequência publicou: “MATER ET MAGISTRA” (1961, sobre questões sociais; “AETERNA DEI SAPIENTIA” (1961) sobre a unidade dos cristãos; “PACEM IN TERRIS” (1963), sobre os imperativos da justiça, caridade e liberdade para alcançar a paz mundial. “João XXIII” reconheceu e procurou dar solução aos dois maiores problemas do século: “o do conflito entre capitalismo e proletariado e o da eminência de uma nova conflagração universal”.

A sua simplicidade, humildade, bondade e sua simpatia, tornaram-no respeitado por todos os homens sem distinção de credo religioso ou político.

Em 1963, recebeu o prêmio “BALZAN DA PAZ”, oferecido pelo Presidente da República da Itália. João XXIII faleceu em 03 junho de 1963 .

“A insegurança do presente e a inquietação com relação ao futuro não devem paralisar em vocês a coragem e o entusiasmo”.

(João XXIII)

Histórico do Colégio Estadual João XXIII

O Colégio Estadual João XXIII, situado à rua Santa Catarina, 260, - Vila São João - Irati - PR, telefone: (42)3422-3542, sendo mantido pelo Governo do Estado do Paraná, foi inaugurado em 27 de junho de 1965, através do Decreto 7378, o Grupo Escolar João XXIII, substituiu a antiga Escola Isolada da Vila São João. O prédio foi construído num terreno que media 40 m², proveniente de doação da Mitra (diocese de Ponta Grossa).

O Governo do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhes são conferidas no artº 49, item XVI, da Constituição Estadual e sob proposta da Secretaria da Educação e Cultura, decreta:

Art.º 1º - Fica elevada à categoria de Grupo a Casa Escolar "João XXIII", no Município de Irati (PR).

Art.º 2º - Nos termos do art. 3º do Decreto nº 7857, de 29 de março de 1962, fica alterado o anexo II, do referido decreto, com inclusão da função gratificada de Diretor Simbólico 7.F.

A obra para construção do prédio teve início no Governo do Sr. Ney Braga e seu término no Governo Paulo Pimentel, com muito empenho e trabalho do Professor José Maria Orreda, Inspetor Regional de Ensino, na época.

No ato inaugural estiveram presentes autoridades municipais e estaduais, destacando algumas delas: Dr. Ildefonso Zanetti, Prefeito Municipal, Dr. Lourival Luiz Fornazari, Presidente da Câmara; Dr. Lauro Rego Barros, Secretário da Educação, Professor José Maria Orreda, Inspetor Regional de Ensino; Professora Doracy Castagnoli, Inspetora de Ensino Primário; Professora Antonina F. Panka, Inspetora Auxiliar de Ensino; Deputado João Mansur e o Governador em exercício Sr. Paulo Pimentel.

No ano de 1966 o Colégio passou a chamar-se Grupo Escolar "João XXIII".

Na época o prédio ainda não tinha água encanada. Para fazer a limpeza, as serventes buscavam água no rio e para o preparo da merenda, contavam com a gentileza dos vizinhos.

"A vacinação, na época era considerada uma doença e não o remédio para prevenir a doença. As mães invadiam as salas de aula, retirando seus filhos da escola para que não tomassem a vacina, exaltadas ameaçavam bater nas professoras, porque elas repreendiam seus filhos. As crianças eram recolhidas na cozinha, durante o inverno, servindo uma bebida quente, e ao mesmo tempo massageando as mãos e pés destas crianças, devido ao frio muito intenso. Estas tarefas eram realizadas pela merendeira Dona Dida. Na época não tinha professora auxiliar, Dona Dida, substituía as professoras, quando estas faltavam, e, com suas histórias, formava e informava àquelas crianças. Com sua linguagem simples transmitia a elas a sua lição de vida."

A Escola já estava ficando pequena. Foi conseguido com o prefeito da época, ano de 1968, Dr. Ildefonso Zanetti a construção de mais duas salas de aula.

Nessa época, o prédio possuía quatro salas de aula medindo 6m x 8m, uma cantina, dois pátios para recreio, um jardim, um pavilhão, uma sala para gabinete da diretoria, uma sala para aula de Educação Física e Religião. O número de alunos matriculados em 1966 era de 222, distribuídos em classes que variavam entre 20 e 40 alunos, 14 era o número de professores, sendo 01 professora para educação física, 02 auxiliares e 02 merendeiras. Em 1986 foi criada uma classe de 5ª série. O antigo prédio do Colégio João XXIII, situado na Rua Amazonas, s/n, Vila São João, no ano de 1998 passou por reformas e no local

atualmente funciona a Escola Municipal Rosalina Cordeiro de Araújo - Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A primeira da Diretora do Colégio João XXIII foi Clari Gomes Pedro, de 1966 a 1967. Na sequência vieram:

2ª Diretora Diva Gaspar Teixeira - Março de 1967;

3ª Diretora Maria Osinski Ferreira - Março de 1968;

4ª Diretora Elizabeth Krinski Beraldo - Maio de 1981;

5ª Diretora Marlene de Fátima Henrique e Vice Cleidi Aparecida Ribeiro - Fevereiro de 1988;

6ª Diretora Irene de Souza e Vice Eva Ferreira Harptranf - Janeiro de 1992;

7ª Diretora Maria Zenilda Chmulek e Vice Raul Adão Luitz - Janeiro de 1993;

8ª Diretora Rita de Cássia Ludvig Gadens e Vice Lúcia de Fátima da Luz - Julho de 1993;

9ª Diretora Lúcia de Fátima da Luz e Vice Tereza Belo Felício - Janeiro de 1997;

10º Diretor Edemilson Krupek Bonko e Vice Marili das Graças Vieira Teixeira - Janeiro de 1998.

11º Diretor José Aguinaldo Rodrigues e Vice José Aírto Fogaça – Janeiro de 2001.

12º Diretor Edemilson Krupek Bonko e Vice Marili das Graças Vieira Teixeira. – Janeiro de 2002 - com mandato de três anos, sendo que em 2004 quem assumiu a vice direção foi Isaías Maneira.

13º Diretor Edemilson Krupek Bonko e vice Isaías Maneira – janeiro de 2005.

14º Diretor Isaías Maneira e Vice José Aírto Fogaça. - Janeiro de 2006, sendo re- eleitos em novembro de 2008. Em junho de 2009, assume a Direção Auxiliar a Professora Pedagoga Gisele Simone Kovalski Primom e em fevereiro de 2010, a Pedagoga Ivone Lipovieski da Silva. Em agosto de 2010 o Professor José Aírto Fogaça volta a Direção Auxiliar, após retornar do PDE. Isaías Maneira e José Aírto Fogaça permaneceram na direção até dezembro de 2011.

15º Diretor Ernani Pedro de Ramos e Direção Auxiliar Sandra Bernaski, que assumiram a direção em janeiro de 2012.

Na direção de Elizabeth Krinski Beraldo foi conquistada a implantação da 5ª a 8ª séries, pois, até então, era oferecido o ensino de 1ª a 4ª séries.

Para a implantação do ensino de 5ª a 8ª séries, a Sra. Lenita Ruva, Chefe do N.R.E. e a professora Edite Andreassa Grochoski, tiveram papel fundamental para a efetivação do propósito.

A maior dificuldade encontrada foi o espaço físico precário e com poucas salas de aula. Para solucionar este problema, foi necessário tomar emprestadas salas do Posto de Saúde e também da Igreja, além disso, faltavam livros didáticos na biblioteca da escola.

Superadas as dificuldades, tornou-se realidade o sonho daquelas pessoas que com a Resolução nº 5.337/85, de 04/12/85, no seu artigo 1º, descreve: “Fica autorizado, com implantação gradativa, o funcionamento de 5ª a 8ª séries do Ensino de 1º Grau, Município de Irati, mantido pelo Governo do Estado do Paraná.

PARÁGRAFO ÚNICO - A implantação a que se refere este artigo, será por série, iniciando em 1986, com 5ª série A, e as demais séries nos anos subsequentes”.


Cumprindo os dispostos legais do Conselho Estadual de Educação, conforme parecer nº 144/89 de 09/05/89, vimos nosso projeto de implantação do 1º Grau realizado.

A partir de 1986 a Escola João XXIII, passou a chamar- se Escola João XXIII - Ensino de 1º Grau. Durante a gestão de Marlene de Fátima Henrique, foi requerido o reconhecimento do Curso completo de 1º Grau, na data de 15 de junho de 1989, o qual foi oficializado com a Resolução nº 2453/89 de 06 de setembro de 1989.

Em 1992, sob a direção de Irene de Souza, a Escola João XXIII passou por muitas dificuldades, pois a APM e a comunidade praticamente mantinham a Escola com material e merenda escolar. Mesmo assim, algum progresso foi alcançado. Foi implantada a Clínica Odontológica que hoje está funcionando nas dependências do Posto de Saúde da Vila São João.

Com muita luta da comunidade, APM e Direção da Escola João XXIII, foi conseguido um terreno, que na época era um campo de futebol do time do Sanhaço Futebol Clube, o qual foi trocado por outro e então iniciou- e a construção da nova escola em meados de junho, ficando a construção para a próxima gestão, dando início também a um movimento para futura implantação de cursos de 2º Grau. Também no mesmo ano foi implantado o Conselho Escolar.

No mês de julho de 1993, sob a Direção de Rita de Cássia Ludvig Gadens e Vice Lúcia de Fátima da Luz, foi realizado uma série de eventos na Escola João XXIII, em agosto teve a 1ª Feira de Ciências, em outubro, a Semana do Dia da Criança e comemoração do Dia do Professor.

Em 1994, sob a mesma direção, na semana pedagógica, discutiram- se as necessidades da escola. Foi elaborado o Projeto Político Pedagógico e as normas da instituição contendo os direitos e deveres dos professores e alunos. Neste ano foi feito um concurso de logotipo para a Escola, onde o vencedor foi o seguinte desenho:  de autoria do aluno Gerson Freitas. Segundo o aluno, o desenho das pirâmides, tem relação com o conhecimento, e com as Pirâmides do Egito, que foi um grande conhecimento arquitetônico utilizado para sua época. Esse logotipo passou a ser utilizado em documentos escolares e também no uniforme escolar.

Também, em 1994, solicitou- se também a implantação do Curso de Enfermagem.

No ano de 1995, sob a Direção da Rita de Cássia Ludvig Gadens, iniciou o curso de Auxiliar de Enfermagem sob Resolução 3084/97, do Diário Oficial de 30/09/97.

O curso formou duas turmas, uma em 1997 e outra em 1998. A extinção do curso foi feita através da Secretaria de Estado da Educação, em função da implantação do Ensino Médio em nível nacional.

Ainda em 1996, sob a Direção da Rita de C. L. Gadens, a Escola João XXIII, foi renomeada, passando a chamar- se: Colégio Estadual João XXIII - Ensino de 1º e 2º Graus, sob Resolução nº 3859/97 e em Diário Oficial de 09/01/98, para Educação Geral - Preparação Universal e Resolução nº 3084/97 e em Diário Oficial de 30/09/97, para o Curso de Auxiliar de Enfermagem.

Em 1997 sob a Direção de Lúcia de Fátima da Luz, tudo transcorreu normalmente, quanto as atividades escolares e recreativas.

Neste mesmo ano foi implantado o Grêmio Estudantil Juventude, mais tarde denominado Grêmio Estudantil Manoel Cruz do Nascimento, entidade esta, que luta pelos direitos dos alunos, reunindo- se mensalmente para discussão e realização de atividades em prol dos educandos.

O novo prédio foi inaugurado em 26 de julho de 1996, pelo Governo do Estado do Paraná. Foi um grande passo na Educação de nossas crianças. O mesmo foi construído numa área de 10.000 m², com 2.105,43 m² de área construída, dividida em três blocos:

- no bloco 1 : 01 sala da direção, 01 sala para secretaria, 01 sala para professores, 01 sala para biblioteca, 01 sala para informatização de dados dos alunos e materiais didático- pedagógicos, 01 sala de almoxarifado e 02 banheiros;

- no bloco 2 : 01 laboratório de Informática, 01 laboratório de Enfermagem, 01 sala de vídeo, 03 salas de aula e 02 banheiros, sendo um adaptado para alunos portadores de necessidades especiais.

- no bloco 3 : 08 salas de aula, 02 banheiros grandes, 01 pavilhão, 01 sala para material esportivo, 01 sala para o Grêmio, 01 sala para a Equipe Pedagógica, 01 cozinha, 02 salas para merenda escolar.

O Colégio está situado na Rua Santa Catarina, número 260, Vila São João, CEP 84.500-000, em Irati - PR.

Em 1998, sob a Direção do Senhor Edemilson Krupek Bonko e da Vice-diretora Marili das Graças Vieira Teixeira, iniciaram-se as atividades tendo como prioridade o processo de ampliação das dependências do Colégio. Duas salas de uso múltiplo foram construídas em um dos blocos, medindo cada uma 73,5 m², perfazendo um total de 166,95m².

Ainda neste mesmo ano, foi criado o Laboratório de Informática (adaptação de uma das salas de aula), onde foram instalados 03 (três) microcomputadores, pelo programa PROEM-PROINFO.

Posteriormente, houve a implantação gradativa do Ensino Médio e novamente mudança no nome do Colégio para: Colégio Estadual João XXIII - Ensino Fundamental e Médio, sob Resolução Secretarial nº 3120/98 em Diário Oficial de 11/09/98. Ficando assim: Ensino Fundamental (antigo 1º Grau - 5ª a 8ª séries) e Ensino Médio (antigo 2º Grau - Educação Geral).

Em 1998, foi formado um grupo de alunos (Grupo GAIA), que se preocupava-se com questões ambientais, participando de eventos do gênero com apresentações teatrais, ecogincanas e Fóruns do Meio Ambiente (tendo representado a região de Irati nas cidades de Tibagi e Curitiba). No ano 2000, tomou-se à iniciativa de transformá-lo em uma Organização Não Governamental (ONG), com estatuto próprio, registrado em cartório com o nome de: "ORGANIZAÇÃO JUVENTUDE GAIA", visando a melhoria da qualidade de vida por meio de uma visão holística para o desenvolvimento sustentável, coordenado pela Professora Silvana Aparecida Kszan. O grupo teve seu encerramento em dezembro de 2004.

Em 1999, foi feita uma experiência nas salas de aula com as "salas- ambiente", onde os alunos é que mudavam de salas. Reformou-se a cancha de areia. Construiu-se um muro na quadra com ajuda dos membros da APM.

Diante da preocupação com questões sociais, entre as quais destacam-se o uso abusivo de drogas e a gravidez precoce, formou-se o grupo de teatro "METAMORFOSE", coordenado pela Pedagoga Inês Pedrozo Brandalise. Os alunos inseridos no grupo, constituíam-se em agentes de transformação através da expressão corporal, foram capacitados pelo ex- integrante do Grupo de Teatro "Ir a Ti", Nelson Susko, em parceria com a UNICENTRO e tiveram participação ativa em eventos de Protagonismo Juvenil, coordenados pela SEED e ocorridos no Faxinal do Céu. O grupo foi ativado em 1999 e teve seu encerramento em dezembro de 2002.

No início do ano de 2000, ocorreram danos na estrutura do colégio com uma precipitação de granizo em janeiro, que trouxe prejuízo com a destruição de mais de 250 telhas e vidros quebrados por todo o prédio. Foram feitos alguns reparos de emergência (efetuados pelo funcionário Carlos, in memoriam) para

que não houvesse agravamento da situação devido às chuvas que sucederam o ocorrido, até que o DECON solucionasse o problema por definitivo fazendo a substituição das mesmas.

Aconteceu um festival de músicas para alunos e comunidade, homenageando os amigos e colaboradores do Colégio. As festas tradicionais passaram a ter apresentações artísticas, com gincana entre os três turnos, aflorando a criatividade dos alunos. Promoveu-se a união e a descontração por meio do futebol entre professores, funcionários e alunos durante os sábados. Na participação do projeto Gestão Compartilhada, no ano de 1999, o colégio obteve a classificação de 3º lugar no Núcleo Regional de Irati.

Implantou-se a construção de gráficos estatísticos para detectar as deficiências do Colégio e foram promovidas reuniões quinzenais entre professores e alunos.

A APM construiu um muro de contenção protegendo o alicerce do Colégio e reformou parte das cercas.

Em 2001, passaram a exercer a função de diretor, o Sr. José Agnaldo Rodrigues, tendo como Vice José Airto Fogaça.

A partir de 2002, assumiu a direção o professor Edemilson Krupek Bonko e Vice Marili das Graças Vieira Teixeira. Eram atendidas 17 turmas, sendo: 02 turmas de 8ª série do Ensino Fundamental, 02 turmas de 1ª série do Ensino Médio, 02 turmas de 2ª série do Ensino Médio e 01 turma de 3ª série do Ensino Médio, no período da manhã, totalizando 215 alunos; 03 5ª séries, 02 6ª séries e 02 7ª séries do Ensino Fundamental, no período da tarde, totalizando 229 alunos; 01 1ª série e 01 2ª série e 01 3ª série do Ensino Médio, no período da noite, num total de 101 alunos. Total de alunos do Colégio João XXIII no ano de 2002 era de 545.

Entre 2004 a 2005, a escola teve como Diretor Edemilson Krupek Bonko, ficando na Direção Auxiliar o professor Isaías Maneira. Nesta administração foram realizadas algumas benfeitorias no Colégio como: construção do laboratório de Química, Física e Biologia medindo 97m² padrão FUNDEPAR, construção de 520m² de muro pela APMF, construção da cancha de areia pela APMF, instalação de 6 (seis) ventiladores com dinheiro do PDDE, reforma de 100 metros corridos do alambrado da frente do colégio através do DECON, construção de uma moradia medindo 56m² padrão FUNDEPAR com convênio COAPAR. Também um grupo de alunos, e ex-alunos foram premiados com destaque no 1º FERA (Festival de Arte da Rede Estudantil) realizado em Ponta Grossa com a peça teatral: "Um assalto quase perfeito".

Foi solicitado a abertura do Curso Técnico em Enfermagem, tendo o parecer favorável da Secretaria Estadual de Educação, o qual teve início em fevereiro de 2005 através da autorização de funcionamento pela Resolução Nº 1074/06 de 28/03/2006.

No final de 2005, foi realizada a eleição para Diretores, a qual teve como candidato o professor Isaías Maneira, e que no início de 2006, devido ao crescimento do número de alunos, escolheu como diretor-auxiliar o professor José Airto Fogaça.

A partir de 2006 o Colégio Estadual João XXIII – Ensino Fundamental e Médio passou a denominar-se Colégio Estadual João XXIII – Ensino Fundamental, Médio e Profissional através da Resolução Nº 1074/06 de 28/03/2006, Parecer Nº 0138/2006 – Departamento de Educação Profissional.

Nesse ano formou-se um novo grupo de teatro coordenado pela Pedagoga Marili das Graças Vieira Teixeira e pela professora de Educação Física Kátia Osinski Ferreira. As oficinas de teatro eram realizadas como trabalho voluntário em horário de contra turno. Desse trabalho resultou a encenação da peça teatral:

"Pluft, o fantasminha" de Maria Clara Machado, peça que recebeu premiação de destaque no 2º FERA, realizado em Castro, e também muitos elogios quando de sua participação na Primeira Mostra de Teatro Amador de Irati, e em apresentação nas escolas da cidade.

No início de 2006, a oficina de teatro teve continuidade, sendo realizada aos sábados pela manhã, com a participação de alunos e adolescentes da comunidade, com o objetivo principal de prepará-los para participarem do 3º FERA – que realizou-se em Guarapuava de 09 a 13 de maio de 2006. O grupo apresentou a peça, de sua autoria: "Pluft, o fantasminha – parte II", como continuação da obra de Maria Clara Machado. O sucesso foi tanto, que houve a participação também do FERA em Umuarama que tinha como tema SAZONAL – teatro. Alguns alunos do grupo tiveram a oportunidade de participar do FERA em Campo Mourão neste mesmo ano.

No ano de 2007 foram desenvolvidos vários projetos:

Agenda 21 Escolar, com o tema " Saindo da Rotina", onde foram abordados os seguintes temas:

SAÚDE: *PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS, 1º SOCORROS, SIMULAÇÃO DE INCÊNDIO.*

MEIO AMBIENTE: *RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E PREVENÇÃO DO PATRIMÔNIO ESCOLAR.*

QUALIDADE DE VIDA: *ATIVIDADES FÍSICAS E PREVENÇÃO DE DEFICIÊNCIAS.*

CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA (participação do prof. Angolano Alberto Tomo Chirinda) e **EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

Semana Cultural: oficinas coordenadas pelos próprios alunos, enfatizando o tema "Cultura Afro-brasileira e africana", apresentações e oficina de ritmos de origem africana.

Patrulha Escolar Comunitária: Participação e apoio à Comunidade Escolar (Professores, Alunos e Famílias).

Projeto Evasão e Repetência: Tendo como objetivo diminuir os casos de abandono e reprovação.

Para valorizar e capacitar os agentes educacionais, foi ofertado pela SEED, a primeira turma do Curso PROFUNCIÓNÁRIO. Destaca-se o interesse dos funcionários deste estabelecimento de ensino em buscar o aperfeiçoamento através da formação continuada.

Em 2008 os alunos participaram de eventos promovidos pela SEED, Colégio e outras entidades:

- FERA (Festival de Arte da Rede Estudantil);
- Com Ciência;
- Caminhada Contra as Drogas;
- Passeio Ciclístico;
- Semana da Saúde;
- Semana do Meio Ambiente;
- Semana do Trânsito;
- Campanha da Vacinação.

Em parceria com a UNICENTRO através da Universidade Sem Fronteiras, foi desenvolvido o projeto “Pesquisa estimativa, desenvolvimento e execução de tecnologias e programas preventivos ao uso de drogas na população estudantil de instituições públicas do ensino municipal de Irati e região”.

Em conjunto com o Grêmio Estudantil foram realizadas atividades culturais, recreativas e esportivas (inter- salas, festa junina, palestra à comunidade sobre drogadição, no Pavilhão da Capela São João Batista, proporcionando melhor interação entre alunos e esta instancia colegiada.

Para inovar e garantir uma educação com mais qualidade, ainda foram desenvolvidos:

- Projeto “Momento de Alegria”.
- Conselhos de Classe de Alunos.
- Análise de filmes com professores.
- Feira Cultural: Palestras com alunos do Curso Técnico em Enfermagem, exposição de trabalhos das diversas disciplinas e apresentações natalinas.

Foi implementado o Programa Paraná Digital e TV Paulo Freire com melhorias no laboratório de Informática. Nas salas de aula foram instalados as TVs Pendrives, mais um recurso didático de acesso aos professores.

Com recursos do PDDE foram adquiridos um projetor de multimídia e uma tela, buscando uma melhor qualidade de imagem nos eventos promovidos pelo Colégio, sendo mais um recurso didático a disposição dos professores.

Neste mesmo ano, a SUDE aprovou um protocolo de solicitações de melhorias no Colégio e algumas adequações e reformas foram executadas:

- Melhoria na quadra esportiva;
- Reforma nos banheiros;
- Rampa de acesso para cadeirantes e banheiro adaptado;
- Pintura interna das salas de aula, corredores e outros ambientes;
- Melhoria na estrutura do telhado e revisão dos pontos de energia.

Com recursos do Fundo Rotativo também foi feito a Pintura Externa melhorando o aspecto físico do prédio. Foi re-elaborado o projeto de Cobertura da Quadra. Houve também, a reformulação da grade curricular do Curso Técnico em Enfermagem, onde o aluno ao concluir, o 3º semestre recebe a habilitação de Auxiliar de Enfermagem. Em julho, foi aberto mais uma turma deste curso, abrangendo mais alunos da comunidade em geral.

No final do 2º semestre houve a eleição para diretores e os candidatos Isaías Maneira e José Airto Fogaça concorreram a eleição (chapa única) com aprovação de 96% do total de votos.

Em 2009, a pedagoga Ana Roseli Valenga e o professor de Matemática Edemilson Krupek Bonko, realizaram a implementação dos seus projetos de intervenção pedagógica do PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional). A intervenção da pedagoga possibilitou discussões sobre a avaliação numa dinâmica qualitativa através de um curso de extensão universitária destinada aos docentes da instituição educativa. O professor de Matemática fez a intervenção com os discentes do Ensino Médio, respeitando o método de ensino da Tendência Pedagógica Histórico- Crítica, o qual considera a prática social com ponto de partida para a assimilação de conhecimentos, perpassando pela problematização, instrumentalização, catarse e retornando à prática social com uma visão sintética.

Em 2010, a pedagoga Inês Pedrozo Brandalise, a professora de Ciências Sirlei Maria Bacheladenski e o professor de Geografia José Aírto Fogaça, também iniciaram intervenções pedagógicas decorrentes do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)- terceira edição.

Com a intencionalidade de fortalecer as instâncias colegiadas, a pedagoga ministrou um curso de extensão universitária destinada a todos os segmentos da escola, fundamentando -se em teóricos, estatutos e legislações vigentes para as abordagens necessárias. Foram realizados estudos sobre as Teorias Gerais da Administração para facilitar a compreensão sobre a origem da administração escolar, a Gestão Democrática, embora amplamente discutida, foi retomada e abordou- se sobre a função precípua da escola, conceitos de participação e sobre cada uma das instâncias colegiadas na formação do aluno crítico e transformador.

Na disciplina de Ciências, a professora realizou intervenção juntos aos alunos da quinta série do Ensino Fundamental por meio de pequenos filmes, com ênfase em situações cotidianas, provocando- os à reflexão para construir um processo dinâmico e desafiador para que estes explorem suas capacidades. Dessa forma, levando os alunos a compreenderem o conceito de “energia”, considerado abstrato para os alunos.

Em Geografia, o professor realizou um trabalho sobre noções teóricas e práticas com mapas com a finalidade de levar os alunos a aprenderem a se orientar no espaço através dos mesmos. O trabalho foi direcionado aos alunos do Ensino Fundamental, mais especificamente os da sétima série.

O afastamento do professor de Geografia, que acumulava a função de Diretor Auxiliar, para o PDE, promoveu mudanças na Direção Auxiliar, assumindo esta função, a Professora Pedagoga Gisele Simone Kovalski Primom, no período de maio de 2009 a fevereiro de 2010 e a Professora Pedagoga Ivone Lipovieski da Silva, de fevereiro a agosto de 2010. Em agosto de 2010 o Professor José Aírto Fogaça volta a Direção Auxiliar, após retornar do PDE.

Na quarta edição do Programa de Desenvolvimento Educacional, iniciaram as atividades, a professora de Matemática Ana Maria Musiaski Correia, a professora de História Gisele Maria Albuquerque e a professora de Língua Portuguesa, Iraci Knesebeck Fogaça, que retornaram às atividades profissionais em 2011 para a aplicação de seus projetos intervencionistas. A professora de Língua Portuguesa desenvolveu o Tema: Contos Populares: histórias de ontem, de hoje e de sempre. Público-alvo: 7^{as} séries A e B. A professora de História realizou o projeto que tem como tema: O Cinema e o Ensino da África: Representações do Genocídio em Ruanda em 1994, a partir do filme Hotel Ruanda, de Terry George. Público-alvo: 8^a série B. A professora de matemática trabalhou com o projeto Resolução de Problemas: Em busca de uma matemática descontraída na escola, tendo como público-alvo: 5^a série C.

Todos os professores e funcionários participaram do NRE ITINERANTE, como mais uma forma de aperfeiçoamento profissional e de formação continuada promovida pela SEED.

Hoje, comunidade escolar do estabelecimento de ensino pode usufruir de mais um espaço para o desenvolvimento de atividades esportivas e sócio- culturais. Trata- se da quadra poliesportiva coberta, construída com recursos advindos do governo estadual.

Com a parceria do Grêmio Estudantil, são promovidos torneios e gincanas, entre salas, com a finalidade de socialização entre os alunos.

Na administração de Ernani Pedro de Ramos e Sandra Bernaski foram realizadas as seguintes benfeitorias, projetos e programas:

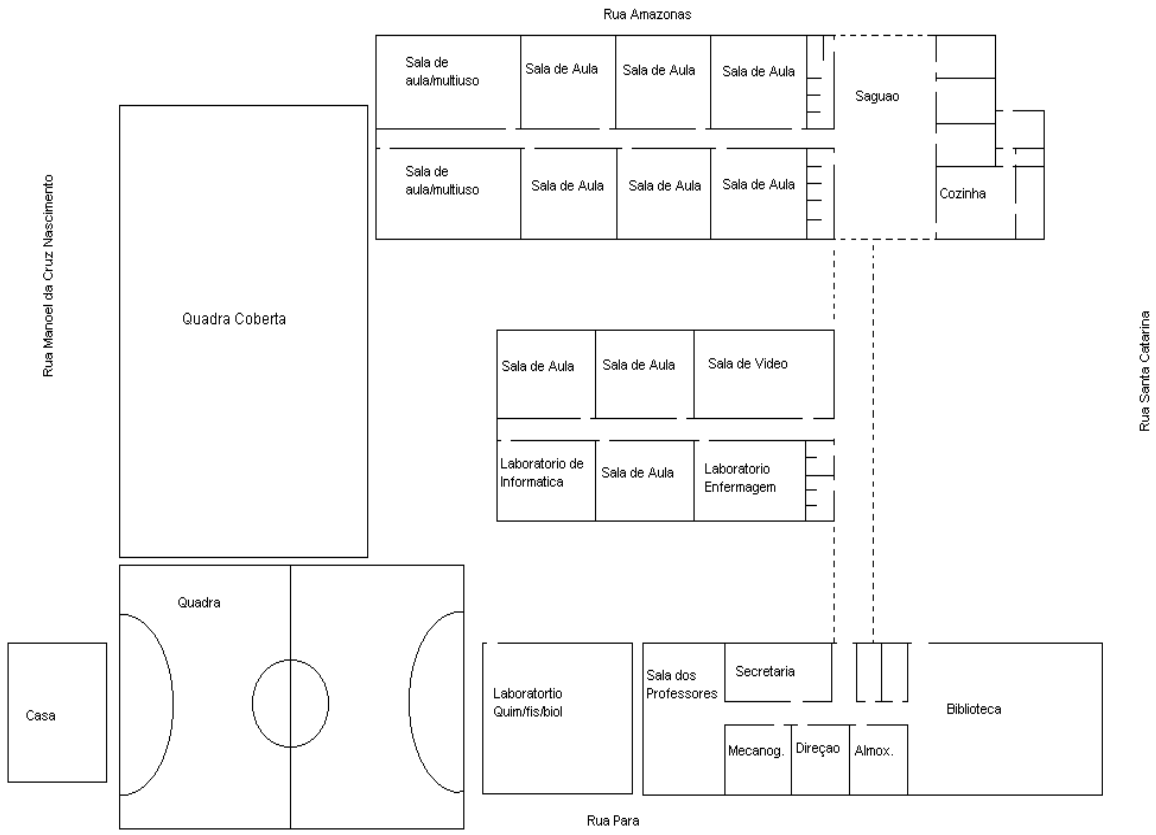
- Semana de Enfermagem;
- Exposição do Curso Técnico em Enfermagem no IFPR;
- Visitas no Colégio Florestal, UNICENTRO, Uniguaçu, e Faculdades Guairacá;
- Visitas ao IBAMA;
- Visita à Mineropar e Parque da Ciência(por alunos acompanhados por estagiários do PIBID e Coordenadora do Projeto – Geografia – Sandra Bernaski);
- Visita à cidade da Lapa, pontos históricos, coordenado pela professora de História Loriane...;
- Visita à Vila Velha – projeto o PIBID, coordenado pela professora de Geografia Sandra Bernaski;
- Festividades em homenagem aos pais e mães, pela passagem de seu dia;
- 1ª Festa da Primavera;
- Intercolegiais;
- Projetos desenvolvidos em parceria com a UNICENTRO;
- PIBID: em História, Inglês, Geografia e Matemática;
- Semana do Trânsito;
- Passeio ciclístico – participação – câncer de mama
- Implantação de Sistema de Monitoramento;
- Instalação de armários nas salas de aula;
- Intercâmbio Cultural – SESI- João XXIII;
- Homenagens aos melhores alunos, bimestral com a presença dos pais;
- Instalação da Brigada Escolar;
- Torneio e Gincanas – parceria com o Grêmio Estudantil;
- Incentivo ao ingresso na universidade, com sorteio de pagamentos de inscrições pago com fundos da APMF;
- Construção de mesa fixa de tênis de mesa;
- Construção de sala ao ar livre;
- Projeto Horta Comunitária;
- Projeto Paisagismo;
- Projeto Bonsai;
- Semana de doação de sangue e doador de órgãos;
- Festas internas: páscoa, dia da criança;
- Formaturas de Enfermagem e do Ensino Médio;
- Projeto Basquete – contra turno;
- Campeã Jogos Escolares Fase Municipal e Regional – Futebol Feminino;

No período da manhã há a Sala de Recursos Multifuncional – Tipo 1 que atende alunos do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, e que frequentam as classes regulares no período da tarde. No período da

tarde há a Sala de Recursos Multifuncional – Tipo 1 que oferece atendimento aos alunos do Ensino Fundamental – séries finais – e também alguns alunos do ensino médio, que já frequentavam a sala de recursos no ensino fundamental, de acordo com a Resolução 4197/04 de 20/12/04.

Ainda no período da manhã, há sala de apoio de português e matemática para atender os alunos do 6º, 7º e 8º ano, que apresentam dificuldades de aprendizagem, e que frequentam o ensino regular no período da tarde. Já no período da tarde, há a sala de apoio de português e matemática para os alunos que frequentam o 8º e 9º ano do ensino regular no período da manhã e que apresentam dificuldade e/ou defasagem de aprendizagem, de acordo com a Resolução 371/2008.

2.3. Organização do Espaço Físico



2.4. Oferta de cursos

Oferta de Cursos/modalidades:

- Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano - Resolução nº 5.337/85, de 04/12/85-
- Sala de Recursos – Series iniciais/Finais, Área da Deficiência Mental/Intelectual e Transtornos Funcionais Específicos de 6º ao 9º ano – Resolução 4197/04 de 20/12/04
- Sala de Apoio (6º e 9º serie – Português e Matemática) – Resolução 371/2008
- Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª serie) - Resolução Secretarial nº 3120/98 de 11/09/98-
- Ensino Profissional: Técnico em Enfermagem – Resolução 2841/10 de 30/06/2010.
- Estágio: Instrução SUED/SEED 006/2009.
- CELEM : Parecer nº 10.705.919-9.

2.5. Regime Escolar

O Colégio Estadual João XXIII, funciona em três turnos:

Matutino – das 7:30 às 11:55 horas

Vespertino – das 13:05 às 17:30 horas

Noturno – das 18:45 às 23: 00 horas.

No período da manhã é ofertado o 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, Sala de Recursos Multifuncional – Tipo 1, do 6º a 9º ano, Sala de Apoio à Aprendizagem, do 6º ano ao 8º ano, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e as três séries do Ensino Médio.

No período da tarde são ofertadas turmas de 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental, Sala de Recursos do 8º e 9º ano e também para alunos do Ensino Médio, oriundos da Sala de Recursos no Ensino Fundamental, e Sala de Apoio à Aprendizagem, do 8º e 9º ano nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

No ensino noturno são ofertadas as três séries do Ensino Médio; quatro séries de Ensino Profissionalizante – Técnico em Enfermagem.

2.6. Forma de Matrícula

Matrícula é o ato formal que vincula o educando a um Estabelecimento de Ensino autorizado, conferindo-lhe a condição de aluno.

A matrícula será requerida pelo interessado ou por seus responsáveis quando menor de 18 anos, e deferida pelo Diretor do Estabelecimento de Ensino, em conformidade com os dispositivos regimentais, no prazo máximo de 60 dias.

Material didático: o colégio utiliza livros didáticos, fornecidos pelo MEC , FNDE e também material adquirido pela APMF e com verba do PDDE (mapas, vídeos, jogos, material esportivo, material de expediente) que não vem sendo suficiente para atender ao número de alunos matriculados e para manter as despesas com o Curso Profissionalizante de Técnico em Enfermagem.

Levando em conta o cenário em que vivemos, tanto os jovens quanto as crianças de nossa sociedade, sendo sensível aos acontecimentos, percebem e sentem, como ninguém, as crises das quais todos nós temos enfrentado, inclusive os adultos. Seja ela de valores, educacional, ética, moral, econômica, política, etc. Dentre outras coisas, percebe e vivencia a violência cotidiana, muitas vezes banalizada, o individualismo e consumismo exacerbado, a problemática das drogas, o stress de cada dia e o desemprego. Nesse sentido, nós educadores temos o dever de levá-los a refletir criticamente sobre esses assuntos para a não “naturalização” desses problemas.

Em relação as temáticas sócio-educacionais que fazem parte da Cidadania e Educação Fiscal, da Educação em/para os Direitos Humanos, da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena, da Sexualidade e a Diversidade Sexual, da Educação Ambiental, do Enfrentamento à Violência na Escola e a da Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, devem estar implícitos no cotidiano da sala de aula, em todas as disciplinas e também com propostas implantadas e sugeridas pela equipe multidisciplinar, que tem realizado encontros mensais para discutir sobre essas novas demandas e culturas que devem ser debatidas, estudadas e realizadas intervenções na escola para a superação da discriminação de qualquer natureza.

2.7. Avaliação Institucional e do Ensino e Aprendizagem

Através dos dados da Prova Brasil, SAEB e da participação dos alunos no ENEM, a escola realiza reflexões e intervenções para a superação dos resultados obtidos.

2.8. Processo de avaliação, classificação e promoção

A avaliação educacional deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Dessa forma assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação dela, contribuindo para uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para tanto, os objetivos e metas da avaliação são os seguintes:

Verificar como está ocorrendo o processo de aprendizagem, permitindo que o professor tenha condições de avaliar seu trabalho e se necessário retomá-lo, através de novos métodos e técnicas, para certificar-se da efetivação da aprendizagem;

Possibilitar a melhoria do processo de aprendizagem, onde alunos, professores e a própria instituição, acompanhem o trabalho desenvolvido, aperfeiçoando o processo através de reflexões contínuas dos resultados obtidos e realizem as mudanças necessárias.

Segundo a Deliberação 007/99, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual, o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O aproveitamento escolar será avaliado através da observação do desempenho do aluno em situações de aprendizagem, utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados tais como: avaliação

oral, escrita, pesquisa, trabalho individual e em grupo, relatório, seminário, interpretação, participação dos alunos nas atividades.

Jamais se praticará uma só oportunidade de aferição, nem se adotará procedimentos que assegurem comparação dos alunos entre si. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. E para que cumpra sua finalidade educativa a avaliação será contínua, cumulativa e formativa obedecendo à ordenação da sequência do ensino e da aprendizagem. Serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo, cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar.

O acompanhamento do processo de avaliação será por turma e será analisado, aperfeiçoado e orientado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com os professores. A individualidade do aluno e do seu domínio dos conteúdos necessários será assegurada nas decisões sobre o processo de avaliação.

A avaliação do Ensino de Educação Física, de Artes e das disciplinas práticas do curso Técnico em Enfermagem, adotará procedimentos próprios, visando o desenvolvimento formativo e cultural do aluno respeitando sua capacidade individual, desempenho e participação.

A avaliação será registrada nos livros Registro de Classe do professor, nos boletins e no sistema escola.

A recuperação será paralela num processo contínuo, durante a apreensão de conteúdos básicos, segundo o regimento da escola assegurando as condições pedagógicas definidas no artigo 1º da Deliberação 007/99. A recuperação se constituirá em um conjunto integrado entre o processo de ensino e adequação do mesmo às dificuldades dos alunos. Será considerada para efeito de documentação escolar.

Fundamentando-se na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação é contínua, processual e transformadora, sem caráter punitivo, empreendendo o processo de participação individual e coletiva, contemplando momentos de auto avaliação e de avaliação grupal, através de instrumentos diversificados como: avaliação escrita e oral, pesquisa, trabalhos individual e em grupo, relatórios, seminários, interpretações, participação e envolvimento do aluno nas atividades.

A síntese do processo avaliativo do Colégio Estadual João XXIII se dará da seguinte forma:

Avaliação será contínua, cumulativa e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período de recuperação, usando os seguintes critérios:

A Avaliação do ensino de Educação Física e Arte deverá adotar procedimentos próprios, visando ao desenvolvimento formativo e cultural do aluno, também deverá ser resultante da soma de todos os trabalhos propostos durante o bimestre;

As disciplinas deverão ter no mínimo duas avaliações utilizando de diferentes instrumentos;

A avaliação das disciplinas de Estágio obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem será de acordo com as especificidades do curso, regimentadas no Plano de Curso;

Os instrumentos deverão ser variados contemplando as diversas formas de aprendizagem do aluno tendo o professor liberdade em sua disciplina de atribuir valores aos instrumentos de avaliação conforme os critérios previamente estabelecidos e discutidos com os alunos, objetivando os dez pontos;

A recuperação de estudos será realizada concomitante ao período letivo e paralela aos conteúdos, procedendo da seguinte forma: sendo diagnosticado através da avaliação a não obtenção dos objetivos

propostos, serão retomados os conteúdos e proporcionado novas avaliações com instrumentos diferenciados a critério do professor, dentre os quais: orais, escritos ou práticos.

A recuperação dos instrumentos de avaliação será realizada durante o bimestre, sendo no mínimo duas recuperações, após retomada de conteúdos

O aluno que não realizar avaliação ou a recuperação paralela por motivo de falta poderá realizar posteriormente mediante justificativa dos pais ou responsáveis, se menor de idade, para as séries finais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio e profissionalizante, os alunos deverão solicitar requerimento com justificativa e/ou atestado médico na secretaria da escola e entregá-los à Equipe Pedagógica no prazo de 48 horas após a avaliação. Casos específicos serão analisados pelo Conselho de Classe.

Será aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres, nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA (M 1^{\circ} B + M 2^{\circ} B + M 3^{\circ} B + M 4^{\circ} B): 4 = 6,0$$

De acordo com a Lei 9394/96 da LDB, capítulo 5, artigo 58, os alunos com necessidades educativas especiais têm direito à educação escolar em escola regular. Portanto, serão avaliados de acordo com suas especificidades, levando em consideração que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características próprias. Diante disso, serão proporcionadas as Adaptações Curriculares necessárias de acordo com as peculiaridades de cada aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUE/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

Classificação é o procedimento que o Estabelecimento adota, segundo critérios próprios, para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desempenho, adquiridos por meios formais ou informais.

A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno expresso na forma de notas e apuração da assiduidade.

Conforme Regimento Escolar, a nota do bimestre será resultante da somatória dos valores atribuídos em cada instrumento de avaliação numa escala de 0 (zero) à 10,0 (dez vírgula zero) com objetivo de acompanhar e aperfeiçoar o desenvolvimento do aluno e trabalho de cada professor.

A Avaliação Final deverá considerar, para efeito de promoção, todos os resultados obtidos durante os quatro bimestres:

$$\text{Ex. : } \frac{1^{\circ} \text{ Bim.} + 2^{\circ} \text{ Bim.} + 3^{\circ} \text{ Bim.} + 4^{\circ} \text{ Bim.}}{4} = 6,0,$$

4

e a frequência que corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) das 800 (oitocentas) horas anuais.

Em relação ao Curso Técnico em Enfermagem as avaliações seguem as mesmas normas, de forma semestral e com 100% (cem por cento) de frequência no estágio obrigatório.

2.9. Critério de organização de turmas

As turmas são organizadas por séries heterogêneas, de modo a possibilitar a troca de conhecimentos entre os alunos.

2.10. Currículo

O currículo concebido como uma produção social, construído por pessoas que vivem em determinados contextos históricos e sociais, portanto, sem pretensão de construção de uma proposta curricular prescritiva, mas uma intervenção a partir do que está sendo vivido, pensando e realizado na escola. Essa produção, necessariamente, deve-se dar coletivamente, num fazer e pensar articulado. O objetivo central é que o professor seja competente para agir criticamente em seu cotidiano. Tal competência se constrói num processo coletivo, no qual tanto o crescimento individual, quanto o coletivo, é resultante da troca e da reflexão sobre as experiências e conhecimentos acumulados por todos e por cada um.

Os conteúdos curriculares nas três modalidades de Ensino (Fundamental, Médio e Profissional) estão organizados por disciplinas. No Ensino Fundamental e Médio, os conteúdos devem estar em consonância com as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, e com o Caderno de Expectativas de aprendizagem, construídos coletivamente pelos educadores do Estado do Paraná e disponíveis no Portal

dia a dia educação, no seguinte link:
<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/caderno_expectativas.pdf

Os conhecimentos básicos definidos nesta proposta serão desenvolvidos ao longo da carga horária total estabelecida para cada disciplina, de acordo com a matriz curricular.

A escola garantirá cem por cento dos conteúdos que integram cada disciplina.

Do total de carga horária distribuída na matriz curricular do Ensino Fundamental, Médio e Profissional é obrigatória a frequência de 75% (setenta e cinco por cento), conforme legislação vigente.

2.11. Matriz Curricular

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL

NRE: 15 - IRATI		MUNICÍPIO: 1080 - IRATI			
ESTABELECIMENTO: 00090 - JOÃO XXIII, C E – E FUND MÉDIO E PROF					
ENDEREÇO: RUA SANTA CATARINA, 260 – VILA SÃO JOÃO – IRATI - PR					
TELEFONE: 42 34223542					
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ					
CURSO: 4039 ENSINO FUNDAMENTAL 6º / 9º ANO					
TURNO: TARDE			MÓDULO: 40 SEMANAS		
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2012			FORMA: SIMULTÂNEA		
BASE NACIONAL COMUM	DISCIPLINAS	6º	7º	8º	9º
	Arte	2	2	2	2
	Ciências	3	3	3	3
	Educação Física	2	2	2	2
	Ensino Religioso *	1	1	-	-
	Geografia	2	3	3	3
	História	3	2	3	3
	Língua Portuguesa	5	5	5	5
	Matemática	5	5	5	5
SUB-TOTAL		23	23	23	23
P D	L.E.M. – Inglês	2	2	2	2
	SUB-TOTAL	2	2	2	2
TOTAL GERAL		25	25	25	25

MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB Nº 9394/96

* ENSINO RELIGIOSO – DISCIPLINA DE MATRÍCULA FACULTATIVA.

Irati, 03 de janeiro de 2014.

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL

NRE: 15 - IRATI		MUNICÍPIO: 1080 - IRATI			
ESTABELECIMENTO: 00090 - JOÃO XXIII, C E – E FUND MÉDIO E PROF					
ENDEREÇO: RUA SANTA CATARINA, 260 – VILA SÃO JOÃO – IRATI - PR					
TELEFONE: 42 34223542					
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ					
CURSO: 4039 ENSINO FUNDAMENTAL 6º / 9º ANO					
TURNO: MANHÃ			MÓDULO: 40 SEMANAS		
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2012			FORMA: SIMULTÂNEA		
	DISCIPLINAS	6º	7º	8º	9º
	Arte	2	2	2	2
	Ciências	3	3	3	3

BASE NACIONAL COMUM	Educação Física	2	2	2	2
	Ensino Religioso *	1	1	-	-
	Geografia	2	3	3	3
	História	3	2	3	3
	Língua Portuguesa	5	5	5	5
	Matemática	5	5	5	5
SUB-TOTAL		23	23	23	23
P D	L.E.M. – Inglês	2	2	2	2
	SUB-TOTAL	2	2	2	2
TOTAL GERAL		25	25	25	25

MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB Nº 9394/96

* ENSINO RELIGIOSO – DISCIPLINA DE MATRÍCULA FACULTATIVA.

Irati, 03 de janeiro de 2014.

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO MÉDIO				
NRE: IRATI (15)		MUNICÍPIO: IRATI (1080)		
ESTABELECIMENTO: COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL (00090)				
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná				
CURSO: 0009 – Ensino Médio TURNO: MANHÃ				
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2011 – SIMULTÂNEA MÓDULO: 40 SEMANAS				
BASE NACIONAL COMUM	DISCIPLINAS	1ª série	2ª série	3ª série
	Arte	3		
	Biologia	2	2	2
	Educação Física	2	2	2
	Filosofia	2	2	2
	Física	2	2	2
	Geografia	2	2	2
	História	2	2	2
	Língua Portuguesa	2	3	4
	Matemática	2	4	3
	Química	2	2	2
	Sociologia	2	2	2
SUB-TOTAL		23	23	23
P D	LEM - Inglês	2	2	2
	LEM – Espanhol *	4	4	4
SUB-TOTAL		6	6	6
TOTAL GERAL		29	29	29

NOTA: MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB Nº 9394/96.

* Disciplina de matrícula facultativa ofertada no CELEM, ministrada em turno contrário.

Irati, 17 de novembro de 2010.

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO MÉDIO				
NRE: IRATI (15)		MUNICÍPIO: IRATI (1080)		
ESTABELECIMENTO: COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL (00090)				
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná				
CURSO: 0009 – Ensino Médio TURNO: NOTURNO				
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2011 – SIMULTÂNEA MÓDULO: 40 SEMANAS				
BASE NACIONAL COMUM	DISCIPLINAS	1ª série	2ª série	3ª série
	Arte	3		
	Biologia	2	2	2
	Educação Física	2	2	2
	Filosofia	2	2	2
	Física	2	2	2
	Geografia	2	2	2
	História	2	2	2
	Língua Portuguesa	2	3	4
	Matemática	2	4	3
	Química	2	2	2
	Sociologia	2	2	2
SUB-TOTAL		23	23	23
P D	LEM - Inglês	2	2	2
	LEM – Espanhol *	4	4	4
SUB-TOTAL		6	6	6
TOTAL GERAL		29	29	29

NOTA: MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB Nº 9394/96.

* Disciplina de matrícula facultativa ofertada no CELEM, ministrada em turno contrário.

Irati, 17 de novembro de 2010.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

ESTABELECIMENTO: Colégio Estadual João XXIII- Ensino Fundamental, Médio e Profissional															
MUNICÍPIO: Irati															
CURSO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM															
FORMA: SUBSEQÜENTE				ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2008 - Gradativa											
TURNO: Noturno				C H: 1440 Hora/aula 1200 horas mais 633 horas de Estágio											
MÓDULO: 20				ORGANIZAÇÃO: SEMESTRAL											
Nº	Disciplinas	Auxiliar de Enfermagem						Téc em Enfermag		Horas Aula	Horas	Estágio Supervisionado			
		1º S		2º S		3º S		4º S				Auxiliar de Enfermagem			Técnico em Enfermagem
		T	P	T	P	T	P	T	P						
												1s	2s	3s	4s
1	Anatomia e Fisiologia Aplicada à Enfermagem	4	-	-	-	-	-	-	-	80	67	-	-	-	-
2	Assistência de Enfermagem à Criança e ao Adolescente	-	-	-	-	4	2	-	-	120	100	-	-	3	-
3	Assistência de Enfermagem a Pacientes Críticos	-	-	-	-	-	-	4	1	100	83	-	-	-	5
4	Assistência de Enfermagem à Saúde da Mulher	-	-	-	-	4	1	-	-	100	83	-	-	3	-
5	Assistência de Enfermagem Cirúrgica	-	-	-	-	4	1	-	-	100	83	-	-	4	-
6	Assistência de Enfermagem Clínica	-	-	4	2	-	-	-	-	120	100	-	5	-	-
7	Assistência de Enfermagem em Saúde Coletiva	-	-	4	-	-	-	-	-	80	67	-	4	-	-
8	Assistência de Enfermagem em Saúde Mental	-	-	3	-	-	-	-	-	60	50	-	1	-	-
9	Assistência em Enfermagem em Urgências e Emergências	-	-	-	-	-	-	4	1	100	83	-	-	-	5
10	Biossegurança e Processamento de Artigos	-	-	3	1	-	-	-	-	80	67	-	-	-	-
11	Enfermagem na Vigilância em Saúde	-	-	-	-	-	-	3	1	80	67	-	-	-	2
12	Fundamentos de Enfermagem	3	-	-	-	-	-	-	-	60	50	-	-	-	-
13	Fundamentos do Trabalho	-	-	-	-	2	-	-	-	40	33	-	-	-	-
14	Introdução à Assistência em Enfermagem	3	4	-	-	-	-	-	-	140	117	6	-	-	-
15	Processo de Comunicação e Informação em Enfermagem	3	-	-	-	-	-	-	-	60	50	-	-	-	-
16	Processo de Trabalho em Saúde	-	-	-	-	-	-	3	-	60	50	-	-	-	-
17	Processo Saúde Doença	3	-	-	-	-	-	-	-	60	50	-	-	-	-
Total da Carga Horária do Curso		20		17		18		17		1440	1200	6	10	10	12
Carga Horária do Estágio Supervisionado										760	633				
TOTAL GERAL DO CURSO – Carga Horária Disciplinas + Estágio										2200	1833				

2.12. Calendário Escolar 2014

III. OBJETIVOS GERAIS

O Colégio Estadual João XXIII, oferta serviços educacionais aos educandos com base nos princípios emanados das Constituições Federal e Estadual, da LDB e outros documentos oficiais a fim de:

I – Propiciar uma escola de qualidade, oferecendo um ambiente favorável para que o educando se desenvolva integralmente, em todos os aspectos, respeitando as diferenças individuais no que diz respeito à raça, credo, ideologia política, valorizando os limites e o desempenho de cada um, reforçando a inclusão social e educacional dos indivíduos portadores de necessidades especiais, conforme deliberação 002/03 da Educação Especial.

II – Ofertar matrícula de ingresso por transferência, classificação e reclassificação, às adaptações, a revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior e regularização da vida escolar no estabelecimento em que é ofertado Ensino Fundamental, Médio e Profissional, nas suas diferentes modalidades no Sistema Estadual do Paraná, conforme Deliberação 009/01.

III – Possibilitar que a avaliação seja contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, conforme prevê a LDBN 9394/96. A mesma deve ser entendida como um dos meios do ensino, pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes nota, conforme a Deliberação 007/99;

IV - Respeitar as determinações da Deliberação 007/99, artigo 1º, compreendendo que “a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor”.

V – Assegurar o direito à elaboração do Projeto Político Pedagógico envolvendo todos os segmentos da comunidade, bem como sua plena execução, zelando pela aprendizagem dos alunos, adaptando o currículo a função social da Escola, conforme a Deliberação 014/99.

VI – Garantir a unidade filosófica, político- pedagógica, estrutural e funcional do Estabelecimento de Ensino, conforme a Deliberação 016/99, que trata do Regimento Escolar.

VII – Proporcionar aos profissionais da Educação, envolvidos no processo ensino-aprendizagem a oportunidade de participar de cursos, grupos de estudos e eventos de formação continuada, bem como um ambiente positivo onde possam alcançar a realização plena de seu trabalho.

VIII – Oportunizar, em campo de estágio, a complementação do ensino e da aprendizagem na formação técnica, científica, cultural e de relacionamento interpessoal.

IX - Garantir o direito à Educação, a Cultura, ao Esporte e ao Lazer, conforme o artigo 53 do capítulo IV do Estatuto da Criança e Adolescente, lei nº 8069/90, que diz: “a criança e o adolescente têm direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

X - Implantar o Ensino de 9 anos em todos os Estabelecimentos de Ensino de Fundamental, conforme a Instrução N 008/2011.

XI - Incluir no Currículo Oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, conforme a lei Nº 11.645/2008.

XII- Incluir no Currículo Oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, conforme a lei Nº 10.639/2003.

XII - Tornar obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual de Ensino, conteúdos da História do Paraná, conforme a Lei nº13381/2001.

XIV - Tornar obrigatório na Proposta Pedagógica Curricular de todas as disciplinas os conteúdos obrigatórios: História do Paraná (lei nº 13381/01) , História e Cultura Afro, Africana e Indígena (lei nº 11.645/08), música (lei nº 11.645/08), prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente. Direito das crianças e adolescente L.F. Nº 11525/07, educação tributária Dec. Nº 1143/99, Portaria nº413/02, educação ambiental, L.F. Nº 9795/99, Dec. Nº 4201/02, conforme a Instrução nº 009/2011.

XV - Indicar a inclusão do nome social das travestis e transexuais nos registros escolares (livros de chamadas, cadernetas escolares, históricos, certificados, declarações e demais registros das escolas e dos Colégios do Estado do Paraná), conforme parecer nº 01/09.

XVI - Implantar campanhas sobre Educação Sexual, a serem veiculadas nos estabelecimentos de ensino estadual de 1º e 2º Graus do Estado do Paraná, conforme Lei 1133/97.

XVII - Tornar obrigatória a veiculação de programas de informação e prevenção da AIDS para os alunos de primeiro e segundo graus, no Estado do Paraná, conforme a Lei 11734 - 28 de Maio de 1997.

IV. MARCO SITUACIONAL

Considerando a realidade que temos na instituição escolar e a concepção de que o papel do aluno na sociedade é a transformação do espaço em que vive, torna-se necessário que este compreenda de onde veio e para que está na escola. Partindo desse pressuposto, o aluno deve estar aberto a aprendizagem, não somente em relação ao conhecimento científico, mas também na formação do indivíduo capaz de atuar de forma integrada e com discernimento em suas ações.

A sociedade influencia o meio em que vivemos através dos costumes, valores, cultura, que esta mesma sociedade prega. Os valores básicos e fundamentais da família e o senso de responsabilidade perante as ações e/ou omissões do indivíduo devem ser mantidos. Porém algumas leis devem ser cumpridas, entre elas destaca-se a cobrança com maior rigidez a obrigatoriedade de ensino até os 18 anos, e fazer cumprir e aplicar as leis do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Historicamente, a escola surgiu para atender aos interesses da classe hegemônica, sendo a educação considerada um instrumento para ascensão social e manutenção de status. Porém, na atual conjuntura, entende-se que o papel da escola é formar o aluno em sua totalidade. Portanto, a escola deve reconhecer as individualidades dos alunos e ao mesmo tempo transmitir conceitos, noções de ordem, limites, oferecendo oportunidades e proporcionando a formação do indivíduo como um todo.

A grande parte dos alunos, que frequentam esta instituição de ensino, provêm de classes populares, com baixa renda mensal, em sua grande maioria são filhos de pais operários, trabalhadores braçais. As turmas são heterogêneas, pois cada aluno possui talentos individuais, facilidades e dificuldades comuns a qualquer ser humano. Existem alunos que se destacam na aprendizagem em certas áreas, no entanto, todos estão na escola buscando o desenvolvimento e o aprendizado. A maioria dos alunos são oriundos de diversas estruturas familiares (tios substituindo pai, avós substituindo mãe, padrastos, madrastas, entre outros). As relações sociais destes alunos também são diversificadas, pois alguns têm mais oportunidades que os outros, mas apresentam as relações básicas: escola e família. Na sua grande maioria, são alunos aparentemente saudáveis, com assistência médica e dentária básicas.

Muitas famílias são beneficiadas por Programas Sociais do Governo Estadual: Leite das Crianças, Bolsa Família, Luz Fraterna, Campanha do Agasalho, Cesta Básica.

No decorrer dos anos, tem crescido o índice de aprovação e participação nos vestibulares. Os alunos buscam a escola para uma boa formação com perspectivas de conseguir bons empregos ou serem aprovados em concursos públicos, conseqüentemente melhorando sua qualidade de vida.

Os alunos que apresentam dificuldades e/ou distúrbios de aprendizagem, frequentam a Sala de Apoio e a Sala de Recursos, respectivamente.

É fundamental, mencionar ainda que um dos entraves encontrados atualmente neste Colégio é o número excessivo de alunos por sala de aula, o que dificulta o atendimento individual necessário ao bom desempenho do ensino-aprendizagem devido à heterogeneidade de cada turma.

Os professores da escola são ex-alunos da rede pública de ensino, trabalhadores, idealistas, eficientes, humanitários, sonhadores de melhores condições de trabalho, esperançosos de urgentes melhorias salariais. São profissionais em constante aperfeiçoamento, procurando estudar as diversas ciências do conhecimento para obter êxito no processo de educação. Envolvem-se nos eventos promovidos

pelo SEED, buscando inserir-se nos ideais da escola. Participam na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), das Diretrizes Curriculares Estaduais, apresentando e cumprindo o seu Plano de Trabalho Docente.

O Colégio hoje, não funciona sem a participação os agentes educacionais I e II juntamente com direção, equipe pedagógica e professores. Os funcionários são na maioria concluintes do Ensino Supletivo – Segundo Segmento (Ensino Médio ou Superior), participando de uma formação continuada através do Pró-Funcionário, vindo a conquistar aos poucos seu espaço. Estão sempre presentes, sem preconceito, em reuniões escolares, conselhos de classe, reuniões com pais e comunidade e principalmente nas decisões da escola. Almejam constantemente a valorização como profissionais e pessoas. Recentemente, houve a conquista do Plano de Carreira e Cargos e Salários bem como sua estabilidade no quadro de funcionários do Estado, ou seja, a efetivação através de concurso público.

No Curso Profissionalizante, Técnico em Enfermagem, iniciado em 2005, enfrentamos algumas dificuldades quanto aos recursos financeiros na aquisição de materiais para o laboratório, materiais pedagógicos.

O curso Técnico em Enfermagem apresenta como dificuldade a evasão de alunos em razão de perceberem a falta de aptidão para o exercício da função. Porém, a maioria dos alunos demonstra empenho e capacidade durante a realização dos estágios, o que oportuniza uma garantia segura no mercado de trabalho após a conclusão do curso.

Ressalta-se que o Colégio João XXIII é o único estabelecimento de ensino, do Núcleo Regional de Educação, de Irati, que oferta o Curso Técnico em Enfermagem, o qual atende todos os municípios da região. Os profissionais que atuam neste curso possuem formação na área, aspecto considerado relevante para oferecer um ensino de qualidade. A cada ano que passa a procura por vagas no curso Técnico em Enfermagem é cada vez maior, o que nos faz ter orgulho de estar formando profissionais de qualidade para atuar na área de saúde.

Através da aplicação de questionários, reuniões e conversas informais, constatou-se que os pais acreditam na qualidade do ensino oferecido pela escola e que a aprendizagem ocorre de maneira satisfatória; a direção tem bom desempenho; os professores na sua grande maioria, vêm procurando ensinar bem os alunos e cumprir com a sua função. Os mesmos procuram comprometer-se e colaborar com o Colégio, cobrando mais dos filhos em casa, participando de reuniões e eventos promovidos pela escola, dialogando com professores.

Quanto a APMF e Conselho Escolar, há a boa interação entre todos os membros e com a comunidade escolar, concordam com o uso do uniforme pelos alunos, aprovam o ensino ministrado e a gestão escolar. Acreditam que há falta de conscientização de alguns alunos quanto à escola, materiais, funcionários, professores, mas estão dispostos a ajudar participando e colaborando da melhor forma possível. Com o objetivo de fortalecer essas instâncias colegiadas, os vários segmentos da escola estão recebendo capacitação por meio de “Curso de Extensão Universitária”.

Os professores afirmam que a equipe de trabalho é eficiente, têm liberdade de expressão, a maioria dos alunos são participativos, interessados e críticos. Comentam que ainda um dos problemas é a indisciplina de alguns alunos, muitos são pessimistas em relação a esta questão. A participação da família na escola ainda constitui-se em um desafio para atender ao que dispõem os princípios da Gestão

Democrática , pois pelo fato de exercerem suas atividades profissionais, há pais ausentes quanto à educação dos filhos.

O corpo docente exerce sua função, juntamente com a equipe pedagógica, dialogando com ela, com pais e incentivando os alunos a ter prazer em aprender e a melhorar como pessoas, proporcionando boas aulas e experiências gratificantes.

Quanto aos funcionários, acreditam que têm na escola a oportunidade de poder opinar e terem suas sugestões aceitas pela direção e equipe pedagógica, apoiando- os e participando democraticamente nas suas decisões.

Os funcionários se comprometem a participar de reuniões pedagógicas e eventos escolares, desempenhando suas funções da melhor maneira possível. Deixaram de pertencer ao Quadro Próprio do Poder Executivo, passando para o Quadro de Funcionários da Educação Básica, houve mudança de nomenclatura da equipe Auxiliar Operacional para Agente Educacional I e Agente Operacional para Agente Educacional II.

O Grêmio Estudantil e demais alunos elogiam a qualidade do ensino ministrado no colégio: a compreensão e dedicação de alguns professores; a direção; a qualidade no preparo do lanche, a organização do trabalho escolar; a amizade; o companheirismo e a segurança.

Os alunos, em sua maioria, contribuem com a escola, cumprindo com seus deveres, estudando e respeitando o regimento interno, participando, auxiliando na conservação do patrimônio e zelando pela limpeza da escola. Quando não há cumprimento do Regimento Escolar pelos mesmos, são primeiramente orientados, em caso de reincidência, são advertidos verbalmente e através de registros no “Livro de Ocorrências”. Posteriormente, os pais ou responsáveis são convocados para comparecer na escola para receberem informações sobre fatos ocorridos. Em caso de danos ao patrimônio público, os pais ou responsáveis legais, assumem e compensam os prejuízos causados. Devem responsabilizar- se, também, e tomar providências em relação à frequência, indisciplina ou rendimento escolar.

Referindo- se aos temas socio-educacionais , a equipe multidisciplinar e os professores das diversas disciplinas têm promovido debates e discussões para sensibilizar os alunos em prol da paz, da não violência, da prevenção ao uso indevido de drogas e da não discriminação de qualquer natureza.

Quanto a hora atividade, esta organiza- se conforme o ajuste na distribuição da carga horária de cada professor, tendo como objetivos o planejamento das aulas, a correção de atividades e avaliações, o atendimento a pais e alunos, leituras para embasamento teórico e aperfeiçoamento metodológico.

De acordo com a instrução nº02/2011 – GRHS/SEED, foi conquistada a h/a para pedagogos, o que vem de encontro à valorização desse profissional.

Em consonância com a Instrução Nº 008/2011-SUED/SEED e o Parecer N.º 407/11 – CEE/CEB, na semana pedagógica de julho/2011, iniciamos uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação, através de palestra realizada pela Coordenadora Pedagógica da Secretaria para uma explanação sobre o Ensino de 9 anos para todos os professores e funcionários. Na semana pedagógica de fevereiro/2012, pretendemos organizar um momento de discussão sobre o currículo do Ensino Fundamental de 9 anos, das séries iniciais e das séries finais, para que haja um intercâmbio entre essas duas modalidades de ensino(Municipal/Estadual).

V. MARCO CONCEITUAL

Fundamentando- se em autores que abordam a educação como forma de instrumentalização para superar a visão instituída pela sociedade capitalista e acreditando na educação transformadora, enfatizamos algumas concepções:

A concepção de educação está atrelada à de trabalho, considerando que o ser humano transforma a natureza para adaptá- la às suas necessidades. É por meio do trabalho que o homem se diferencia dos outros animais, pois suas capacidades mentais o tornam capaz de prever a finalidade de suas ações. No entanto, uma das características do homem, enquanto sujeito social é a de que precisa produzir sua existência. E isso só é possível pelo trabalho, pois este possibilita a construção do mundo histórico, cultural e humano.

A escola, como locus da educação sistematizada, não pode passar ao largo do próprio conceito de educação em sua inteireza, enquanto apropriação da cultura. Esta tem a ver com a própria concepção de homem que constrói sua especificidade e se constrói enquanto ser histórico à medida que transcende o mundo natural pelo trabalho. (PARO, 2002, p. 60)

Portanto, na sua construção de homem enquanto ser social, ele produz conhecimentos, valores, atitudes, enfim, o saber historicamente produzido pela humanidade que é repassado permanentemente de geração a geração. Essa mediação é realizada pela educação como centro da realização histórica do homem. “ É, pois, pela educação, que o homem tem a possibilidade de construir- se historicamente [...], segundo a visão de Paro (2002, p. 61)

Complementando, Saviani (1995, p.15), afirma que “ [...] o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional.” Logo, a educação é característica própria do ser humano e essa produção se refere a ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades, conforme destaca o autor.

O Colégio João XXIII, desenvolve suas atividades educacionais, pautado na Pedagogia Histórico Crítica. Embasado nessa tendência pedagógica, compreende- se a

[...] Educação no seu desenvolvimento histórico- objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação. (Saviani, 1995, p. 108)

A Pedagogia Histórico- Crítica defende a função precípua da escola pública como transmissora do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade. Conhecimento este, sequenciado e dosado de forma que seja apropriado pelos sujeitos históricos que fazem parte da escola, afirmando- se sobre uma base historicizante.

A atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo- lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade (LIBÂNEO , 2005, p.39)

Na concepção de Libâneo (2005) a função social da escola é a valorização desta, como espaço social responsável pela apropriação do saber universal e a socialização do saber elaborado às camadas populares, entendendo a apropriação crítica e histórica do conhecimento enquanto instrumento de compreensão da realidade social e atuação crítica e democrática para a transformação desta realidade.

Considerando que a educação possibilita a compreensão da realidade histórico-social e explícita o papel do sujeito que a constrói e a transforma, nos fundamentamos na Pedagogia Progressista, que tem como um dos expoentes Paulo Freire e, segundo o autor (1996, p. 50-90):

- **“Ensinar exige consciência do inacabamento”**. O inacabamento do ser humano, sua inconclusão é o que o faz estar presente na escola, portanto devemos ter a consciência dessa característica presente no aluno e não ter a pretensão de que esta venha a se concluir na escola.

- **“ Ensinar exige reconhecimento de ser condicionado”**. A educação é um processo permanente e para isso é preciso estarmos sempre a procura de respostas, adaptando-se às novas mudanças e desafios, sendo sujeitos e participando da história. Sem ação não é possível viver.

- **“Ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando”**. Como educador devo estar constantemente advertido com relação a esse respeito que implica igualmente que devo ter por mim mesmo.

- **“ Educar exige bom senso”**. Ao pensar sobre o dever que tem o professor, de respeitar a dignidade do educando, sua autonomia, sua identidade em processo, deve-se pensar também, em como ter uma prática educativa em que esse respeito, que sabe-se dever ter ao educando, se realize em lugar de ser negado.

- **“Educar exige humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores”**. O respeito do professor à pessoa do educando, à sua curiosidade, à sua timidez, que não deve inibir os alunos e nem agravá-los, exige o cultivo da humildade e tolerância. Mas além disso o professor deve valorizar-se e engajar-se na busca de melhores condições de trabalho, para, como o exemplo, educar para a conquista dos direitos humanos.

- **“ Ensinar exige apreensão da realidade”**. É preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que pode tornar o desempenho profissional mais seguro. A capacidade de aprender não deve ser vista apenas para que o indivíduo se adapte a realidade, mas sim que atue nessa realidade, podendo transformá-la. Teorizar então, passar do senso comum para os conceitos científicos e a consequente compreensão da realidade.

- **“Acreditar exige alegria e esperança”**. Professor e aluno podem juntos aprender, ensinar, produzir e igualmente juntos podem lutar e resistir aos obstáculos que tendem a impedir que se faça tudo isto com alegria., num movimento constante de busca, como se buscasse a esperança.

- **“Educar exige a convicção de que a mudança é possível”**. É importante pensarmos o saber como possibilidade e não como determinação, não podemos ficar no discurso acomodado de que não há o que fazer, pois é na curiosidade que nos move, nos inquieta e nos insere na busca do aprender e do ensinar. É natural do ser humano sempre **querer** e **ser** mais.

- **“Ensinar exige curiosidade”**. O exercício da curiosidade implica na capacidade crítica da observação, aproximação metódica dos objetos, capacidade de comparar, perguntar. Professores e alunos devem ser pesquisadores. O estímulo ao questionamento e à reflexão tornam as aulas sempre

desafiadoras, não cansam, e os alunos permanecem atentos e surpresos com suas dúvidas e incertezas. A curiosidade aguça a imaginação, as emoções e a investigação. Quanto mais pratica-se essas emoções, mais se aproxima do conhecimento.

O sujeito faz a sua própria história, é ele que direciona suas ações de acordo com informações e conhecimentos prévios e/ou adquiridos. Partindo desta observação, almejamos nos esforçar ao máximo para contribuir da melhor maneira possível para que os alunos obtenham êxito em suas conquistas, transmitindo-lhes não só conteúdos relacionados as disciplinas curriculares, mas valores e noções de cidadania para que eles possam escolher qual caminho trilhar para alcançar os seus objetivos. Os alunos necessitam, e nós educadores precisamos proporcionar saberes significativos relacionados com o cotidiano para que o indivíduo tenha facilidade para buscar informações e aplicá-las de acordo com as suas necessidades. Poderemos ousar a esperar e até mesmo querer uma sociedade justa e fraterna, sem corrupção e discriminação, com oportunidades a todo cidadão.

Mas é imprescindível que tenhamos, pelo menos, uma escola com infra-estrutura básica para o bom desempenho das atividades pedagógicas, podendo priorizar uma educação com qualidade, visando a totalidade do educando. Construindo, então, uma avaliação justa, contínua e coerente.

A avaliação do Colégio João XXIII está em conformidade com a Deliberação 007/99 do CEE/PR que dispõe em seu artigo 1.º que “a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados de aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor”.

Sendo diagnóstica, a avaliação será realizada durante todo o processo pedagógico, detectando se os alunos apresentam ou não os pré-requisitos necessários para as novas aprendizagens e sendo formativa, terá a função de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, onde os alunos conhecem seus erros e acertos.

A verificação do rendimento escolar observará a avaliação contínua e cumulativa de desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre eventuais provas finais de acordo com o disposto no artigo 24 da LDB 9394/96.

Está contemplado no artigo 123 de Regimento Escolar do Colégio João XXIII que a avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados como: provas orais e escritas, objetiva e/ou subjetivas, questionários, tarefas específicas (relatórios, pareceres, exposição oral, trabalhos individuais ou em grupo, observação espontânea ou dirigida, desenhos, maquetes, exercícios, pesquisas, produções de textos, seminários, debates), coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas neste momento.

No parágrafo único deste artigo consta: “é vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.”

No artigo 24 da LDB 9394/96, alínea “e” consta a “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar”.

A recuperação de estudos é direito dos alunos, conforme prevê o artigo 129 de Regimento Escolar do estabelecimento de ensino.

Portanto, a recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem, de acordo com o artigo 130 do Regimento Escolar. No entanto, o professor deverá considerar a aprendizagem do aluno no decorrer do processo ensino e aprendizagem e após verificação de conteúdos, proporcionar novas situações de aprendizagem.

A recuperação de estudos deverá constituir um conjunto integrado ao processo de ensino, além de se adequar às dificuldades dos alunos, de acordo com o artigo 13 da Deliberação 007/99 do CCE/PR. A recuperação realizada durante o ano letivo será considerada para efeito de documentação escolar, obedecendo ao disposto no parágrafo único do artigo 13 da deliberação acima mencionada.

Segundo Dalben (2004, p.38) o “ Conselho de Classe, como uma instância coletiva de avaliação do processo ensino e aprendizagem [...]”, configura-se como um momento de discussões e reflexões sobre o desempenho pedagógico dos alunos. De acordo com o Regimento Escolar do Colégio João XXIII, artigo 27, o Conselho de Classe é participativo constituído por Pré- Conselho de Classe, realizado em sala de aula, coordenado pelo professor representante de turma ou pedagogo; Conselho de Classe Integrado, conta com a participação de equipe de direção, equipe pedagógica e docentes, sendo facultativa a representação de alunos e pais; o Pós- Conselho de Classe, são os encaminhamentos e ações previstas no Conselho de Classe que implicam em retorno aos alunos sobre sua situação escolar, retomada do plano de trabalho docente no que se refere à organização curricular, encaminhamentos metodológicos, instrumentos e critérios de avaliação; retorno aos pais/responsáveis sobre o aproveitamento escolar e o acompanhamento necessário.

Os alunos com necessidades educativas especiais serão avaliados de acordo com suas especificidades e de acordo com a instrução n 013/08 – SUED/SEED, que estabelece critérios para funcionamento da sala de recursos e alunos com dificuldade de aprendizagem.

Devemos e queremos respeitar a diversidade cultural, observando os princípios da boa convivência, ressaltando que essas diferenças podem ser física, social, cultural, de aprendizagem, emocional, entre outras. Entre os princípios norteadores da SEED (Secretaria de Estado da Educação), contempla-se a inclusão.

É a preocupação da escola com o atendimento à diversidade social, econômica e cultural existente que lhe garante ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos [...] o grande desafio dos educadores é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais de tais sujeitos sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que constitui patrimônio de todos. (PARANÁ, 2005).

De acordo com a Instrução Nº 008/2011-SUED/SEED as instituições do Sistema Estadual de Ensino com oferta do Ensino Fundamental- anos finais, devem, a partir de 2012, implantar o 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Em conformidade com o Parecer N.º 407/11 - CEE/CEB:

Quanto à possibilidade da implantação do 6º ao 9º ano, em 2012, de forma simultânea para os estabelecimentos de ensino que compõem o Sistema Estadual do Paraná, considerando: que as séries finais do Ensino Fundamental de 8 anos correspondem aos

anos finais do Ensino Fundamental de 9 anos, quanto a idade/série/ano; que não haverá alterações significativas na Proposta Pedagógica, no que diz respeito a conteúdos e Matriz Curricular, ressaltando-se que os encaminhamentos metodológicos serão revistos na perspectiva das necessidades dos sujeitos no processo de ensino aprendizagem; a transferência de alunos de outros Estados da Federação, onde a implantação do ensino Fundamental de 9 anos foi simultânea; as implicações na manutenção concomitante de turmas do Ensino Fundamental de 8 anos e o de 9 anos. (CEE/CEB – Parecer nº 407/11).

Do ponto de vista teórico, há muitos e significativos estudos sobre a identidade da criança e complexas dimensões de sua construção temática social e psíquica, histórica e pedagógica.

Ao longo da história, temos pensado as crianças como seres sem identidade. Por isso mesmo, estamos sempre questionando: o que vai ser quando crescer? Esta questão nos remete a crença de que a criança só será alguém quando definir seu futuro profissional.

Segundo Nunes(2006):

“Esta tem sido a forma de tratar, em nossa cultura, a criança e seu mundo. Reduccionismos estanques e delimitações de importância e considerável ou relativa valorização a partir de sua identificação com o mundo adulto marcam a trajetória da criança e as dificuldades em circunscrever suas identidades próprias, capacidades e potencialidades. Isto requer de todos que assumem responsabilidades institucionais, afetivas, sociais e pedagógicas, novas atitudes e desafios de reorientação conceitual e compreensiva, de modo a gerar novas idéias e comportamentos atitudinais que se preocupem em apurar sua sensibilidade para compreender a criança e seu tempo, a infância, em novas coordenadas antropológicas e educacionais. NUNES, César, 2006, p.11).

Entretanto a infância, em sua singularidade, acontece independentemente do reconhecimento que se possa ter de suas dimensões. É a parte da vida em que se dão as primeiras descobertas do mundo e das relações que, a partir do ambiente e do sujeito, possam acontecer. Os estudiosos sobre a temática da criança e da infância apontam ser esta fase da vida, consubstanciada em sua identidade própria, uma construção institucional da sociedade burguesa industrial.

Dessa forma, a infância passa a ser o espaço das descobertas e de necessidades que comprometem o adulto a participar da satisfação destas como colaborador sensível do desenvolvimento desse novo ser. Pois, a criança é um “ser em criação”, um ser que começou seu desenvolvimento, e não um ser já completo ou acabado do qual possam ser exigidas compleições de suposta perfeição.

“E, talvez, mais ainda que o adolescente e o adulto, seja a criança sinal forte de evolução e o maior signo de novas possibilidades humanas. A criança é a própria significação de criar, combinar e recombinar estas possibilidades de humanização. Pois a criança representa a inovação do ser e se estiver em conformidade com a infância, poderá representar a própria renovação da humanidade. Uma vez que o desenvolvimento do homem é processual e contínuo, entenderemos melhor esta continuidade à medida em que relembrarmos e valorizarmos a criança que fomos, com as dificuldades e facilidades que vivenciamos. Então, aprender a criança e respeitá-la é uma das mais autênticas demonstrações de civilidade.” (NUNES, 2006, p.12).

Do ponto de vista teórico já dispomos de muitos e significativos estudos sobre a identidade da criança e as complexas e dinâmicas dimensões de sua construção temática social e psíquica, histórica e pedagógica. Os estudos sobre a criança e a infância são considerados hoje um dos mais exigentes dos temas pedagógicos, um dos mais fecundos elementos de análise antropológico-política libertadora e núcleo epistemológico desafiador!

O conceito de infância se diferencia conforme a posição da criança e de sua família na estrutura socioeconômica em que se inserem. Portanto, não há uma concepção infantil homogênea, uma vez que as crianças e suas famílias estão submetidas a processos desiguais de socialização e de condições objetivas de vida. Nesse sentido, cabe à escola, reconhecer estes sujeitos como capazes de aprender os diferentes conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados como conteúdos pela escola, respeitando a singularidade da infância. (KRAMER apud BRASIL, 2007).

Enquanto escola, percebemos a criança como um ser em formação, não estático. Podemos dizer que a criança é um ser dinâmico, e até: "elétrico". A criança parece estar sempre em movimento e por vezes, nós "adultos" não conseguimos acompanhar esse movimento. Como educadores, nos percebemos estar sempre correndo atrás do carrossel(a criança).

Na atualidade, os estudos sobre a criança e a infância têm sido considerados um dos mais exigentes dos temas pedagógicos, e um dos mais fecundos elementos de análise antropológico-política libertadora!

A origem etimológica do termo adolescência provém do verbo "*adolescere*", que significa brotar, fazer-se grande. De modo geral, a concepção que se tem sobre o fenômeno da adolescência é de um processo de mudança que marca a passagem da infância para a fase adulta.

Vários autores concordam com a ideia de que a fase adolescente inicia por volta dos 12 (doze) anos e termina em torno do 18 (dezoito), não existindo consenso determinando o período exato de duração da adolescência. Para efeitos legais, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 2º: "considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente, às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade." (PARANÁ, Lei 8,069/1990, p. 13).

As características físicas e biológicas devem ser levadas em consideração como "marcas" de transição entre a vida infantil e a adulta, porém é preciso considerar, de modo especial, os aspectos psicológicos, fatores sócio- culturais, cognitivos, bem como conhecer e pensar no contexto em que o jovem está inserido.

Pesquisas revelam o baixo nível de desempenho linguístico dos alunos para a assimilação de novos conceitos exigidos na sociedade letrada. Portanto, o desenvolvimento da capacidade em utilizar a linguagem em diversas situações comunicativas, se constitui no principal objetivo do ensino da língua na educação escolar.

A partir do 6º ano de 9º ano do Ensino Fundamental, as capacidades linguísticas devem ser desenvolvidas com as crianças gradualmente, ou seja, partindo daquilo que cada criança deve ser capaz de realizar. Assim, o aprendizado e a progressão da criança dependerão do processo por ela desenvolvido, do patamar em que ela se encontra e das possibilidades que o ambiente escolar possa lhe propiciar.

Para isso, deve haver consolidação entre os princípios definidos nas propostas das séries iniciais com os princípios das séries finais.

Historicamente, o conceito de alfabetização se identificou ao ensino- aprendizado da 'tecnologia da escrita', quer dizer, do sistema alfabético de escrita, o que em linhas gerais, significa, na leitura, a capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando- os em

'sons', e, na escrita, a capacidade de codificar os sons da fala, transformando-os em sinais gráficos. (BRASIL, p.10).

A partir dos anos 80, surge o termo letramento, que significa a ampliação do conceito de alfabetização, que passa do ato de apenas codificar e decodificar sons e letras, para o uso da leitura e escrita em práticas sociais, ou seja, a aplicação da leitura no cotidiano.

O processo de letramento deve ter orientação sistemática, com vistas à compreensão e apropriação da cultura escrita pelos alunos. O trabalho voltado para o letramento não deve ser feito separado do trabalho específico de alfabetização. É preciso investir nos dois ao mesmo tempo, porque os conhecimentos e capacidades adquiridos pelos alunos numa área contribuem para o seu desenvolvimento na outra área.

A cultura escrita diz respeito às ações, valores, procedimentos e instrumentos que constituem que mundo letrado. Esse processo possibilita aos alunos compreenderem os usos sociais da escrita, suas práticas e significados.

Todo cidadão está de algum modo, inserido numa cultura letrada: tem documentos escritos (exemplo: tomar ônibus, pagar contas, realizar compras, etc).

O objetivo da educação escolar nas séries finais do Ensino Fundamental com vistas no letramento deve ser o da ampliação da convivência e do conhecimento da língua escrita, pois estar ativamente inserido na cultura significa ter comportamentos "letrados", isto é, atitudes e disposições frente ao mundo da escrita.

A compreensão geral do mundo da escrita (o letramento) favorece o progresso da alfabetização e como consequência, a aprendizagem.

Compreender o que é alfabetização e o que é letramento, bem como os conhecimentos adquiridos pelos alunos do 1º ao 5 ano são aspectos fundamentais para os professores do 6º ao 9º ano, mais especificamente do 6º ano.

A introdução da compreensão e valorização da cultura escrita e do letramento já se aplica no primeiro ano do Ensino Fundamental e não mais apenas na primeira série, conforme legislação anterior.

Para a compreensão da Instrução Nº 008/2011-SUED/SEED e do Parecer N.º 407/11 – CEE/CEB, na semana pedagógica de julho/2011, foi realizada uma palestra com a Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Irati, Gabriele Sá, para todos os professores e funcionários.

Ao considerar que o currículo implica a inter- relação entre o que se elabora, se planeja e o que se executa, compreende-se o ensino e a aprendizagem como processos indissociáveis, pois ensinar " [...] é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens." (SAVIANI, 1994, P.17)

O conhecimento trabalhado deve ser voltado para o desenvolvimento do cidadão. Mas, para que tudo o que foi explicitado ocorra, é preciso que haja relações de respeito, noções de cidadania e hierarquia, conhecendo seus direitos e seus deveres, na escola e na sociedade, conforme o Regimento Interno da Escola.

E para que a escola pública cumpra com seu papel é necessário que os educadores que dela fazem parte, compreendam – na como *locus* da produção e sistematização do saber. Um dos procedimentos para tal compreensão é a formação continuada, que na ótica de Libâneo (, p. 227) " [...] é condição para a aprendizagem permanente e para o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional de professores e especialistas."

O professor, como detentor do conhecimento científico, deve desempenhar o seu papel conquistando o respeito dos alunos e da comunidade e também respeitando e valorizando o aluno como ser humano ativo e participativo com suas individualidades. Não esquecendo que a escola necessita dos pais presentes na vida escolar do seu filho, trabalhando juntos, cada qual cumprindo o seu papel.

Queremos ainda uma escola dinâmica, criativa e participativa fundamentada nos princípios das múltiplas inteligências onde haja valorização da arte, a música, a dança, o teatro, as habilidades manuais, o esporte (jogos interativos), o lúdico.

Almejamos de cada profissional: atitude ética, compromisso político e educacional, reflexão de sua prática e atualização de suas metodologias com a finalidade de superar as dificuldades e desigualdades encontradas no processo ensino-aprendizagem.

Pois para ser competente, a escola pública tem o desafio de seduzir seus alunos ao desejo de aprender, que se configura como condição imprescindível para despertar o interesse. E, considerando, que não é apenas na escola que o aluno constrói seus valores, urge a necessidade da ampliação da família nas ações da escola. Pois, o trabalho da escola se torna mais eficaz, quando a família compreende a importância da escolaridade e estimula os filhos a adquirir os conhecimentos transmitidos por esta.

O desafio da inclusão escolar é enfrentado como nova forma de repensar e reestruturar políticas e estratégias educativas, de maneira a criar oportunidades efetivas de acesso para crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, e, sobretudo, garantir condições indispensáveis para que possam manter-se na escola e aprender.

Segundo Paraná, 2006:

Entende-se que, neste momento de transição de paradigmas, as conquistas já consolidadas pelas pessoas com necessidades educacionais especiais e seus familiares, historicamente, não podem ser descartadas e as estruturas desmanteladas, como se não tivessem um valor histórico indiscutível na complexa rede de relações que constituem o sujeito social (FERNANDES, 2006, apud PARANÁ, 2006, P.39).

Segundo Carvalho (2004), a inclusão educacional é mais que a presença física, é mais que acessibilidade arquitetônica, é mais que matricular alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular. Carvalho afirma ainda que a inclusão se impõe como um movimento responsável que não pode abrir mão de uma rede de ajuda e apoio aos educadores, alunos e familiares. Uma inclusão responsável requer uma constante avaliação da qualidade do ensino ministrado.

Portanto há a necessidade de um trabalho conjunto e interligado entre os especialistas da educação especial e os professores do ensino regular para que se concretize interdisciplinarmente aprendizagem, não sendo um processo distinto e desvinculado entre as duas educações, a regular e a especial. Para isso, faz-se necessário um contato contínuo entre esses dois educadores.

Conceber e praticar uma educação para todos requer um currículo aberto e flexível, comprometido com o atendimento às necessidades educacionais de todos os alunos, sejam eles especiais ou não. Pois o conhecimento sistematizado pela educação escolar deve oportunizar aos alunos idênticas possibilidades e direitos, mesmo que apresentem diferenças sociais, culturais, ou pessoais, efetivando-se a igualdade de oportunidades, sobretudo em condições semelhantes aos demais.

A adaptação curricular como estratégia de planejamento e de atuação docente, deve ser um processo para tratar e responder às necessidades de aprendizagem de cada aluno.

Segundo MEC(1992):

[...] quando se fala de adaptações curriculares está se falando sobretudo e, em primeiro lugar, de uma estratégia de planejamento e de atuação docente e, nesse sentido, de um processo para tratar de responder às necessidades de aprendizagem de cada aluno [...] fundamentado em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões com respeito ao que é, ao que o aluno ou aluna deve aprender, como e quando e qual é a melhor forma de organizar o ensino para que todos saiam beneficiados. (MEC, 1992 apud MANJÓN, 1995, p. 82).

A efetivação da educação inclusiva é um desafio para os pais, educadores e gestores para o ideal de uma escola pública de qualidade, que acolha todos os alunos.

Hoje muito se fala em identidade e diferença. E a escola, como espaço social, não pode deixar de estudar e buscar caminhos para os atritos provocados pela diferença dentro dela. Para isso, antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença, é preciso refletir coletivamente no espaço escolar, como ele é ativamente produzida. Segundo SILVA, 2009:

“...os estudantes e as estudantes deveriam ser estimulados, a explorar as possibilidades de perturbação, transgressão e subversão das identidades existentes...Um currículo e uma pedagogia da diferença deveriam ser capazes de abrir o campo da identidade para as estratégias que tendem a colocar seu congelamento e sua estabilidade em xeque: hibridismo, nomadismo, travestismo, cruzamento de fronteiras...Favorecer, enfim, toda experimentação que torne difícil o retorno do eu e do nós ao idêntico.”

De acordo com a citação acima, a escola deve produzir uma pedagogia da diferença, uma pedagogia que represente algum questionamento, não apenas à identidade, mas também ao poder ao qual ela está estreitamente associada. Um currículo e uma pedagogia da diferença e da multiplicidade. Sem essa pedagogia estaríamos reproduzindo o mesmo e o idêntico, um mundo parado e morto.

VI. MARCO OPERACIONAL

O Colégio João XXIII reconhece o potencial humano e profissional do seu quadro funcional, apoiando- os continuamente e oferecendo boas condições de trabalho. Entretanto, espera atitudes de co-responsabilidade no resgate de valores educacionais e o compromisso de garantir um ambiente propício à educação.

Na organização interna da escola, contamos com os seguintes profissionais, suas funções específicas e respectivas formações acadêmicas:

EQUIPE DE PROFESSORES

Nome	Função	Formação
1. ALESSANDROJOSE SZCZYPIOR	Professor	Geografia
2. ALINE MIERZVA	Professora	Enfermagem
3. ALINE SEIDL	Professora	Enfermagem
4. ALZILENE BATISTA	Professora	Enfermagem
5. ANA MARIA CORREIA MUSIASKI	Professora	Matemática
6. ANUNCIATA MARIA SIMIONATO	Professora	Português/Inglês
7. CARLOS GUTERVIL	Professor	Filosofia
8. CESAR CHICALSKI	Professor	Enfermagem
9. CASSIANO ALVES BELLO	Professor	Biologia
10. CRISTIANA MARIA SCHVAIDAK	Professora	Enfermagem
11. CRISTIANI MORAES LEANDRO	Professora	Inglês
12. DAVI FIRMO DE OLIVEIRA	Professor	Educação Física
13. DAVID BORGES	Professor	Educação Física
14. DENISE HOMIAK FERNANDES	Professora	Enfermagem
15. EDI SCHUBALSKI DA SILVA	Professora	Português/Inglês
16. ELAINE CRISTINA RIBEIRO DA SILVA	Professora	Enfermagem
17. ELAINE CRISTINA SEDOSKI	Professora	Matemática
18. ERNANI PEDRO DE RAMOS	Professor	Física
19. ELISIANA ANA FALAT	Professora	Ciências
20. ELIZANGELA DO ROCIO CORDEIRO	Professora	Pedagogia
21. ENISIONETE PADILHA BATISTA	Professora	Português/Inglês
22. FABIANA DE GODOY ROCHA	Professora	História
23. FRANCIELI SIMA	Professora	Enfermagem
24. GENILSE APARECIDA HOLTMAN	Professora	Enfermagem
25. GERSON NUNES DE ALMEIDA	Professor	Filosofia
26. GILDA PAULINA CHMULEK	Professora	Português/Inglês
27. GISELE MARIA ALBUQUERQUE	Professora	História
28. HELITON DIEGO LAU	Professor	Inglês
29. IRACI KNESEBECH FOGAÇA	Professora	Português
30. IRACINY CAPELINI NETO	Professor	Arte
31. IVO MARCELO FALCHAK	Professor	Geografia
32. ISAIAS MANEIRA	Professor	Português/Inglês
33. JAQUELINE CORDEIRO DA SILVA	Professora	Português/Inglês
34. JERUSA FABRIS	Professora	Enfermagem
35. JOICE BONMANN COSTA CARARO	Professora	Enfermagem
36. JOSE AIRTO FOGAÇA	Professor	Geografia
37. JOSE DOS SANTOS OLIVEIRA	Professor	Sociologia
38. JOSEANE NAZARETE GEHRKE	Professora	Ciências

39. KARIN OSINSKI FERREIRA	Professora	Arte
40. KARIN ROBERTA MENON	Professora	Enfermagem
41. KATIA OSINSKI FERREIRA	Professora	Educação Física
42. LIDIANE BOBROVICZ HOLZAPFEL	Professora	Português
43. LEILA CELIA WODONOS	Professora	História
44. LILAINE ZUB	Professora	Química
45. LIZIA GONÇALVES FERNANDES	Professora	Inglês
46. LUCELIA LUCAVEI	Professora	História
47. LUCIANE BATISTA DA LUZ	Professora	Enfermagem
48. LUIS ALEXANDRE RAUCH	Professor	Física
49. MARCELA GADENS ANCIUTI KAMINSKI	Professora	Educação Física
50. MARCIA APARECIDA PIRES DA SILVA	Professora	Biologia
51. MARCIO CAMARGO	Professor	Enfermagem/Filosofia
52. MARCIO JOSÉ FERNANDES	Professor	Enfermagem
53. MARILENE NEINESKA	Professora	Matemática
54. MARIZA TRIBECK	Professora	Português
55. MELISSA WINKLER	Professora	Artes
56. MICHEL ADRIANO DE FRANÇA	Professor	Matemática
57. NINFA MARIA VOGT	Professora	Enfermagem
58. NOEMI RODRIGUES DE ALMEIDA	Professora	Sociologia
59. RAFAELA PIOLI CAETANO	Professora	Enfermagem
60. REGEANE VAZ GUEDES	Professora	Educação Física
61. REGIANE GOMES DE ARAÚJO	Professora	Matemática
62. ROSALLY PEREIRA DA COSTA	Professora	Enfermagem
63. ROSANA ALES	Professora	Física
64. ROSANA TERESINHA SIKORA	Professora	Enfermagem
65. ROSANGELA ZUBER	Professora	Matemática
66. SANDRA BEATRIZ RODRIGUES FRANÇA	Professora	Português
67. SANDRA BERNANSKI	Professora	Geografia
68. SERGIO RICARDO DLUGOSZ	Professor	História
69. SIDNEI JOSE FERREIRA	Professor	Enfermagem
70. SILVIO CESAR MACHADO	Professor	Enfermagem
71. SILVANA MARIA SCHEIDT	Professora	Educação Física
72. SIRLEI MARIA BACHELADENSKI	Professora	Ciências
73. SUELI APARECIDA BURNATO	Professora	Enfermagem
74. SUZAN KARLLA MAIESKI SILVA	Professora	História

COORDENAÇÃO DO CURSO DO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1. NINFA MARIA VOGT	Coordenadora	Enfermagem
---------------------	--------------	------------

EQUIPE PEDAGÓGICA

Nome	Função	Formação
1. INES PEDROZO BRANDALISE	Pedagoga	Pedagogia
2. MARILI DAS GRAÇAS VIEIRA TEIXEIRA	Pedagoga	Pedagogia

EQUIPE DE DIREÇÃO E SECRETÁRIO

Nome	Função	Formação
ERNANI PEDRO DE RAMOS	Diretor	Ciências Licenciatura
SANDRA BERNASKI	Direção Auxiliar	Geografia
SANDRO LUIS VERISSIMO	Agente Ed. II/Secretário	Ciências licenciatura PróFuncionário

EQUIPE DE AGENTES EDUCACIONAIS

Nome	Função	Formação
1. AMÉLIA BOIANO	Agente Educacional II	Com. Exterior/PróFuncionário
2. ANA PAULA FLESCHER DA LUZ	Agente Educacional II	Geografia/Profucionário
3. ELAINE SOARES	Agente Educacional II	Pedagogia/PróFuncionário
4. ERONI DA LUZ RIBEIRO GAIEVSKI	Agente Educacional I	Ensino Médio
5. JOÃO MARIA PADILHA DE ANDRADE	Agente Educacional I	Ensino Médio
6. LOURDES BERNADETE SECATO	Agente Educacional I	Ensino Médio/PróFuncionário
7. LUZIA FREITAS TCHMOLA	Agente Educacional II	Pedagogia/PróFunc.
8. MAFALDA MULLER BOZA	Agente Educacional I	Ensino Médio
9. MARCIA DALUZ LOPES PREIS	Agente Educacional II	Ciências Contábeis/PróFun.
10. MARIA DIRLEI SKIBA	Agente Educacional I	Ensino Médio/PróFunc.
11. MARISA RIBEIRO DA SILVA	Agente Educacional I	Ensino Médio
12. ROSA MATTOZO	Agente Educacional I	Ensino Médio/PróFunc.

A comunidade escolar, composta pela equipe de direção, professores pedagogos, coordenador de curso, agentes educacionais II, agentes educacionais I e instâncias colegiadas (Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários).

Cada segmento escolar possui suas atribuições, conforme registra- se na sequência:

Direção e Direção Auxiliar

A direção escolar é composta pelo diretor e diretor auxiliar, escolhidos democraticamente entre os componentes da comunidade escolar, conforme legislação em vigor. A função de diretor, como responsável pela efetivação da gestão democrática, é a de assegurar o alcance dos objetivos educacionais definidos no Projeto Político- Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Compete ao diretor:

- cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor;
- responsabilizar- se pelo patrimônio público escolar recebido no ato da posse;
- coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar;
- coordenar e incentivar a qualificação permanente dos profissionais da educação;
- implementar a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;
- coordenar a elaboração do Plano de Ação do estabelecimento de ensino e submetê-lo à aprovação do Conselho Escolar;
- convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;
- elaborar os planos de aplicação financeira sob sua responsabilidade, consultando a comunidade escolar e colocando- os em edital público;
- prestar contas dos recursos recebidos, submetendo- os à aprovação do Conselho Escolar e fixando- os em edital público;
- coordenar a construção coletiva do Regimento Escolar, em consonância com a legislação em vigor, submetendo- o à apreciação do Conselho Escolar e, após, encaminhá- lo ao NRE para a devida aprovação;
- garantir o fluxo de informações no estabelecimento de ensino e deste com os órgãos da administração estadual;
- encaminhar aos órgãos competentes as propostas de modificações no ambiente escolar, quando necessárias, aprovadas pelo Conselho Escolar;
- deferir os requerimentos de matrícula;
- elaborar o calendário escolar, de acordo com as orientações da SEED, submetê-lo à apreciação do Conselho Escolar e encaminhá- lo ao NRE para homologação;
- acompanhar o trabalho docente, referente às reposições de horas- aula aos discentes;
- assegurar o cumprimento dos dias letivos, horas- aula e horas- atividade estabelecidos;
- promover grupos de trabalho e estudos ou comissões encarregadas de estudar e propor alternativas para atender aos problemas de natureza pedagógico- administrativa no âmbito escolar;
- propor à Secretaria de Estado da Educação, via Núcleo Regional de Educação, após aprovação do Conselho Escolar, alterações na oferta de ensino e abertura ou fechamento de cursos;
- participar e analisar da elaboração dos Regulamentos Internos e encaminhá- los ao Conselho Escolar para aprovação;
- supervisionar o preparo da merenda escolar, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente relativamente a exigências sanitárias e padrões de qualidade nutricional;

- presidir o Conselho de Classe, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;
- definir horário e escalas de trabalho da equipe técnico-administrativa e equipe auxiliar operacional;
- articular processos de integração da escola com a comunidade;
- solicitar ao NRE suprimento e cancelamento de demanda de funcionários e professores do estabelecimento, observando as instruções emanadas da SEED;
- organizar horário adequado para a realização da Prática Profissional Supervisionada do funcionário cursista do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação – Profucionário, no horário de trabalho, correspondendo a 50% (cinquenta por cento) da carga horária da Prática Profissional Supervisionada, conforme orientação da SEED, contida no Plano de Curso;
- participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político- Pedagógico do estabelecimento de ensino, juntamente com a comunidade escolar;
- cooperar com o cumprimento das orientações técnicas de vigilância sanitária e epidemiológica;
- viabilizar salas adequadas quando da oferta do ensino extracurricular pluri-linguístico da Língua Estrangeira Moderna, pelo Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM;
- disponibilizar espaço físico adequado quando da oferta de Serviços e Apoios Pedagógicos Especializados, nas diferentes áreas da Educação Especial;
- assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;
- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- viabilizar espaço para prática de Estágio Supervisionado, via convênio firmado com outras instituições;
- renovar a cada dois anos os termos de convênio;
- disponibilizar dos materiais necessários para as aulas práticas de Laboratório;
- cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.
- compete ao diretor auxiliar assessorar o diretor em todas as suas atribuições e substituí-lo(a) na sua falta ou por algum impedimento.

Professor Pedagogo

A equipe pedagógica é responsável pela coordenação, implantação e implementação no estabelecimento de ensino das Diretrizes Curriculares definidas no Projeto Político- Pedagógico e no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação. A equipe pedagógica é composta por professores graduados em Pedagogia.

Compete à equipe pedagógica:

- coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político- Pedagógico e do Plano de Ação do estabelecimento de ensino;
- orientar a comunidade escolar na construção de um processo pedagógico, em uma perspectiva democrática;

- participar e intervir, junto à direção, na organização do trabalho pedagógico escolar, no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar;
- coordenar a construção coletiva e a efetivação da proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino, a partir das políticas educacionais da SEED e das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;
- orientar o processo de elaboração dos Planos de Trabalho Docente junto ao coletivo de professores do estabelecimento de ensino;
- acompanhar o trabalho docente, quanto às reposições de horas- aula aos discentes;
- promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico visando à elaboração de propostas de intervenção para a qualidade de ensino para todos;
- participar da elaboração de projetos de formação continuada dos profissionais do estabelecimento de ensino, que tenham como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;
- organizar, junto à direção da escola, a realização dos Pré- Conselhos e dos Conselhos de Classe, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão- ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no estabelecimento de ensino;
- coordenar a elaboração e acompanhar a efetivação de propostas de intervenção decorrentes das decisões do Conselho de Classe;
- subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores do estabelecimento de ensino, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas;
- organizar a hora- atividade dos professores do estabelecimento de ensino, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de efetivo trabalho pedagógico;
- proceder à análise dos dados do aproveitamento escolar de forma a desencadear um processo de reflexão sobre esses dados, junto à comunidade escolar, com vistas a promover a aprendizagem de todos os alunos;
- coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar;
- participar do Conselho Escolar, quando representante do seu segmento, subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar;
- coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático- pedagógico, a partir do Projeto Político- Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- participar da organização pedagógica da biblioteca do estabelecimento de ensino, assim como do processo de aquisição de livros, revistas, fomentando ações e projetos de incentivo à leitura;
- acompanhar as atividades desenvolvidas nos Laboratórios de Química, Física e Biologia e de Informática;
- propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e de sua participação nos diversos momentos e Órgãos Colegiados da escola;
- coordenar o processo democrático de representação docente de cada turma;

- colaborar com a direção na distribuição das aulas, conforme orientação da SEED;
- coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas, a partir de critérios legais, didático- pedagógicos e do Projeto Político- Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- acompanhar os estagiários das instituições de ensino superior quanto às atividades a serem desenvolvidas no estabelecimento de ensino;
 - acompanhar o desenvolvimento do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação - Profucionário, no acompanhamento da Prática Profissional Supervisionada dos funcionários cursistas da escola e de outras unidades escolares;
- promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social;
- coordenar a análise de projetos a serem inseridos no Projeto Político- Pedagógico do estabelecimento de ensino;
 - acompanhar o processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;
 - participar na elaboração do Regulamento de uso dos espaços pedagógicos;
 - orientar, coordenar e acompanhar a efetivação de procedimentos didático- pedagógicos referentes à avaliação processual e aos processos de classificação, reclassificação, aproveitamento de estudos, adaptação e progressão parcial, conforme legislação em vigor;
 - organizar as reposições de aulas, acompanhando junto à direção as reposições de dias, horas e conteúdos aos discentes;
 - orientar, acompanhar e visar periodicamente os Livros de Registro de Classe ;
 - organizar registros de acompanhamento da vida escolar do aluno;
 - organizar registros para o acompanhamento da prática pedagógica dos profissionais do estabelecimento de ensino;
 - solicitar autorização dos pais ou responsáveis para realização da Avaliação Educacional do Contexto Escolar, a fim de identificar possíveis necessidades educacionais especiais;
 - coordenar e acompanhar o processo de Avaliação Educacional no Contexto Escolar, para os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, visando encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;
 - acompanhar os aspectos de socialização e aprendizagem dos alunos, realizando contato com a família com o intuito de promover ações para o seu desenvolvimento integral;
 - acompanhar a frequência escolar dos alunos, contatando as famílias e encaminhando- os aos órgãos competentes, quando necessário;
 - acionar serviços de proteção à criança e ao adolescente, sempre que houver necessidade de encaminhamentos;
 - orientar e acompanhar o desenvolvimento escolar dos alunos com necessidades educativas especiais, nos aspectos pedagógicos, adaptações físicas e curriculares e no processo de inclusão na escola;
 - manter contato com os professores dos serviços e apoios especializados de alunos com necessidades educacionais especiais, para intercâmbio de informações e trocas de experiências, visando à articulação do trabalho pedagógico entre Educação Especial e ensino regular;

- assessorar os professores do CELEM e acompanhar as turmas, quando o estabelecimento de ensino ofertar o ensino extracurricular plurilinguístico de Língua Estrangeira Moderna;
- assegurar a realização do processo de avaliação Institucional do estabelecimento de ensino.
- manter e promover relacionamento de trabalho cooperativo de trabalho com alunos, pais e demais segmentos da comunidade escolar;
- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e família;
- elaborar seu plano de ação;
- cumprir e fazer cumprir com o disposto no Regimento Escolar;
- organizar e/ou acompanhar o processo de avaliação no contexto escolar.

Coordenador de Curso

- Informar o estagiário sobre procedimentos e normas de funcionamento do setor em que desenvolverá o Estágio;
- Programar, com o estagiário, as atividades a serem desenvolvidas;
- Acompanhar o estagiário em todos os procedimentos a serem realizados;
- Proporcionar a revisão dos procedimentos quando o estagiário não alcançou o rendimento desejado;
- Controlar frequência e pontualidade avaliando todas as atividades do estágio;
- Promover reuniões com os estagiários quando sentir necessidade;
- Manter constante contato com a Coordenação e Direção da Escola, comunicando fatos relevantes que possam estar interferindo no processo de estágio;
- Fazer a avaliação final do estágio encaminhando-a a Coordenação e Direção da Escola de acordo com datas estabelecidas;
- Participar do Conselho de Classe para avaliação do estagiário e do campo de estágio;
- Dar suporte psico-emocional ao estagiário em situações adversas;

Professores

A equipe docente é constituída de professores regentes, devidamente habilitados. Compete aos docentes:

- participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, construído de forma coletiva e aprovado pelo Conselho Escolar;
- elaborar, com a equipe pedagógica, a proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;
- participar do processo de escolha, juntamente com a equipe pedagógica, dos livros e materiais didáticos, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- elaborar seu Plano de Trabalho Docente;
- desenvolver as atividades de sala de aula, tendo em vista a apreensão crítica do conhecimento pelo aluno;

- proceder à reposição dos conteúdos, carga horária e/ou dias letivos aos alunos, quando se fizer necessário, a fim de cumprir o calendário escolar, resguardando prioritariamente o direito do aluno;
- proceder à avaliação contínua, cumulativa e processual dos alunos, utilizando-se de instrumentos e formas diversificadas de avaliação, previstas no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- promover o processo de recuperação concomitante de estudos para os alunos, estabelecendo estratégias diferenciadas de ensino e aprendizagem, no decorrer do período letivo;
- participar do processo de avaliação educacional no contexto escolar dos alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, sob coordenação e acompanhamento do pedagogo, com vistas à identificação de possíveis necessidades educacionais especiais e posterior encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;
- participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da escola, com vistas ao melhor desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;
- participar de reuniões, sempre que convocado pela direção;
- assegurar que, no âmbito escolar, não ocorra tratamento discriminatório em decorrência de diferenças físicas, étnicas, de gênero e orientação sexual, de credo, ideologia, condição sócio-cultural, entre outras;
- viabilizar a igualdade de condições para a permanência do aluno na escola, respeitando a diversidade, a pluralidade cultural e as peculiaridades de cada aluno, no processo de ensino e aprendizagem;
- participar de reuniões e encontros para planejamento e acompanhamento, junto ao professor de Serviços e Apoios Especializados, da Sala de Apoio à Aprendizagem, da Sala de Recursos e de Contraturno, a fim de realizar ajustes ou modificações no processo de intervenção educativa;
- estimular o acesso a níveis mais elevados de ensino, cultura, pesquisa e criação artística;
- participar ativamente dos Pré-Conselhos e Conselhos de Classe, na busca de alternativas pedagógicas que visem ao aprimoramento do processo educacional, responsabilizando-se pelas informações prestadas e decisões tomadas, as quais serão registradas e assinadas em Ata;
- propiciar ao aluno a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, visando ao exercício consciente da cidadania;
- zelar pela frequência do aluno à escola, comunicando qualquer irregularidade à equipe pedagógica;
- cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos, horas-aula e horas-atividade estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- cumprir suas horas-atividade no âmbito escolar, dedicando-as a estudos, pesquisas e planejamento de atividades docentes, sob orientação da equipe pedagógica, conforme determinações da SEED, instruções nº 02/04 da SUED.
- manter atualizados os Registros de Classe, conforme instrução 03/06 DIE/SEED e orientação da equipe pedagógica e secretaria escolar, deixando-os disponíveis no estabelecimento de ensino;

- participar do planejamento e da realização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- desempenhar o papel de representante de turma, contribuindo para o desenvolvimento do processo educativo;
- dar cumprimento aos preceitos constitucionais, à legislação educacional em vigor e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como princípios da prática profissional e educativa;
- participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político- Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- comparecer ao estabelecimento de ensino nas horas de trabalho ordinárias que lhe forem atribuídas e nas extraordinárias, quando convocado;
- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- participar da avaliação institucional, conforme orientação da SEED;
- cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar;
- participar do processo de avaliação no contexto escolar;
- realizar a flexibilização/adaptação curricular para alunos com necessidades educativas especiais.

Agentes Educacionais II

A função de agentes educacionais é exercida por profissionais que atuam nas áreas da secretaria, biblioteca, laboratório de Informática e laboratório de Química, Física e Biologia do estabelecimento de ensino. O Agente Educacional que atua na secretaria escolar como secretário(a) é indicado pela direção do estabelecimento de ensino e designado por Ato Oficial, conforme normas da SEED. O serviço da secretaria é coordenado e supervisionado pela direção.

Compete ao Secretário Escolar:

- conhecer o Projeto Político- Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- cumprir a legislação em vigor e as instruções normativas emanadas da SEED, que regem o registro escolar do aluno e a vida legal do estabelecimento de ensino;
- distribuir as tarefas decorrentes dos encargos da secretaria aos demais técnicos administrativos;
- receber, redigir e expedir a correspondência que lhe for confiada;
- organizar e manter atualizados a coletânea de legislação, resoluções, instruções normativas, ordens de serviço, ofícios e demais documentos;
- efetivar e coordenar as atividades administrativas referentes à matrícula, transferência e conclusão de curso;
- elaborar relatórios e processos de ordem administrativa a serem encaminhados às autoridades competentes;
- encaminhar à direção, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;

- organizar e manter atualizado o arquivo escolar ativo e conservar o inativo, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e da regularidade da vida escolar do aluno e da autenticidade dos documentos escolares;
- responsabilizar-se pela guarda e expedição da documentação escolar do aluno, respondendo por qualquer irregularidade.
- manter atualizados os registros escolares dos alunos no sistema informatizado;
- organizar e manter atualizado o arquivo com os atos oficiais da vida legal da escola, referentes à sua estrutura e funcionamento;
- atender a comunidade escolar, na área de sua competência, prestando informações e orientações sobre a legislação vigente e a organização e funcionamento do estabelecimento de ensino, conforme disposições do Regimento Escolar;
- zelar pelo uso adequado e conservação dos materiais e equipamentos da secretaria;
- orientar os professores quanto ao prazo de entrega do Livro Registro de Classe com os resultados da frequência e do aproveitamento escolar dos alunos;
- cumprir e fazer cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;
- organizar o livro- ponto de professores e funcionários, encaminhando ao setor competente a sua frequência, em formulário próprio;
- secretariar os Conselhos de Classe e reuniões, redigindo as respectivas Atas;
- conferir, registrar e patrimoniar materiais e equipamentos recebidos;
- comunicar imediatamente à direção toda irregularidade que venha ocorrer na secretaria da escola;
- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;
- manter atualizado o sistema de controle e remanejamento dos livros didáticos.
- fornecer dados estatísticos inerentes às atividades da secretaria escolar, quando solicitado;
- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

Compete aos agentes educacionais que atuam na secretaria dos estabelecimentos de ensino, sob a coordenação do secretário:

- cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, necessidades de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;
- atender a comunidade escolar e demais interessados, prestando informações e orientações;
- cumprir a escala de trabalho que lhe for previamente estabelecida;

- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;
- controlar a entrada e saída de documentos escolares, prestando informações sobre os mesmos a quem de direito;
- organizar, em colaboração com o secretário escolar, os serviços do seu setor;
- efetivar os registros na documentação oficial como Ficha Individual, Histórico Escolar, Boletins, Certificados, Diplomas e outros, garantindo sua idoneidade;
- organizar e manter atualizado o arquivo ativo e conservar o arquivo inativo da escola;
- classificar, protocolar e arquivar documentos e correspondências, registrando a movimentação de expedientes;
- realizar serviços auxiliares relativos à parte financeira, contábil e patrimonial do estabelecimento, sempre que solicitado;
- coletar e digitar dados estatísticos quanto à avaliação escolar, alimentando e atualizando o sistema informatizado;
- executar trabalho de digitação;
- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Compete ao Agente Educacional II que atua na biblioteca escolar, indicado pela direção do estabelecimento de ensino:

- cumprir e fazer cumprir o Regulamento de uso da biblioteca, assegurando organização e funcionamento;
- atender a comunidade escolar, disponibilizando e controlando o empréstimo de livros, de acordo com Regulamento próprio;
- auxiliar na implementação dos projetos de leitura previstos na proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino;
- auxiliar na organização do acervo de livros, revistas, gibis, vídeos, DVDs, entre outros;
- encaminhar à direção sugestão de atualização do acervo, a partir das necessidades indicadas pelos usuários;
- zelar pela preservação, conservação e restauro do acervo;
- registrar o acervo bibliográfico e dar baixa, sempre que necessário;
- receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos da biblioteca;
- manusear e operar adequadamente os equipamentos e materiais, zelando pela sua manutenção;
- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;
- auxiliar na distribuição e recolhimento do livro didático;

- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Compete ao Agente Educacional II indicado pela direção para atuar no laboratório de Informática do estabelecimento de ensino:

- cumprir e fazer cumprir Regulamento de uso do laboratório de Informática, assessorando na sua organização e funcionamento;
- auxiliar o corpo docente e discente nos procedimentos de manuseio de materiais e equipamentos de informática;
- preparar e disponibilizar os equipamentos de informática e materiais necessários para a realização de atividades práticas de ensino no laboratório;
- assistir aos professores e alunos durante a aula de Informática no laboratório;
- zelar pela manutenção, limpeza e segurança dos equipamentos;
- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;
- receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos do laboratório de Informática;
- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Compete ao Agente Educacional II que atua no laboratório de Química, Física e Biologia do estabelecimento de ensino:

- cumprir e fazer cumprir o Regulamento de uso do laboratório de Química, Física e Biologia;
- incentivar o corpo docente a utilizar este espaço pedagógico, através de projetos educativos;
- aplicar, em regime de cooperação e de co-responsabilidade com o corpo docente e discente, normas de segurança para o manuseio de materiais e equipamentos;
- preparar e disponibilizar materiais de consumo e equipamentos para a realização de atividades práticas de ensino;
- receber, controlar e armazenar materiais de consumo e equipamentos do laboratório;
- utilizar as normas básicas de manuseio de instrumentos e equipamentos do laboratório;
- assistir aos professores e alunos durante as aulas práticas do laboratório;

- zelar pela manutenção, limpeza e segurança dos materiais de consumo, instrumentos e equipamentos de uso do laboratório;
- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;
- comunicar imediatamente à direção qualquer irregularidade, incidente ou acidente ocorridos no laboratório;
- manter atualizado o inventário de instrumentos, ferramentas, equipamentos, solventes, reagentes e demais materiais de consumo;
- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

Agentes Educacionais I

O agente educacional tem a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação escolar, no âmbito escolar, sendo coordenado e supervisionado pela direção do estabelecimento de ensino.

Compete ao agente educacional que atua na limpeza, organização e preservação do ambiente escolar e de seus utensílios e instalações:

- zelar pelo ambiente físico da escola e de suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;
- utilizar o material de limpeza sem desperdícios e comunicar à direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos;
- zelar pela conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade à direção;
- auxiliar na vigilância da movimentação dos alunos em horários de recreio, de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos estudantes, quando solicitado pela direção;
- atender adequadamente aos alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes, que demandam apoio de locomoção, de higiene e de alimentação;
- auxiliar na locomoção dos alunos que fazem uso de cadeira de rodas, andadores, muletas, e outros facilitadores, viabilizando a acessibilidade e a participação no ambiente escolar;
- auxiliar os alunos com necessidades educacionais especiais quanto a alimentação durante o recreio, atendimento às necessidades básicas de higiene e as correspondentes ao uso do banheiro;
- auxiliar nos serviços correlatos à sua função, participando das diversas atividades escolares;
- cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;
- participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;

- coletar lixo de todos os ambientes do estabelecimento de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias;
- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

São atribuições do agente educacional I, que atua na cozinha do estabelecimento de ensino:

- zelar pelo ambiente da cozinha e por suas instalações e utensílios, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária em vigor;
- selecionar e preparar a merenda escolar balanceada, observando padrões de qualidade nutricional;
- servir a merenda escolar, observando os cuidados básicos de higiene e segurança;
- informar ao diretor do estabelecimento de ensino da necessidade de reposição do estoque da merenda escolar;
- conservar o local de preparação, manuseio e armazenamento da merenda escolar, conforme legislação sanitária em vigor;
- zelar pela organização e limpeza do refeitório, da cozinha e do depósito da merenda escolar;
- receber, armazenar e prestar contas de todo material adquirido para a cozinha e da merenda escolar;
- cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;
- participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;
- auxiliar nos demais serviços correlatos à sua função, sempre que se fizer necessário;
- respeitar as normas de segurança ao manusear fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios e de refrigeração;
- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

São atribuições do agente educacional I que atua na área de vigilância da movimentação dos alunos nos espaços escolares:

- coordenar e orientar a movimentação dos alunos, desde o início até o término dos períodos de atividades escolares;

- zelar pela segurança individual e coletiva, orientando os alunos sobre as normas disciplinares para manter a ordem e prevenir acidentes no estabelecimento de ensino;
 - comunicar imediatamente à direção situações que evidenciem riscos à segurança dos alunos;
 - percorrer as diversas dependências do estabelecimento, observando os alunos quanto às necessidades de orientação e auxílio em situações irregulares;
 - encaminhar ao setor competente do estabelecimento de ensino os alunos que necessitem de orientação ou atendimento;
 - observar a entrada e a saída dos alunos para prevenir acidentes e irregularidades;
 - acompanhar as turmas de alunos em atividades escolares externas, quando se fizer necessário;
 - auxiliar a direção, equipe pedagógica, docentes e secretaria na divulgação de comunicados no âmbito escolar;
 - cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;
 - participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;
 - zelar pela preservação do ambiente físico, instalações, equipamentos e materiais didático-pedagógicos;
 - auxiliar a equipe pedagógica no remanejamento, organização e instalação de equipamentos e materiais didático- pedagógicos;
 - atender e identificar visitantes, prestando informações e orientações quanto à estrutura física e setores do estabelecimento de ensino;
 - participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
 - participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

Permissionário:

O Permissionário terá como atribuições:

- Zelar pela segurança do prédio, principalmente nos finais de semana.
- Manter as dependências do imóvel em ordem.
- Auxiliar na organização geral do Colégio, e demais atribuições, conforme Instrução Normativa 02/2005 DIE - SEED.

Conselho Escolar:

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo do estabelecimento de ensino, em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da SEED.

O Conselho Escolar é composto por representantes da comunidade escolar e representantes de movimentos sociais organizados e comprometidos com a educação pública, presentes na comunidade, sendo presidido por seu membro nato, o diretor escolar.

A comunidade escolar é compreendida como o conjunto dos profissionais da educação atuantes no estabelecimento de ensino, alunos devidamente matriculados e frequentando regularmente, pais e/ou responsáveis pelos alunos, a participação dos representantes dos movimentos sociais organizados, presentes na comunidade, não ultrapassará um quinto (1/5) do colegiado.

O Conselho Escolar poderá eleger seu vice-presidente dentre os membros que o compõem, maiores de 18 (dezoito) anos. O Conselho Escolar tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político- Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Os representantes do Conselho Escolar são escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo, de cada segmento escolar, garantindo-se a representatividade dos níveis e modalidades de ensino. As eleições dos membros do Conselho Escolar, titulares e suplentes, realizar-se-ão em reunião de cada segmento convocada para este fim, para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se uma única reeleição consecutiva.

O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e da proporcionalidade, é constituído pelos seguintes conselheiros:

- diretor;
- representante da equipe pedagógica: pedagogos;
- representante da equipe docente;
- representante da equipe técnico-administrativa;
- representante da equipe auxiliar operacional;
- representante dos discentes : alunos;
- representante dos pais ou responsáveis pelo aluno;
- representante do Grêmio Estudantil;
- representante dos movimentos sociais organizados da comunidade: APMF, Associações de Moradores, Igrejas, Unidades de Saúde, etc.

APMF

-Dar todo o apoio necessário à Direção do Colégio, sendo co- responsáveis no sistema organizacional da escola.

-Reunir- se sempre que necessário para discutir assuntos referentes ao andamento da Escola.

- Dar opiniões quanto a compra de equipamentos e/ou materiais necessários à escola.

- Manter a comunidade informada sobre a proposta pedagógica, estimulando a participação efetiva da mesma no processo.

- Diagnosticar as reais necessidades da Escola na aplicação dos recursos disponíveis.
- Administrar juntamente com a direção as verbas recebidas das esferas estadual e/ou federal.
- Promover eventos culturais e educativos visando lucros beneficentes à instituição.
- Participar de eventos promovidos pela SEED e Escola.

A APMF é regida por Estatuto próprio, aprovado e homologado em Assembleia Geral, convocada especificamente para este fim.

Grêmio Estudantil

O Grêmio Estudantil é o órgão máximo de representação dos estudantes do estabelecimento de ensino, com o objetivo de defender os interesses individuais e coletivos dos alunos, incentivando a cultura literária, artística e desportiva de seus membros. O Grêmio Estudantil é regido por Estatuto próprio, aprovado e homologado em Assembleia Geral, convocada especificamente para este fim.

Compete ao Grêmio Estudantil:

- Reunir-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.
- Congregar todos os alunos do colégio através de atividades sócio- culturais.
- Cooperar com direção, professores, funcionários e alunos no trabalho escolar, buscando seu aprimoramento.
- Editar o “jornal” (mensal ou bimestral), coletando informativos dos alunos.
- Participar de eventos promovidos pela SEED e pela Escola.

Plano de Ação: Projeto e Programas

Para uma Gestão Democrática efetiva, é necessário envolver toda a comunidade escolar, promovendo encontros periódicos com todos os segmentos da escola. Não só para tomada de decisões, como para o desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria da qualidade do espaço físico e social. É importante instituir o dia da saúde (07-04) devido à escola oferecer o Curso Técnico em Enfermagem e estabelecer atividades relacionadas com a saúde e o bem estar dos alunos e comunidade a serem realizadas nesse dia (ou semana). Promover a “escola de pais”, desenvolvendo palestras, significativas aos pais e aos filhos. Criar ouvidoria na escola.

Quanto à Formação Continuada para professores e funcionários será ofertada oportunidade desde que respeitando o mínimo e o máximo de carga horária do período letivo. O Núcleo Regional de Educação e a SEED têm oferecido formação continuada por área para troca de ideias, conversação sobre planejamento, atividades, dentro do município e na escola, há grupos de estudos com profissionais das universidades e professores em curso do PDE, palestras.

Na biblioteca, a entrada é controlada, reservando um espaço para guardar bolsas e mochilas. É solicitado aos professores que não seja usada a biblioteca para desenvolver atividades que possam ser realizadas em sala de aula. Pretende-se informatizar a biblioteca.

Dentro de uma avaliação emancipatória, é preciso estar sempre conscientizando os alunos da necessidade de se ter conhecimento para realizar as avaliações e para a vida futura. Numa avaliação

diagnóstica, contínua e cumulativa. Oportuniza-se uma auto-avaliação para que o aluno consiga auto-avaliar-se.

O cronograma das horas - atividades desenvolvidas pelos professores deve ser fixado na secretaria, podendo ser aproveitada para troca de experiências, formação continuada, orientações da equipe pedagógica, além de preparar aulas, correções, receber pais e realizar leituras, registrando no mesmo horário a atividade desenvolvida.

Os alunos estagiários e bolsistas receberão apoio e oportunidade de troca de turno escolar desde que apresentem frequência satisfatória e realizem as avaliações bimestrais.

No Conselho de Classe podem e devem ser realizadas discussões para promover a melhora do ensino, não apenas para se discutir "notas". Ver o aluno como um todo e avaliar a prática educativa.

Quanto a sala de recursos/apoio, cobrar dos pais um comprometimento maior quanto ao envio dos filhos à escola no horário do contra- turno. O professor da sala de apoio deve ser da área e que tenha padrão em escola.

Para impedir a invasão de estranhos no pátio do Colégio será solicitado à SEED, via NRE a readequação do espaço físico da secretaria e cozinha, onde o acesso ficará mais restrito, garantindo uma melhor segurança aos alunos. secretaria e assim os demais portões poderão permanecer fechados.

Quando houver 5 (cinco) faltas consecutivas ou 7 (sete) alternadas de alunos, os professores preencherão a Ficha de Controle Interno, encaminhando esta à Professora Pedagoga, que preencherá a FICA (Ficha de Comunicação de Aluno Ausente) encaminhará ao órgão competente.

Quanto a merenda escolar realizaremos um cardápio para cada dia da semana, implementando com Recursos da Escola Cidadã.

No item repetência, a escola vem realizando um processo de avaliação somatória, contínua, cumulativa e diagnóstica que favorecem os alunos. Mas precisamos criar mecanismos que levem os pais a intervir mais no processo educativo da escola, comprometendo-se a enviar os filhos à escola conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe em seu artigo 129, inciso V - "obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar". Além de encaminhar os filhos da escola, os pais devem cobrar da escola uma educação de qualidade, bem como incentivar o filho a estudar e valorizar os estudos.

Quanto ao cumprimento do horário por professores e funcionários : este deve ser cumprido conforme estabelecem os artigos 180 (incisos XVII e XVIII) e 184 (inciso II) do Regimento Escolar, respectivamente.

Para a execução do Hino Nacional, continuará sendo realizada escala de professores para organização, e solicitar a presença de todos os funcionários e alunos na execução do mesmo.

Quanto a falta de professores, por cursos ou por atestados médicos, os alunos permanecerão com atividades recreativas ou serão realizadas mudanças no horário para que outro professor assuma a turma, sendo compensado posteriormente, pois a escola não dispõe de inspetor de alunos e/ou funcionário disponível.

Em relação à higiene nas salas de aula (papéis no chão) o professor deve ser responsabilizar pela sala e sensibilizar os alunos para não a sujarem.

A escola solicitará ao NRE a redução do número de alunos por turma, onde estiver inserido um aluno portador de necessidades educativas e/ou físicas especiais moderadas.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscal, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem lucrativo, não sendo remunerados seus Dirigentes e/ou Conselheiros.

O Conselho Escolar tem como objetivo estabelecer na Proposta Pedagógica do Colégio Estadual João XXIII, critérios relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, nos limites da legislação em vigor, compatíveis com as Diretrizes e Políticas Educacionais traçadas pela Secretaria de Estado da Educação. Este tem participado como consultor e colaborador nos projetos de iniciativa do Colégio Estadual João XXIII.

O Conselho Escolar tem por finalidade promover a articulação entre os vários segmentos organizados da sociedade e os setores da Escola, constituindo-se como órgão auxiliar da Direção do Estabelecimento de Ensino, a fim de garantir a eficiência e a qualidade do Ensino Público.

O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restrita a cada classe do Estabelecimento de Ensino, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação professor - aluno e os procedimentos adequados a cada aluno.

O Conselho de Classe, tendo papel fundamental na vida escolar do aluno, tem considerado as dificuldades encontradas: tanto social, afetiva e economicamente, tentando acompanhar as mudanças ocorridas no processo educativo, tendo como objetivo não só a discussão de "notas", mas procurando soluções para a resolução de problemas de aprendizagem, ou outros encontrados na escola.

O Grêmio Estudantil passou a denominar-se Grêmio Trabalhista Juvenil do Colégio Estadual João XXIII, a partir de abril de 2008, configura-se como um órgão colegiado de representação de alunos e regido por Estatuto próprio, devidamente aprovado pela Assembleia Geral.

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários, regida por estatuto próprio, devidamente aprovado pela Assembleia Geral, registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e no Núcleo Regional de Educação, órgão competente da Secretaria de Estado da Educação, tem os seguintes objetivos, conforma afirma o artigo 3º do Estatuto:

I - discutir, no seu âmbito de ação, e assegurar ao educando, por meio da participação no processo de tomadas de decisões no interior da escola e do exercício de efetivo controle social, as condições necessárias e possíveis de aprimoramento do ensino-aprendizagem e integração família -escola- comunidade, apresentando sugestões, em consonância com o Projeto Político Pedagógico, para apreciação do Conselho Escolar e equipe pedagógica e administrativa;

II - agir de acordo com suas atribuições e possibilidades, no sentido de assegurar, por meio da participação no processo de tomadas de decisões no interior da escola e do exercício de efetivo controle social, as condições necessárias de apoio ao trabalho da equipe pedagógica, professores e funcionários em consonância com o Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino, garantindo o acesso a permanência e a função social da escola;

III - buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política pública educacional, visando o interesse público de acordo com a realidade da comunidade;

IV – proporcionar aos educandos a participação em todo o processo escolar, estimulando sua formação política por meio da organização de um Grêmio Estudantil aprovado pelo Conselho Escolar;

V - representar os reais interesses da comunidade escolar, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino aprendizagem e garantindo a todos uma escola pública, gratuita e universal;

VI - promover o entrosamento entre pais, estudantes, professores, funcionários e toda a comunidade, por meio de atividades sociais, educativas, culturais, desportivas e de formação político - pedagógica, consoante ao Conselho Escolar;

VII - gerir e administrar os recursos financeiros próprios e os que lhes forem repassados por meio de convênios, de acordo com as prioridades estabelecidas nos incisos I e II deste artigo, em Assembleia Geral e em reunião conjunta com o Conselho Escolar, com registro em livro ata.

VIII - colaborar com a manutenção e conservação do prédio escolar e suas instalações, mobilizando o coletivo escolar e a comunidade para a importância da manutenção e preservação do patrimônio público.

VII. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Prática Pedagógica

Currículos - Este tem ênfase nas DCE's (Diretrizes Curriculares Estaduais), e no Caderno de expectativas de Aprendizagem, os quais ressaltam os meios para aprendizagem partindo da experiência pessoal do aluno, onde o professor aprimora este conhecimento dando uma visão mais ampla e científica dos conteúdos. Os planejamentos devem ser elaborados de forma interdisciplinar, mas ainda os docentes encontram dificuldades para editá-los e aplicá-los dentro desta perspectiva.

Projeto Político Pedagógico – procura-se elaborar de forma democrática, entretanto, não se consegue envolver todos os segmentos, devido a:

- pouca participação dos pais na escola;
- tempo disponível para reunir todos os profissionais (internos da escola).

Avaliação Adotada pela Escola – No decorrer do ano letivo busca-se uma avaliação democrática, onde o aluno possa demonstrar seus conhecimentos.

Hora Atividade – A carga horária de 30% destinada para hora atividade, é de grande importância, pois é nesse momento que os professores podem debater conteúdos, atender pais e alunos, organizar suas práticas.

Sala de Recursos – Educação Inclusiva – no dia 11/04/2005 iniciou-se no Colégio Estadual João XXIII a Sala de Recursos de 6º a 9º anos, cujos critérios de funcionamento estão estabelecidos na Instrução nº 05/05, LDB nº 9394/96, Parecer nº 17/05 – CNE, a Resolução 02/01 – CNE e a Deliberação 02/03 – CEE – PR. Atualmente contamos com alunos devidamente matriculados no Ensino Regular, que frequentam aulas de 8º e 9º anos/EF e 1ª a 3ª série/EM, nos períodos da manhã e a Sala de Recursos no período da tarde, e alunos do 6º ao 8º anos/EF, do período da tarde, que frequentam a Sala de Recursos no período da manhã, conforme cronograma de atendimento agendado com os alunos e seus pais em reuniões pedagógicas para atender suas necessidades educacionais. As atividades desenvolvidas na Sala de Recursos colaboram para que o mesmo venha a ter melhor desempenho no ensino regular, tornando-se de suma importância o apoio e o funcionamento da referida sala.

Sala de Apoio – a sala de apoio é indispensável para a nossa clientela. Visto que muitos alunos são carentes e necessitam de reforço para que consigam alcançar êxito nos estudos. É preciso, portanto que os pais se responsabilizem em mandar os filhos para as aulas de reforço e também que os professores que vão ministrar essas aulas, sejam os que têm padrão fixo na escola. Assim haverá um maior comprometimento dos professores e isso servirá também de incentivo aos alunos.

Profissionais da Educação

- Agentes Educacionais I

O porte de nosso Colégio permite um número de funcionários que não condiz com a realidade, pois com a abertura de novas turmas do curso Técnico em Enfermagem aumentou o número de alunos e não houve a contratação de novos funcionários. O trabalho é bem realizado, pois a participação dos profissionais nos cursos de capacitação ajudam no desempenho de suas funções com mais qualidade.

- Professores

Faltam profissionais de apoio (psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos...) para orientar os professores em suas dificuldades em sala de aula. Além disso, é necessário que haja redução do número de alunos nas salas de aula para maior acompanhamento e rendimento dos mesmos.

É preciso que sejam contratados professores para substituição nos casos de cursos, atestados médicos, licença médica e licença especial.

- Agentes Educacionais II

Conforme o porte de nosso Colégio observa-se que o número de funcionários não condiz com a nossa realidade. Houve um aumento considerável de alunos com a abertura de novas turmas para o Curso Técnico em Enfermagem e o número de funcionários permaneceu o mesmo. Com o surgimento de cursos para a formação continuada dos funcionários os mesmos estão capacitados para desenvolver suas atividades com mais eficiência.

- Compromisso e Envolvimento com a Escola

Ainda temos profissionais que não iniciam o ano letivo nos estabelecimentos, devido demora na contratação dos mesmos (no caso PSS). Fica impossibilitado de participar das reuniões da semana pedagógica levando mais tempo para adaptar-se com as mudanças planejadas.

Resultados Educacionais - 2012

Série	Total de alunos	Reprovados	Evadidos	Transferidos	Aprovados
6º E.F.	112	17	4	6	85
7º E.F.	101	16	5	6	77
8º E.F.	111	11	3	6	91
9º E.F.	93	15	1	8	69
1º E.M.	110	21	22	7	60
2º E.M.	68	7	18	3	40
3º E.M.	81	2	8	2	69
1º Sem.	73	16	10	0	47
2º Sem.	55	0	5	0	49
3º Sem.	52	0	0	0	52
4º Sem.	50	0	2	0	48

- Assiduidade e Pontualidade de Alunos, Professores, Funcionários e Direção

Alunos – Percebe-se que com relação aos alunos há uma diferenciação em relação aos turnos:

Manhã: geralmente são pontuais havendo uma tolerância de dez minutos para a entrada da primeira aula, após essa tolerância fecha-se o portão e os alunos que chegarem além do permitido entram na segunda aula.

Tarde: são alunos que cumprem os horários, com exceção de poucos que utilizam o transporte escolar.

Noturno: a escola mantém um tratamento diferenciado em relação aos outros turnos, visto que a maioria dos alunos trabalham durante o dia, longe da escola dificultando a sua chegada no horário previsto. Por isso há uma tolerância para que os alunos sejam prejudicados e não haja tanta evasão.

Professores: cumprem os horários tanto de entrada quanto de saída, como também os horários de hora atividade.

Funcionários: os funcionários, tanto administrativo, biblioteca, cozinha e serviços gerais, cumprem assiduamente seu devido horário, observa-se que sempre estão em seus postos cumprindo seus deveres.

- Evasão e Abandono

Noturno: a maioria dos alunos abandona a escola alegando não conseguir conciliar o horário de trabalho e a escola, já que a escola está localizada em um bairro periférico, havendo um deslocamento muito grande entre o seu local de trabalho e a escola.

Mudam constantemente de turno para acompanhar o estágio (CIEE), não acompanhando essas mudanças na aprendizagem, e por isso se evadem há um trabalho da orientação educacional para o retorno desses alunos, mas muitas vezes não há o apoio da família. Ainda temos o problema da gravidez na adolescência, que por dificuldades financeiras e emocionais não conseguem conciliar maternidade e escola.

Alguns casos ocorridos no ensino fundamental, onde os pais não conseguem impor limites aos filhos e estes se evadem da escola, mesmo com o apoio do Conselho Tutelar não retornam, já, os meninos que estão fora da faixa etária para as séries que cursam se evadem porque precisam trabalhar para sobreviver.

Diretor e Diretor Auxiliar

Houve um grande entrosamento entre equipe pedagógica, professores e funcionários, conquistas na área pedagógica, superando os índices de aprovação do ano anterior, diminuíram consideravelmente as incidências de conflitos, todos os professores tiveram oportunidade de participar de cursos de capacitação, orientados pelo NRE. Foram aprovados projetos na área de ampliação e reforma do Colégio, conquistas extraordinárias em parcerias com a APMF e Conselho Escolar. Conquistas na área pedagógica com o funcionamento do Curso Técnico em Enfermagem, o qual tem formado profissionais de qualidade para atuar na área de saúde.

VIII. REFERÊNCIAS

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares**, 2009. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=98>

-----, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos**. Curitiba, SEED, 2006. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>

-----, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Profissional: fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba, SEED, 2006. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: A Pedagogia Crítico – Social dos Conteúdos**. 20^a edição. Loyola. São Paulo, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Editora Autores Associados, 37^a edição, Campinas, São Paulo, 2005.

_____. **Pedagogia Histórico – Crítica: Primeiras Aproximações**. Editora Autores Associados, Campinas , São Paulo, 1995.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/86**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

PARO. Vitor Henrique. **Administração Escolar e Qualidade do Ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?** In: BASTOS, João Baptista (Org). *Gestão Democrática*. DP&A: SEPE, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30ª edição. Editora Paz e Terra, 1996.

DALBEN, Ângela I. L. De Freitas. **Conselho de Classe e Avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. 3ª edição. Editora Papyrus, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO – SEED
ANEXO XXI da Resolução n.º 4122/2011 – GS/SEED
PLANO DE AÇÃO NA GESTÃO DA ESCOLA – 2012 a 2014

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

O Colégio Estadual João XXIII – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situa- se à Rua Santa Catarina, nº 260 – Vila São João – Irati – PR – CEP 84500-000.

TELEFONE: (42)3422-3542 Fax: (0xx42) - 34223542

Email: irijoao@seed.pr.gov.br

O Colégio Estadual João XXIII, funciona em três turnos:

Matutino – das 7:30 às 11:55 horas

Vespertino – das 13:05 às 17:30 horas

Noturno – das 18:45 às 23: 00 horas.

No período da manhã é ofertada a 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, sala de Recursos Multifuncional de 6º a 9º ano, sala de apoio de 6º ano nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e as três séries do Ensino Médio.

No período da tarde são ofertadas turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, Sala de Recursos de 6º ao 9º ano e sala de apoio de 9º ano nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

No ensino noturno são ofertadas as três séries do Ensino Médio; quatro séries de Ensino Profissionalizante – Técnico em Enfermagem.

Equipe de Gestão:

Diretor: Ernani Pedro de Ramos

Vice-Diretora: Sandra Bernaski

2.CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

O Colégio Estadual João XXIII, foi inaugurado em 27 de junho de 1965, através do Decreto 7378, o Grupo Escolar João XXIII, substituiu a antiga Escola Isolada da Vila São João. O prédio foi construído num terreno que media 40 m², proveniente de doação da Mitra (diocese de Ponta Grossa).

A obra para construção do prédio teve início no Governo do Sr. Ney Braga e seu término no Governo Paulo Pimentel, sendo que em 1966 o Colégio passou a chamar- se Grupo Escolar “João XXIII”.

A Escola já estava ficando pequena. Foi conseguido com o prefeito da época, ano de 1968, Dr. Ildelfonso Zanetti a construção de mais duas salas de aula. O número de alunos matriculados em 1966 era de 222, distribuídos em classes que variavam entre 20 e 40 alunos, 14 era o número de professores. O antigo prédio do Colégio João XXIII, situado na Rua Amazonas, s/n, Vila São João, no ano de 1998 passou por reformas e no local atualmente funciona a Escola Municipal Rosalina Cordeiro de Araújo - Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A partir de 1986 a Escola João XXIII, passou a chamar- se Escola João XXIII - Ensino de 1º Grau. Durante a gestão de Marlene de Fátima Henrique, foi requerido o reconhecimento do Curso completo de 1º

Grau, na data de 15 de junho de 1989, o qual foi oficializado com a Resolução nº 2453/89 de 06 de setembro de 1989

No ano de 1995, sob a Direção da Rita de Cássia Ludvig Gadens, iniciou o curso de Auxiliar de Enfermagem sob Resolução 3084/97, do Diário Oficial de 30/09/97. Ainda em 1996, sob a Direção da Rita de C. L. Gadens, a Escola João XXIII, foi renomeada, passando a chamar-se: Colégio Estadual João XXIII - Ensino de 1º e 2º Graus, sob Resolução nº 3859/97 e em Diário Oficial de 09/01/98, para Educação Geral - Preparação Universal e Resolução nº 3084/97 e em Diário Oficial de 30/09/97, para o Curso de Auxiliar de Enfermagem.

O novo prédio foi inaugurado em 26 de julho de 1996, pelo Governo do Estado do Paraná. Foi um grande passo na Educação de nossas crianças. O mesmo foi construído numa área de 10.000 m², e tem atualmente 2.105,43 m² de área construída, dividida em três blocos.

Posteriormente, houve a implantação gradativa do Ensino Médio e novamente mudança no nome do Colégio para: Colégio Estadual João XXIII - Ensino Fundamental e Médio, sob Resolução Secretarial nº 3120/98 em Diário Oficial de 11/09/98.

Também em 1998, foi criado o Laboratório de Informática, onde foram instalados 03 (três) microcomputadores, pelo programa PROEM-PROINFO.

Em 2006, foi solicitado a abertura do Curso Técnico em Enfermagem, tendo o parecer favorável da Secretaria Estadual de Educação, o qual teve início em fevereiro de 2005 através da autorização de funcionamento pela Resolução Nº 1074/06 de 28/03/2006, já em 2006 o Colégio Estadual João XXIII – Ensino Fundamental e Médio passou a denominar-se Colégio Estadual João XXIII – Ensino Fundamental, Médio e Profissional através da Resolução Nº 1074/06 de 28/03/2006, Parecer Nº 0138/2006 – Departamento de Educação Profissional. Atualmente, o Colégio oferece os seguintes cursos/modalidades:

- Ensino Fundamental de 5ª a 7ª séries - Resolução nº 5.337/85, de 04/12/85-
- Sala de Recursos – Series iniciais/Finais, Área da Deficiência Mental/Intelectual e Transtornos Funcionais Específicos de 5ª a 8ª series – Resolução 4197/04 de 20/12/04
- Sala de Apoio (5ª serie – Português e Matemática) – Resolução 371/2008
- Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª serie) - Resolução Secretarial nº 3120/98 de 11/09/98-
- Ensino Profissional: Técnico em Enfermagem – Resolução 2841/10 de 30/06/2010.
- Estágio: Instrução SUED/SEED 006/2009.

2.2 LINHAS BASICAS DO PROJETO POLITICO PEDAGOGICO DA ESCOLA

O Colégio Estadual João XXIII, oferta serviços educacionais aos educandos com base nos princípios emanados das Constituições Federal e Estadual, da LDB e outros documentos oficiais a fim de:

Propiciar uma escola de qualidade, oferecendo um ambiente favorável para que o educando se desenvolva integralmente, em todos os aspectos, valorizando os limites e o desempenho de cada um, reforçando a inclusão social e educacional dos indivíduos portadores de necessidades especiais, conforme deliberação 002/03 da Educação Especial.

Possibilitar que a avaliação seja contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, conforme prevê a LDBN 9394/96.

Respeitar as determinações da Deliberação 007/99 , artigo 1º, compreendendo que “a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir- lhes valor”, pois a avaliação seguirá os princípios estabelecidos no Projeto Político Pedagógico.

Assegurar o direito à elaboração do Projeto Político Pedagógico envolvendo todos os segmentos da comunidade, bem como sua plena execução, zelando pela aprendizagem dos alunos, adaptando o currículo a função social da Escola, conforme a Deliberação 014/99.

Considerando a realidade que temos na instituição escolar e a concepção de que o papel do aluno na sociedade é a transformação do espaço em que vive, torna- se necessário que este compreenda de onde veio e para que está na escola. Partindo desse pressuposto, o aluno deve estar aberto a aprendizagem, não somente em relação ao conhecimento científico, mas também na formação do indivíduo capaz de atuar de forma integrada e com discernimento em suas ações.

Ressalta- se que o Colégio João XXIII é o único estabelecimento de ensino, do NRE, de Irati , que oferta o Curso Técnico em Enfermagem, o qual atende todos os municípios da região.

Percebe-se que a equipe de trabalho é eficiente, têm liberdade de expressão, a maioria dos alunos são participativos, interessados e críticos. Comentam que ainda um dos problemas é a indisciplina de alguns alunos, muitos são pessimistas em relação a esta questão. A participação da família na escola ainda constitui- se em um desafio para atender ao que dispõem os princípios da Gestão Democrática , pois pelo fato de exercerem suas atividades profissionais, há pais ausentes quanto à educação dos filhos.

Referindo- se aos Desafios Educacionais Contemporâneos , a equipe multidisciplinar e os professores das diversas disciplinas têm promovido debates e discussões para sensibilizar os alunos em prol da paz, da não violência e da não discriminação de qualquer natureza.

Com base nas considerações anteriores, este Plano de Ação pretende direcionar as atividades desenvolvidas no Colégio, buscando sempre a formação de sujeitos que, através do acesso ao conhecimento, tornem-se cidadãos críticos e conscientes de sua importância na transformação da sociedade.

QUADRO DE METAS

INDICADORES	A ESCOLA QUE TEMOS HOJE		A ESCOLA QUE PRETENDEMOS	O QUE VAMOS FAZER AÇÕES (CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO)
	POTENCIALIDADES	DIFICULDADES		
1- Gestão de resultados educacionais	-Análise e acompanhamento dos índices do IDEB e o desenvolvimento do Projeto PDE escola, visando alcançar elevação desses índices nos próximos anos.	-Envolver toda Comunidade Escolar - A taxa de evasão escolar ainda persiste, principalmente no período noturno. Alunos precisam trabalhar e não conseguem conciliar com o estudo, a família não apoia o retorno à escola, e a isto se soma o problema da gravidez na adolescência.	-Elevação de índices na avaliação como IDEB e SAEB assim como atingir a melhoria e a qualidade de ensino. Diminuir a taxa de evasão bem como de reprovação, buscando para isso uma maior participação das famílias junto à escola, para superação das dificuldades através do diálogo.	-Tomar como base, índices do IDEB, para redirecionar ações pedagógicas que visem superar as dificuldades encontradas, respeitando o calendário escolar. -Continuar com ações que envolvam a Comunidade Escolar, na intenção de sensibilizar a família da importância do seu envolvimento. -Buscar a participação dos pais. Trabalhar junto com a comunidade em projetos que visem superar os problemas da própria comunidade através de um trabalho de cooperação.
2- Gestão participativa/ democrática	-Participação dos órgãos colegiados nas decisões administrativas e pedagógicas -Projeto Escola de Pais, com a intenção de trazer a Comunidade para o Espaço escolar.	-Presença de todos os envolvidos nesses órgãos	-Sensibilização de todos os envolvidos, da importância da participação, no processo, priorizando a formação integral dos alunos.	-Desenvolver projetos e ações os quais a comunidade/família possa participar e sentir a Escola como sua extensão; -Refletir sobre índices alcançados, na intenção da retomada de ações concretas para atingir melhoria nos resultados. -Continuar o projeto Escola de Pais. - Definir coletivamente as regras democráticas de gestão, aperfeiçoando-as permanentemente. Divulgação do Regimento Escolar, das normas legais e de convivência.
3- Gestão Pedagógica	-Equipe pedagógica e direção acompanha todo o processo pedagógico, chamando a família para o acompanhamento do	-Ausência de alguns pais. - Dificuldade em encontrar maneiras e critérios para uma avaliação integral da	-Aumentar a discussão do PPP junto à Comunidade Escolar; Equipe pedagógica e direção	-Chamar a Comunidade Escolar a envolver-se em todas as questões pertinentes a ações administrativas e pedagógicas; -Tomar como base o resultado do IDEB, alcançado em 2009 de 4,3 como referência, na busca de superar esse índice.

	<p>processo . O PPP atualizado, serve como diretriz de ações.</p>	<p>aprendizagem e da formação do aluno. -</p>	<p>envolvendo-se no Processo educacional, analisando índices, reavaliando dados, reestruturando ações pedagógica, respaldando o trabalho do professor bem como o seu assessoramento. Melhor avaliação do currículo, da aprendizagem do aluno e sua formação geral.</p>	<p>-Refletir, junto a equipe de professores estratégias e ações para reverter resultados, superar dificuldades . -Promover o aperfeiçoamento coletivo dos pontos que eventualmente venham a ser evidenciados, no decorrer do ano letivo. - Plano de oferta de Atividades Complementares em contraturno. Desenvolvimento de ações para fortalecer o compromisso, vínculo entre aluno, professor, família e comunidade.</p>
4- Gestão de Inclusão/ Socioeducação	<p>-Processo via NRE com o pedido de acompanhamento de um professor de libras - Intérprete de Libras, acompanhando o aluno com deficiência auditiva. -Comunidade escolar com grande heterogeneidade e diversidade, tanto de competências quanto culturais.</p>		<p>-Equipe de apoio pedagógico especializado para cada dificuldade encontrada na inclusão de alunos com deficiências educacionais. -Além de oferecer igualdade de oportunidades, trabalhar com diversas formas de transmissão de conhecimento bem como de avaliação e valorização de potencialidades.</p>	<p>-Procurar junto ao NRE e SEED a solução de problemas encontrados na inclusão sócio educacional, quanto ao suprimento de professores especializados. -Procurar junto aos órgãos competentes pela administração pública, adaptações que se fizerem necessárias. -Desenvolver projetos que busquem incluir as manifestações culturais dos alunos assim como outras diversas habilidades dentro da escola, fazendo com que os alunos se sintam motivados, valorizados e aceitos.</p>
5- Gestão de Pessoas	<p>-Envolvimento de professores,alunos, equipe pedagógica funcionários e direção nas questões administrativas/ pedagógicas</p>	<p>Individualismo de alguns membros.</p>	<p>-Sensibilização dos envolvidos no processo educacional. - Gestores, professores e funcionários comprometidos com o Projeto Político Pedagógico da escola, e com o desenvolvimento de equipes e lideranças, valorização e motivação de</p>	<p>-Incentivar no âmbito escolar, a iniciativa e as ações inovadoras. -Todos envolvidos e responsáveis pelo processo educacional, visando o crescimento individual e coletivo da Comunidade Escolar. - Desenvolver e praticar os conceitos que valorizam e promovem a vida em clima favorável ao ensino e à aprendizagem. -Ações de formação continuada em serviço e troca de experiências vivenciadas. -Práticas de valorização e reconhecimento do trabalho da equi-</p>

			<p>peças, formação continuada e avaliação de desempenho.</p>	<p>pe escolar.</p>
<p>6- Gestão de serviços de apoio (recursos físicos e financeiros)</p>	<p>-Conhecimento e envolvimento de todos os órgãos colegiados nas decisões referentes a aplicação dos recursos recebidos pela escola, enviados pelos órgãos Federal e Estadual</p>		<p>-Decisão em grupo -Avaliação do atendimento ao público, da manutenção do prédio, dos equipamentos, bem como da utilização e da aplicabilidade dos recursos financeiros, da prestação de serviços a comunidade, quanto ao atendimento, a atualização da documentação e escrituração da vida dos escolares.</p>	<p>-Aumentar a participação do maior número possível de pessoas nas tomadas de decisões, na aplicação dos recursos oriundos dos Governos Federal e Estadual. -Otimização dos recursos didáticos disponíveis nos espaços pedagógicos da escola -Preservação do patrimônio escolar -Aplicação dos recursos financeiros da escola, planejamento, acompanhamento, prestação de contas e avaliação do seu uso, considerando o Projeto Político Pedagógico e os princípios da gestão pública, com ações que contribuam para a transparência dos procedimentos. - Solicitar ao órgão competente, na SEED, a ampliação física do Colégio, pois não atende mais as necessidades atuais.</p>

METAS DE MELHORIA DO PROCESSO EDUCATIVO

Prioridades	Objetivos	Ações	Período	Público Alvo	Recursos	Responsáveis pela ação	Resultados esperados
<p>Elevar os índices na avaliação do IDEB e SAEB</p>	<p>Melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem</p>	<p>Dar suporte pedagógico a professores, alunos e chamar a Comunidade Escolar a participar dessa superação</p>	<p>2012/2014</p>	<p>Comunidade Escolar</p>	<p>Apostilas (Editora IBEP), apostilas da Prova Brasil (Atualizadas)</p>	<p>Equipe pedagógica e professores</p>	<p>Conservar e/ou superar o atual índice alcançado no IDEB(4,3)</p>
<p>Propiciar um clima de respeito, harmônico e favorável ao processo de ensino e aprendizagem</p>	<p>Sensibilizar professores, alunos, funcionários, equipe pedagógica, quanto a importância das relações interpessoais.</p>	<p>Palestras interativas durante a Semana Cultural ou a Agenda 21, por pessoal capacitado como profissionais da saúde, da</p>	<p>2012/2014</p>	<p>Professores, alunos, equipe pedagógica e funcionários</p>	<p>Data show, slides, filmes, palestrante</p>	<p>Direção e equipe pedagógica</p>	<p>Respeito e harmonia nas relações interpessoais</p>

		Universidade entre outros, conforme a necessidade, sem ferir o calendário escolar.					
Uso das TICS no processo educacional	Incentivar professores para o uso dos TICS no processo educacional , bem como a alunos e Comunidade Escolar.	Manter em perfeito funcionamento o laboratório de informática, televisores multimídias, data show, dvds e controles. -Solicitar técnicos do CRTE para apoiar e orientar, assim como funcionário contratado pela SEED, para acompanhar diariamente o laboratório bem como outros materiais tecnológicos.	2012/2014	Professores, alunos e Comunidade Escolar	Profissionais e recursos tecnológicos	Direção, equipe pedagógica, CRTE	Uso das TICS por todos os setores envolvidos
Prédio escolar em perfeito estado de higiene e conservação	Conservar o prédio escolar em perfeitas condições de uso e de higiene .	Aplicação de recursos financeiros disponíveis	2012/2014	Comunidade Escolar	Materiais necessários para a conservação	Direção e Órgãos Colegiados.	Prédio conservado , ambiente físico agradável e em perfeitas condições de uso
Transparência na aplicação dos recursos financeiros	Consultar a Comunidade Escolar quanto a aplicação dos recursos - Divulgar amplamente a aplicação dos recursos em editais , murais e bilhetes	Envolver os órgão colegiados nas decisões e ações	2012/2014	Órgãos Colegiados	Materiais para divulgação	Direção e Órgãos Colegiados	Comunidade Escolar participativa e envolvida nas questões financeiras

	informati-vos.						
Materiais pedagógicos como apoio ao processo de ensino e aprendizagem	Disponibilizar recursos e materiais pedagógicos necessários para a melhoria do processo educacional	Adquirir e ofertar material pedagógico necessário ao desenvolvimento ações educativas	2012/2014	Professores e alunos	Materiais pedagógicos necessários para ações educativas	Direção e equipe pedagógica	Melhoria nas práticas pedagógicas

Referências:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/86**. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

DALBEN, Ângela I. L. De Freitas. **Conselho de Classe e Avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. 3ª edição. Editora Papyrus, 2006

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: A Pedagogia Crítico – Social dos Conteúdos**. 20ª edição. Loyola. São Paulo, 2005.

_____. **Pedagogia Histórico – Crítica: Primeiras Aproximações**. Editora Autores Associados, Campinas, São Paulo, 1995.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação de Aprendizagem Escolar**. Ed. Cortez. São Paulo, 2005.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares**, 2009. Disponível em

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=98>

PARO. Vitor Henrique. **Administração Escolar e Qualidade do Ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?** In: BASTOS, João Baptista (Org). Gestão Democrática. DP&A: SEPE, 2002.

SILVA. Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva(org)**. Stuart Hall, Kathyn woosward.9.ed.-Petrópolis, RJ: Vozes,2009.

VYGOTSKY, Lev S. et alli. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Ícone, São Paulo: 1988.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação Social da Mente**. Ed. Martins Fontes, 4ª edição, São Paulo, 1991.

VYGOTSKI. **Pensamento e Linguagem**. Ed. Martins Fontes, 3ª edição, São Paulo: 1991.

COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL

PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA

1 – JUSTIFICATIVA

A escola tem uma grande importância na vida do ser humano, havendo a necessidade de se criar uma forma de trabalho que atenda os alunos a fim de desenvolver uma consciência crítica, para que possam participar efetivamente no contexto social em que vivem. Os profissionais da educação assumem um papel de responsáveis pelo desenvolvimento integral do educando em seus múltiplos aspectos: físico, intelectual, social, moral e emocional.

Devido às mudanças sócio econômicas e culturais ocorridas na sociedade, a escola teve que reformular suas funções tradicionais e redefinir seu papel, conseqüentemente o trabalho do pedagogo nesta conjuntura, deve enfatizar a dimensão humana social da aprendizagem dos alunos.

O professor pedagogo, no exercício de sua função, se pauta nos princípios de gestão democrática e participativa e para que haja um desempenho eficiente. O pedagogo deve conhecer a realidade circundante da escola, as origens da parcela da população que atende e se integra com todos os segmentos da instituição, sendo o elo entre toda a comunidade escolar, criando condições de que todos possam ser ouvidos e respeitados, colaborando para a construção e formação do ser humano como cidadão.

2 – OBJETIVOS

- Coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Ação da Escola;
- Coordenar a construção coletiva e a efetivação da Proposta Pedagógica Curricular da Escola, a partir das Políticas Educacionais da SEED/PR e das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;
- Promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e para a elaboração de propostas de intervenção na realidade da escola;
- Participar e intervir, junto à direção, da organização do trabalho pedagógico escolar no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar;
- Sistematizar, junto à comunidade escolar, atividades que levem à efetivação do processo ensino e aprendizagem, de modo a garantir o atendimento às necessidades do educando;
- Participar da elaboração do projeto de formação continuada de todos os profissionais da escola e promover ações para a sua efetivação, tendo como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;
- Analisar as propostas de natureza pedagógica a serem implantadas na escola, observando a legislação educacional em vigor e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como fundamentos da prática educativa;
- Coordenar a organização do espaço-tempo escolar a partir do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Pedagógica Curricular da Escola, intervindo na elaboração do calendário letivo, na formação de turmas, na definição e distribuição do horário semanal das aulas e disciplinas, da hora-atividade, no preenchimento do Livro Registro de Classe de acordo com as Instruções Normativas da SEED e em outras atividades que interfiram diretamente na realização do trabalho pedagógico;

- Coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas a partir de critérios legais, pedagógicos e didáticos e da Proposta Pedagógica Curricular da Escola;
- Organizar e acompanhar a avaliação do trabalho pedagógico escolar pela comunidade interna e externa;
- Apresentar propostas, alternativas, sugestões e/ou críticas que promovam o desenvolvimento e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar, conforme o Projeto Político Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular, o Plano de Ação da Escola e as Políticas Educacionais da SEED;
- Coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático- pedagógico, a partir da Proposta Pedagógica Curricular e do Projeto Político- Pedagógico da Escola;
- Participar da organização pedagógica da biblioteca, assim como do processo de aquisição de livros e periódicos; orientar o processo de elaboração dos Planos de Trabalho Docente junto ao coletivo de professores da escola;
- Subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores da escola, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas;
- Organizar a hora- atividade do coletivo de professores da escola, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja utilizado em função do processo pedagógico desenvolvido em sala de aula;
- Atuar, junto ao coletivo de professores, na elaboração de propostas de recuperação de estudos a partir das necessidades de aprendizagem identificadas em sala de aula, de modo a garantir as condições básicas para efetivação do processo de socialização e apropriação do conhecimento científico;
- organizar a realização dos Conselhos de Classe, de forma a garantir um processo coletivo de formulação do trabalho pedagógico desenvolvido pela escola e em sala de aula, além de coordenar a elaboração de propostas de intervenção decorrentes desse processo;
- Informar ao coletivo da comunidade escolar os dados do aproveitamento escolar; coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar;
- Orientar a comunidade escolar na proposição e construção de um processo pedagógico numa perspectiva transformadora;
- Ampliar os espaços de participação, de democratização das relações, de acesso ao saber da comunidade escolar; participar do Conselho Escolar, subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar;
- Propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e sua participação nos diversos momentos e órgãos colegiados da escola;
- Promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social e de ampliação do compromisso ético-político com todas as categorias e classes sociais.

3 – METODOLOGIA

- Realização de reuniões de pais, juntamente com direção e professores, promovendo meios de integração entre escola e família, visando um melhor aproveitamento no processo de ensino-aprendizagem, auxiliando os pais na reflexão de sua função no acompanhamento permanente dos filhos;
- Mobilização da comunidade escolar (funcionários, alunos, pais e professores) para a compreensão da realidade na qual está inserida, objetivando traçar ações consistentes na escola;
- Desenvolvimento de projetos de interação escola comunidade ampliando espaço de participação da comunidade nas decisões pedagógicas da escola;
- Participação nas instâncias colegiadas, subsidiando teórica e metodologicamente as reflexões e decisões sobre o trabalho pedagógico escolar;
- Incentivo à participação dos alunos nos diversos momentos e em órgãos colegiados da escola;
- Elaboração de estratégias para a superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social e de compromisso ético e político com todas as categorias e classes sociais;
- Orientações quanto ao cumprimento dos preceitos constitucionais, a legislação educacional em vigor e o Estatuto da criança e do adolescente, como fundamentos da prática educativa,
- Promoção de reuniões de caráter formativo e informativo;
- Estimulo à participação dos pais, distinguindo presença de participação;
- Repasse do projeto político-pedagógico da escola para conhecimento dos pais.

4 – AVALIAÇÃO

A avaliação incidirá sobre os aspectos pedagógicos da atividade escolar, devendo ser realizada através de procedimentos de observação e registros contínuos, para permitir o acompanhamento sistemático do processo de ensino e aprendizagem, de acordo com os objetivos da equipe pedagógica, do desempenho da equipe escolar, dos alunos e dos demais funcionários, nos diferentes momentos do trabalho educacional, bem como da participação da comunidade escolar nas atividades propostas pela escola.

COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE

PLANO DE AÇÃO – GRUPO DIVERSIDADE

Título: Diversidade na escola

Disciplinas: Língua Portuguesa, História, Geografia, Educação Física, Inglês, Ensino Religioso e Arte.

Justificativa: A educação deve ser contextualizada, pois os protagonistas que usufruem de todo o processo, ou seja, nossos alunos, são parte integrante do meio social em que vivem. E nesse contexto social, convivem diretamente com o preconceito e a discriminação e, acabam reproduzindo esse comportamento no interior das escolas. Diante disso, seria necessária uma reflexão sobre a diversidade em sala de aula.

Objetivos:

Discutir a diversidade na escola a fim de minimizar o preconceito e a discriminação presentes na sociedade, eliminando o “pré-conceito” existente por falta de conhecimento;

Buscar a valorização de cada um enquanto ser humano;

Conhecer a legislação pertinente à diversidade;

Refletir sobre a educação do campo, valorizando os sujeitos que nele vivem, a função que exercem, suas ideias, suas concepções, seus gostos, suas crenças, sua cultura, suas categorias de conhecimentos, seus anseios e suas necessidades;

Propiciar conhecimento sobre a cultura indígena, seus povos, sua cultura a fim de desmitificar conceitos e pré-conceitos;

Buscar fundamentação teórica a respeito da diversidade sexual, para reduzir a discriminação e consequentemente, a violência causada à categoria;

Promover reflexões sobre a diversidade sexual, desconstruindo mitos, tabus, conceitos e pré-conceitos;

Despertar a consciência do aluno da importância do negro na sociedade e sua contribuição ao longo do processo histórico;

Desconstruir, o mito da democracia racial, que se forjou na sociedade brasileira, mascarando o tratamento desigual destinados aos afrodescendentes

Construir um novo olhar sobre a história nacional e regional/local, ressaltando a contribuição dos africanos e afrodescendentes na constituição da nação brasileira;

Promover reflexões sobre a autonomia, a igualdade no mundo do trabalho, e a cidadania; a melhoria da saúde das mulheres, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos;

Refletir sobre a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, sua busca e efetivação;

Refletir a ideia de que todos somos sujeitos históricos, agentes construtores e transformadores do espaço social, econômico, político e cultural, valorizando todos os povos, religiões, cultura, crenças e outros.

DIVERSIDADE ESCOLAR: ESCOLAS DO CAMPO, ESCOLAS INDÍGENAS E ESCOLAS QUILOMBOLAS

A diversidade precisa ser amplamente discutida nas escolas com o propósito de minimizar o preconceito e a discriminação presentes na sociedade. As crianças e jovens possuem “pré-conceitos” por falta de conhecimento. Então, a escola cumprindo com sua função social, contribuirá para a apropriação de “conceitos” básicos que levarão os alunos a transformarem o meio onde vivem, respeitando as diferenças. Em linhas gerais aborda-se sobre a diversidade escolar, na qual incluem-se Escolas Quilombolas, Indígenas e do Campo.

Há inúmeras dúvidas pertinentes à diversidade, devido ao despreparo para abordar questões como: sexualidade (gênero), indígenas, quilombolas, entre outras diferenças. Porém, os educadores devem compreender que a diversidade no âmbito escolar se constitui em uma grande riqueza que pode ser estudada e apreendida pelos discentes, de forma que se minimize o preconceito e isso não se constitua em um problema para a escola.

Certamente, as diferenças existem, mas todos possuem direitos e, o papel da escola é justamente garantir não só o direito à educação, mas a valorização de cada um enquanto ser humano. Afinal, todos têm direito assegurado na legislação de usufruir de uma educação pública e de qualidade. E, valorizar as pessoas enquanto seres humanos dotados de diferenças, não é um trabalho a ser realizado esporadicamente em sala de aula, mas um trabalho a ser desenvolvido na escola como um todo, ou seja,

deve ser proposto no Projeto Político-Pedagógico e ser vivenciado por todos os educadores, independente se são professores ou não. Pois de nada adiantaria trabalhar teoricamente a questão e na hora da ação, demonstrar preconceito. Portanto, fica claro que é um trabalho coletivo com a intencionalidade de enfrentar a problemática e superá-la. É importante que se direcione o “olhar”, durante o processo educacional, para as contribuições das pessoas que fazem parte do grupo dos “diferentes”, para a construção da história do nosso país. Em primeiro lugar, o aluno precisa conhecer a diversidade, para então, respeitá-la e amá-la.

Fazendo referência à Comunidade de Remanescentes de Quilombos, destaca-se que houve um levantamento da formação étnico-cultural do povo paranaense, mapeando-se as comunidades quilombolas e negras, verificando-se que as características socioeconômicas, culturais e educacionais eram precárias bem como a inexistência de políticas públicas para melhorar aspectos como: saúde, saneamento, educação, entre outros. A partir desse diagnóstico, do direito a uma educação pública de qualidade e respeitando suas raízes culturais, a SEED, através do Departamento da Diversidade, deu início a um projeto destinado a especificidade dessas comunidades.

Para atender os quilombolas com qualidade, houve a necessidade de preparar os docentes para compreender a cultura do povo e para elaboração de material pedagógico. Além das crianças em idade escolar, para proporcionar qualidade de vida aos demais integrantes, iniciou-se o processo de alfabetização dentro das comunidades de forma a respeitar e valorizar a cultura. Pois até então foram ignoradas a contribuição desse povo na construção do nosso país, mais especificamente para o Estado do Paraná.

Reconhecendo a existência e dados quantitativos de comunidades quilombolas, torna-se imprescindível a construção e efetivação de políticas públicas de acordo com a realidade.

A falta de uma proposta pedagógica coerente com a realidade das comunidades contribuía para o êxodo, pois muitos jovens partiam para centros urbanos em busca de cursos, considerados incompatíveis com sua realidade, e também na tentativa de conseguir emprego para melhorar suas condições de vida. Porém, a associação da cultura com conteúdos escolares e a contribuição para qualidade social e profissional levaram os quilombolas a darem início à construção de propostas de desenvolvimento sustentável e permanência de seu povo nas comunidades.

Outros povos que fazem parte da diversidade de nosso estado são os indígenas. No Paraná e nos demais estados Sul- brasileiros tivemos as seguintes populações:

Tradição Humaitá: estudando vestígios dessa população constatou-se que viviam em pequenos grupos, de 40 a 60 pessoas, sobreviviam da caça, pesca, coleta e dos vegetais. As habitações poderiam ser meia- água ou até mesmo casa de madeira, coberta com palha, formando acampamentos para difusão de sua cultura e rituais.

Tradição Umbu: assim como os “humaitás”, os “umbus” não deixaram descendentes conhecidos. Ocuparam as regiões de maior altitude nos planaltos do Paraná, habitaram tanto em céu aberto como se abrigaram em rochas. Essa tradição deixou pontas de projéteis e resíduos de lascamento como vestígio de sua cultura.

Tradição Sambaqui: ocuparam uma vasta faixa da Serra do Mar, desde o Rio Grande do Sul até a Bahia. Seus vestígios são os montes construídos intencionalmente com restos de alimentos, adornos, conchas, ferramentas, armas, carvões de fogueiras, sepultamentos e antigas moradias

Além das tradições indígenas acima mencionadas, as populações históricas que contribuíram para a cultura paranaense foram:

População Guarani: são os mais conhecidos em termos arqueológicos, históricos, antropológicos e lingüísticos. Possuíam uma organização social nas aldeias onde viviam por meio de laços de parentesco ou aliança política. Quanto à cultura matéria desses povos, tem –se conhecimento por meio da pesquisa, que confeccionavam objetos de ossos, penas, madeira, palha, fibras, conchas, etc.

População Xetá: não há pesquisas sobre os sítios arqueológicos Xetá, mas o que se tem de informação é que pequenos grupos viveram em alguns municípios paranaenses e desapareceram. Seus remanescentes, hoje, são casados com guaranis, kaingang e mesmo com brancos. Atualmente algumas famílias moram em aldeias indígenas e outras em pequenas cidades do interior do Estado.

População Kaingang: conhecidos como “Tradição Casa de Pedra” é provável que tenham chegado primeiro ao Paraná, e sua cultura material era predominantemente composta de objetos perecíveis, faziam também objetos de cerâmica.

População Xokleng: são conhecidos como “Tradição Itararé”, porém conhece-se pouco sobre ascendentes pré-históricos. Suas aldeias eram pequenas, no interior das florestas, fabricavam vasilhas e cerâmicas.

Fundamentando-se no texto “Etnomatemática e Ação Pedagógica”, de Roseli de Alvarenga Corrêa, que propõe um trabalho investigativo do conhecimento, de acordo com o tempo e espaços, considerando a realidade e, também, fazendo referência à formação do professor pesquisador, é que se oportuniza reflexões com os envolvidos no processo. Enquanto unidade escolar e preocupados com a diversidade que

caracteriza nossas escolas, torna-se fundamental a construção de propostas que possam atingir todos os grupos constitutivos da nossa realidade. Segundo a autora:

Assim, conhecer a cultura do outro, valorizá-la, respeitar a diversidade, os modos locais de medir, de contar, de operar, de explicar/comunicar, de denominar, de construir, de organizar no tempo e espaço, de classificar e de aprender, constituem-se, em conjunto, em mais um dos princípios orientadores desse fazer na educação Pensamos também no aluno pesquisador e ambos, professor e aluno, situando-se numa perspectiva interrogativa, reflexiva e crítica frente ao conhecimento, procurando entendê-lo em seu contexto social, cultural, histórico, conferindo-lhe a aplicabilidade adequada e buscando o necessário aprofundamento quando isto se fizer necessário.

No entanto, independente da disciplina, a proposta deve ser pautada no respeito à diversidade, seja ela qual for.

A Educação do Campo, que também faz parte da diversidade, considerando que este é um espaço de vida digna, que possuía carência de políticas públicas de valorização e respeito a sua particularidade. Depois de lutas empreendidas, muitos avanços aconteceram, porém o maior desafio está na consolidação da práxis. De acordo com Roseli Salete Caldart, a

Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, ou mais amplamente da classe trabalhadora do campo, e de suas lutas. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele.

O conhecimento que se tem sobre a educação do campo não mudou, muitos ainda pensam na escola rural multi- seriada, apesar de todos os movimentos pelo seu reconhecimento. O primeiro passo seria a transposição de paradigmas, através do conhecimento dos aspectos históricos, que compreendem a passagem da visão simplista de escolinha rural para apreensão do que realmente significa, ou deveria significar, a educação do campo.

Desde que se deu início a luta pela valorização da educação dos camponeses, em muitos lugares, a educação do campo foi desenvolvida por meio de programas de práticas comunitárias, de experiências pontuais. Mas isso não é o suficiente, o que se busca é a universalização da educação, para que todo o povo do campo tenha acesso à educação.

Percebe-se, na atualidade, que temos os movimentos sociais do campo que trazem uma nova consciência, novas aspirações, novos valores, nova cultura, nova identidade, nova consciência de dignidade, nova consciência de direitos: direito a terra, direito à educação. Tem-se, portanto, um novo momento sociocultural. Por isso, a importância de se trabalhar um novo modelo de educação no campo, onde a escola e o aluno sejam compreendidos como um aparelho ideológico do Estado, na medida que difundem saberes que enquadram os sujeitos do campo de acordo com a função que exercem no meio em que vivem, difundem as suas ideias, suas concepções, seus gostos, crenças, cultura, categorias de conhecimentos, de acordo com os seus anseios e com as suas necessidades.

Arroyo afirma: "Educar significa formar sujeito humano em todas as suas dimensões e somente formamos sujeitos humanos, culturais, cognitivos, éticos, de memória, de emoção e de indignação, no lugar, na terra." E ainda reforça que o direito à terra é importante porque dá a identidade, cultura, valores, fazendo parte da formação como sujeitos humanos.

Transpondo todas as informações que se adquiriu por meio dos textos de apoio para a realidade escolar, foi possível perceber que ainda há necessidade de incentivar o professor a ser um pesquisador. O embasamento teórico é primordial para que a diversidade seja abordada de forma natural, a sensibilização é importante, mas não basta, deve estar atrelada a informações concretas.

Embora, no âmbito escolar sejam desenvolvidos trabalhos afins, ainda precisamos avançar para que se tornem uma unidade.

REFERÊNCIAS

Texto Semana Pedagógica – DEDI – 2012

Caderno Temático Educação do Campo. SEED.

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARTICULAÇÃO PARANAENSE: "POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO". A história da Articulação. Caderno nº 1. Porto Barreiro/PR, 2000.

BENINCÁ e CAIMI, F. E. (Org) Formação de Professores: um diálogo entre a teoria e a prática. Passo Fundo: UPF, 2002.

BRASIL. LDB 9394/96. Brasília, 1996.

BROIETTI, M. H. Os assalariados rurais temporários da cana. São Paulo: Plano Editoração, 2003.

CALDART, Roseli S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: identidade e políticas públicas- Caderno 4.

Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação Do Campo", 2002.

CORAZZA, Sandra Mara. Tema Gerador: concepções e práticas. Ijuí. Ed. Unijuí, 1992.

DAMASCENO, M. N. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. (orgs). Educação e escola no campo. Campinas: Papyrus, 1993.

Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. CNE/MEC, Brasília, 2002.

DUARTE, Valdir P. Escola públicas do campo: problemática e perspectiva: uma estudo a partir do Projeto Vida na Roça. Francisco Beltrão, 2003.

FERNANDES, B. M. A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a educação do campo. Cadernos Temáticos – Educação do Campo. SEED/PR, Curitiba, 2005.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SHELLING, Vivian. A presença do povo na cultura brasileira. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

SOUZA, M. A . Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas desenvolvidas no MST. Petrópolis: Vozes, 2006. (Prelo)

_____. As relações entre o Movimento Sem Terra (MST) e o Estado: Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos no Paraná. In: DAGNINO, E. (org.). Sociedad civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VEIGA, J. E. da. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

Conteúdos interdisciplinares para educação do Campo:

Trabalho: divisão social e territorial

Cultura e identidade

Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável

Organização política, movimentos sociais e cidadania

Língua Portuguesa - leitura e discussão de textos relacionados ao tema.

Artes – estudo da arte e cultura dos povos do campo e indígenas.

Educação Física – atividades esportivas e recreativas dos povos dos camponeses e indígenas, valorização das músicas e danças apreciadas por eles.

Matemática – estudo, pesquisa e criação de gráficos sobre diversos fatores da realidade dos camponeses.

Ciências – estudo, pesquisa sobre alimentação, agricultura e outros fatores resultantes da alimentação dos camponeses, bem como doenças adquiridas por uso indevido de agrotóxicos; fatores resultantes da alimentação e saúde dos índios.

História – Estudo e pesquisa sobre o trabalho: divisão social e territorial.

Geografia - Estudo e pesquisa sobre o trabalho: divisão social e territorial.

Ensino Religioso- estudo e valorização da cultura dos camponeses e índios.

Biologia - estudo, pesquisa sobre alimentação, agricultura e outros fatores resultantes da alimentação dos camponeses, bem como doenças adquiridas por uso indevido de agrotóxicos; fatores resultantes da alimentação e saúde dos índios.

Química - estudo, pesquisa sobre alimentação, agricultura e outros fatores resultantes da alimentação dos camponeses, bem como doenças adquiridas por uso indevido de agrotóxicos; fatores resultantes da alimentação e saúde dos índios.

Sociologia – estudo dos fatores que interferem na cultura camponesa e indígena;

Filosofia – reflexão sobre o capitalismo e sua interferência no campo e nas aldeias indígenas.

Alternativas Metodológicas

Estudo, pesquisas, debates, atividades recreativas, desenho, pintura, etc.

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

Tanto a família quanto a escola tem receio de falar sobre sexo e sexualidade com os filhos, mesmo com os adolescentes. Quando os pais conversam sobre o assunto, é apenas sobre forma de sermão. “ Não façam isso!”; “ Você ainda não tem idade pra isso!”. Acreditam que abrindo espaço para diálogo sobre o assunto, despertarão o interesse pelo sexo. Sendo assim, preferem ignorar o assunto, desconversar, desviar sua atenção, tratar com sermão ou ainda punir quem ousar tocar no assunto.

Segundo Foucault(1988, p.10): “o sexo é negado e expulso, reduzido ao silêncio. Como se deixando de falar nele(...) este fosse deixar de existir, ou de chamar a atenção das pessoas, principalmente de jovens e crianças.” (FOUCAULT,1998, p.10).

A escola acredita que se não tocar no assunto, fará os jovens “esquecerem” sua sexualidade. Temem não dar conta de conduzir um debate sobre o assunto. E ainda temem a reação dos pais.

Ainda ignoram o assunto pelo acúmulo de conteúdos a serem trabalhados em cada disciplina, afirmando que são muitos os conteúdos “extracurriculares” que a escola tem que dar conta.

A escola tem receio de tratar sobre sexo e sexualidade. Falta-lhes a “coragem política necessária” conforme afirma Britzman(2007).

Algumas desculpas são apresentadas por educadores e educadoras como forma de não tratar da sexualidade na escola.

“É difícil falar de sexo e sexualidade na escola!”

“Eu não sei como abordar esses assuntos!”

“Esses, são conteúdos para serem trabalhados por professores de ciências e Educação Física!”

“Não recebi formação específica para isso!”

Um atribui ao outro o papel de educador sexual. O outro mais preparado, com formação específica ou com mais “habilidade” para tratar do assunto. Conforme RIBEIRO(2004):

Essas falas mostram que, em se tratando da sexualidade, há a necessidade de ser chamado um ‘outro’, a figura autorizada, aquela que tem ‘mais conhecimento’ e que está ‘mais preparada’ por ser o porta voz do discurso científico. O ‘outro’, nesse caso, é aquele que está alicerçado/ fundamentado para falar no e do corpo através dos discursos do campo biológico. (RIBEIRO, Paula Regina C. e outros. Sexualidade na sala de aula: pedagogias escolares de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental. Estudos Feministas, Florianópolis,12(1):360, janeiro/abril/2004, P. 123).

Segundo a autora, esse outro pode ser o(a) professor(a) de Ciências ou Biologia, médico(a), enfermeiro(a), enfim alguém de esteja “mais preparado” para o discurso. Alguém que não possa ser questionado pelos pais, uma figura “maior”, “de fora”.

Louro (2010) afirma que: “queira-se ou não, a sexualidade está presente na escola”:

Essa presença da sexualidade independe da intenção manifesta, ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de “educação sexual”, da inclusão ou não desses discursos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado, algo da qual alguém possa se despir. (LOURO, 2010, p.81).

A autora ainda afirma que mitos e tabus, crenças e credos também fazem parte da realidade escolar. O poder implícito nessa temática impossibilita a inserção de conteúdos como: Educação Sexual, ou Sexualidade, ou Gênero, ou Homossexualidade, ou Exploração Sexual, ou Promiscuidade, ou Abuso Sexual, ou Iniciação Sexual, ou qualquer outro conteúdo relacionado à sexualidade.

De acordo com Britzman (2007): “devemos estar dispostas a fazer uma exploração, a criar a coragem política necessária quando tentamos aproximar o sexo e a educação.” De acordo com a autora, a sexualidade ainda não é tolerada no currículo escolar, apesar de estar presente no cotidiano das pessoas e no domínio da cultura.

Segundo Furlani (2007p. 179): “Um trabalho pedagógico deve partir de uma re-significação dos mitos e tabus sociais/sexuais que passa pelo corajoso ato de encarar os medos, as vergonhas e os preconceitos.”

Jovens e crianças trazem para sala de aula, muitas dúvidas e curiosidades sobre o assunto.ou seja, as dúvidas e curiosidades de hoje, não são as mesmas de amanhã. Por isso a sexualidade e as questões de Gênero devem ser trabalhadas no cotidiano, inseridas no Projeto Político Pedagógico e também no plano de trabalho Docente, mas não apenas como atividades pontuais, mas ainda partindo das necessidades e curiosidades dos alunos.

Segundo Louro (1997,p.62) na prática educativa percebemos alguns preconceitos em relação ao gênero dos educandos:

“Muitas vezes, na escola, ainda há espaços delimitados, brincadeiras, jogos e atividades distintas para meninas e meninos. É natural na escola que meninos e meninas se separem para trabalhos em grupos, ou na organização das filas. Algumas atividades nas aulas de educação física também são diferenciadas para meninos e meninas.. “Sob novas formas, a escola continua imprimindo sua “marca distintiva” sobre os sujeitos. Através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes.”(LOURO, 1997, p.62.)

Nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, diferenças de gênero não são mais apontadas dessa maneira. Os alunos permanecem misturados no pátio.

Entretanto, ainda presenciamos algumas formas de comentários que se referem à preconceito em relação à diferenças de gênero, não só por educadores, como pelos próprios alunos.

Precisamos aprender a lidar com as diferenças. Silva (2009) faz um alerta aos educadores e educadoras:

A questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social, ao mesmo tempo que é um problema pedagógico e curricular. É um problema social porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável. (SILVA, 2009, p.97).

Há muitos estudos a respeito das questões sexistas. De acordo com Louro (2010):

“A conformidade com as regras tradicionais que definem tanto homens como mulheres com a mesma definição, está sendo transcrito na escola, desde as primeiras séries. Assim, uma menina, deverá aprender que quando a professora disser que após terminada a tarefa, “todos os alunos” podem sair para o recreio, ela deve se sentir incluída. Muito mais do que mudar essa realidade na escola, definindo os sujeitos como masculino e feminino ao nos referirmos a eles ou elas, deve-se observar outras adjetivações que são atribuídas aos sujeitos pelo uso(ou) não do diminutivo, pelos atributos ou comportamentos e os gêneros:

Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/das homossexuais – e da homossexualidade – pela escola.” (LOURO, 2010, p.67).

Como se não falar na homossexualidade ela deixará de existir. Assim finge-se que não se percebe os “ditos diferentes” dos meninos e das meninas. Gays e Lésbicas são tratados sem sexualidade. Os alunos e alunas “diferentes” são tratados com risinhos, piadinhas, ou fofocas no interior da escola, tanto por professores e professoras como por colegas de classe. Muitas vezes, sua sexualidade é ignorada como forma de exclusão:

Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as(...) a ignorância é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos “bons” e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiá-los às “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos, fazendo com que desse modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos. (LOURO, 2010, p. 68).

Nos aprofundarmos em teorias sobre as relações homoafetivas é o que precisamos, pois como educadores não podemos apenas afirmar que não aceitamos, que nossa religião não permite, que isso é errado.

REFERÊNCIAS

FOCAULT, Michel. **História da sexualidade**. A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____, Michel. **História da sexualidade**. O uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisa Técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____, Michel. História da sexualidade. **O cuidado de si**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão Técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FURLANI, Jimena. **Mitos e Tabus da Sexualidade Humana: subsídios ao trabalho em Educação Sexual**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HALL, Stuart. Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba : **SEED** – Pr., 2008. - 216 p. - (Cadernos temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 2).

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NGDS). **Sexualidade**. Curitiba: SEED, PR, 2009. Disponível em:

http://www.diaadia.pr.gov.br/ngds/arquivos/File/caderno_ngds/caderno_ngds.pdf

SUPLICY, Marta. **Guia de Orientação Sexual**: diretrizes e metodologia. Tradução e adaptação Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual, Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, Centros de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana. 2ª Ed. – São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) Stuart Hall, Katryn Woodward. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

_____, **Documentos de Idetidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2002. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica. In Revista Aulas. ISSN 1981-1225. Dossiê Foucault. N. 3 – dezembro 2006/março 2007. Organização: Margareth Rago & Adilton L. Martins.

SILVA, Carmem A. Duarte et al. **Meninas bem-comportadas, boas alunas; meninos inteligentes, indisciplinados**. Cadernos de Pesquisa, nº 107, julho/1999.

ROSEMBERG, Fúlvia et alii. **A educação da mulher no Brasil**. São Paulo, Global, 1982; Educação formal e mulher: um balanço parcial In: COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina. (orgs.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992; Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. Estudos Feministas, vol. 9, nº 2, Florianópolis, 2001.

ZAGURY, Tânia. **Os direitos dos pais: construindo cidadãos em tempos de crises**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Conteúdos Interdisciplinares: GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

Gênero
 Diversidade Sexual
 Métodos Anticoncepcionais
 Reprodução Humana
 DST's/ Aids
 Gravidez precoce
 Conceitos e pré-conceitos sobre orientação sexualidade
 Homofobia
 Violência por discriminação à orientação sexual
 Gênero, sexo e poder
 Diversidade e representação social
 Violência sexual
 Aborto e aborto legal
 Abuso sexual contra crianças e adolescentes
 Mídia e sexualidade
 As relações de gênero na mídia
 História da sexualidade humana
 Comercias e programas de TV que produzem discriminação

Legislação Pertinente:

- Artigos 3º e 5º da Constituição Federal de 1988 :

“Art. 3º – Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. ”

“Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

II – Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.

III – Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

X – São invioláveis a intimidade, a vida privada e a honra dos cidadãos (...). ”

Decreto no 5.397, de 22 de março de 2005, que dispõe sobre a composição, a competência e o funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD, o qual compete propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de violência. Esse conselho é composto por, além de órgãos ministeriais, representantes de entidades e organizações não-governamentais das populações negra, indígena e do segmento de Gays, Lésbicas, Travestis, Transsexuais e Bissexuais – GLTB. Portaria no 4.032, de 24 de novembro de 2005, que institui o Grupo de Trabalho (GT) para acompanhar a implementação do “Programa Brasil sem Homofobia” no Ministério da Educação.

Além de outras finalidades, esse GT propõe “a formulação de ações que garantam o direito à

educação da população GLTTB e que promovam o respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero nos sistemas educacionais”.

Portaria no 928, de 26 de abril de 2006, que designa membros representantes de diversas instituições governamentais e não-governamentais, além de Instituições de Ensino Superior (IES) para compor o Grupo de Trabalho que acompanha a implantação do “Programa Brasil sem Homofobia” no Ministério da Educação.

I Conferência Nacional GLBT, que tem como temática: Direitos Humanos e Políticas Públicas: O Caminho para Garantir a Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Decreto de 15 de julho de 2004, que institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Decreto no 5.390, de 8 de março de 2005, que aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres;

Lei Federal no 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha,;

Lei no 11.733, de 28 de maio de 1997, que autoriza o Poder Executivo a implantar campanhas sobre Educação Sexual, a serem veiculadas nos estabelecimentos de ensino estadual de primeiro e segundo graus do Estado do Paraná.

Lei no 11.734, de 28 de maio de 1997, que torna obrigatória a veiculação de programas de informação e prevenção da AIDS para os alunos de primeiro e segundo graus, no Estado do Paraná.

Metodologias a serem utilizadas:

Leitura e interpretação de textos

Vídeos

Recortes de filmes

Leitura de artigos(ensino médio)

Leituras de capítulos de livros(ensino médio)

Gravações de Programas de TV – para debates e discussões

Produções de vídeos sobre discriminação

Análise de Produções artísticas

Dinâmicas de grupo

Produção, pesquisa e análise de gráficos estatísticos sobre gravidez, homofobia, discriminações de gênero, violência sexual, abuso sexual, diversidade sexual, etc.

Sugestões de filmes:

*0O segredo de Vera Drake

*1O jogo da verdade

*2Quando um homem ama uma mulher

*3Beleza roubada

*4Colcha de retalhos

*5Minha vida em cor de rosa

*6Orações para Bob

*7Anjos do Sol

Vídeos:

- Comercial irlandês contra homofobia

Disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=PNt9HO94AU4&feature=related&noredirect=1>

- Era uma vez outra Maria – parte 1

Disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=6MEHILL1EZg&feature=relmfu>

- Era uma vez outra Maria – parte 2

Disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=rKM8SsshivQ&feature=relmfu>

- Eu não quero voltar sozinho

Disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=1Wav5KjBHbl>

- Não gosto de meninos:

Disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=HHA-WpPSK4s>

DIVERSIDADE EDUCACIONAL – ÉTNICO-RACIAL

Considerado instrumento indispensável para a economia, o negro africano e afrodescendente enquanto escravo só interessou ao brasileiro branco como mão de obra, constituindo a massa trabalhadora durante o período da colonização brasileira. Contudo, a contribuição africana no período colonial foi muito além do campo econômico, uma vez que, os escravos souberam reviver suas culturas de origem e recriarem novas práticas culturais através do contato com outras culturas.

O Brasil foi o país que mais recebeu escravos africanos, sendo que em diversos campos, os negros executaram todos os tipos de ofícios e realizaram toda forma de trabalho existente durante quase quatro séculos. O escravo africano era essencialmente importante no campo econômico do período colonial sendo considerado “*as mãos e os pés dos senhores de engenho*” (ANTONIL, 1982, p.89).

Estas palavras nos revelam uma grande verdade: os pés é que sustentam o nosso corpo. As mãos por outro lado, são os membros do corpo responsáveis por tudo que fazemos. Segundo Antonil, padre que viveu na colônia no início do século XVIII, toda riqueza dos senhores era obtida pelos escravos, pois sustentavam o luxo e a riqueza dos seus donos.

A cultura Afro-brasileira está presente em toda trajetória do povo brasileiro, na formação de nação. Quando mencionamos a cultura Afro-brasileira, abordamos a miscigenação, a discriminação, as lutas sociais, o sincretismo. Dessas práticas culturais, os africanos, ainda, incorporaram algumas práticas européias e indígenas, influenciando-os culturalmente. O intercambio cultural entre os povos contribuiu para uma formação cultural afro - brasileira híbrida e bastante peculiar.

No entanto, no final do século XIX o trabalho servil extinguiu-se e a sociedade excludente da herança da escravidão procurou de diferentes maneiras, organizar-se através de alternativas de superação das dificuldades de ser negro, e das grandes desigualdades sociais entre negros e brancos, da discriminação e preconceito racial.

A sociedade contemporânea e o Estado tentam através de políticas de reparações minimizarem os problemas psicológicos, materiais, sociais, educacionais com ações de combate ao racismo sofrido sob o regime escravista brasileiro.

As iniciativas de reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros vêm de encontro a oferecer garantias de ingresso, permanência na cultura e história do negro compreendendo suas lutas, valores, buscando desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira, por conta de que: alguns estudiosos costumam chamar de “mito da democracia racial”, a ideia de sermos um país mestiço, as desigualdades existentes no Brasil, seriam casos isolados.

A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional 9.394/96 amplia a concepção de educação, incluindo novos agentes e espaços educativos, quando nos esclarece no seu Art. 1º que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A educação é um dos principais mecanismos de transformação de uma sociedade, e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua totalidade, estimular a formação de valores e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias, para que a verdadeira cidadania seja alcançada.

As práticas discriminatórias e preconceituosas devem ser abolidas para se possibilitem a inserção social no desenvolvimento igualitário dos indivíduos,

A Lei 10.639/03, art. 26, incluiu a obrigatoriedade da História da África, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e da participação do negro na formação da sociedade brasileira, foi uma das primeiras leis assinadas pelo presidente Lula, abrindo caminho para se retratar e corrigir os danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e de formas conexas de discriminação. Na esteira desse debate foi aprovada a Lei 11.645/2008, que dá a mesma orientação quanto à temática indígena.

São leis afirmativas, porque reconhece a escola como lugar de formação de pessoas, espaço ideal necessário para a valorização das diversas matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

BRASIL - Lei nº. 9.394, de 20/12/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, 1995.

BRASIL – Lei Federal nº. 10.639, de 9/01/2003. **Estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira no currículo da Rede de Ensino no Brasil**. Brasília. Gráfica do Senado, 2003.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTICO-RACIAIS

BRASIL, leis, decretos etc. Lei n. 9394/96. Brasília, 1996

BRASIL, Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.

Conteúdos – Módulo 3

Língua Portuguesa e Literatura

• Estudos e pesquisas de países que falam a língua portuguesa: O que os une? Quais as razões? Atualmente como estão estes países? Qual a composição étnica? Diferenças do Português falado e escrito entre eles.

Exemplos: Na alimentação: vatapá, acarajé, caruru, canjica, etc. Na música: os instrumentos musicais, maracá, cuica, atabaque, reco-reco, agogô. Na religião: umbanda e candomblé.

• Debates em sala, a partir de textos trabalhados com os alunos, solicitar que produzam textos sobre temas como: o racismo no Brasil, a presença do negro na mídia, políticas afirmativas, cotas, mercado de trabalho, etc.

• Trabalhar com as implicações da carga pejorativa atribuída ao termo negro e outras expressões do vocabulário.

• Realizar com os alunos estudos de obras literárias de escritores negros como Cruz e Souza; Lima Barreto, Machado de Assis; Solano Trindade, etc, destacando a contribuição do povo negro à cultura nacional.

• Incluir os conteúdos de literatura, o estudo do Teatro Experimental de negro iniciado no Rio de Janeiro em 1944 e a pesquisa sobre a Imprensa negra brasileira no início da década de 20. Alguns jornais produzidos por afrodescendentes que circularam semanalmente durante até mais de 50 anos.

• Trabalhar a leitura e interpretação de letras de músicas relacionadas à questão racial.

• Trabalhar com os gêneros musicais do samba e rap.

• Poesias que podem ser feitas pelos próprios alunos relacionadas ao povo afro-descendente e sua cultura.

• Realizar estudos de obras brasileiras que discutam, abordem questões relacionadas a cultura afro-brasileira: Macunaíma, Mário de Andrade; Casa Grande e Senzala, Gilberto Freyre; O Escravo, Castro Alves; Ser-mões do Pe. Antonio Vieira; A Cidade de Deus, Paulo Lins; O Mulato, Aluísio Azevedo; O Bom Crioulo, Adolfo Caminha.

• Na pintura, leitura e interpretação de obras de Di Cavalcanti, Lazar Segall e Cândido Portinari que retratam a figura do negro.

História

Desmitificar visões equivocadas sobre o negro e o continente africano, entre elas:

• **a do negro visto como escravo:** não se pode naturalizar a situação do negro como escravo. Os negros não eram escravos, foram escravizados. A África não é uma terra de escravos. Os povos africanos eram portadores de história, de saberes, conhecimentos, na maioria das vezes transmitidos pela oralidade;

• **a da África como um continente primitivo:** a imagem de que o continente africano é povoado por tribos primitivas em imensas florestas está presente no imaginário da maioria das pessoas. Imagem construída pelos meios de comunicação e pelos próprios livros didáticos. Na África tivemos grandes nações e impérios (como por exemplo o Egito Antigo). Muito das tecnologias utilizadas no Brasil, no cultivo da cana-de-açúcar e na mineração, foram trazidos pelos negros oriundos da África;

• **a de que o negro foi escravizado porque era mais dócil, menos rebelde que os indígenas:** Esta idéia está presente em boa parte dos livros didáticos. Omitir-se que a história dos africanos escravizados está inserida num contexto de acumulação de bens de capital, ocorrida entre os séculos XVI e XIX, envolvendo África, Europa e Américas.

No Brasil há uma história de organização e resistência, desde as vindas nos navios negreiros, as fugas individuais e coletivas para os quilombos, a organização em irmandades, a resistência da cultura nas manifestações religiosas dos batuques e terreiros, até as formas de negociação para a conquista da liberdade;

• **a da democracia racial:** que se forjou na sociedade brasileira, mascarando o tratamento desigual destinado aos afrodescendentes.

Sugestões de atividades multidisciplinares:

Estudo, debate e reflexão sobre:

- os grandes reinos africanos, as organizações culturais, políticas e sociais de Mali, do Congo, do Zimbábue, do Egito, entre outros;
- os povos escravizados trazidos para o Brasil pelo tráfico negreiro e as conseqüências da Diáspora Africana;
- as resistências do povo negro (Quilombos, Revolta dos Malês, Canudos, Revolta da Chibata e todas as formas de negociação e conflito);
- a promulgação da Lei de Terras e do fim do tráfico negreiro(1850) e o impacto das ideologias de branqueamento (darwinismo social) sobre o processo de imigração européia;
- os remanescentes de quilombos, sua cultura material e imaterial;
- a Frente Negra Brasileira, no início dos anos 30, criada em São Paulo;
- o significado da data 20 de novembro, repensando o 13 de maio;
- a importância do cumprimento da Lei Nº 10.639/2003 para melhor entendimento da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- a valorização do legado deixado pelos africanos.

Geografia

Sendo a Geografia a ciência cujo objeto é o espaço geográfico e suas inter-relações, caberá ao professor desta disciplina tratar dos seguintes contextos:

- População brasileira: miscigenação de povos;
- Distribuição espacial da população afrodescendente no Brasil;
- A contribuição do negro na construção da nação brasileira;
- O movimento do povo africano no tempo e no espaço;
- Questões relativas ao trabalho e renda;
- A colonização da África pelos europeus;
- A origem dos grupos étnicos que foram trazidos para o Brasil (a rota da escravidão);
- A política de imigração e a teoria do embranquecimento no mundo;
- Localizar no mapa e pesquisar sobre a atualidade de alguns países (como vivem, população, idioma, economia, cultura, história, música, religião);
- Estudo da organização espacial das aldeias africanas (questões urbanísticas);
- Estudo de como o continente africano se configurou espacialmente: as (re)divisões territoriais;
- Análise de dados do IBGE sobre a composição da população brasileira por cor, renda e escolaridade no país e no município em uma perspectiva geográfica.
- Discussões a respeito de práticas de segregação racial, como as acontecidas, por exemplo, na África do Sul , e nos Estados Unidos da América.

Ensino Religioso

- Estudar a influência das celebrações religiosas das tradições afros na cultura do Brasil;
- Pesquisa sobre as religiões africanas presentes no Brasil;
- Estudo dos orixás.

Educação Artística/Arte

- A presença de elementos e rituais das culturas de matriz africana nas manifestações populares brasileiras: Puxada de rede, Macululê, Capoeira, Congada, Maracatu, Tambor de crioulo, Samba de roda, Umbigada, Carimbó, Côco e etc;
- Danças de natureza:
 - Religiosa: candomblé
 - Lúdica: brincadeira de roda
 - Funerárias: Axexê
 - Guerreira: Congada
 - Dramáticas: Maracatu
 - Profanas: Jongo;

- A contribuição artística da cultura africana na formação da Música Popular Brasileira: origem do Batuque, do Lundu e do Samba, entre outros;
 - Poética musical envolvendo a temática do negro;
 - Nossos cantores e compositores negros: A Cultura Africana e Afro-brasileira e as Artes Plásticas: máscaras, esculturas (argila, madeira, metal); ornamentos; tapeçaria; tecelagem; pintura corporal; estamparia;
 - Artistas plásticos como Mestre Didi (Bahia- Brasil) e a presença/influência da arte africana nas obras de artistas contemporâneos;
- **Proposta interdisciplinar:** explorar os conteúdos sobre a estrutura de Fractais (física e matemática) presentes na arte africana (penteados, arquitetura, música, estamparia, objetos decorativos, etc). As sugestões devem ultrapassar a condição de conteúdos, para que possam ser analisados e recontextualizados pela ótica das artes e serem avaliadas esteticamente através dos elementos do movimento, do som, dos elementos plásticos: da cor, da forma, etc.

Biologia/Ciências

Sugere-se aqui algumas temáticas possíveis, a serem desenvolvidas no ensino de Ciências e Biologia, que contemplam as Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

- Estudo sobre as teorias antropológicas;
- Desmistificação das teorias racistas, destituindo de significado a pseudo “superioridade” racial;
- Estudo das características biológicas (biotipo) dos diversos povos;
- Contribuições dos povos africanos e de seus descendentes para os avanços da Ciência e da Tecnologia;
- Análise e Reflexão sobre o panorama da saúde dos africanos, in loco. Essa análise deve considerar os aspectos políticos, econômicos, ambientais, culturais e sociais intrínsecos à referida situação. Neste sentido, o professor de Ciências e Biologia pode abordar os conflitos entre epidemias/endemias e o atendimento à saúde, entre as doenças e as condições de higiene proporcionadas a população bem como o índice de desenvolvimento humano (IDH).

Educação Física

Atividades que podem ser desenvolvidas nas aulas de Educação Física:

- Estudo das práticas corporais da cultura negra, em diferentes momentos históricos;
- As danças e suas manifestações corporais na cultura Afro-Brasileira;
- Os brinquedos e brincadeiras na cultura africana e sua ressignificação nas práticas corporais afro-brasileiras;
- Os jogos praticados no Brasil pelos afro-descendentes e africanos numa perspectiva histórica;
- As manifestações corporais expressas no folclore brasileiro;
- A capoeira, seus significados e sentidos no contexto histórico-social, como elemento da cultura corporal. Através da capoeira é possível resgatar toda historicidade do negro, desde o momento em que foi retirado do continente africano. São exemplos significativos as suas danças de guerra, caça, festas, como a da puerdade e as grandes caminhadas pelas florestas. Tais elementos representam subsídios na construção de propostas para o trabalho pedagógico nas escolas.

Matemática

- Análise dos dados do IBGE sobre a composição da população brasileira e por cor, renda e escolaridade no país e no município.
- Analisar pesquisas relacionadas ao negro e mercado de trabalho no país.
- Realizar com os alunos pesquisas de dados no município com relação à população negra.

Metodologia e estratégias: Nesse campo deve ser definido e detalhado quais serão as metodologias utilizadas pelas disciplinas para discutir o assunto. Lembre-se sempre que devemos discutir a temática pelo conteúdo das disciplinas. As ações devem ser descritas passo a passo tendo em vista as especificidades de cada área do conhecimento. Deve-se imaginar, sempre, que outra/o professora/o poderá utilizar esse mesmo Plano de Ação preparada por vocês. Com esta “preocupação”, você conseguirá “corrigir” aquilo que não está tão adequado, tão específico, o que demonstrará qualidade em sua produção, proporcionando uma escrita objetiva.

Cronograma: O seguinte plano de ação será anexado a Projeto Político Pedagógico e desenvolvido durante o ano letivo, a partir de 2014.

Avaliação: A avaliação se dará a partir da redução da discriminação e ainda considerando o respeito mútuo entre a comunidade escolar.

Recursos: Materiais disponíveis na escola: TV Pendrive, Datashow, Laboratório de Informática, passeios, etc.

Sugestão de vídeos:

I- Tradições ciganas – Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/debaser/singlefile.php?id=23538>

a- Vista minha pele – Disponível em:

Parte 1 : http://www.youtube.com/watch?v=fNssyjM3_Y8

Parte 2: http://www.youtube.com/watch?v=h_5MpJS6cKg

Parte 3: http://www.youtube.com/watch?v=anBESp9o_G4&feature=relmfu

b- "Diálogo das religiões" – Disponível em:

Parte 1:

http://www.youtube.com/watch?v=mT5eLOzbCqI&feature=player_embedded

Parte 2:

<http://www.youtube.com/watch?NR=1&feature=endscreen&v=VOMqTI90DE>

Parte 3:

<http://www.youtube.com/watch?v=-HRgsYYbqoE&feature=relmfu>

Parte 4:

<http://www.youtube.com/watch?v=Dh8Ob4f3Pul&feature=relmfu>

VIII. PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL , MÉDIO E PROFISSIONAL**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
ARTE
ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO**

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Durante o período colonial já havia uma educação de tradição religiosa, cujos registros revelam o uso pedagógico da arte. O ensino da Arte apesar de atrelado a conceitos e políticas educacionais, sempre foi uma disciplina de indispensável importância na história da educação brasileira.

Em Arte trabalham-se os seguintes conteúdos: História da Arte, Artes Visuais e suas linguagens, teatro e seus elementos, Dança, Música e seus elementos. Pode-se dizer que a ARTE nada mais é do que uma linguagem de sinais com contexto histórico, trazendo à tona a diferença cultural e geográfica.

Com isso a ARTE tem por objetivo possibilitar e promover conhecimentos ideológicos, buscando assim o fortalecimento do poder da subjetividade do ser, ou seja, a ARTE é uma arma que funciona como construtora de identidade criativa do indivíduo na área de comunicação através das manifestações artísticas e culturais.

Portanto a ARTE não veio apenas para ser contemplada, mas serve como instrumento da compreensão das formas de vida do ser humano no contexto histórico e através deste conhecimento contextualizar as produções artísticas que a sociedade impôs no decorrer da história.

Desta maneira a ARTE segue a proposta citada pelo sistema educacional, onde deve-se buscar o crescimento intelectual e sentimental do indivíduo, priorizando seu intelecto em construção.

Os conteúdos disciplinares devem ser tratados, na escola, de modo contextualizado, estabelecendo-se, entre eles, relações interdisciplinares e colocando sob suspeita tanto a rigidez com que tradicionalmente se apresentam quanto o estatuto de verdade atemporal dado a eles. Desta perspectiva, propõe-se que tais conhecimentos contribuam para a crítica às contradições sociais, políticas e econômicas presentes nas estruturas da sociedade contemporânea e propiciem compreender a produção científica, a reflexão filosófica, a criação artística, nos contextos em que elas se constituem.

Essa concepção de escola orienta para uma aprendizagem específica, colocando em perspectiva o seu aspecto formal e instituído, o qual diz respeito aos conhecimentos historicamente sistematizados e selecionados para compor o currículo escolar.

Nesse sentido, a escola deve incentivar a prática pedagógica fundamentada em diferentes metodologias, valorizando concepções de ensino, de aprendizagem (internalização) e de avaliação que permitam aos professores e estudantes conscientizarem-se da necessidade de "...uma transformação emancipadora. É desse modo que uma contra-consciência, estrategicamente concebida como alternativa necessária à internalização dominada colonialmente, poderia realizar sua grandiosa missão educativa" (MÊSZÁROS, 2007, p. 212).

O conhecimento artístico tem como características centrais a criação e o trabalho criador. A arte é criação, qualidade distintiva fundamental da dimensão artística, pois criar "é fazer algo inédito, novo e singular, que expressa o sujeito criador e simultaneamente, transcende-o, pois o objeto criado é portador de conteúdo social e histórico e como objeto concreto é uma nova realidade social" (PEIXOTO, 2003, p. 39).

Esta característica da arte ser criação é um elemento fundamental para a educação, pois a escola é, a um só tempo, o espaço do conhecimento historicamente produzido pelo homem e espaço de construção de novos conhecimentos, no qual é imprescindível o processo de criação. Assim, o desenvolvimento da capacidade criativa dos alunos, inerente à dimensão artística, tem uma direta relação com a produção do conhecimento nas diversas disciplinas.

Desta forma, a dimensão artística pode contribuir significativamente para humanização dos sentidos, ou seja, para a superação da condição de alienação e repressão à qual os sentidos humanos foram submetidos. A Arte concentra, em sua especificidade, conhecimentos de diversos campos, possibilitando um diálogo entre as disciplinas escolares e ações que favoreçam uma unidade no trabalho pedagógico. Por isso, essa dimensão do conhecimento deve ser entendida para além da disciplina de Arte, bem como as dimensões filosófica e científica não se referem exclusivamente à disciplina de Filosofia e às disciplinas científicas. Essas dimensões do conhecimento constituem parte fundamental dos conteúdos nas disciplinas do currículo da Educação Básica.

Nas aulas de Arte, os conteúdos devem ser selecionados a partir de uma análise histórica, abordados por meio do conhecimento estético e da produção artística, de maneira crítica, o que permitirá ao aluno uma percepção da arte em suas múltiplas dimensões cognitivas e possibilitará a construção de uma sociedade sem desigualdades e injustiças. O sentido de cognição implica, não apenas o aspecto inteligível e racional, mas também o emocional e o valorativo, de maneira a permitir a apreensão plena da realidade (FARACO apud KUENZER, 2000).

A disciplina de Arte, além de promover conhecimento sobre as diversas áreas de arte, deve possibilitar ao aluno a experiência de um trabalho de criação total e unitário. O aluno pode, assim, dominar todo o processo produtivo do objeto: desde a criação do projeto, a escolha dos materiais e do instrumental

mais adequado aos objetivos que estabeleceu, a metodologia que adotará e, finalmente, a produção e a destinação que dará ao objeto criado.

2) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

6º ano	Conteúdos estruturantes			Abordagem Metodológica	Objetivos
	Elementos Formais	Composição	Movimentos e Períodos		
	Conteúdos Básicos				
Música	Altura, Duração, Timbre, Intensidade, Densidade			Ritmo, Melodia, Escalas, Improvisação	Pré-história, Greco-Romana, Medieval, Renascimento, Dança Clássica Arte Africana, Arte Oriental, Ocidental, Renascimento, Dança Clássica
Artes Visuais	Ponto, Linha, Textura, Forma, Superfície, Volume, Cor, Luz			Bidimensional, Figurativa, Geométrica, Simetria, Técnicas: Pintura, escultura, arquitetura... Gêneros: cenas da mitologia	
Teatro	Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais, Ação, Espaço			Enredo/roteiro, Espaço Cênico, Adereços, Técnicas: jogos teatrais, teatro indireto e direto improvisação, manipulação, máscara... Gênero: Tragédia, Comédia, Circo.	
Dança	Movimento Corporal, Tempo, Espaço			Kinesfera, Eixo, Ponto de Apoio, Movimentos articulares, Fluxo (livre, interrompido), Rápido e lento, Formação, Níveis, Deslocamento (direto e indireto), Dimensões, Técnica: Improvisação, Gênero: Circular	
7º ano	Conteúdos estruturantes			Abordagem Metodológica	Objetivos

	Elementos Formais	Composição	Movimentos e Períodos		
	Conteúdos Básicos				
Música	Altura, Duração, Timbre, Intensidade, Densidade	Ritmo, Melodia, Escalas, Gêneros, Técnicas	Música popular e étnica (ocidental e oriental), Arte indígena, Arte Africana, Arte Popular Brasileira e Paranaense, Renascimento, Barroco, <i>Comédia dell' arte</i> .	Percepção dos modos de fazer música, através de diferentes formas musicais, de estruturar e compor as artes visuais na cultura destes povos, de fazer teatro, através de diferentes espaços disponíveis, de fazer dança, através de diferentes espaços onde é elaborada e executada. Teorias da música, das Artes Visuais, do teatro e da dança. Produção de trabalhos musicais com características populares e composição de sons da paisagem sonora, de artes visuais com características da cultura popular, relacionando os conteúdos com o cotidiano do aluno, com teatro de arena, de rua e indireto, com dança utilizando diferentes modos de composição.	Compreensão das diferentes formas musicais, visuais, teatrais e de dança populares, suas origens e práticas contemporâneas. Apropriação prática e teórica de técnicas e modos de composição musical, visual, teatral e da dança presentes no cotidiano.
Artes Visuais	Ponto, Linha, Textura, Forma, Superfície, Volume, Cor, Luz	Proporção, Tridimensional, Figura e fundo, Abstrata, Perspectiva, Técnicas: Pintura, escultura, modelagem, gravura... Gêneros: Paisagem, retrato, natureza morta...			

Teatro	Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais, Ação, Espaço	Representação, Leitura dramática, Cenografia. Técnicas: jogos teatrais, Mímica, improvisação, formas animadas... Gêneros: Rua, arena, Caracterização.			
Dança	Movimento Corporal, Tempo, Espaço	Ponto de Apoio, Rotação, Coreografia, Salto e queda, Peso (leve, pesado), Fluxo (livre, interrompido e conduzido), Lento, rápido e moderado, Níveis (alto, médio e baixo), Formação, Direção, Gênero: Folclórica, popular, étnica			

8º ano	Conteúdos estruturantes			Abordagem Metodológica	Objetivos
	Elementos Formais	Composição	Movimentos e Períodos		
	Conteúdos Básicos				
Música	Altura, Duração, Timbre, Intensidade, Densidade	Ritmo, Melodia, Harmonias, Escalas, Técnicas	Indústria Cultural, Eletrônica, Minimalista, Rap, Rock, Tecno, Arte no Séc. XX, Arte Contemporânea, Realismo, Expressionismo, Cinema Novo, Hip Hop, Musicais, Expressionismo, Dança Moderna	Percepção dos modos de fazer música, trabalhos com artes visuais, de fazer teatro, de fazer dança, através de diferentes mídias. Teorias sobre música, artes visuais, teatro e dança nas mídias e a indústria cultural. Produção de trabalhos de composição musical, artes visuais, teatro e dança utilizando equipamentos e recursos tecnológicos.	Compreensão das diferentes formas musicais, visuais, teatrais e da dança no Cinema e nas mídias, sua função social e ideológica de veiculação e consumo. Apropriação prática e teórica das tecnologias e modos de composição musical, visual, teatral e da dança nas mídias; relacionadas à produção, divulgação e consumo.
Artes Visuais	Linha, Textura, Forma, Superfície, Volume, Cor, Luz	Semelhanças, Contrastes, Ritmo Visual, Estilização, Deformação, Técnicas: desenho, fotografia, audiovisual, mista...			
Teatro	Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais, Ação, Espaço	Representação no Cinema e Mídias, Texto dramático, Maquiagem, Sonoplastia, Roteiro, Técnicas: jogos teatrais, sombra, adaptação cênica...			

Dança	Movimento Corporal, Tempo, Espaço	Giro, Rolamento, Saltos, Aceleração e desaceleração, Direções (frente, lados, atrás, direita e esquerda), Improvisação, Coreografia, Sonoplastia, Gênero: Indústria, Cultural e espetáculo			
-------	-----------------------------------	--	--	--	--

9º ano	Conteúdos estruturantes			Abordagem Metodológica	Objetivos
	Elementos Formais	Composição	Movimentos e Períodos		
	Conteúdos Básicos				
Música	Altura, Duração, Timbre, Intensidade, Densidade	Ritmo, Melodia, Harmonia, Gêneros, Técnicas	Engajada, Música Popular Brasileira, Música Contemporânea, Realismo, Vanguardas, Muralismo e Arte Latino-americana, Hip Hop, Teatro do Oprimido, Teatro Pobre, Teatro do Absurdo, Vanguardas, Dança Moderna	Percepção dos modos de fazer música, artes visuais, teatro e dança e sua função social. Teorias da Música, das Artes visuais, do teatro, da dança. Produção de trabalhos com os modos de organização e composição musical, visual, teatral e dança como fator de transformação social.	Compreensão da música, artes visuais, teatro e dança como fator de transformação social. Produção de trabalhos musicais, visuais, teatrais e com dança, Visando atuação do sujeito em sua realidade singular e social.

Artes Visuais	Linha, Textura, Forma, Superfície, Volume, Cor, Luz	Bidimensional, Tridimensional, Figura-fundo, Ritmo Visual, Técnica: Pintura, <i>grafite</i> , performance. .. Gêneros: Paisagem urbana, cenas do cotidiano...			
Teatro	Personagem : expressões corporais, vocais, gestuais e faciais, Ação, Espaço	Técnicas: Monólogo, jogos teatrais, direção, ensaio, Teatro-Fórum... Dramaturgia, Cenografia, Sonoplastia, Iluminação, Figurino			
Dança	Movimento Corporal, Tempo, Espaço	Kinesfera, Ponto de Apoio, Peso, Fluxo, Quedas, Saltos, Giros, Rolamentos, Extensão (perto e longe), Coreografia, Deslocamento, Gênero: Performance, moderna			

ENS.MÉDIO	Conteúdos estruturantes			Abordagem Metodológica	Objetivos
	Elementos Formais	Composição	Movimentos e Períodos		
	Conteúdos Básicos				

Música	Altura, Duração, Timbre, Intensidade, Densidade	Ritmo, Melodia, Harmonia, Gêneros, Técnicas	Brasileira, Paranaense, Indústria Cultural, Engajada, Vanguarda, Ocidental/Oriental, Africana, Latino-Americana, Popular, Contemporânea, Greco-Romano, Medieval, Dialético, Essencial, do Oprimido, Pobre, Realista, Simbolista, Pré-história, Renascimento, Dança Clássica, Indígena, Hip Hop, Dança Moderna	Percepção da paisagem sonora como constitutiva da música contemporânea (popular e erudita), dos modos de fazer música, de fazer as artes visuais, de fazer o teatro e de fazer a dança, através de diferentes espaços onde é elaborada e executada e sua função social. Teoria da Música, Artes visuais, teatro e dança. Produção de trabalhos com os modos de organização e composição musical, visual, teatral e da dança com enfoque nas diversas culturas, espaços e recursos tecnológicos e sua articulação com os movimentos e períodos.	Compreensão dos elementos que estruturam e organizam a música, as artes visuais, o teatro e a dança e sua relação com o movimento artístico no qual se originaram e a sociedade contemporânea. Produção de trabalhos musicais, visuais e teatrais e da dança visando atuação do sujeito em sua realidade singular e social. Apropriação prática e teórica dos modos de composição musical, visual, teatral e dança, das diversas culturas e mídias, relacionadas à produção, divulgação e consumo.
Artes Visuais	Ponto, Linha, Textura, Forma, Superfície, Volume, Cor, Luz	Bidimensional, Tridimensional, Figura e fundo, Figurativo/Abstrato, Perspectiva, Semelhanças, Contrastes, Ritmo Visual, Simetria, Deformação, Estilização, Técnicas, Gêneros			
Teatro	Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais, Ação, Espaço	Técnicas: jogos teatrais, teatro direto e indireto, mímica, ensaio, Teatro-Fórum; Roteiro, Encenação, leitura dramática, Gêneros: Tragédia,			

		Comédia, Drama e Épico, Dramaturgia, Representação nas mídias, Caracterização, Cenografia, sonoplastia, figurino, iluminação, direção , Produção			
Dança	Movimento Corporal, Tempo, Espaço	Kinesfera, Fluxo, Peso, Eixo, Salto e Queda, Giro, Rolamento, Movimentos articulares, Lento, rápido e moderado, Aceleração e desaceleração, Níveis, Deslocamento, Direções, Planos, Improvisação, Coreografia, Gêneros: Espetáculo, indústria cultural, étnica, folclórica, populares, salão			

3) METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A metodologia está centrada em três momentos.

Na organização pedagógica

- Sentir e perceber
- Conhecimento histórico sobre Arte
- Trabalhos artísticos (o fazer artístico)

É importante que antes de escolher um desses momentos se faça uma pequena conversa para verificar a vivência cultural dos educandos.

Também deve-se prestar atenção nas questões artísticas que a região e a comunidade produz.

É clara a diversidade envolvendo trabalhos na área de arte, onde pode-se trabalhar os conteúdos em equipes, imagens de obras de arte, aulas expositivas na TV pen-drive, pesquisas, teatro, música, dança, pintura, técnicas de desenho e colagem. Além dos métodos citados também serão utilizados jornais, revistas, lápis, compasso, régua, etc.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

Na questão de alunos de sala de recursos e alunos de inclusão, serão feitas adaptações baseadas nas orientações pedagógicas como: Síntese dos conteúdos, Xerox, e outros, porém sem que haja a exclusão dos conteúdos repassados à classe.

4) AVALIAÇÃO

A avaliação educacional deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Dessa forma assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação dela, contribuindo para uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para tanto, os objetivos e metas da avaliação são os seguintes:

Verificar como está ocorrendo o processo de aprendizagem, permitindo que o professor tenha condições de avaliar seu trabalho e se necessário retomá-lo, através de novos métodos e técnicas, para certificar-se da efetivação da aprendizagem;

Possibilitar a melhoria do processo de aprendizagem, onde alunos, professores e a própria instituição, acompanhem o trabalho desenvolvido, aperfeiçoando o processo através de reflexões contínuas dos resultados obtidos e realizem as mudanças necessárias.

Segundo a Deliberação 007/99, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual, o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O aproveitamento escolar será avaliado através da observação do desempenho do aluno em situações de aprendizagem, utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados tais como: avaliação oral, escrita, pesquisa, trabalho individual e em grupo, relatório, seminário, interpretação, participação dos alunos nas atividades.

Jamais se praticará uma só oportunidade de aferição, nem se adotará procedimentos que assegurem comparação dos alunos entre si. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. E para que cumpra sua finalidade educativa a avaliação será contínua, cumulativa e formativa obedecendo à ordenação da sequência do ensino e da aprendizagem. Serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo, cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar.

O acompanhamento do processo de avaliação será por turma e será analisado, aperfeiçoado e orientado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com os professores. A individualidade do aluno e do seu domínio dos conteúdos necessários será assegurada nas decisões sobre o processo de avaliação.

A avaliação do Ensino de Artes adotará procedimentos próprios, visando o desenvolvimento formativo e cultural do aluno respeitando sua capacidade individual, desempenho e participação.

A avaliação será registrada nos livros Registro de Classe do professor, nos boletins e no sistema escola.

A recuperação será paralela num processo contínuo, durante a apreensão de conteúdos básicos, segundo o regimento da escola assegurando as condições pedagógicas definidas no artigo 1º da Deliberação 007/99. A recuperação se constituirá em um conjunto integrado entre o processo de ensino e adequação do mesmo às dificuldades dos alunos. Será considerada para efeito de documentação escolar.

Fundamentando-se na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação é contínua, processual e transformadora, sem caráter punitivo, empreendendo o processo de participação individual e coletiva,

contemplando momentos de auto avaliação e de avaliação grupal, através de instrumentos diversificados como: avaliação escrita e oral, pesquisa, trabalhos individual e em grupo, relatórios, seminários, interpretações, participação e envolvimento do aluno nas atividades.

A síntese do processo avaliativo do Colégio Estadual João XXIII se dará da seguinte forma:

Avaliação será contínua, cumulativa e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período de recuperação, usando os seguintes critérios:

A Avaliação do ensino de Educação Física e Arte deverá adotar procedimentos próprios, visando ao desenvolvimento formativo e cultural do aluno, também deverá ser resultante da soma de todos os trabalhos propostos durante o bimestre;

As disciplinas deverão ter no mínimo duas avaliações utilizando de diferentes instrumentos;

A avaliação das disciplinas de Estágio obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem será de acordo com as especificidades do curso, regimentadas no Plano de Curso;

Os instrumentos deverão ser variados contemplando as diversas formas de aprendizagem do aluno tendo o professor liberdade em sua disciplina de atribuir valores aos instrumentos de avaliação conforme os critérios previamente estabelecidos e discutidos com os alunos, objetivando os dez pontos;

A recuperação de estudos será realizada concomitante ao período letivo e paralela aos conteúdos, procedendo da seguinte forma: sendo diagnosticado através da avaliação a não obtenção dos objetivos propostos, serão retomados os conteúdos e proporcionado novas avaliações com instrumentos diferenciados a critério do professor, dentre os quais: orais, escritos ou práticos.

A recuperação dos instrumentos de avaliação será realizada durante o bimestre, sendo no mínimo duas recuperações, após retomada de conteúdos

O aluno que não realizar avaliação ou a recuperação paralela por motivo de falta poderá realizar posteriormente mediante justificativa dos pais ou responsáveis, se menor de idade, para as séries finais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio e profissionalizante, os alunos deverão solicitar requerimento com justificativa e/ou atestado médico na secretaria da escola e entregá-los à Equipe Pedagógica no prazo de 48 horas após a avaliação. Casos específicos serão analisados pelo Conselho de Classe.

Será aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres, nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA (M 1^{\circ} B + M 2^{\circ} B + M 3^{\circ} B + M 4^{\circ} B): 4 = 6,0$$

De acordo com a Lei 9394/96 da LDB, capítulo 5, artigo 58, os alunos com necessidades educativas especiais têm direito à educação escolar em escola regular. Portanto, serão avaliados de acordo com suas especificidades, levando em consideração que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características próprias. Diante disso, serão proporcionadas as Adaptações Curriculares necessárias de acordo com as peculiaridades de cada aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

5) REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5. ed., rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, USP, 1971.
- BARBOSA, Ana Mae I. B. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- BARBOSA, Ana Mae I. B. **Inquietações no ensino da arte**. São Paulo: Cortez 2002.
- BERTHOLD, Margot. **História mundial do teatro**. 2. ed. Campinas: Perspectiva, 2004.
- BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a arte**. São Paulo: Ática, 1991.
- BOURCIER, Paul. **História da dança no ocidente**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BOURO, S.B. **Olhos que pintam: a leitura de imagens e o ensino da arte**. São Paulo: Educ/Fapesp/Cortez, 2002.
- BRASIL. Leis, decretos, etc. **Lei n. 5692/71**: lei de diretrizes e bases da educação nacional, LDB. Brasília, 1971.
- BRASIL. Leis, decretos, etc. **Lei n. 9394/96: lei de diretrizes e bases da educação nacional, LDB**. Brasília, 1996.
- CAMPOS, Neide P. **A construção do olhar estético crítico do educador**. Florianópolis: UFSC, 2002.
- CANDAU, Vera Maria (org.). **Sociedade, educação e cultura: questões e propostas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- CHAUÍ Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.
- FERRAZ, M.; FUSARI, M.R. **Metodologia do ensino da Arte**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.
- GOMBRICH, Ernest H. **Arte e ilusão**. São Paulo: M. Fontes, 1986.
- HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- INSTRUÇÃO Nº 009/11 SUED/SEED
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.
- LABAN, Rudolf. **Domínio do movimento**. São Paulo: Summus, 1978.
- MAGALDI, Sábado. **Iniciação ao Teatro**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- MARCHESI JÚNIOR, Isaias. **Atividades de Educação Artística**, Volume 1,2,3,e4. São Paulo, Ática.
- MARQUES, Isabel. **Dançando na escola**. São Paulo: Cortez, 2005.
- MARQUES, Isabel A. **Ensino de dança hoje: textos e contextos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTIN-BARBERO, Jesus; REY, Germán. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: Senac, 2001.

MÈSZÁROS, I. A educação para além do capital. In: **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 195-224.

MORAES, J. Jota. **O que é música?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

NETO, Manoel J. de S. (Org.). **A (des)construção da Música na Cultura Paranaense**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

OSINSKI, Dulce R. B. **Ensino da arte: os pioneiros e a influência estrangeira na arte educação em Curitiba**. Curitiba: UFPR, 1998. Dissertação (Mestrado).

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e Processos de Criação**. Petrópolis: Vozes, 1987.

OSTROWER, Fayga. **Universos da arte**. Rio de Janeiro: Campus, 1983.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. **Cadernos de Arte 1 e 2**. Departamento de Ensino de Primeiro Grau: Curitiba-PR.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Currículo básico para a escola pública do Paraná**. Curitiba: SEED/DEPG, 1992.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. **Diretrizes Curriculares de Arte para a Educação Básica**. Departamento de Educação Básica. Curitiba, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino Médio. **LDP: Livro Didático Público de Arte**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

PAREYSON, Luigi. **Os problemas da estética**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

PEIXOTO, Maria Inês Hamann. **Arte e grande público: a distância a ser extinta**. Campinas: Autores Associados, 2003. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 84).

PINTO, Inami Custódio. **Folclore: aspectos gerais**. Ibplex: Curitiba, 2005.

PROENÇA, Graça, **História da Arte**. São Paulo: Ática 1994

RAYNOR, H. **História social da música: da Idade Média a Beethoven**. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

REZENDE E FUSARI, **Arte na Educação Escolar**. São Paulo: Cortez. 1992.

SOLTI, Georg. **O mundo maravilhoso da música**. tradução Luciano Jelen. São Paulo: Melhoramentos, 1997.

SOUZA, Jusamara. **Música, cotidiano e educação**. Porto Alegre: Corag, 2000.

TROJAN, Rose Meri. **Pedagogia das competências e diretrizes curriculares: A estetização das relações entre trabalho e educação**. Curitiba: Tese (Doutorado), UFPR, 2005.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **As idéias estéticas de Marx**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: M. Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Psicologia da arte**. São Paulo: M. Fontes, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido: uma outra história das músicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
BIOLOGIA
ENSINO MÉDIO**

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Para fundamentar o PPC, será descrito um pouco sobre a importância da disciplina de Biologia, como a própria palavra diz Bio= vida e logia= estudo, a disciplina tem como objeto de estudo o fenômeno VIDA. Ao longo da história da humanidade muitos foram os conceitos elaborados sobre este fenômeno numa tentativa de explicá-lo e ao mesmo tempo, compreendê-lo.

A preocupação com a descrição dos seres vivos e dos fenômenos naturais levou o homem a diferentes concepções de vida, de mundo e de seu papel enquanto parte deste mundo. Essa preocupação humana representa a necessidade de garantir sua sobrevivência.

Essa tentativa de definir a vida tem sua origem registrada desde a antiguidade. As ideias daquele período contribuíram com o desenvolvimento da Biologia tiveram como principais pensadores e estudiosos, os filósofos Platão (428 / 27 a. C 347 a.C.) e Aristóteles (384 a.C. — 322 a.C.), que, deixaram contribuições relevantes quanto à classificação dos seres vivos.

A Biologia é um campo da ciência empírica que examina a estrutura, a função, crescimento, origem, evolução e distribuição de organismos vivos no passado e no presente. Classifica e descreve as várias formas de organismos, como funcionam, como as espécies vem a existir e as interações que eles têm com outros e com o ambiente natural.

Biologia inclui um amplo campo que envolve grande número de disciplinas altamente especializadas como na medicina e pesquisa genética são mais complexos e envolvem, muitas subdisciplinas especializadas como por exemplo: Microbiologia, Citologia, Ecologia, etc.

A Biologia teve origem no século XIX, quando cientistas descobriram que todas as espécies vivas compartilham certas características fundamentais as quais eram melhores estudadas como um todo. Hoje, é uma disciplina padrão de instrução em escolas e universidades, sendo publicados muitos artigos, reportagens na área das células e cada vez mais pesquisas comparativas.

De acordo com Freire Maia, 1990 “ O avanço da Biologia, portanto, é determinado pelas necessidades materiais do homem com vistas ao seu desenvolvimento, em cada momento histórico. De fato, o homem sofre a influência das exigências do meio social e das ingerências econômicas dele decorrentes, ao mesmo tempo que nelas interfere. Desse modo, os mitos do “acaso da descoberta”, do “cientista genial” na pesquisa – e do “cientista em miniatura” - na escola devem ser superados.

Para isso deve-se aceitar o conhecimento do educando partindo de seus princípios e conhecimento empírico para fundamentar os conteúdos estruturantes e específicos para fazer com que eles tenham interesse em participar das pesquisas as quais são oferecidas pelos projetos em conjunto com as Universidades, para desenvolver no curso superior.

Para o ensino da disciplina de Biologia, constituída como conhecimento, os conteúdos estruturantes propostos evidenciam de que modo a ciência biológica tem influenciado a construção e a apropriação de uma concepção de mundo em suas implicações sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais.

Os conteúdos estruturantes de Biologia estão relacionados à sua historicidade para que se perceba a não-neutralidade da construção do pensamento científico e o caráter transitório do conhecimento elaborado.

Nas novas Diretrizes Curriculares, a disciplina de Biologia deve ser capaz de relacionar diversos conhecimentos específicos entre si e com outras áreas de conhecimento; deve priorizar o desenvolvimento de conceitos cientificamente produzidos, e propiciar reflexão constante sobre as mudanças de tais conceitos em decorrência de questões emergentes.

Os conteúdos deverão ser abordados de forma integrada, com ênfase nos aspectos essenciais do objeto de estudo da disciplina, relacionados a conceitos oriundos das diversas ciências de referência da Biologia. Tais relações deverão ser desenvolvidas ao longo do ensino médio, num aprofundamento conceitual e reflexivo, com vistas a dotar o aluno das significações dos conteúdos em sua formação neste nível de ensino.

Os conteúdos disciplinares devem ser tratados, na escola, de modo contextualizado, estabelecendo-se, entre eles, relações interdisciplinares e colocando sob suspeita tanto a rigidez com que tradicionalmente se apresentam quanto o estatuto de verdade atemporal dado a eles. Desta perspectiva, propõe-se que tais conhecimentos contribuam para a crítica às contradições sociais, políticas e econômicas presentes nas estruturas da sociedade contemporânea e propiciem compreender a produção científica, a reflexão filosófica, a criação artística, nos contextos em que elas se constituem.

Essa concepção de escola orienta para uma aprendizagem específica, colocando em perspectiva o seu aspecto formal e instituído, o qual diz respeito aos conhecimentos historicamente sistematizados e selecionados para compor o currículo escolar.

Nesse sentido, a escola deve incentivar a prática pedagógica fundamentada em diferentes metodologias, valorizando concepções de ensino, de aprendizagem (internalização) e de avaliação que a avaliação educacional deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo de ensino-

aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Dessa forma assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação dela, contribuindo para uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para tanto, os objetivos e metas da avaliação são os seguintes:

Verificar como está ocorrendo o processo de aprendizagem, permitindo que o professor tenha condições de avaliar seu trabalho e se necessário retomá-lo, através de novos métodos e técnicas, para certificar-se da efetivação da aprendizagem;

Possibilitar a melhoria do processo de aprendizagem, onde alunos, professores e a própria instituição, acompanhem o trabalho desenvolvido, aperfeiçoando o processo através de reflexões contínuas dos resultados obtidos e realizem as mudanças necessárias.

Segundo a Deliberação 007/99, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual, o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O aproveitamento escolar será avaliado através da observação do desempenho do aluno em situações de aprendizagem, utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados tais como: avaliação oral, escrita, pesquisa, trabalho individual e em grupo, relatório, seminário, interpretação, participação dos alunos nas atividades.

Jamais se praticará uma só oportunidade de aferição, nem se adotará procedimentos que assegurem comparação dos alunos entre si. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. E para que cumpra sua finalidade educativa a avaliação será contínua, cumulativa e formativa obedecendo à ordenação da sequência do ensino e da aprendizagem. Serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo, cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar.

O acompanhamento do processo de avaliação será por turma e será analisado, aperfeiçoado e orientado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com os professores. A individualidade do aluno e do seu domínio dos conteúdos necessários será assegurada nas decisões sobre o processo de avaliação.

A avaliação será registrada nos livros Registro de Classe do professor, nos boletins e no sistema escola.

A recuperação será paralela num processo contínuo, durante a apreensão de conteúdos básicos, segundo o regimento da escola assegurando as condições pedagógicas definidas no artigo 1º da Deliberação 007/99. A recuperação se constituirá em um conjunto integrado entre o processo de ensino e adequação do mesmo às dificuldades dos alunos. Será considerada para efeito de documentação escolar.

Fundamentando-se na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação é contínua, processual e transformadora, sem caráter punitivo, empreendendo o processo de participação individual e coletiva, contemplando momentos de auto avaliação e de avaliação grupal, através de instrumentos diversificados como: avaliação escrita e oral, pesquisa, trabalhos individual e em grupo, relatórios, seminários, interpretações, participação e envolvimento do aluno nas atividades.

A síntese do processo avaliativo do Colégio Estadual João XXIII se dará da seguinte forma:

Avaliação será contínua, cumulativa e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período de recuperação, usando os seguintes critérios:

As disciplinas deverão ter no mínimo duas avaliações utilizando de diferentes instrumentos;

Os instrumentos deverão ser variados contemplando as diversas formas de aprendizagem do aluno tendo o professor liberdade em sua disciplina de atribuir valores aos instrumentos de avaliação conforme os critérios previamente estabelecidos e discutidos com os alunos, objetivando os dez pontos;

A recuperação de estudos será realizada concomitante ao período letivo e paralela aos conteúdos, procedendo da seguinte forma: sendo diagnosticado através da avaliação a não obtenção dos objetivos propostos, serão retomados os conteúdos e proporcionado novas avaliações com instrumentos diferenciados a critério do professor, dentre os quais: orais, escritos ou práticos.

A recuperação dos instrumentos de avaliação será realizada durante o bimestre, sendo no mínimo duas recuperações, após retomada de conteúdos

O aluno que não realizar avaliação ou a recuperação paralela por motivo de falta poderá realizar posteriormente mediante justificativa dos pais ou responsáveis, se menor de idade, para as séries finais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio e profissionalizante, os alunos deverão solicitar requerimento com justificativa e/ou atestado médico na secretaria da escola e entregá-los à Equipe Pedagógica no prazo de 48 horas após a avaliação. Casos específicos serão analisados pelo Conselho de Classe.

Será aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres, nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA (M 1^{\circ} B + M 2^{\circ} B + M 3^{\circ} B + M 4^{\circ} B): 4 = 6,0$$

De acordo com a Lei 9394/96 da LDB, capítulo 5, artigo 58, os alunos com necessidades educativas especiais têm direito à educação escolar em escola regular. Portanto, serão avaliados de acordo com suas especificidades, levando em consideração que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características próprias. Diante disso, serão proporcionadas as Adaptações Curriculares necessárias de acordo com as peculiaridades de cada aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's. permitam aos professores e estudantes conscientizarem-se da necessidade de "...uma transformação emancipadora.

É desse modo que uma contraconsciência, estrategicamente concebida como alternativa necessária à internalização dominada colonialmente, poderia realizar sua grandiosa missão educativa" (MÈSZÁROS, 2007, p. 212).

Um projeto educativo, nessa direção, precisa atender igualmente aos sujeitos, seja qual for sua condição social e econômica, seu pertencimento étnico e cultural e às possíveis necessidades especiais para aprendizagem. Essas características devem ser tomadas como potencialidades para promover a aprendizagem dos conhecimentos que cabe à escola ensinar, para todos.

2) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Os conteúdos estruturantes são definidos:

- Organização dos Seres Vivos;

- Mecanismos Biológicos;
- Biodiversidade;
- Manipulação Genética.

OBS: A recuperação paralela deverá ser feita através da retomada dos conteúdos necessários para se efetivar a aprendizagem do aluno.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	OBJETIVOS	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
Organização dos Seres Vivos	Conhecer os modelos teóricos historicamente e construídos que propõem a organização dos seres vivos, relacionando-os à existência de características comuns entre estes e sua origem única (ancestralidade e comum).	A diversidade Biológica	Classificação biológica (taxonomia e nomenclatura) Os grandes reinos dos Seres Vivos; Importância Biológica dos Seres Vivos;
Manipulação Genética	Conhecer as implicações dos conhecimentos da biologia molecular sobre a VIDA, na perspectiva dos avanços da Biologia, com possibilidade	Vírus e Bactérias	Rotavirus; Material genético.

	de manipular o material genético dos seres vivos.		
Mecanismos Biológicos	Privilegiar o estudo dos mecanismos que explicam como os sistemas orgânicos dos seres vivos funcionam	Os Seres Vivos e o Ambiente	Diversidade e reprodução das plantas; Desenvolvimento, fisiologia e morfologia da plantas angiospermas; Anatomia e fisiologia da espécie humana.
Biodiversidade	Estudar, analisar e induzir sobre o conhecimento de biodiversidade para a busca de novos conhecimentos , na tentativa de compreender o conceito biodiversidade.	Características gerais dos animais	Poríferos e Cnidários; Platelmintos e Nema-telmintos; Moluscos e Anelídeos; Artrópodes; Equinodermos e Proto-cordados ; Vertebrados.
Organização dos Seres Vivos	Conhecer os modelos teóricos historicamente construídos que propõem a organização dos seres vivos, relacionando-os à existência de características comuns entre estes e sua origem única (ancestralidade comum).	Genética	As origens da genética; Lei da segregação genética.
Mecanismos Biológicos	Privilegiar o estudo dos mecanismos que explicam como os sistemas orgânicos dos seres vivos	Genética	Relação entre genótipo e fenótipo; Lei da segregação in-dependente dos genes; Mapeamento dos genes nos cromossomos; Herança e sexo; Evolução biológica;

	funcionam		
Biodiversidade	Estudar, analisar e induzir sobre o conhecimento de biodiversidade para a busca de novos conhecimentos, na tentativa de compreender o conceito biodiversidade.	Evolução Ecologia	Expressão dos genes; Teoria moderna da evolução.
Manipulação Genética	Conhecer as implicações dos conhecimentos da biologia molecular sobre a VIDA, na perspectiva dos avanços da Biologia, com possibilidade de manipular o material genético dos seres vivos.	Genética	Aplicações do conhecimento genético; Clonagem; aberrações cromossômicas; Síndromes.

3) METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A ciência vai além de um resultado pronto, acabado. É plena mutação, inclusive com o surgimento de novos paradigmas. A percepção da ciência, e as ciências como algo em transformação e transformador, inclusive no cotidiano de cada ser, desperta a necessidade de interagirmos com a vida. Além disso, há a perspectiva da profissionalização futura, e os modos de ingresso a essas etapas.

Levar a pessoa/aluno a conseguir inteirar-se, interagir, usufruir e até mesmo a produzir com as ciências, pode e deve respeitar todas as perspectivas históricas pela qual passou e passa, utilizando os mais diversos encaminhamentos metodológicos possíveis.

A aprendizagem básica para a vida e para futura profissionalização precisa de várias perspectivas de abordagens, visto serem diversas as potencialidades de assimilar determinados conhecimentos. Assim se criam várias perspectivas de êxito com a utilização de várias metodologias, desde a observação direcionada, comparações, contextualizações, análise de textos (inclusive atualidades), pesquisa bibliográfica, elaboração de hipóteses, experimentações, análise de resultados, projeções, produção de relatórios, esquemas, desenhos, cartazes, maquetes, participação em projetos.

Segundo as DCEs, “ O ensino dos conteúdos específicos de Biologia apontam para as seguintes estratégias metodológicas de ensino: prática social, problematização, instrumentalização, catarse e o retorno à prática social (GASPARI, 2002; SAVIANI,1997).”

PRÁTICA SOCIAL: caracteriza-se por ser o ponto de partida onde o objetivo é perceber e denotar, dar significação às concepções alternativas do aluno a partir de uma visão sincrética, desorganizada, de senso comum a respeito do conteúdo a ser trabalhado.

PROBLEMATIZAÇÃO: é o momento para detectar e apontar as questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e, em conseqüência, estabelecer que conhecimentos são necessários para a resolução destas questões e, as exigências sociais de aplicação desse conhecimento.

INSTRUMENTALIZAÇÃO: consiste em apresentar os conteúdos sistematizados para que os alunos assimilem e os transformem em instrumentos de construção pessoal e profissional. Neste contexto, que os

alunos apropriem-se das ferramentas culturais necessárias à luta social para superar as condições de exploração em que vivem.

CATARSE: é a fase de aproximação entre o que o aluno adquiriu de conhecimento e o problema em questão. A partir da apropriação dos instrumentos culturais, transformados em elementos ativos de transformação social, e assim sendo, o aluno passa do entendimento de elaboração de novas estruturas de conhecimento, ou seja, passa de ação para a conscientização.

RETORNO À PRÁTICA SOCIAL: caracteriza-se pelo retorno à prática social com o saber concreto e pensado para atuar e transformar as relações de produção que impedem a construção de uma sociedade mais igualitária. A situação de compreensão sincrética apresentada pelo o aluno no início do processo, passa de um estágio de menor compreensão do conhecimento científico a uma frase de maior clareza e compreensão, explicitada em uma visão sintética. Neste contexto, o processo educacional põem-se a serviço da referida transformação das relações de produção.

A metodologia de ensino da Biologia envolve o conjunto de processos organizados e integrados, quer no nível de célula, de indivíduo, de organismo no meio, na relação ser humano e natureza e nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

As aulas experimentais podem significar uma crítica ao ensino com ênfase exclusiva na divulgação dos resultados do processo de produção do conhecimento científico, e apontar soluções que permitam a construção racional do conhecimento científico em sala de aula, sem dissociar as implicações deste conhecimento para o ser humano.

Cabe ressaltar que a aula assim concebida deve introduzir momentos de reflexão teórica com base na exposição dialogada, bem como a experimentação como possibilidade de superar o modelo tradicional das aulas práticas dissociadas das teóricas. As aulas práticas passam a fazer parte de um processo de ensino pensado e estruturado pelo professor, não ficando restritas ao espaço de laboratório.

As aulas não serão apenas experimentais ou apenas teóricas, mas de forma a assegurar a relação interativa entre o professor e o aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

4) AVALIAÇÃO

A avaliação educacional deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Dessa forma assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação dela, contribuindo para uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para tanto, os objetivos e metas da avaliação são os seguintes:

Verificar como está ocorrendo o processo de aprendizagem, permitindo que o professor tenha condições de avaliar seu trabalho e se necessário retomá-lo, através de novos métodos e técnicas, para certificar-se da efetivação da aprendizagem;

Possibilitar a melhoria do processo de aprendizagem, onde alunos, professores e a própria instituição, acompanhem o trabalho desenvolvido, aperfeiçoando o processo através de reflexões contínuas dos resultados obtidos e realizem as mudanças necessárias.

Segundo a Deliberação 007/99, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual, o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O aproveitamento escolar será avaliado através da observação do desempenho do aluno em situações de aprendizagem, utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados tais como: avaliação oral, escrita, pesquisa, trabalho individual e em grupo, relatório, seminário, interpretação, participação dos alunos nas atividades.

Jamais se praticará uma só oportunidade de aferição, nem se adotará procedimentos que assegurem comparação dos alunos entre si. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. E para que cumpra sua finalidade educativa a avaliação será contínua, cumulativa e formativa obedecendo à ordenação da sequência do ensino e da aprendizagem. Serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo, cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar.

O acompanhamento do processo de avaliação será por turma e será analisado, aperfeiçoado e orientado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com os professores. A individualidade do aluno e do seu domínio dos conteúdos necessários será assegurada nas decisões sobre o processo de avaliação.

A avaliação será registrada nos livros Registro de Classe do professor, nos boletins e no sistema escola.

A recuperação será paralela num processo contínuo, durante a apreensão de conteúdos básicos, segundo o regimento da escola assegurando as condições pedagógicas definidas no artigo 1º da Deliberação 007/99. A recuperação se constituirá em um conjunto integrado entre o processo de ensino e adequação do mesmo às dificuldades dos alunos. Será considerada para efeito de documentação escolar.

Fundamentando-se na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação é contínua, processual e transformadora, sem caráter punitivo, empreendendo o processo de participação individual e coletiva, contemplando momentos de auto avaliação e de avaliação grupal, através de instrumentos diversificados como: avaliação escrita e oral, pesquisa, trabalhos individual e em grupo, relatórios, seminários, interpretações, participação e envolvimento do aluno nas atividades.

A síntese do processo avaliativo do Colégio Estadual João XXIII se dará da seguinte forma:

Avaliação será contínua, cumulativa e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período de recuperação, usando os seguintes critérios:

As disciplinas deverão ter no mínimo duas avaliações utilizando de diferentes instrumentos;

“[...] na disciplina de Biologia, avaliar implica um processo cuja finalidade é obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para nela intervir e reformular os processos de ensino-aprendizagem. Pressupõe-se uma tomada de decisão, em que o aluno também tome conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organize-se para as mudanças necessárias. “
(DCE's, p.69)

Os instrumentos deverão ser variados contemplando as diversas formas de aprendizagem do aluno tendo o professor liberdade em sua disciplina de atribuir valores aos instrumentos de avaliação conforme os critérios previamente estabelecidos e discutidos com os alunos, objetivando os dez pontos;

A recuperação de estudos será realizada concomitante ao período letivo e paralela aos conteúdos, procedendo da seguinte forma: sendo diagnosticado através da avaliação a não obtenção dos objetivos

propostos, serão retomados os conteúdos e proporcionado novas avaliações com instrumentos diferenciados a critério do professor, dentre os quais: orais, escritos ou práticos.

A recuperação dos instrumentos de avaliação será realizada durante o bimestre, sendo no mínimo duas recuperações, após retomada de conteúdos

O aluno que não realizar avaliação ou a recuperação paralela por motivo de falta poderá realizar posteriormente mediante justificativa dos pais ou responsáveis, se menor de idade, para as séries finais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio e profissionalizante, os alunos deverão solicitar requerimento com justificativa e/ou atestado médico na secretaria da escola e entregá-los à Equipe Pedagógica no prazo de 48 horas após a avaliação. Casos específicos serão analisados pelo Conselho de Classe.

Será aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres, nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA (M 1^{\circ} B + M 2^{\circ} B + M 3^{\circ} B + M 4^{\circ} B): 4 = 6,0$$

De acordo com a Lei 9394/96 da LDB, capítulo 5, artigo 58, os alunos com necessidades educativas especiais têm direito à educação escolar em escola regular. Portanto, serão avaliados de acordo com suas especificidades, levando em consideração que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características próprias. Diante disso, serão proporcionadas as Adaptações Curriculares necessárias de acordo com as peculiaridades de cada aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

5) REFERÊNCIAS

AMABIS, José Mariano,1947 *Biologia*/José Mariano Amabis, Gilberto Rodrigues Martho. - 2.^a ed. - São Paulo: Moderna,2004 – Volume 1. Origem da vida – Citologia e histologia – Reprodução e desenvolvimento

AMABIS, José Mariano,1947 *Biologia*/José Mariano Amabis, Gilberto Rodrigues Martho. - 2.^a ed. - São Paulo: Moderna,2004 – Volume 2 A diversidade dos seres vivos – Anatomia e fisiologia de plantas e de animais.

AMABIS, José Mariano,1947 *Biologia*/José Mariano Amabis, Gilberto Rodrigues Martho. - 2.^a ed. - São Paulo: Moderna,2004 – Volume 3. Genética – Evolução biológica – Ecologia.

DIRETRIZES CURRICULARES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO PARANÁ. BIOLOGIA. 2009.

INSTRUÇÃO Nº 009/11 SUED/SEED

SANTOS, Judite Maria Velasquez *Práticas de Laboratório: 1.^a série – Ensino Médio*. Belo Horizonte – MG Editora Universidade 2006

SANTOS, Judite Maria Velasquez *Práticas de Laboratório: 2.^a série – Ensino Médio*. Belo Horizonte – MG Editora Universidade 2006

DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - BIOLOGIA - 2008

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL , MÉDIO E PROFISSIONAL**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
ENSINO FUNDAMENTAL
CIÊNCIAS**

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Ao longo da história da humanidade, o homem sempre procurou entender como os fenômenos naturais ocorrem, o universo em que está inserido, às formas de energia, qual a origem e evolução da matéria viva e quais os fatores determinantes para a sobrevivência das espécies. Para isto, o desenvolvimento da pesquisa, levou o homem a elaborar um conhecimento mais sistematizado, incluindo os aspectos científicos para poder explicar os fenômenos vitais.

Sendo os seres vivos, objeto de estudo da Ciência, e a interação destes com os demais componentes do meio em que vivem, as diversas formas de vida estão sujeitas a transformações que ocorrem no tempo e no espaço, também como agentes transformadores do ambiente. Compreender estes processos, e os recentes avanços tecnológicos e as expansões das pesquisas científicas, principalmente na área da Ciência, levando o aluno a tornar-se um sujeito investigativo e crítico interessado em buscar e compreender a realidade.

Desta forma, a disciplina de Ciências no ensino fundamental justifica-se dentro do contexto escolar, por propiciar ao educando condições para refletir sobre seus conhecimentos e seu papel como sujeito capaz de atuar em sua realidade de forma a não separar a relação homem-natureza, agindo com responsabilidade consigo, com a sociedade e com o ambiente em que vive, e compreender o mundo, sua complexidade para que possa nele atuar com vistas às transformações que nele acontecem e contribuir para a melhoria da qualidade de vida pessoal e de sua comunidade.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

O ensino de Ciências é essencial para o desenvolvimento de posturas e valores pertinentes às relações entre os seres humanos, o meio em que vivem e o conhecimento contribuindo para uma educação que formará cidadãos conscientes capazes de realizar ações práticas de fazer julgamentos e tomar decisões. Dessa forma o ensino de Ciências deve:

- Preparar o educando para a cidadania no sentido universal, aprimorando-o como ser humano sensível, solidário e consciente;
- Propiciar um aprendizado útil à vida e ao trabalho, no qual as informações e os conhecimentos transmitidos se transformem em instrumentos de compreensão, mudança e previsão da realidade;
- Aprimorar os conhecimentos científicos e tecnológicos adquiridos informalmente;
- Relacionar o conhecimento das diversas disciplinas para o entendimento de fatos ou processos científicos evitando desta forma uma visão fragmentada do conhecimento;
- Propiciar ao aluno condições para refletir sobre seus conhecimentos e seu papel como sujeito capaz de atuar em na realidade, agindo com responsabilidade consigo, com o outro e com o ambiente em que viver;
- Compreender a relação mútua existente entre a vida e o ambiente;
- Conhecer seu corpo, zelar por ele, valorizando-o e adotando hábitos para a sua saúde e dos que estão a sua volta;
- Estar consciente de que a natureza é um organismo vivo do qual a humanidade depende e deve preservá-lo para as gerações futuras;
- Estabelecer conceitos de maneira crítica e construtiva em diferentes situações;
- Descrever processos e características do ambiente ou dos seres vivos, observados em microscópio ou a olho nu;
- Entender o impacto da tecnologia associada à Ciência na sua vida pessoal, nos processos de produção de energia, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social;

2) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES DA DISCIPLINA

Os conteúdos estruturantes são entendidos como os saberes mais amplos da disciplina, podendo ser desdobrados em conteúdos mais específicos que foram construídos e acumulados historicamente. Desta forma, os conteúdos devem agrupar as diversas áreas da Ciência mantendo uma integração entre elas de maneira que o aluno não tenha mais uma visão fragmentada dos conhecimentos científicos. Além disso, deve-se considerar a análise dos aspectos históricos, sociais, políticas e econômicas em que

vivemos, de relevância e abrangência dos conhecimentos que se pretendem serem desenvolvidos nessa modalidade de ensino.

6º ano	
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
ASTRONOMIA	Universo Sistema solar Movimentos terrestres Movimentos celestes
MATÉRIA	Constituição da matéria
SISTEMAS BIOLÓGICOS	Níveis de organização Celular
ENERGIA	Formas de energia Conversão de energia Transmissão de energia
BIODIVERSIDADE	Organização dos seres vivos Ecossistema Evolução dos seres vivos

7º ano	
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
ASTRONOMIA	Astros Movimentos terrestres Movimentos celestes
MATÉRIA	Constituição da matéria
SISTEMAS BIOLÓGICOS	Célula Morfologia e fisiologia dos seres vivos
ENERGIA	Formas de energia Transmissão de energia
BIODIVERSIDADE	Origem da vida

8º ano	
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
ASTRONOMIA	Origem e evolução do Universo
MATÉRIA	Constituição da matéria
SISTEMAS BIOLÓGICOS	Célula e Morfologia e fisiologia dos seres vivos
ENERGIA	Formas de energia
BIODIVERSIDADE	Evolução dos seres vivos

PÓSSÍVEIS RELAÇÕES (ENTRE OUTRAS)

RELAÇÕES CONCEITUAIS: A ação de substâncias químicas no organismo, gases.

RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES: Evolução cultural do ser humano, formas de comunicação humana, o ser humano e suas relações com o sagrado, mitos e outras explicações sobre a origem da vida, distribuição da população humana, importação e exportação de alimentos, práticas esportivas.

RELAÇÕES CONTEXTUAIS: Raças e preconceitos raciais, fome e desnutrição, questões de higiene, tecnologia e testes diagnósticos, saneamento básico, obesidade, anorexia e bulimia, melhoramento genético e transgenia, alimentos transgênicos, exames sanguíneos, transfusões e doações sanguíneas, soros e vacinas, medicamentos, hemodiálise, terapia gênica, CTNBio, influência da alimentação na saúde, consumo de drogas, métodos contraceptivos, Organização Mundial da Saúde.

9º ano	
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
ASTRONOMIA	Astros

	Gravitação universal
MATÉRIA	Propriedades da matéria
SISTEMAS BIOLÓGICOS	Morfologia e fisiologia dos seres vivos Mecanismos de herança genética
ENERGIA	Formas de energia Conservação de energia
BIODIVERSIDADE	Interações ecológicas

PÓSSÍVEIS RELAÇÕES (ENTRE OUTRAS)

RELAÇÕES CONCEITUAIS: fontes de energia renováveis e não-renováveis, Ilhas de calor, máquinas simples– alavancas, polia, engrenagens.

RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES: taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade, medidas de grandezas, o contexto da Revolução científica, instrumentos musicais, órgãos sensoriais e a arte.

RELAÇÕES CONTEXTUAIS: Instrumentos de medidas, tecnologias em produtos de eletrônica, dessanilização, panela de pressão, ligas metálicas, aterro sanitário, biodiesel, corantes e tingimento de tecidos, estações de tratamento de esgoto, biogás, adubos e fertilizantes químicos, coleta seletiva e reciclagem, usinas geradoras de energia, instrumentos e escalas termométricas, acidentes, forno microondas, lâmpadas, chuveiro elétrico, consumo de energia elétrica residencial, bússola, microfone e alto-falante, pára-quedas e asa deltas, tecnologia da comunicação, reprodução humana assistida, projeto Genoma Humano, gravidez precoce, DSTs, Pilhas, baterias e questões ambientais, Código de Trânsito – acidentes de trânsito.

3) METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O estudo de Ciências transcorrerá de forma a desenvolver no estudante o espírito investigativo e crítico despertando o interesse pela leitura e pesquisa, buscando conhecer e compreender a realidade. Deste modo, serão adotados critérios pedagógicos na seleção de instrumentos didáticos como vídeos, documentários, textos, Slides, livros, jogos, revistas e internet, que auxiliarão as aulas expositivas. Na produção de textos, serão considerados os conhecimentos vivenciados pelos alunos, seus posicionamentos, percepções e interpretações, uma vez que aprender envolve a produção de novos significados.

Sempre que possível, serão desenvolvidas atividades práticas de experimentação, relacionadas com os conteúdos trabalhados, utilizando-se de técnicas de demonstração e microscopia para uma melhor compreensão do estudo dos processos científicos.

Dentre as estratégias metodológicas teórico-práticas a serem desenvolvidas serão realizadas atividades dinâmicas, para promover a socialização entre eles e o trabalho em equipe, feiras de ciências, possibilitando a integração de conhecimentos com ênfase na interdisciplinaridade, para que o sucesso ensino/aprendizagem seja alcançado. O processo de ensino - aprendizagem deve ser prazeroso para o aluno e de forma que desperte sua atenção e interesse pelos assuntos abordados na disciplina de Ciências, como diz Paulo Freire:

“Sonhamos com uma escola que, porque séria, se dedique ao ensino de forma competente, mas, dedicada, séria e competente ao ensino, seja uma escola geradora de alegria. O que há de sério, até de penoso, de trabalhoso, nos processos de ensinar, de aprender, de conhecer não transforma este que fazer em algo triste. Pelo contrário, a alegria de ensinar- aprender deve acompanhar professores e alunos em suas buscas constantes.” (FREIRE, p. 37, 2005).

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

4) AVALIAÇÃO

A avaliação educacional deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Dessa forma assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação dela, contribuindo para uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para tanto, os objetivos e metas da avaliação são os seguintes:

Verificar como está ocorrendo o processo de aprendizagem, permitindo que o professor tenha condições de avaliar seu trabalho e se necessário retomá-lo, através de novos métodos e técnicas, para certificar-se da efetivação da aprendizagem;

Possibilitar a melhoria do processo de aprendizagem, onde alunos, professores e a própria instituição, acompanhem o trabalho desenvolvido, aperfeiçoando o processo através de reflexões contínuas dos resultados obtidos e realizem as mudanças necessárias.

Segundo a Deliberação 007/99, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual, o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O aproveitamento escolar será avaliado através da observação do desempenho do aluno em situações de aprendizagem, utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados tais como: avaliação oral, escrita, pesquisa, trabalho individual e em grupo, relatório, seminário, interpretação, participação dos alunos nas atividades.

Jamais se praticará uma só oportunidade de aferição, nem se adotará procedimentos que assegurem comparação dos alunos entre si. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. E para que cumpra sua finalidade educativa a avaliação será contínua, cumulativa e formativa obedecendo à ordenação da sequência do ensino e da aprendizagem. Serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo, cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar.

O acompanhamento do processo de avaliação será por turma e será analisado, aperfeiçoado e orientado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com os professores. A individualidade do aluno e do seu domínio dos conteúdos necessários será assegurada nas decisões sobre o processo de avaliação.

A avaliação será registrada nos livros Registro de Classe do professor, nos boletins e no sistema escola.

A recuperação será paralela num processo contínuo, durante a apreensão de conteúdos básicos, segundo o regimento da escola assegurando as condições pedagógicas definidas no artigo 1º da Deliberação 007/99. A recuperação se constituirá em um conjunto integrado entre o processo de ensino e adequação do mesmo às dificuldades dos alunos. Será considerada para efeito de documentação escolar.

Fundamentando-se na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação é contínua, processual e transformadora, sem caráter punitivo, empreendendo o processo de participação individual e coletiva, contemplando momentos de auto avaliação e de avaliação grupal, através de instrumentos diversificados como: avaliação escrita e oral, pesquisa, trabalhos individual e em grupo, relatórios, seminários, interpretações, participação e envolvimento do aluno nas atividades.

A síntese do processo avaliativo do Colégio Estadual João XXIII se dará da seguinte forma:

Avaliação será contínua, cumulativa e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período de recuperação, usando os seguintes critérios:

As disciplinas deverão ter no mínimo duas avaliações utilizando de diferentes instrumentos;

Os instrumentos deverão ser variados contemplando as diversas formas de aprendizagem do aluno tendo o professor liberdade em sua disciplina de atribuir valores aos instrumentos de avaliação conforme os critérios previamente estabelecidos e discutidos com os alunos, objetivando os dez pontos;

A recuperação de estudos será realizada concomitante ao período letivo e paralela aos conteúdos, procedendo da seguinte forma: sendo diagnosticado através da avaliação a não obtenção dos objetivos propostos, serão retomados os conteúdos e proporcionado novas avaliações com instrumentos diferenciados a critério do professor, dentre os quais: orais, escritos ou práticos.

A recuperação dos instrumentos de avaliação será realizada durante o bimestre, sendo no mínimo duas recuperações, após retomada de conteúdos.

Avaliar no ensino de Ciências implica intervir no processo ensino-aprendizagem do estudante, para que ele compreenda o real significado dos conteúdos científicos escolares e do objeto de estudo de Ciências, visando uma aprendizagem realmente significativa para sua vida. Principalmente dos conceitos que envolvem:

- origem e evolução do universo;
- constituição e propriedades da matéria;
- sistemas biológicos de funcionamento dos seres vivos;
- conservação e transformação de energia;
- diversidade de espécies em relação dinâmica com o ambiente em que vivem, bem como os processos evolutivos envolvidos.

O aluno que não realizar avaliação ou a recuperação paralela por motivo de falta poderá realizar posteriormente mediante justificativa dos pais ou responsáveis, se menor de idade, para as séries finais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio e profissionalizante, os alunos deverão solicitar requerimento com justificativa e/ou atestado médico na secretaria da escola e entregá-los à Equipe Pedagógica no prazo de 48 horas após a avaliação. Casos específicos serão analisados pelo Conselho de Classe.

Será aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres, nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA (M 1^{\circ} B + M 2^{\circ} B + M 3^{\circ} B + M 4^{\circ} B): 4 = 6,0$$

De acordo com a Lei 9394/96 da LDB, capítulo 5, artigo 58, os alunos com necessidades educativas especiais têm direito à educação escolar em escola regular. Portanto, serão avaliados de acordo com suas especificidades, levando em consideração que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características próprias. Diante disso, serão proporcionadas as Adaptações Curriculares necessárias de acordo com as peculiaridades de cada aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

5) REFERÊNCIAS

BARROS,C.O Corpo humano. São Paulo: Ática, 2002.

BARROS, Carlos. O corpo humano./ Carlos de Barros, Wilson Roberto Paulino. – São Paulo: Ática, 2001.

Diretrizes Curriculares de Ciências para a Educação Básica - DCE - 2009, Secretaria Estadual de educação.

FREIRE, Paulo, 1921 – 1997, A educação na cidade / Paulo Freire; prefácio Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres; notas de Vicente Chel. – 6 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

SALÉM, Sônia. Vivendo ciências: 8ª série/ Sônia Salém, Carlos Alberto Mattoso Ciscato – São Paulo : FTD, 1999.

GOWDAK, Demétrio. Ciências Natureza e vida: 8º ano/ Demétrio Gowdak, Eduardo Martins. – São Paulo: FTD, 1996.

ALVARENGA, Jenner Procópio de. Ciências naturais no dia-a-dia; v.2 / José Luiz Pedersoli,

Moacir Assis d'Assunção Filho, Wellington Caldeira Gomes, Belo Horizonte: Dimensão, 2000.

FONSECA, Albino. Caderno do Futuro. Ciências 6º ano. São Paulo. IBEP.

GEWANDSZNAIDER Fernando. Ciências: livro do professor 5ª, 6ª, 7ª e 8ª série/Sã Paulo:Ática, 2002.

INSTRUÇÃO Nº 009/11 SUED/SEED

REVISTA DO PROFESSOR, Ed. CPOEC, nº 44.

VALLE, C. Coleção Ciências. Curitiba: Nova Didática, 2004

VALLE, Cecília. Coleção Ciências. Positivo, 2005.

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXII
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
EDUCAÇÃO FÍSICA
ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO**

**IRATI
2014**

1 – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Educação Física ao longo da sua história sofreu influências de várias correntes filosóficas e estas interferiram na ação pedagógica dos profissionais desta área. Além disso, o ensino da Educação Física esteve atrelado à apropriação do conhecimento, sem permitir ao aluno a devida reflexão crítica, pautando sua prática no cotidiano escolar sem significado social e cultural.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº. 5692/71, a Educação Física passa a ser entendida como atividade, conforme pode ser evidenciado no decreto-lei 69450 de 11 de novembro de 1971, que apresenta a seguinte concepção de Educação Física: “A atividade que por seus meios, processos e técnicas desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional”. Passando a Educação Física então, a ter uma legislação específica, instituindo a integração dessa disciplina como atividade escolar regular e obrigatória no currículo dos cursos em todos os níveis e sistemas de ensino.

Apesar de ser revogada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, o decreto-lei nº. 69450/71 ainda representa a referência para a Educação Física nos dias de hoje, pois o mesmo dispõe sobre objetivos, padrões de referência, planejamento, critérios de avaliação, fundamentos básicos para a compreensão dos significados da Educação Física contidos em instrumentos legais, sendo que a lei em vigor não estabelece esses referenciais.

Através dos diferentes contextos históricos, e Educação Física Escolar determinou o que deveria ensinar. Até o final do século XIX, quase toda produção ligada à Educação Física era de caráter médico-higienista, dando grande importância à ginástica, com o objetivo de conservar e restabelecer a saúde por meio do exercício. Esta prática se orientava pela dimensão biológica que essa disciplina ainda não superou completamente.

Porém no início do século XX, o panorama de Educação Física escolar, no Brasil, incorporou um novo determinante para seu ensino, o esporte. Esta tendência pode ser explicada pelo desenvolvimento do sistema capitalista de produção que incorpora os princípios de rendimento, competição, da racionalização técnica, na busca constante de sua superação e vitória. Esta prática, no campo da Educação Física Escolar, persiste até a década de 70, quando perde sua especificidade. O discurso e prática da psicomotricidade vieram a substituir o conteúdo até então de natureza esportiva.

As propostas de ensino, mais diretamente voltadas a psicomotricidade, preocupavam-se com o desenvolvimento da criança nos processos cognitivos, afetivos e psicomotor. A Educação Física era apenas um meio. Um meio para aprender e também, era um meio de socialização.

Neste contexto, a Educação física perde sua especificidade, uma vez que não tem mais conteúdo próprio e este talvez passa a ser o momento mais contraditório da sua história. Quando se trata das séries iniciais, constata-se que a psicomotricidade, ainda hoje, está muito presente na Educação Física brasileira, buscando aprimoramento do esquema corporal, lateralidade, percepção espacial e temporal, entre outros, na busca da melhoria do comportamento das crianças.

Em pleno século XXI, o ensino da Educação Física na escola, constitui-se em muitos momentos na instrumentalização do corpo com movimentos mecânicos e gestos estereotipados, sem reflexão crítica, geralmente, com a fixação nas práticas esportivas que, normalmente, desconsideram o ser humano no sentido de sua totalidade. As práticas corporais se restringem ao âmbito da motricidade.

Com a Educação Física e o Desporto, o aluno compreenderá de maneira prática como a atividade física melhora a qualidade de vida em todos os sentidos: físicos, intelectual e psicológico. Reconhecendo o desempenho individual, sem discriminação por características pessoais, físicas sexuais ou sociais.

O movimento é uma característica fundamental à sobrevivência do ser humano, o que o leva a aproximar-se da Educação Física e dos esportes integrando-o a sociedade como ser participativo, crítico e criativo. Segundo Platão: “*Todo ser vivo tem necessidade de saltar e brincar e é portador de um ritmo que produz a dança e o canto*”.

Repudiar qualquer espécie de violência adotando atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade nas práticas da cultura corporal do movimento. Conhecendo, valorizando e desfrutando da pluralidade de manifestações de cultura humana e corporal.

A disciplina de educação física, como parte integrante do processo educacional, tem o compromisso de estar articulada com o projeto político pedagógico da escola e comprometida com uma transformação social que ultrapasse os limites da mesma.

Partindo do pressuposto de que o nosso corpo é ao mesmo tempo, modo e meio de integração do indivíduo na realidade do mundo, ele é necessariamente carregado de significado.

Sempre soubemos que as posturas, as atitudes, os gestos, sobretudo o olhar, exprimem melhor do que as palavras, as tendências e pulsões, bem como as emoções e os sentimentos da pessoa que vive numa determinada situação, num determinado contexto.

A Educação Física enquanto ciência tem no corpo em movimento as suas diferentes formas de manifestações. Entendemos que o movimento humano é a expressão objetivada da consciência corporal, formada pelo conjunto das relações que compõem uma determinada sociedade e dos saberes sistematizados pela classe dominante sobre esta consciência corporal.

Portanto, é necessário como ponto de partida a concepção do corpo que a sociedade tem produzido historicamente, levando os seus alunos a se situarem na contemporaneidade, dialogando com o passado e visando o conhecimento de seu corpo (consciência corporal). Deverá ser considerado o tipo de sociedade onde este saber produzido, proporcionando-lhes condições de análise e reflexão para reelaboração do seu saber e conseqüentemente reelaboração da consciência e cultura corporal.

A Educação Física, tem como objeto de estudo e de ensino, a cultura corporal, que nesta perspectiva, de acordo com Paraná (2008, p. 17) “[...] representa as formas culturais do movimentar-se humano historicamente produzidas pela humanidade [...]” apontando a ginástica, esporte a dança, a luta, os jogos, brinquedos e brincadeiras como conteúdos estruturantes, que devem ser abordados com os alunos de forma contextualizada na sua dimensão histórica, cultural e social.

Estando integrada a Proposta Pedagógica da Escola, a Educação Física torna-se um componente curricular da Educação Básica, e deve ajustar-se faixas etárias e realidade da comunidade escolar. “Dentro de um projeto mais amplo de educação do Estado do Paraná, entende-se a escola como um espaço que, dentre outras funções, deve garantir o acesso aos alunos ao conhecimento produzido historicamente pela humanidade.” (DCE, 2008)

É necessário desta forma, uma adequação às diversas séries e idades, tendo conhecimento sobre a área e sobre os educandos que se trabalha, havendo necessidade de propostas diferenciadas, com uma nova abordagem de conteúdos, estimulando a curiosidade, o resgate a auto-estima e também a cultura, devendo então a disciplina como meio integrante ao processo educacional, trabalhar para o fim comum de tal trabalho.

Compreender a Educação Física sob um contexto mais amplo significa entender que ela é composta por interações que se estabelecem nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais dos povos.

É partindo dessa posição que estas Diretrizes apontam a Cultura Corporal como objeto de estudo e ensino da Educação Física, evidenciando a relação estreita entre a formação histórica do ser humano por meio do trabalho e as práticas corporais decorrentes. A ação pedagógica da Educação Física deve estimular a reflexão sobre o acervo de formas e representações do mundo que o ser humano tem produzido, exteriorizadas pela expressão corporal em jogos e brincadeiras, danças, lutas, ginásticas e esportes. Essas expressões podem ser identificadas como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem (COLETIVO DE AUTORES, 1992 apud DCE'S 2008).

O conteúdo adotado para o Ensino Fundamental e Médio, é a “Cultura Corporal” que, através dos conteúdos específicos, permitem aflorar diferentes manifestações corporais tornando-se essenciais quando se fala em educação do corpo constituindo-se assim como a base do projeto educativo.

Partindo do conteúdo proposto, o professor deverá abordar as manifestações corporais, observando sempre as diferentes possibilidades de expressão: alegria, dor, preconceito, prazer, raiva, medo, etc. através das manifestações corporais podem vir a se transformar em uma prática escolar voltada para a busca da autonomia conscientizando-se dos limites e das possibilidades de expressão de cada indivíduo. Destas práticas emergem elementos que constituirão os conteúdos específicos de ensino da Educação Física.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O ensino e a prática da Educação Física nos estabelecimentos da rede Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná estão regulamentados pelo:

- Decreto-lei 60450 de 01/11/1971, que regulamenta a Educação Física a nível nacional como disciplina obrigatória.
- Resolução 7251 de 08/10/1984, do Estado do Paraná que aprova o regulamento para prática do ensino da Educação Física nos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná resultante do Decreto Federal 69450 (cópia fiel).
- Resoluções 314/85, 1735/85, 5540/86, que fazem alterações na resolução 7251 de 08/10/1984.
- Decreto-lei 1044/69 e Lei 6503, que tratam da questão em que é facultativo ao aluno fazer a prática da Educação Física e daqueles “*incapacitados portadores de problemas excepcionais*”.

- Lei 5692 de 11/08/1971, que fixa diretrizes e bases para o Ensino Fundamental e Médio e dá outras providências.

- Instrução normativa 02/89 da SEED. Disciplina constante do Currículo Escolar (art. 7º da Lei 5692/71)

- Lei 9394 de 20/12/1996 – nova LDB, capítulo II da Educação Básica, seção I, art. 26, item 3º:

A Educação Física integrada à Proposta Pedagógica da Escola é componente curricular da Educação Básica; ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

Lei 10328 de 12/12/2001. Introduce a palavra “obrigatório” após a expressão “curricular”, constante do item 3º da Lei 9394 de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.

Instrução 01/2004 – SUED

Lei 10793 de 01/12/2003, que altera a redação do art. 26, parágrafo 3º da

LDB e parecer 1093 de 18/12/2003 do Conselho Estadual de Educação que expede:

- c- A Educação Física, integrada à Proposta Pedagógica do estabelecimento é componente curricular obrigatório da Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino, ou seja, Redes Estaduais, Municipais e Particulares;
- d- Os estabelecimentos deverão contemplar a Base Nacional Comum, a disciplina de Educação Física em todos os turnos de atuação, sendo computada na carga horária anual e ofertada no horário normal de aulas. Isto deverá ocorrer em todas as séries nas Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental e Médio, inclusive na Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional de Nível Técnico, cujas Matrizes Curriculares contemplam também o Ensino Médio;
- e- Na Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública Estadual, presencial e semipresencial, considerar a carga horária de Educação Física constante na Proposta Pedagógica aprovada pela Deliberação 008/00 – CEE;

Somente a parte prática da Educação Física poderá ser facultativa, mediante solicitação ao aluno

que:

- II- Cumpra jornada igual ou superior a 6 horas;
 - III- Maior de 30 anos de idade;
 - IV- Que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da Educação Física;
 - V- Amparado pelo decreto-lei 1044 de 21/10/1969;
 - VI- Que tenha prole.
1. Aos alunos dispensados da prática da Educação Física, cabe ao respectivo professor possibilitar atividades alternativas, de modo a garantir a integralização da carga horária;
 2. A disciplina de Educação Física, no turno noturno da Rede Pública Estadual de Ensino (regular), contará com o mínimo de 02 (duas) aulas semanais na Base Nacional Comum, ficando revogada a letra b, do item 7, da Instrução 11/2003 – SUED;
 3. Os estabelecimentos que optarem por ofertar, na Parte Diversificada, disciplinas compatíveis com Educação Física, poderão transportar esta carga horária para a Base Nacional Comum.

2 – CONTEÚDOS ESTRUTURANTES / CONTEÚDOS BÁSICOS

ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Esporte	Coletivos Individuais Radicais
Jogos e Brincadeiras	Jogos e brincadeiras populares Brincadeiras e cantigas de roda Jogos de tabuleiro Jogos dramáticos Jogos cooperativos
Dança	Danças folclóricas Danças de salão Danças de rua Danças criativas Danças circulares
	Ginástica artística / olímpica

Ginástica	Ginástica rítmica Ginástica de academia Ginástica circense Ginástica geral
Lutas	Lutas de aproximação Lutas que mantêm a distância Lutas com instrumento mediador Capoeira

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Esporte	Coletivos Individuais Radicais
Jogos e Brincadeiras	Jogos de tabuleiro Jogos dramáticos Jogos cooperativos
Dança	Danças folclóricas Danças de salão Danças de rua
Ginástica	Ginástica artística / olímpica Ginástica de Condicionamento Físico Ginástica geral
Lutas	Lutas com aproximação Lutas que mantêm a distância Lutas com instrumento mediador Capoeira

3 – METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A metodologia do Ensino da Educação Física terá como ponto de partida uma práxis pedagógica, vinculada aos conteúdos, proposta de forma a abranger interesses que venham ao encontro das necessidades individuais do educando e expectativas da realidade escolar.

Será aplicada através de aulas expositivas, demonstrativas, teatros, vídeos, palestras, passeios, implicando tarefas indissociáveis: reflexão – conhecimento – interpretação da realidade e a sua transformação sempre partindo da prática, fazendo com que o próprio aluno seja capaz de superar seus desafios de uma maneira clara e fácil para que realize suas tarefas; refletindo sobre a mesma (através da reflexão crítica e coletiva), através de debates entre os próprios alunos chegando a um consenso onde todos entendam de maneira clara o seu cotidiano procurando sempre guiá-la na direção desejada.

Os recursos didáticos a serem utilizados serão: estrutura física - quadra poli esportiva, sala de aula, sala de vídeo e DVD, laboratório de informática, TV pendrive, entre outros. Os recursos materiais a serem utilizados serão: material das modalidades esportivas a serem trabalhadas como: bolas, redes, raquetes, mesa de tênis de mesa, jogos de xadrez, dominó, dama, trilha, colchonetes, aparelho de som, balança, aparelho de vídeo cassete e DVD; retro projetor; livro didático; bibliografia particular e da escola; entre outros.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

4 – AVALIAÇÃO

A avaliação educacional deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Dessa forma assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação

dela, contribuindo para uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para tanto, os objetivos e metas da avaliação são os seguintes:

Verificar como está ocorrendo o processo de aprendizagem, permitindo que o professor tenha condições de avaliar seu trabalho e se necessário retomá-lo, através de novos métodos e técnicas, para certificar-se da efetivação da aprendizagem;

Possibilitar a melhoria do processo de aprendizagem, onde alunos, professores e a própria instituição, acompanhem o trabalho desenvolvido, aperfeiçoando o processo através de reflexões contínuas dos resultados obtidos e realizem as mudanças necessárias.

Segundo a Deliberação 007/99, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual, o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O aproveitamento escolar será avaliado através da observação do desempenho do aluno em situações de aprendizagem, utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados tais como: avaliação oral, escrita, pesquisa, trabalho individual e em grupo, relatório, seminário, interpretação, participação dos alunos nas atividades.

Jamais se praticará uma só oportunidade de aferição, nem se adotará procedimentos que assegurem comparação dos alunos entre si. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. E para que cumpra sua finalidade educativa a avaliação será contínua, cumulativa e formativa obedecendo à ordenação da sequência do ensino e da aprendizagem. Serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo, cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar.

O acompanhamento do processo de avaliação será por turma e será analisado, aperfeiçoado e orientado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com os professores. A individualidade do aluno e do seu domínio dos conteúdos necessários será assegurada nas decisões sobre o processo de avaliação.

A avaliação do Ensino de Educação Física adotará procedimentos próprios, visando o desenvolvimento formativo e cultural do aluno respeitando sua capacidade individual, desempenho e participação.

A avaliação será registrada nos livros Registro de Classe do professor, nos boletins e no sistema escola.

A recuperação será paralela num processo contínuo, durante a apreensão de conteúdos básicos, segundo o regimento da escola assegurando as condições pedagógicas definidas no artigo 1º da Deliberação 007/99. A recuperação se constituirá em um conjunto integrado entre o processo de ensino e adequação do mesmo às dificuldades dos alunos. Será considerada para efeito de documentação escolar.

Fundamentando-se na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação é contínua, processual e transformadora, sem caráter punitivo, empreendendo o processo de participação individual e coletiva, contemplando momentos de auto avaliação e de avaliação grupal, através de instrumentos diversificados como: avaliação escrita e oral, pesquisa, trabalhos individual e em grupo, relatórios, seminários, interpretações, participação e envolvimento do aluno nas atividades.

A síntese do processo avaliativo do Colégio Estadual João XXIII se dará da seguinte forma:

Avaliação será contínua, cumulativa e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período de recuperação, usando os seguintes critérios:

A Avaliação do ensino de Educação Física deverá adotar procedimentos próprios, visando ao desenvolvimento formativo e cultural do aluno, também deverá ser resultante da soma de todos os trabalhos propostos durante o bimestre;

As disciplinas deverão ter no mínimo duas avaliações utilizando de diferentes instrumentos;

Os instrumentos deverão ser variados contemplando as diversas formas de aprendizagem do aluno tendo o professor liberdade em sua disciplina de atribuir valores aos instrumentos de avaliação conforme os critérios previamente estabelecidos e discutidos com os alunos, objetivando os dez pontos;

A recuperação de estudos será realizada concomitante ao período letivo e paralela aos conteúdos, procedendo da seguinte forma: sendo diagnosticado através da avaliação a não obtenção dos objetivos propostos, serão retomados os conteúdos e proporcionado novas avaliações com instrumentos diferenciados a critério do professor, dentre os quais: orais, escritos ou práticos.

A recuperação dos instrumentos de avaliação será realizada durante o bimestre, sendo no mínimo duas recuperações, após retomada de conteúdos

O aluno que não realizar avaliação ou a recuperação paralela por motivo de falta poderá realizar posteriormente mediante justificativa dos pais ou responsáveis, se menor de idade, para as séries finais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio e profissionalizante, os alunos deverão solicitar requerimento com justificativa e/ou atestado médico na secretaria da escola e entregá-los à Equipe Pedagógica no prazo de 48 horas após a avaliação. Casos específicos serão analisados pelo Conselho de Classe.

Será aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres, nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA (M 1^{\circ} B + M 2^{\circ} B + M 3^{\circ} B + M 4^{\circ} B): 4 = 6,0$$

De acordo com a Lei 9394/96 da LDB, capítulo 5, artigo 58, os alunos com necessidades educacionais especiais têm direito à educação escolar em escola regular. Portanto, serão avaliados de acordo com suas especificidades, levando em consideração que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características próprias. Diante disso, serão proporcionadas as Adaptações Curriculares necessárias de acordo com as peculiaridades de cada aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

5 – REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos Bezerra de. **Basquetebol iniciação** / Marcos Bezerra de Almeida – Rio de Janeiro: 3ª edição: Sprint, 2002.

ANJOS, Rubens Florêncio dos. **Futebol: regras, esquemas táticos: posições e funções do goleiro ao ponta esquerda**. 3ª edição, São Paulo: Rumo, 1993.

ARAÚJO, S. **O futebol e seus fundamentos**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

BARBANTI, Valdir José, 1948 – **Teoria e prática do treinamento esportivo**. São Paulo, Edgard Blücher, 1979, 2ª edição, 1997.

BARBANTI, Valdir José, 1948 – **Treinamento físico: bases científicas**. São Paulo: CLR Balieiro, 1986, 2ª edição, 1988.

BORSARI, José Roberto et ali. **Manual de educação física: futebol de campo/ futebol de salão**. Vol. 3 São Paulo: EPU/MEC, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Caderno técnico-didático de futebol**. Brasília-DF: SEED/DDD.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Voleibol: manual do treinador**. Rio de Janeiro: Confederação Brasileira de Voleibol.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Basquetebol: caderno técnico-didático**. Brasília: MEC/DDD, 1980.

CAPINUSSÚ, J. M. **A linguagem popular do futebol**. São Paulo: IBRASA, 1988.

Caderno Pedagógico de Atividades Rítmicas – Secretaria de Estado da Educação – PR, Coordenação de Educação Física. Curitiba, 1984.

Caderno Pedagógico de Basquetebol – Secretaria de Estado da Educação – PR, Coordenação de Educação Física. Curitiba, 1984.

Caderno Pedagógico de Handebol – Secretaria de Estado da Educação – PR, Coordenação de Educação Física. Curitiba, 1987.

Caderno Pedagógico de Voleibol – Secretaria de Estado da Educação – PR, Coordenação de Educação Física. Curitiba, 1984.

CARVALHO, Oto Moravia de. **Voleibol: 1000 exercícios**. Rio de Janeiro: Sprint, 1993.

Coleção Xadrez para Crianças – Regina Lúcia Santos Ribeiro, Fernanda Letícia de Souza Loth. Editora BrasilLeitura, Blumenau, SC.

CURSO DE XADREZ BÁSICO – Wilson da Silva – Curitiba, PR, 2002.

DANTAS, Estélio Henrique Martin. **Corrida**. Ed. Sprint, Ano III, n. 02, 1984.

DANTAS, Estélio H. M. **Flexibilidade: alongamento & flexionamento/** Estélio H. M. Dantas. – Rio de Janeiro: Shape, 1989.

Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Educação Física – Governo do Paraná – Secretaria de Estado da Educação do Paraná – Departamento de Educação Básica. 2008.

DUARTE, Orlando: **Futebol: história e regras**. São Paulo: Makron Books, 1993.

GRUMBACH, Manfred. **Tênis de Mesa: ensino básico para colégios e clubes**. Rio de Janeiro. Ed.Tecnoprint, 1984.

GUILHERME, Adolfo. **À beira da quadra: técnica e tática de voleibol**. 3ª ed., São Paulo: Ed. Brasipal, 1979.

HOROWITZ, I. A., REIFELD, Fred. **Primeiro livro de xadrez**. Tradução de A. Tourinho, 12ª ed. São Paulo: IBRASA, 1992.

INSTRUÇÃO Nº 009/11 SUED/SEED

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke – **Criatividade nas aulas de educação física** / Celi Nelza Zülke Taffarel: [prefácio Prof. Dr. Jürgen Dieckert]. – Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985. (Coleção Educação Física: série fundamentação, 5).

TEIXEIRA, Hudson Ventura. **Aprenda a jogar Voleibol**. São Paulo: Ícone, 1992.

TEIXEIRA, Hudson Ventura, 1935 – **Aulas de Educação Física: 1º grau** / Hudson Teixeira Ventura, Mário Carvalho Pini; ilustrações de Alberto Mascheroni. – 2ª edição – São Paulo: IBRASA, 1981.

TEIXEIRA, Hudson Ventura. **Educação Física e Desportos**. 2ª edição – São Paulo – Saraiva, 1996.

TENROLLER, Carlos Alberto, **Handebol: Teoria e Prática** / Carlos Alberto Tenroller. – Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

TIRADO, Augusto C. S. B. **Meu primeiro livro de xadrez: curso para escolares** / Augusto C. S. B. Tirado e Wilson da Silva. – Curitiba: Expoente, 1995.

TOLKMITT, Valda Marcelino – **Educação física, uma produção cultural do processo de humanização à robotização** / Valda Marcelino Tolkmitt. Curitiba – PR., Módulo, 1993.

TREUHERZ, Rolf Mário, 1930 – **Educação física: exercícios básicos e específicos** / Rolf Mário Treuherz, (ilustrações: Otoni Gali Rosa). – 2ª edição – São Paulo: Maltese, 1996.

VIANA, A. R. et ali. **Futebol prático: preparação física, técnica e tática**. Viçosa – MG: Imprensa Universitária.

VIANA, Moacir da Cunha, **Ensino Fundamental** / Moacir da Cunha Viana; ilustrações de Fábio Martins, Marcelo do Saete, André Monteiro. São Paulo: Didática Paulista, 1998.

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO RELIGIOSO**

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Em nosso país, a disciplina de Ensino Religioso teve o seu início como sendo o ensino da religião Católica Apostólica Romana, caracterizando-se, assim, com função catequética; porém, após a proclamação da República, ocorreram mudanças em relação à sua concepção e à sua aplicação.

As alterações começaram com a admissão do Ensino Religioso como matéria de currículo na escola pública e de frequência livre para os alunos. Posteriormente, tal disciplina deixou de ensinar apenas o Catolicismo e, por consequência, perdeu sua função doutrinária.

O Ensino Religioso tornou-se, paulatinamente, o estudo e a discussão do Sagrado através das diferentes manifestações religiosas existentes em nossa sociedade.

No Estado do Paraná, a disciplina de Ensino Religioso só foi implantada a partir do ano de 1972, quando a Associação Interconfessional de Curitiba foi criada. A referida associação, formada por um pequeno grupo de caráter ecumênico, elaborou um material pedagógico e cursos de formação continuada para os educadores; e, com o passar do tempo, tais materiais e recursos foram sendo ampliados e aprofundados.

Porém, entre 1995 e 2002, quando o Ensino Religioso ainda não havia sido regulamentado pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná, poucas eram as escolas que ofertavam a disciplina. Somente em 2002 é que o Conselho regulamentou a administração do Ensino Religioso nas escolas públicas do nosso Estado.

A partir de então, os avanços referentes à efetivação do Ensino Religioso passaram a ser perceptíveis e expressivos.

Como disciplina escolar e fazendo uso da linguagem pedagógica e não religiosa, o Ensino Religioso ocupa-se em fazer reconhecer as diversas manifestações do Sagrado, construindo, refletindo e socializando o conhecimento religioso.

Tal disciplina também oferece aos indivíduos uma base de formação integral, de respeito e de convívio com o diferente, uma vez que o seu conhecimento proporciona a superação do preconceito e da discriminação a crenças religiosas divergentes, além do reconhecimento das expressões do Sagrado como sendo componentes do patrimônio cultural e da garantia do Direito Constitucional de liberdade de crença e expressão, conforme Artigo 5º, Inciso VI, da Constituição Brasileira.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Paisagem religiosa: lugares onde as religiões são manifestadas
- Universo simbólico religioso: uso de práticas celebrativas e de métodos utilizados pelas religiões para explicar a existência do Sagrado e o contato do ser humano com Ele
- Texto sagrado: textos que servem de inspiração para as religiões e suas práticas

2.1. CONTEÚDOS BÁSICOS

6º ano:

- Organizações religiosas
- Lugares sagrados
- Textos sagrados orais ou escritos
- Símbolos religiosos

7º ano:

- Temporalidade sagrada
- Festas religiosas
- Ritos
- Vida e morte

3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Objetivando a identificação, o conhecimento e o entendimento da diversidade cultural e religiosa do ser humano, é fundamental que as aulas de Ensino Religioso tomem por base a noção que os alunos têm, até então, a respeito do Sagrado.

Os conteúdos serão ministrados usando relatos de experiências de vida, trabalhos com textos informativos, debates e trocas de ideias sobre conteúdos abordados, leituras de imagens, apreciação de músicas, de fitas de vídeo ou DVDs, como também confecção de trabalhos artísticos e pesquisas.

Os alunos serão instigados a debater sobre temas que envolvam situações e problemas sociais, fazendo-os compreender que nossa sociedade é plural e democrática, e que devemos, portanto, encontrar melhores maneiras para vivermos e convivermos nela.

Quando preciso e, se possível for, serão realizados passeios a igrejas, templos e espaços religiosos. Além de que serão desenvolvidas dinâmicas que têm a finalidade de entrosamento e participação solidária, com ênfase para o convívio pacífico e respeitoso entre todos.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

4. AVALIAÇÃO

A avaliação educacional deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Dessa forma assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação dela, contribuindo para uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para tanto, os objetivos e metas da avaliação são os seguintes:

Verificar como está ocorrendo o processo de aprendizagem, permitindo que o professor tenha condições de avaliar seu trabalho e se necessário retomá-lo, através de novos métodos e técnicas, para certificar-se da efetivação da aprendizagem;

Possibilitar a melhoria do processo de aprendizagem, onde alunos, professores e a própria instituição, acompanhem o trabalho desenvolvido, aperfeiçoando o processo através de reflexões contínuas dos resultados obtidos e realizem as mudanças necessárias.

Segundo a Deliberação 007/99, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual, o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O aproveitamento escolar será avaliado através da observação do desempenho do aluno em situações de aprendizagem, utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados tais como: avaliação oral, escrita, pesquisa, trabalho individual e em grupo, relatório, seminário, interpretação, participação dos alunos nas atividades.

Jamais se praticará uma só oportunidade de aferição, nem se adotará procedimentos que assegurem comparação dos alunos entre si. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. E para que cumpra sua finalidade educativa a avaliação será contínua, cumulativa e formativa obedecendo à ordenação da sequência do ensino e da aprendizagem. Serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo, cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar.

O acompanhamento do processo de avaliação será por turma e será analisado, aperfeiçoado e orientado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com os professores. A individualidade do aluno e do seu domínio dos conteúdos necessários será assegurada nas decisões sobre o processo de avaliação.

A recuperação será paralela num processo contínuo, durante a apreensão de conteúdos básicos, segundo o regimento da escola assegurando as condições pedagógicas definidas no artigo 1º da Deliberação 007/99. A recuperação se constituirá em um conjunto integrado entre o processo de ensino e adequação do mesmo às dificuldades dos alunos. Será considerada para efeito de documentação escolar.

Fundamentando-se na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação é contínua, processual e transformadora, sem caráter punitivo, empreendendo o processo de participação individual e coletiva, contemplando momentos de auto avaliação e de avaliação grupal, através de instrumentos diversificados como: avaliação escrita e oral, pesquisa, trabalhos individual e em grupo, relatórios, seminários, interpretações, participação e envolvimento do aluno nas atividades.

A síntese do processo avaliativo do Colégio Estadual João XXIII se dará da seguinte forma:

Avaliação será contínua, cumulativa e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período de recuperação, usando os seguintes critérios:

As disciplinas deverão ter no mínimo duas avaliações utilizando de diferentes instrumentos;

Os instrumentos deverão ser variados contemplando as diversas formas de aprendizagem do aluno tendo o professor liberdade em sua disciplina de atribuir valores aos instrumentos de avaliação conforme os critérios previamente estabelecidos e discutidos com os alunos, objetivando os dez pontos;

A recuperação de estudos será realizada concomitante ao período letivo e paralela aos conteúdos, procedendo da seguinte forma: sendo diagnosticado através da avaliação a não obtenção dos objetivos propostos, serão retomados os conteúdos e proporcionado novas avaliações com instrumentos diferenciados a critério do professor, dentre os quais: orais, escritos ou práticos.

A recuperação dos instrumentos de avaliação será realizada durante o bimestre, sendo no mínimo duas recuperações, após retomada de conteúdos.

De acordo com a Lei 9394/96 da LDB, capítulo 5, artigo 58, os alunos com necessidades educativas especiais têm direito à educação escolar em escola regular. Portanto, serão avaliados de acordo com suas especificidades, levando em consideração que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características próprias. Diante disso, serão proporcionadas as Adaptações Curriculares necessárias de acordo com as peculiaridades de cada aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

Na disciplina de Ensino Religioso alguns critérios de avaliação devem ser levados em consideração:

- o aluno expressa uma relação respeitosa com os colegas de classe que têm opções religiosas diferentes da sua?
- o aluno aceita as diferenças de credo ou de expressão de fé?

- o aluno reconhece que o fenômeno religioso é um dado de cultura e de identidade de cada grupo social?
- o aluno emprega conceitos adequados para referir-se às diferentes manifestações do Sagrado?

Apesar de não haver aferição de notas ou conceitos que impliquem aprovação ou reprovação do aluno, o processo avaliativo será registrado em fichas próprias para esse fim. Dessa forma, será permitido à escola, ao aluno, aos seus pais ou responsáveis a identificação dos progressos obtidos na disciplina.

5. REFERÊNCIAS

Cartilha **Diversidade Religiosa e Direitos Humanos** (material fornecido pelo Governo Federal).

Deliberação nº 03/02 – Conselho Estadual de Educação do Paraná.

Diretrizes Curriculares Nacionais de Ensino Religioso.

Diretrizes Curriculares Educacionais, 2008.

Instrução nº 005/04 – SEED/SUED/DEF.

Instrução nº 009/11 SUEDE/SEED.

JUNQUEIRA, Sérgio & WAGNER, Raul. **O Ensino Religioso no Brasil**. Curitiba: Champagnat, 2004.

LDBEN – Artigo 33, Lei 9.474/97.

SILVA, Isaías. **Redescobrimo o universo religioso**. Ensino Fundamental. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
FILOSOFIA
ENSINO MÉDIO**

1 - APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Na atual polêmica mundial acerca dos possíveis sentidos dos valores éticos, políticos, estéticos e epistemológicos, a Filosofia tem um espaço a ocupar e muito a contribuir. Seus esforços dizem respeito, basicamente, aos problemas e conceitos criados no decorrer de sua longa história, os quais por sua vez geram discussões promissoras e criativas que desencadeiam, muitas vezes, ações e transformações. Por isso, permanecem atuais.

Um dos objetivos do Ensino Médio é a formação pluridimensional e democrática, capaz de oferecer aos estudantes a possibilidade de compreender a complexidade do mundo contemporâneo, suas múltiplas particularidades e especializações. Nesse mundo, que se manifesta quase sempre de forma fragmentada, o estudante não pode prescindir de um saber que opere por questionamentos, conceitos e categorias e que busque articular o espaço-temporal e sócio-histórico em que se dá o pensamento e a experiência humana.

Como disciplina na matriz curricular do Ensino Médio, considera-se que a Filosofia pode viabilizar interfaces com as outras disciplinas para a compreensão do mundo da linguagem, da literatura, da história, das ciências e da arte.

Segundo as Orientações Curriculares da Secretaria de Estado da Educação do Paraná para a disciplina de Filosofia, a questão dos conteúdos tem sido fonte de grandes inquietações e interrogações por parte dos professores de Filosofia no Ensino Médio. A questão colocada é: Quais conteúdos poderão ser trabalhados no Ensino Médio e com que objetivos? Existem conteúdos específicos ou tudo pode ser objeto de reflexão filosófica?

O recorte curricular proposto de forma mais geral opta por uma articulação a partir de seis conteúdos estruturantes relevantes na História da Filosofia e que, segundo os documentos apresentados pela Secretaria, desmembrados em um plano de ensino de Filosofia, poderão garantir conteúdos mínimos, relevantes e significativos para que o aluno possa refletir filosoficamente. Os conteúdos propostos são: Mito e Filosofia; Teoria do Conhecimento; Filosofia Política; Ética; Filosofia da Ciência e Estética.

É com base principalmente nessa estrutura que a presente proposta está formulada, porém, ainda outras propostas organizacionais são de grande valia em relação ao desenvolvimento docente na prática, nesse sentido vale citar a organização encontrada no livro *Ética e Cidadania: Caminhos da Filosofia* de Sílvio Gallo; e também as reflexões encontradas no livro *De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio* de Gonçalo Armijos Palácios, livro este que, ainda pouco divulgado e/ou citado quanto às orientações curriculares do Estado do Paraná, possui um conteúdo de fato reflexivo sobre uma Filosofia que possa talvez ser aclamada como “nossa” filosofia, em detrimento do paradigma acadêmico estabelecido e enraizado no Brasil, onde a tradição prima demasiadamente pelo estudo e entendimento das filosofias que já “estão prontas”, por assim dizer.

Quando se trata do ensino de Filosofia, é comum retomar a clássica questão a respeito da cisão entre Filosofia e filosofar: ensinamos a filosofar ou ensinamos Filosofia? Para Kant (1985), só é possível ensinar a filosofar, isto é, exercitar a capacidade da razão em certas tentativas filosóficas já realizadas. É preciso, contudo, reservar à atividade filosófica em sala de aula o direito de investigar as ideias até suas últimas consequências, conservando-as ou recusando-as. Em Hegel, o conhecimento do conteúdo da Filosofia é indispensável a sua prática, ou seja, do filosofar. A Filosofia constitui seu conteúdo, visto que reflete sobre ele.

Nesse sentido que diversos preconceitos, cada vez mais arraigados por tal paradigma anteriormente citado, nos levaram a formar um entendimento de certa forma incorreto e, por vezes, tais preconceitos nos levam a pensar que boa Filosofia é aquela que foi feita na Grécia antiga ou no período moderno na Alemanha, ou ainda qualquer outra tradição filosófica a exemplo do citado que, de fato, são dignas de todo respeito e podem ser consideradas grandes expoentes filosóficos devido, principalmente, ao seu alcance e profundidade. Porém, esse tipo de entendimento faz com que a Filosofia pareça algo morto, meramente histórico, algo estático e que não poderá ajudar em nada nas efetivas mudanças sociais que buscamos através da educação.

A Filosofia é algo vivo, pulsante e, considerando a intenção mais primordial da disciplina no ensino médio que consiste no desenvolvimento do senso crítico do aluno, em outras palavras, em possibilitar que ele possa “pensar por si mesmo”, não poderemos dar continuidade a uma tal tradição de “comentários filosóficos”. Devemos então centrar nossos esforços, acima de tudo, na criação de conceitos que estejam diretamente ligados à nossa realidade, e não a um contexto social histórico completamente diferente da nossa forma de vida.

Sendo assim, a presente proposta pedagógica curricular pretende apresentar uma direção para a prática docente ao longo do ano, mas primordialmente deve justificar o andamento das aulas em suas especificidades, ou seja, a confiança na capacidade dos professores em trazer a Filosofia para mais próximo do aluno e que, acima de qualquer intenção secundária como a preparação para a continuidade dos seus estudos através do vestibular ou mesmo para o mercado de trabalho, ele possa tirar proveito das aulas para sua vida, tornando-se verdadeiramente um cidadão.

A intenção principal das aulas pode, então, ser encontrada no esforço reflexivo conjunto que possa possibilitar aos alunos seu desenvolvimento intelectual e crítico através do contato com temas e problemas filosóficos concordantes com nossa realidade social; considerando ainda que, por vezes, surge a necessidade de perpassar para além do dito “real”, tratando de termos especificamente filosóficos e da busca constante pelo entendimento dessa “realidade”, das estruturas de mundo em seus diversos meandros, é preciso força para perceber que toda estrada vai além do que se vê.

Obviamente que todo esse esforço não pode ser feito sem deixar de considerar a história da Filosofia em vários de seus momentos significativos, mas através de um exercício dialético de confronto entre ideias, intuitivas num primeiro momento, para um posterior exercício de entendimento histórico. Buscando, dessa forma, atingir não uma “verdade incontestável”, mas sim um consenso com intenções pragmáticas.

Na prática docente diária, a intenção é buscar o aproveitamento mais abrangente possível da disciplina, considerando também seu aspecto interdisciplinar. Portanto, alguns conceitos e temas obrigatórios podem ser organizados ou reorganizados no decorrer do ano letivo de forma talvez não tão convencional, ou seja, seguindo rigorosamente a sequência cronológica de acontecimentos e empreendimentos filosóficos, uma vez que não é essa a única intenção das aulas, isto é, estudar apenas e a rigor a história da Filosofia. Assim, fica assegurada a liberdade dos professores em relação à estruturação dos conteúdos e também a inclusão de temas que possam ser considerados igualmente importantes.

O estudo da Filosofia auxilia a compreender com sabedoria a condição humana; contribui para a construção dos sentidos para a existência; pode ajudar a julgar com tino as circunstâncias, a enfrentar as vi-

cissitudes próprias das situações concretas, colaborando para o aperfeiçoamento pessoal do indivíduo, o que terá consequências para seu grupo e sua comunidade. O estudante de Filosofia terá a oportunidade de adquirir uma formação que lhe será proveitosa e ajudará a bem viver.

2 – CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
MITO E FILOSOFIA	Saber mítico; Saber filosófico; Relação Mito e Filosofia; Atualidade do mito; O que é Filosofia?	A abordagem teórico-metodológica deve ocorrer mobilizando os estudantes para o estudo da filosofia sem doutrinação, dogmatismo e niilismo. O ensino de Filosofia deverá dialogar com os problemas do cotidiano, com o universo do estudante – as ciências, arte, história, cultura - a fim de problematizar e investigar o conteúdo estruturante Mito e Filosofia e seus conteúdos básicos sob a perspectiva da pluralidade filosófica, tomando como referência os textos filosóficos clássicos e seus comentadores.	Na complexidade do mundo contemporâneo com suas múltiplas particularidades e especializações, espera-se que o estudante possa compreender, pensar e problematizar os conteúdos básicos do conteúdo estruturante Mito e Filosofia, elaborando respostas aos problemas suscitados e investigados. Com a problematização e investigação, o estudante desenvolverá a atividade filosófica com os conteúdos básicos e poderá formular suas respostas quando toma posições e, de forma escrita ou oral, argumenta, ou seja, cria conceitos. Portanto, terá condições de ser construtor de idéias com caráter inusitado e criativo, cujo resultado pode ser avaliado pelo próprio estudante e pelo professor.
CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO

<p style="text-align: center;">TEORIA DO CONHECIMENTO</p>	<p>Possibilidade do conhecimento; As formas de conhecimento O problema da verdade; A questão do método; Conhecimento e lógica;</p>	<p>A abordagem teórico-metodológica deve ocorrer mobilizando os estudantes para o estudo da filosofia sem doutrinação, dogmatismo e niilismo. O ensino de Filosofia deverá dialogar com os problemas do cotidiano, com o universo do estudante – as ciências, arte, história, cultura - a fim de problematizar e investigar o conteúdo estruturante Teoria do Conhecimento e seus conteúdos básicos sob a perspectiva da pluralidade filosófica, tomando como referência os textos filosóficos clássicos e seus comentadores.</p>	<p>Na complexidade do mundo contemporâneo com suas múltiplas particularidades e especializações, espera-se que o estudante possa compreender, pensar e problematizar os conteúdos básicos do conteúdo estruturante Teoria do Conhecimento, elaborando respostas aos problemas suscitados e investigados. Com a problematização e investigação, o estudante desenvolverá a atividade filosófica com os conteúdos básicos e poderá formular suas respostas quando toma posições e, de forma escrita ou oral, argumenta, ou seja, cria conceitos. Portanto, terá condições de ser construtor de idéias com caráter inusitado e criativo, cujo resultado pode ser avaliado pelo próprio estudante e pelo professor.</p>
--	--	---	---

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
<p style="text-align: center;">ÉTICA</p>	<p>Ética e moral; Pluralidade ética; Ética e violência; Razão, desejo e vontade; Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das normas;</p>	<p>A abordagem teórico-metodológica deve ocorrer mobilizando os estudantes para o estudo da filosofia sem doutrinação, dogmatismo e niilismo. O ensino de Filosofia deverá dialogar com os problemas do cotidiano, com o universo do estudante – as ciências, arte, história, cultura - a fim de problematizar e investigar o conteúdo estruturante Ética e seus conteúdos básicos sob a perspectiva da pluralidade filosófica, tomando como referência, os textos filosóficos clássicos e seus comentadores.</p>	<p>Na complexidade do mundo contemporâneo com suas múltiplas particularidades e especializações, espera-se que o estudante possa compreender, pensar e problematizar os conteúdos básicos do conteúdo estruturante Ética, elaborando respostas aos problemas suscitados e investigados. Com a problematização e investigação, o estudante desenvolverá a atividade filosófica com os conteúdos básicos e poderá formular suas respostas quando toma posições e, de forma escrita ou oral, argumenta, ou seja, cria conceitos. Portanto, terá condições de ser construtor de idéias com caráter inusitado e criativo, cujo resultado pode ser avaliado pelo próprio estudante e pelo professor.</p>

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
FILOSOFIA POLÍTICA	Relações entre comunidade e poder; Liberdade e igualdade política; Política e Ideologia; Esfera pública e privada; Cidadania formal e/ou participativa;	A abordagem teórico-metodológica deve ocorrer mobilizando os estudantes para o estudo da filosofia sem doutrinação, dogmatismo e niilismo. O ensino de Filosofia deverá dialogar com os problemas do cotidiano, com o universo do estudante – as ciências, arte, história, cultura - a fim de problematizar e investigar o conteúdo estruturante Filosofia Política e seus conteúdos básicos sob a perspectiva da pluralidade filosófica, tomando como referência os textos filosóficos clássicos e seus comentadores.	Na complexidade do mundo contemporâneo com suas múltiplas particularidades e especializações, espera-se que o estudante possa compreender, pensar e problematizar os conteúdos básicos do conteúdo estruturante Filosofia Política, elaborando respostas aos problemas suscitados e investigados. Com a problematização e investigação, o estudante desenvolverá a atividade filosófica com os conteúdos básicos e poderá formular suas respostas quando toma posições e, de forma escrita ou oral, argumenta, ou seja, cria conceitos. Portanto, terá condições de ser construtor de idéias com caráter inusitado e criativo, cujo resultado pode ser avaliado pelo próprio estudante e pelo professor.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
FILOSOFIA DA CIÊNCIA	Concepções de ciência; A questão do método científico; Contribuições e limites da ciência; Ciência e ideologia; Ciência e ética;	A abordagem teórico-metodológica deve ocorrer mobilizando os estudantes para o estudo da filosofia sem doutrinação, dogmatismo e niilismo. O ensino de Filosofia deverá dialogar com os problemas do cotidiano, com o universo do estudante – as ciências, arte, história, cultura - a fim de problematizar e investigar o conteúdo estruturante Filosofia da Ciência e seus conteúdos básicos sob a perspectiva da pluralidade filosófica, tomando como referência, os textos filosóficos clássicos e seus comentadores.	Na complexidade do mundo contemporâneo com suas múltiplas particularidades e especializações, espera-se que o estudante possa compreender, pensar e problematizar os conteúdos básicos do conteúdo estruturante Filosofia da Ciência, elaborando respostas aos problemas suscitados e investigados. Com a problematização e investigação, o estudante desenvolverá a atividade filosófica com os conteúdos básicos e poderá formular suas respostas quando toma posições e, de forma escrita ou oral, argumenta, ou seja, cria conceitos. Portanto, terá condições de ser construtor de idéias com caráter inusitado e criativo, cujo resultado pode ser avaliado pelo próprio estudante e pelo professor.

--	--	--	--

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AValiação
ESTÉTICA	Natureza da arte; Filosofia e arte; Categorias estéticas – feio, belo, sublime, trágico, cômico, grotesco, gosto, etc. Estética e sociedade;	A abordagem teórico-metodológica deve ocorrer mobilizando os estudantes para o estudo da filosofia sem doutrinação, dogmatismo e niilismo. O ensino de Filosofia deverá dialogar com os problemas do cotidiano, com o universo do estudante – as ciências, arte, história, cultura - a fim de problematizar e investigar o conteúdo estruturante Estética e seus conteúdos básicos sob a perspectiva da pluralidade filosófica, tomando como referência, os textos filosóficos clássicos e seus comentadores.	Na complexidade do mundo contemporâneo com suas múltiplas particularidades e especializações, espera-se que o estudante possa compreender, pensar e problematizar os conteúdos básicos do conteúdo estruturante Estética, elaborando respostas aos problemas suscitados e investigados. Com a problematização e investigação, o estudante desenvolverá a atividade filosófica com os conteúdos básicos e poderá formular suas respostas quando toma posições e, de forma escrita ou oral, argumenta, ou seja, cria conceitos. Portanto, terá condições de ser construtor de idéias com caráter inusitado e criativo, cujo resultado pode ser avaliado pelo próprio estudante e pelo professor.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O trabalho com os conteúdos estruturantes da Filosofia e seus conteúdos básicos dar-se-á em quatro momentos:

- a mobilização para o conhecimento;
- a problematização;
- a investigação;
- a criação de conceitos.

O ensino da Filosofia pode começar, por exemplo, pela exibição de um filme ou de uma imagem, da leitura de um texto jornalístico ou literário ou da audição de uma música. São inúmeras as possibilidades de atividades conduzidas pelo professor para instigar e motivar possíveis relações entre o cotidiano do estudante e o conteúdo filosófico a ser desenvolvido. A isso se denomina, nestas Diretrizes, mobilização para o conhecimento.

A seguir, inicia-se o trabalho propriamente filosófico: a problematização, a investigação e a criação de conceitos, o que não significa dizer que a mobilização não possa ocorrer diretamente a partir do conteúdo filosófico.

A partir do conteúdo em discussão, a problematização ocorre quando professor e estudantes levantam questões, identificam problemas e investigam o conteúdo. É importante ressaltar que os recursos escolhidos para tal mobilização – filme, música, texto e outros – podem ser retomados a qualquer momento do processo de aprendizagem.

Ao problematizar, o professor convida o estudante a analisar o problema, o qual se faz por meio da investigação, que pode ser o primeiro passo para possibilitar a experiência filosófica. É imprescindível recorrer à história da Filosofia e aos textos clássicos dos filósofos, pois neles o estudante se defronta com o pensamento filosófico, com diferentes maneiras de enfrentar o problema e, com as possíveis soluções já elaboradas, as quais orientam e dão qualidade à discussão.

O ensino de Filosofia deve estar na perspectiva de quem dialoga com a vida, por isso é importante que, na busca da resolução do problema, haja preocupação também com uma análise da atualidade, com uma abordagem que remeta o estudante à sua própria realidade.

Dessa forma, a partir de problemas atuais estudados da História da Filosofia, do estudo dos textos clássicos e de sua abordagem contemporânea, o estudante do Ensino Médio pode formular conceitos e construir seu discurso filosófico. O texto filosófico que ajudou os pensadores a entender e analisar filosoficamente o problema em questão será trazido para o presente com o objetivo de entender o que ocorre hoje e como podemos, a partir da Filosofia, atuar sobre os problemas de nossa sociedade.

Ao final desse processo, o estudante, via de regra, encontrar-se-á apto a elaborar um texto, no qual terá condições de discutir, comparar e socializar ideias e conceitos.

A intenção é que o processo de ensino e aprendizagem tenha o professor na posição de mediador do conhecimento, que ele seja em certa medida neutro, mas que também exponha posições contundentes, evitando qualquer relativismo exacerbado. Tal processo será desenvolvido a partir das experiências e do conhecimento prévio do aluno para chegar à sistematização rigorosa do conhecimento. As aulas devem levar em conta o contexto em que estão inseridos os alunos e, através do movimento de reflexão e ação, buscar sempre alcançar os objetivos estabelecidos. As aulas, em sua maioria são expositivas, porém de forma periódica o aluno deve articular-se através de apresentações em forma de seminários e também debates.

Após esse exercício, o estudante poderá perceber o que está e o que não está implícito nas ideias, como elas se tornam conhecimento e, por vezes, discurso ideológico, de modo que ele desenvolva a possibilidade de argumentar filosoficamente, por meio de raciocínios lógicos, num pensar coerente e crítico. É imprescindível que o ensino de Filosofia seja permeado por atividades investigativas individuais e coletivas que organizem e orientem o debate filosófico, dando-lhe um caráter dinâmico e participativo.

Ao articular vários elementos, o ensino de Filosofia pressupõe um planejamento que inclua leitura, debate, produção de textos, entre outras estratégias, a fim de que a investigação seja fundamento do processo de criação de conceitos.

RECURSOS DIDÁTICOS/TECNOLÓGICOS

Quanto aos recursos utilizados para conduzir os alunos em direção aos objetivos vale citar:

1-) Aulas expositivas utilizando: quadro negro, retro-projetor, livro didático e TV pen drive.

- 2-) Resolução de exercícios no caderno e desenvolvimentos dissertativos diversos.
- 3-) Seminários para apresentação de trabalhos e pesquisas. Leituras em sala e indicações bibliográficas complementares diversas.
- 4-) Recursos complementares em sala e sugestões diversas sobre músicas, filmes, poesias e textos literários.
- 5-) Pesquisas diversas utilizando recursos da biblioteca e sala de informática.

4 - AVALIAÇÃO

A avaliação educacional deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Dessa forma assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação dela, contribuindo para uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para tanto, os objetivos e metas da avaliação são os seguintes:

Verificar como está ocorrendo o processo de aprendizagem, permitindo que o professor tenha condições de avaliar seu trabalho e se necessário retomá-lo, através de novos métodos e técnicas, para certificar-se da efetivação da aprendizagem;

Possibilitar a melhoria do processo de aprendizagem, onde alunos, professores e a própria instituição, acompanhem o trabalho desenvolvido, aperfeiçoando o processo através de reflexões contínuas dos resultados obtidos e realizem as mudanças necessárias.

Segundo a Deliberação 007/99, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual, o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O aproveitamento escolar será avaliado através da observação do desempenho do aluno em situações de aprendizagem, utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados tais como: avaliação oral, escrita, pesquisa, trabalho individual e em grupo, relatório, seminário, interpretação, participação dos alunos nas atividades.

Jamais se praticará uma só oportunidade de aferição, nem se adotará procedimentos que assegurem comparação dos alunos entre si. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. E para que cumpra sua finalidade educativa a avaliação será contínua, cumulativa e formativa obedecendo à ordenação da sequência do ensino e da aprendizagem. Serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo, cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar.

O acompanhamento do processo de avaliação será por turma e será analisado, aperfeiçoado e orientado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com os professores. A individualidade do aluno e do seu domínio dos conteúdos necessários será assegurada nas decisões sobre o processo de avaliação.

A avaliação será registrada nos livros Registro de Classe do professor, nos boletins e no sistema escola.

A recuperação será paralela num processo contínuo, durante a apreensão de conteúdos básicos, segundo o regimento da escola assegurando as condições pedagógicas definidas no artigo 1º da Deliberação 007/99. A recuperação se constituirá em um conjunto integrado entre o processo de ensino e adequação do mesmo às dificuldades dos alunos. Será considerada para efeito de documentação escolar.

Fundamentando-se na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação é contínua, processual e transformadora, sem caráter punitivo, empreendendo o processo de participação individual e coletiva, contemplando momentos de auto avaliação e de avaliação grupal, através de instrumentos diversificados como: avaliação escrita e oral, pesquisa, trabalhos individual e em grupo, relatórios, seminários, interpretações, participação e envolvimento do aluno nas atividades.

A síntese do processo avaliativo do Colégio Estadual João XXIII se dará da seguinte forma:

Avaliação será contínua, cumulativa e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período de recuperação, usando os seguintes critérios:

As disciplinas deverão ter no mínimo duas avaliações utilizando de diferentes instrumentos;

Os instrumentos deverão ser variados contemplando as diversas formas de aprendizagem do aluno tendo o professor liberdade em sua disciplina de atribuir valores aos instrumentos de avaliação conforme os critérios previamente estabelecidos e discutidos com os alunos, objetivando os dez pontos;

A recuperação de estudos será realizada concomitante ao período letivo e paralela aos conteúdos, procedendo da seguinte forma: sendo diagnosticado através da avaliação a não obtenção dos objetivos propostos, serão retomados os conteúdos e proporcionado novas avaliações com instrumentos diferenciados a critério do professor, dentre os quais: orais, escritos ou práticos.

A recuperação dos instrumentos de avaliação será realizada durante o bimestre, sendo no mínimo duas recuperações, após retomada de conteúdos

O aluno que não realizar avaliação ou a recuperação paralela por motivo de falta poderá realizar posteriormente mediante justificativa dos pais ou responsáveis, se menor de idade, para as séries finais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio e profissionalizante, os alunos deverão solicitar requerimento com justificativa e/ou atestado médico na secretaria da escola e entregá-los à Equipe Pedagógica no prazo de 48 horas após a avaliação. Casos específicos serão analisados pelo Conselho de Classe.

Será aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres, nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA (M 1^\circ B + M 2^\circ B + M 3^\circ B + M 4^\circ B): 4 = 6,0$$

De acordo com a Lei 9394/96 da LDB, capítulo 5, artigo 58, os alunos com necessidades educativas especiais têm direito à educação escolar em escola regular. Portanto, serão avaliados de acordo com suas especificidades, levando em consideração que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características próprias. Diante disso, serão proporcionadas as Adaptações Curriculares necessárias de acordo com as peculiaridades de cada aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

O que deve ser levado em conta na disciplina de Filosofia, é a atividade com conceitos, a capacidade de construir e tomar posições, de detectar os princípios e interesses subjacentes aos temas e discursos. Abordados. A avaliação de Filosofia se inicia com a mobilização para o conhecimento, por meio da análise comparativa do que o estudante pensava antes e do que pensa após o estudo.

'É vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação", conforme prevê o parágrafo único do artigo 123 do Regimento Escolar, porém o ensino de Filosofia tem uma especificidade que deve ser considerada no processo de avaliação. A Filosofia como prática, como discussão com o outro e como construção de conceitos encontra seu sentido na experiência de pensamento filosófico, portanto o educador pode propiciar e preparar o aluno e não determinar, avaliar ou medir. Sua aprendizagem.

Ao avaliar, o professor deve ter profundo respeito pelas posições do estudante, mesmo que não concorde com elas, pois o que está em questão é a capacidade de argumentar e de identificar os limites dessas posições. O que deve ser levado em conta é a atividade com conceitos, a capacidade de construir e tomar posições, de detectar os princípios e interesses subjacentes aos temas e discursos.

Assim, torna-se relevante avaliar a capacidade do estudante do Ensino Médio de trabalhar e criar conceitos, sob os seguintes pressupostos:

- qual discurso tinha antes;
- qual conceito trabalhou;
- qual discurso tem após;
- qual conceito trabalhou.

A avaliação de Filosofia se inicia com a mobilização para o conhecimento, por meio da análise comparativa do que o estudante pensava antes e do que pensa após o estudo. Com isso, torna-se possível entender a avaliação como um processo.

5. REFERÊNCIAS

- APPEL, E. *Filosofia nos vestibulares e no ensino médio*. Cadernos PET-Filosofia 2, Curitiba, 1999.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do Signo Ao Discurso, Introdução à Filosofia da Linguagem*. Editora Parábola, 2004.
- ARISTÓTELES, *Metafísica*. Editora Globo, Porto Alegre, 1969.
- ARMIJOS PALÁCIOS, Gonçalo. *De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio* – Goiânia: Ed. Da UFG, 1998.
- CHAUI, M. *Convite a Filosofia*. 13ª edição. São Paulo. Ática. 2003.
- CHAUI, M. *Filosofia – Ensino Médio*. Livro do Professor. Editora Ática, São Paulo SP, 2003.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.
- DESCARTES, René. *Discurso do Método*.em: Os Pensadores, Editora Abril, 1983.
- FEITOSA, Charles. *Explicando a Filosofia com Arte*.

- GALLO, Sílvio. (Coordenador) – *Ética e Cidadania: Caminhos da Filosofia*. Editora Papyrus - Campinas, SP, 2003.
- HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. Editora Nacional, São Paulo 1972.
- IONS, Veronica. *História Ilustrada da Mitologia*.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura e Outros Textos Filosóficos*, Coleção Os Pensadores. Editora Abril Cultural, 1ª Edição – 1974.
- INSTRUÇÃO Nº 009/11 SUED/SEED.
- KUHN, S. Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1975.
- LANGON, M. *Filosofia do ensino de filosofia*. In: GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.) *Filosofia do ensino de filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Novos Ensaios Sobre o Entendimento Humano*. Livro III – As Palavras. Em: Os Pensadores, Editora Nova Cultural, 2000.
- LERNER, Delia. *Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário*. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- LIVRO DIDÁTICO PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Disponível em: http://www8.pr.gov.br/portals/livrodidatico/frm_buscaLivro.php?acao=Leitor&PHPSESSID=2007070913192778
- LIPMAN, MATTEW. *Filosofia na sala de aula*. Editora Nova Alexandria. São Paulo, 2001.
- MARCONDES, Danilo. *Textos Básicos de Filosofia, Dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro, 2007.
- MORTARI, Cezar A. *Introdução à Lógica*. Editora UNESP, 2001.
- NICOLA, UBALDO. *Antologia Ilustrada de Filosofia*. GLOBO, São Paulo, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. *Proposta curricular para o ensino de filosofia no 2.º grau*. Curitiba, 1994.
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. *Filosofia*. Curitiba: SEED, 2007. (Livro didático público impresso)
- PLATÃO. *A República*. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- PLATÃO. *Diálogos: o banquete - Fedon - Sofista – Político – Teeteto*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- POPER, Karl Raimund. *Conjecturas e Refutações*, Coleção Pensamento Científico, Editora Universidade de Brasília, 1972.
- POPPER, Karl Raimund. *A lógica da pesquisa científica*. Editora Cultrix, Universidade de São Paulo, 1975.
- QUINE, Willard Van Orman. *Relatividade Ontológica e outros Ensaios*. Em: Os Pensadores, Editora Abril Cultural, São Paulo, 1980.
- RUSSELL, B. *Os problemas da filosofia*. Tradução António Sérgio. Coimbra: Almedina, 2001.
- SARTRE, Jean-Paul. *O Ser e o Nada*; Editora Vozes, 2ª Edição - Petrópolis, 1997.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e representação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- SEARLE, John Rogers. *Mente, cérebro e ciência*. Editora Edições 70, Lisboa, 1984.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, Departamento de Ensino Médio. Orientações Curriculares de Filosofia. Curitiba. 2006.

TUGENDHAT, Ernst & WOLF, Ursula. *Propedêutica Lógico-Semântica*. Editora Vozes, Petrópolis, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. em: Os pensadores. Editora Nova Cultural, 1999.

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
FÍSICA
ENSINO MÉDIO**

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A FÍSICA na educação básica tem como finalidade fazer com que o aluno construa, por intermédio do conhecimento físico, valores e atitudes de natureza diversificada, visando sempre a formação do ser humano e, especialmente do cidadão. Essa disciplina também ajuda a desenvolver o raciocínio do aluno, fazendo com que este compreenda o mundo a sua volta, vendo-a como área do conhecimento que estimula o interesse, a curiosidade e o espírito de investigação.

Tendo em vista que a missão da escola, é antes de qualquer coisa, acolher os alunos e suas famílias com suas diversidades sociais, religiosas, culturais, efetivas e econômicas considerando- os iguais em seus direitos e deveres na formação de construtores da cidadania, porém diferentes na sua individualidade e potencialidade. Para tanto, a física deve propor atividades diversificadas que estimulem a experimentação e a reflexão possibilitando a construção e apropriação gradativa dos conhecimentos. Desta forma propiciará articulação das diferenças e semelhanças de aprendizagem e em meta a essa heterogeneidade cumprirá o seu papel de formadora de futuros cidadãos inseridos em seu meio social, com competência dignidade e participação.

Observamos na história da física de que forma a física dos dias atuais surgiu e se desenvolveu nas antigas civilizações, de acordo com as suas necessidades. Os pensadores da antiguidade buscavam respostas sobre a origem do universo, com o uso de cálculos matemáticos e dessa forma originou- se a física. Com o decorrer dos séculos houve mudanças adaptando- se a cada época, desenvolvendo a educação num processo de conhecimento para solucionar os problemas de ordem prática, satisfazendo as exigências de ordem social. Ao refletirmos sobre essas características, percebemos que é possível desenvolver atitudes e hábitos de pensamento que pode possibilitar uma maior compreensão do cotidiano.

A tendência Histórico- Crítica, no contexto educacional visa na física a construção de um saber vivo, sempre compreendendo e atribuindo significado ao que se está fazendo, contribuindo na construção da nova sociedade, na formação integral do aluno, tornando- o um cidadão participativo, social, justo, responsável e consciente de suas obrigações e direitos.

Considerando que os alunos desenvolvem uma atividade construtiva quando realizam aprendizagens específicas, nossa tentativa de ensinar não é intrinsecamente negativa. Os conteúdos serão selecionados e transmitidos aos alunos através de atividades, desafios, exercícios, leituras, questionamentos culturais que estimulem a curiosidade, o espírito investigativo e o desenvolvimento da capacidade de resolver situações problema que surgem na sociedade em que está em constante modificação.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

No Ensino Médio os conteúdos serão abordados articuladamente, através da intercomunicação dos conteúdos estruturantes.

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
Movimento.	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação na quantidade de movimento; - Variação na quantidade de movimento; - Leis de Newton; - Gravidade; - Trabalho e potência; - Princípio da conservação de energia; - Fluidos;
Leis da termodinâmica;	<ul style="list-style-type: none"> - Lei zero da termodinâmica; - Primeira lei da termodinâmica; - Segunda lei da termodinâmica; - Terceira lei da termodinâmica;
Eletromagnetismo;	<ul style="list-style-type: none"> - Carga, corrente elétrica, campo; - Força eletromagnética; - Equações de Maxwell: (lei de Gauss, lei de Coulomb), lei de Ampère, lei de Faraday); - Óptica. - A natureza da Luz.

3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Cada vez mais, é necessário criar formas diversificadas de transmissão de conhecimentos ligadas ao como se aprende Física, em contraste com a simples ideia de que através do esforço e repetição, seriam a melhor forma de se dominar essa disciplina e, com isso aplicá-la às suas necessidades. Seguindo a tendência dos dias atuais associamos a aprendizagem:

HISTÓRIA DA FÍSICA.

É pela história e evolução da física que se tem possibilidade de entender como o conhecimento é construído, oportunizando ao aluno conhecê-la.

MODELAGEM DA FÍSICA:

Proporciona ao aluno uma análise global da realidade, onde se constrói o saber de forma contextualizada, partindo de experiências vividas, sendo reforçadas pelos significados da cultura em que está inserido.

ENTENDIMENTO DOS FENÔMENOS:

Através dos seus conhecimentos, o aluno tem a possibilidade de construir de forma desafiadora o seu saber físico, desenvolvendo o raciocínio e demonstrando a aplicabilidade dos conteúdos em seu cotidiano.

ETNOFÍSICA:

Deve valorizar e usar como ponto de partida os conhecimentos FÍSICOS do grupo cultural ao qual os alunos pertencem, tornando significativas as experiências do seu dia a dia.

MÍDIAS:

Instrumento que auxilia em motivar o aprendizado, aplicar e exercitar o que se aprendeu, fazer descobertas e outros.

Levando em consideração que os alunos possuem muitos conhecimentos NATURAIS antes de ingressar em uma determinada série é fundamental que o professor faça um diagnóstico do domínio que cada aluno tem sobre os diferentes conteúdos que serão explorados e identifique quais são suas possibilidades e dificuldades diante da aprendizagem desses conteúdos.

Este campo de investigação prevê a formação de um estudante crítico, capaz de agir com autonomia nas suas relações sociais e, para isso, é necessário que ele se aproprie de conhecimentos, dentre eles, o físico.

Desta forma o ensino da física tratará a construção do conhecimento físico, por meio de uma visão histórica em que os conceitos foram apresentados, discutidos, construídos e reconstruídos, influenciando na formação do pensamento humano e na produção de sua existência por meio das ideias e das tecnologias.

Os conteúdos deverão ser trabalhados a partir de uma abordagem histórica através de aulas expositivas, trabalhos em equipes, pesquisa de campo, trabalho com textos diversificados, experiências, materiais manipulativos, uso de calculadoras e computadores como instrumentos tecnológicos facilitadores e incentivadores do espírito de pesquisa.

A Educação FÍSICA requer um professor que saiba estabelecer uma postura teórico-metodológica e seja questionador frente as concepções pedagógicas historicamente difundidas.

[...] as tecnologias são produtos da ação humana, historicamente construídos, expressando relações sociais das quais dependem, mas que também são influenciados por eles. Os produtos e processos tecnológicos são considerados artefatos sociais e culturais, que carregam consigo relações de poder, intenções e interesses diversos. (OLIVEIRA, 2001, p. 101-102).

A presença de laboratórios de informática com acesso à internet, nas escolas, bem como a chegada de aparelhos de televisão com porta USB para entrada de dados via pen drive, abrem muitas perspectivas para o trabalho docente no ensino de física.

Desse modo, faz-se necessário uma reflexão crítica do docente quanto ao uso de um recurso tecnológico e a forma de incorporação à sua ação pedagógica. A partir daí, se estabelece o uso de um recurso tecnológico em função do conteúdo a ser ministrado e da realidade escolar.

Qualquer que seja o recurso tecnológico utilizado é preciso que esteja de acordo com o plano de trabalho docente feito pelo professor. O computador, o livro, TV, o filme, são meramente instrumentos e recursos para o ensino e não substituem o professor.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

4. AVALIAÇÃO

A avaliação educacional deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Dessa forma assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação dela, contribuindo para uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para tanto, os objetivos e metas da avaliação são os seguintes:

Verificar como está ocorrendo o processo de aprendizagem, permitindo que o professor tenha condições de avaliar seu trabalho e se necessário retomá-lo, através de novos métodos e técnicas, para certificar-se da efetivação da aprendizagem;

Possibilitar a melhoria do processo de aprendizagem, onde alunos, professores e a própria instituição, acompanhem o trabalho desenvolvido, aperfeiçoando o processo através de reflexões contínuas dos resultados obtidos e realizem as mudanças necessárias.

Segundo a Deliberação 007/99, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual, o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O aproveitamento escolar será avaliado através da observação do desempenho do aluno em situações de aprendizagem, utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados tais como: avaliação oral, escrita, pesquisa, trabalho individual e em grupo, relatório, seminário, interpretação, participação dos alunos nas atividades.

Jamais se praticará uma só oportunidade de aferição, nem se adotará procedimentos que assegurem comparação dos alunos entre si. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. E para que cumpra sua finalidade educativa a avaliação será contínua, cumulativa e formativa obedecendo à ordenação da sequência do ensino e da aprendizagem. Serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo, cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar.

O acompanhamento do processo de avaliação será por turma e será analisado, aperfeiçoado e orientado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com os professores. A individualidade do aluno e do seu domínio dos conteúdos necessários será assegurada nas decisões sobre o processo de avaliação.

A avaliação será registrada nos livros Registro de Classe do professor, nos boletins e no sistema escola.

A recuperação será paralela num processo contínuo, durante a apreensão de conteúdos básicos, segundo o regimento da escola assegurando as condições pedagógicas definidas no artigo 1º da Deliberação 007/99. A recuperação se constituirá em um conjunto integrado entre o processo de ensino e adequação do mesmo às dificuldades dos alunos. Será considerada para efeito de documentação escolar.

Fundamentando-se na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação é contínua, processual e transformadora, sem caráter punitivo, empreendendo o processo de participação individual e coletiva,

contemplando momentos de auto avaliação e de avaliação grupal, através de instrumentos diversificados como: avaliação escrita e oral, pesquisa, trabalhos individual e em grupo, relatórios, seminários, interpretações, participação e envolvimento do aluno nas atividades.

A síntese do processo avaliativo do Colégio Estadual João XXIII se dará da seguinte forma:

Avaliação será contínua, cumulativa e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período de recuperação, usando os seguintes critérios:

As disciplinas deverão ter no mínimo duas avaliações utilizando de diferentes instrumentos;

Os instrumentos deverão ser variados contemplando as diversas formas de aprendizagem do aluno tendo o professor liberdade em sua disciplina de atribuir valores aos instrumentos de avaliação conforme os critérios previamente estabelecidos e discutidos com os alunos, objetivando os dez pontos;

A recuperação de estudos será realizada concomitante ao período letivo e paralela aos conteúdos, procedendo da seguinte forma: sendo diagnosticado através da avaliação a não obtenção dos objetivos propostos, serão retomados os conteúdos e proporcionado novas avaliações com instrumentos diferenciados a critério do professor, dentre os quais: orais, escritos ou práticos.

A recuperação dos instrumentos de avaliação será realizada durante o bimestre, sendo no mínimo duas recuperações, após retomada de conteúdos

O aluno que não realizar avaliação ou a recuperação paralela por motivo de falta poderá realizar posteriormente mediante justificativa dos pais ou responsáveis, se menor de idade, para as séries finais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio e profissionalizante, os alunos deverão solicitar requerimento com justificativa e/ou atestado médico na secretaria da escola e entregá-los à Equipe Pedagógica no prazo de 48 horas após a avaliação. Casos específicos serão analisados pelo Conselho de Classe.

Será aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres, nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA (M 1^{\circ} B + M 2^{\circ} B + M 3^{\circ} B + M 4^{\circ} B): 4 = 6,0$$

De acordo com a Lei 9394/96 da LDB, capítulo 5, artigo 58, os alunos com necessidades educativas especiais têm direito à educação escolar em escola regular. Portanto, serão avaliados de acordo com suas especificidades, levando em consideração que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características próprias. Diante disso, serão proporcionadas as Adaptações Curriculares necessárias de acordo com as peculiaridades de cada aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

Quanto aos critérios de avaliação em Física, deve-se verificar:

- A compreensão dos conceitos físicos essenciais a cada unidade de ensino e aprendizagem planejada;
- A compreensão do conteúdo físico expressado em textos científicos;

- A compreensão de conceitos físicos presentes em textos não científicos;
- A capacidade de elaborar relatórios tendo como referência os conceitos, as leis e as teorias físicas sobre um experimento ou qualquer outro evento que envolva os conhecimentos da Física.

5. REFERÊNCIAS

CURRÍCULO BÁSICO para a Escola Pública do Estado do Paraná.

DIRETRIZES CURRICULARES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO PARANÁ, 2007.

INSTRUÇÃO Nº 009/11 SUED/SEED

SAMPAIO E CALÇADA FÍSICA volume único.

FÍSICA 1 MECÂNICA. Gref.

FÍSICA 2 FÍSICA TÉRMICA, ÓPTICA. Gref.

FÍSICA 3 ELETROMAGNETISMO. Gref..

Quadro com as alterações feitas nas Diretrizes Curriculares na disciplina de FÍSICA. Secretaria de Estado da Educação.

Revista Galileu Galilei 2002.

UNIVERSO DA FÍSICA 1,2 E 3, Sampaio, Calçada.

FÍSICA, Bonjorno, Regina F.S. Azenha,

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
GEOGRAFIA
ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO**

**IRATI
2014**

1 – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Geografia “nasceu” entre os Gregos, junto com o nascimento da Filosofia, da História, do teatro. Foi na Grécia onde as lutas pela democracia mais ganharam profundidade e duração entre os povos da antiguidade. E também porque a base econômica da Grécia era o comércio. Embora houvesse a escravatura, não era o trabalho escravo a fonte da riqueza na Grécia. Daí sua organização espacial em Cidades-Estados. Desse modo, a Geografia nasce calada, de um lado, às lutas democráticas que se desenrolam nas cidades gregas e atravessam praticamente toda a sua história e, de outro lado, aos interesses dos mercadores que impõem aos gregos uma talassocracia. Embora não haja aí uma separação, talvez se possa falar que a Geografia evolui sobre duas vertentes. Da primeira sobram vestígios, dispersos nas obras que brotam das lutas democráticas e vêem as soluções dos problemas do homem como ato político, coletivo e totalmente sem a preocupação do nome, nela, está presente a Geografia, enquanto a sociedade pensada e posta à transformação.

Da segunda sobram registros igualmente abundantes, sobretudo na forma de relatos de povos, terras e mapas, feitos para servir o comércio e ao Estado. Registre-se que entre os gregos o saber não é um catálogo, como presentemente. A Geografia, como a História e como o teatro, é conhecimento diluído na Filosofia, que é uma reflexão colada à prática da vida e, por isto, referenciada pelo conhecimento. Na idade média, o pensamento geográfico foi influenciado pela visão de mundo imposta pelo poder e pela organização socioespacial então estabelecida.

Constestou-se a ideia da esfericidade da terra, a distribuição das terras e das águas na superfície da terra.

A forma do planeta voltou a ser discutida a partir do século XII, quando os mercadores precisavam representar o espaço com detalhes para registrar as rotas marítimas, a localização e as distâncias entre os continentes. A questão da distribuição das terras e das águas tornou-se, cada vez mais, pauta de discussões e de pesquisas que alcançaram e ultrapassaram o contexto das grandes navegações.

Até o século XVI, entretanto, esses assuntos eram temas do pensamento especulativo, ou seja, “a Filosofia e a ciência formavam um único campo racional” (Araújo, 2003.p.24).

A partir do século XVI, os viajantes colonialistas passaram a descrever e representar alguns elementos do espaço: rios, montanhas e também as relações homem-natureza. Assuntos que mais tarde constituíram parte do conhecimento disciplinar da Geografia, tornaram-se preocupação de Estados, sociedades e pensadores interessados, por diferentes razões, em conhecer o espaço geográfico.

Nos fins do século XVII, temas como comércio, forma de poder, solos, crescimento populacional, entre outros, começaram a passar pelo “olhar objetivador da ciência”.

Até o século XIX, contudo, não havia sistematização da produção geográfica. Esses assuntos estavam dispersos em obras diversas, por isso, embora a Geografia ainda não existisse como ciência, “os temas geográficos estavam legitimados como questões relevantes, sobre as quais cabia dirigir indagações científicas” (Moraes, 1987, p. 41).

Enquanto na Europa, principalmente na Alemanha e na França, a Geografia já se encontrava sistematizada e presente nas universidades, desde o século XIX, no Brasil, isso só aconteceu mais tarde porque antes de ser objeto de desenvolvimento científico, a Geografia foi trabalhada como matéria de ensino.

A institucionalização da Geografia no Brasil consolidou-se apenas a partir da década de 1930, quando as pesquisas desenvolvidas buscavam compreender e descrever o território brasileiro com o objetivo de servir aos interesses políticos do Estado, na perspectiva do nacionalismo econômico.

Essa forma de abordagem do conhecimento em Geografia perdurou até os anos de 1950-1960, caracterizando-se, na escola, por um ensino de compêndio e pela ênfase na memorização de fatos e informações que refletiam a valorização dos conteúdos em si, sem levar, necessariamente, a compreensão do espaço. Assim, o foco do ensino de Geografia estava na descrição do espaço, esse modo de ensinar ficou conhecido como Geografia tradicional.

A Geografia crítica surge no final da década de 1970, a qual tinha como proposta, realizar uma revolução no pensamento geográfico, trazendo uma visão mais crítica acerca dos fatos geográficos, da produção do espaço, das relações sociedade/natureza, bem como, das relações entre os diferentes grupos sociais. A Geografia passa, portanto, por uma reformulação, deixando o caráter meramente descritivo e conteudista.

A atual Geografia, pautada no materialismo histórico, propõe que o ensino de Geografia permita ao aluno, compreender o mundo em que vive, as espacialidades dos fenômenos e da produção e, ainda, deve levar o aluno à uma reflexão acerca de seu papel enquanto sujeito social, reconhecendo-se como agente, capaz de intervir no meio o qual está inserido.

A discussão acerca do ensino de Geografia inicia-se pelas reflexões epistemológicas do seu objeto de estudo. Muitas foram as denominações propostas para esse objeto, hoje entendido como o Espaço Geográfico e sua composição conceitual básica ? lugar, paisagem, região, território, natureza, sociedade, entre outros.

Portanto é através do Espaço Geográfico, entendido como o espaço produzido e apropriado pela sociedade, composto por objetos (naturais, culturais e técnicos) e ações (relações sociais, culturais, políticas e econômicas) que entenderemos as inter-relações existentes.

Os objetos que interessam à Geografia não são apenas objetos móveis, mas também imóveis, tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha. Tudo isso são objetos geográficos.

Entre alguns objetivos:

* Dimensão Econômica do Espaço Geográfico: podemos citar a possibilidade proporcionada ao aluno a compreender a questão sócio-histórica das relações de produção capitalista, para que ele reflita sobre as questões socioambientais, políticas, econômicas e culturais, materializadas no espaço geográfico.

* Dimensão política do espaço geográfico: espera-se que o aluno compreenda o espaço onde vive a partir das relações estabelecidas entre os territórios institucionais e entre os territórios que a eles se sobrepõem como campos de força e políticas. Os alunos deverão entender as relações de poder que os envolvem e de alguma forma os determinam, sem que haja, necessariamente, uma institucionalização estatal, como preconizado pela geografia política institucional.

* Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico: espera-se que os alunos entendam a gênese da Dinâmica da natureza quanto as alterações nela causadas pelo homem, como efeito de participar na constituição da fisicidade do espaço geográfico.

* Dimensão Cultural e demográfica: Levar ao aluno uma análise do espaço geográfico sob a ótica das relações culturais, bem como da constituição, distribuição e mobilidade demográfica.

A Geografia de hoje preocupa-se em conhecer cada dia mais o ambiente natural de sobrevivência do homem, bem como entender o comportamento das sociedades humanas, suas relações com a natureza e suas relações socioeconômicas e culturais.. Os grupos sociais, por mais auto-suficientes e simples que sejam, não conseguem sobreviver de forma absolutamente isolada e estabelecem uma teia complexa de relações socioculturais e econômicas. Essa intensa troca de conhecimentos, mercadorias e moedas é determinada pelas necessidades reais e pelas necessidades criadas, que na atualidade cada dia mais se intensificam. Esse complexo jogo de relações locais, regionais, nacionais e internacionais é de absoluto interesse para o conhecimento geográfico.

A organização da sociedade na agricultura e na indústria, a dinâmica demográfica, o crescimento e a organização das cidades, suas causas e consequências fazem parte da preocupação da Geografia.

Assim fazemos com que os nossos alunos tenham uma visão crítica do espaço ocupado por eles, deixando de lado a teoria inativa e a geografia tradicional, a qual era predominante em nossa sociedade.

Compreender a organização e as transformações sofridas por esse espaço é essencial para a formação do cidadão consciente e crítico dos problemas do mundo em que vive. Por consequência, pensamos no aluno como agente atuante e modificador do espaço geográfico, dentro de uma proposta educacional que requer responsabilidade de todos, visando construir um mundo mais ético e menos desigual.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES ENSINO FUNDAMENTAL

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos(6º ano)
Dimensão econômica do espaço geográfico	1) Formação e transformação das paisagens naturais e culturais 2) Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.
Dimensão política do espaço geográfica	3) A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais 4) A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico.
Dimensão cultural demográfica do espaço geográfico	5) As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista 6) A transformação demográfica, a distribuição espacial da população e os indicadores estatísticos

Dimensão socioambiental do espaço geográfico	7) A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural 8) As diversas regionalizações do espaço geográfico
<p>Conteúdos Estruturantes</p> <p>Dimensão econômica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão política do espaço geográfico</p> <p>Dimensão cultural demográfica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão socioambiental do espaço geográfico</p>	<p>Conteúdos Básicos(7º ano)</p> <p>1) A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro.</p> <p>2) A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.</p> <p>3) As diversas regionalizações do espaço brasileiro</p> <p>4) As manifestações socioespaciais da diversidade cultural</p> <p>5) A transformação demográfica da população, sua distribuição espacial e indicadores estatísticos</p> <p>6) Movimentos migratórios e suas motivações</p> <p>7) O espaço rural e a modernização da agricultura</p> <p>8) O formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização</p> <p>9) A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico.</p> <p>10) A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações.</p>
<p>Conteúdos Estruturantes</p> <p>Dimensão econômica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão política do espaço geográfico</p> <p>Dimensão cultural demográfica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão socioambiental do espaço geográfico</p>	<p>Conteúdos Básicos(8º ano)</p> <p>1) As diversas regionalizações do espaço geográfico</p> <p>2) A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios do continente americano</p> <p>3) A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado</p> <p>4) O comércio em suas implicações socioespaciais</p> <p>5) A circulação da mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações</p> <p>6) A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico</p> <p>7) As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista</p> <p>8) O espaço rural e a modernização da agricultura</p> <p>9) A transformação demográfica da população, sua distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.</p> <p>10) Os movimentos migratórios e suas motivações</p> <p>11) As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;</p>
<p>Conteúdos Estruturantes</p> <p>Dimensão econômica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão política do espaço geográfico</p> <p>Dimensão cultural demográfica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão socioambiental do espaço geográfico</p>	<p>Conteúdos Básicos (8ª. Série)</p> <p>1) As diversas regionalizações do espaço geográfico.</p> <p>2) A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado</p> <p>3) A revolução tecnicocientífico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção</p> <p>4) O comércio mundial e as implicações socioespaciais.</p> <p>5) A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.</p> <p>6) A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.</p> <p>7) As manifestações socioespaciais da diversidade cultural</p> <p>8) Os movimentos migratórios mundiais e suas motivações.</p> <p>9) A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re)organização do espaço geográfico</p> <p>10) A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.</p> <p>11) O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na</p>

atual configuração territorial.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES ENSINO MÉDIO

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos (Ensino Médio)
<p>Dimensão econômica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão política do espaço geográfica</p> <p>Dimensão cultural demográfica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão socioambiental do espaço geográfico</p>	<p>1) A formação e transformação das paisagens.</p> <p>2) A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.</p> <p>3) A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico</p> <p>4) A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.</p> <p>5) A revolução técnico-científica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção;</p> <p>6) O espaço rural e a modernização da agricultura.</p> <p>7) O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial.</p> <p>8) A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações.</p> <p>9) Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios</p>
	<p>10) As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista.</p> <p>11) A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente.</p> <p>12) A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.</p> <p>13) Os movimentos migratórios e suas motivações.</p> <p>14) As manifestações socioespaciais da diversidade cultural.</p> <p>15) O comércio e as implicações socioespaciais.</p> <p>16) As diversas regionalizações do espaço geográfico.</p> <p>17) As implicações socioespaciais do processo de mundialização.</p> <p>18) A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.</p>

3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Propõe-se que os conteúdos específicos sejam trabalhados de forma crítica e dinâmica, interligados com a realidade próxima e distante dos alunos.

O processo de apropriação e construção dos conceitos fundamentais do conhecimento geográfico se dá a partir da intervenção intencional própria do ato docente, mediante um planejamento que articule a abordagem dos conteúdos com a avaliação (Cavalcanti, 1998). No ensino de Geografia, tal abordagem deve considerar o conhecimento espacial prévio dos alunos para relacioná-lo ao conhecimento científico no sentido de superar o senso comum.

Ao invés de simplesmente apresentar o conteúdo que será trabalhado, recomenda-se que o professor crie uma situação problema, instigante e provocativa.

Através do desenvolvimento das atividades em sala de aula, levar o aluno a construção dos conceitos, de modo que ele possa chegar ao conhecimento concreto e ao aprendizado, bem como, criar estratégias para se chegar a seus objetivos.

Estabelecer relações interdisciplinares dos conteúdos geográficos em estudo, porém, sem perder a especificidade da Geografia. Também, outro pressuposto metodológico é a contextualização dos conteúdos, importante para o ensino da Geografia, e, através do diálogo, debates, tentar desenvolver a consciência crítica dos alunos.

Tão importante também é utilizar-se das novas tecnologias, como filmes, reportagens, laboratório de informática da escola, TV Pendrive, DVD, que tornam o conhecimento mais agradável e criativo.

Devemos, ainda, conduzir o processo de aprendizagem de forma dialogada, possibilitando o questionamento e a participação dos alunos para que a compreensão dos conteúdos e a aprendizagem aconteça. Todo esse procedimento tem por finalidade que o ensino de Geografia contribua para a formação de um sujeito capaz de interferir na realidade de maneira consciente e crítica.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

4. AVALIAÇÃO

A avaliação educacional deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Dessa forma assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação dela, contribuindo para uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para tanto, os objetivos e metas da avaliação são os seguintes:

Verificar como está ocorrendo o processo de aprendizagem, permitindo que o professor tenha condições de avaliar seu trabalho e se necessário retomá-lo, através de novos métodos e técnicas, para certificar-se da efetivação da aprendizagem;

Possibilitar a melhoria do processo de aprendizagem, onde alunos, professores e a própria instituição, acompanhem o trabalho desenvolvido, aperfeiçoando o processo através de reflexões contínuas dos resultados obtidos e realizem as mudanças necessárias.

Segundo a Deliberação 007/99, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual, o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O aproveitamento escolar será avaliado através da observação do desempenho do aluno em situações de aprendizagem, utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados tais como: avaliação oral, escrita, pesquisa, trabalho individual e em grupo, relatório, seminário, interpretação, participação dos alunos nas atividades.

Jamais se praticará uma só oportunidade de aferição, nem se adotará procedimentos que assegurem comparação dos alunos entre si. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. E para que cumpra sua finalidade educativa a avaliação será contínua, cumulativa e formativa obedecendo à ordenação da sequência do ensino e da aprendizagem. Serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo, cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar.

O acompanhamento do processo de avaliação será por turma e será analisado, aperfeiçoado e orientado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com os professores. A individualidade do aluno e do seu domínio dos conteúdos necessários será assegurada nas decisões sobre o processo de avaliação.

A avaliação será registrada nos livros Registro de Classe do professor, nos boletins e no sistema escola.

A recuperação será paralela num processo contínuo, durante a apreensão de conteúdos básicos, segundo o regimento da escola assegurando as condições pedagógicas definidas no artigo 1º da Deliberação 007/99. A recuperação se constituirá em um conjunto integrado entre o processo de ensino e adequação do mesmo às dificuldades dos alunos. Será considerada para efeito de documentação escolar.

Fundamentando-se na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação é contínua, processual e transformadora, sem caráter punitivo, empreendendo o processo de participação individual e coletiva, contemplando momentos de auto avaliação e de avaliação grupal, através de instrumentos diversificados como: avaliação escrita e oral, pesquisa, trabalhos individual e em grupo, relatórios, seminários, interpretações, participação e envolvimento do aluno nas atividades.

A síntese do processo avaliativo do Colégio Estadual João XXIII se dará da seguinte forma:

Avaliação será contínua, cumulativa e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período de recuperação, usando os seguintes critérios:

As disciplinas deverão ter no mínimo duas avaliações utilizando de diferentes instrumentos;

Os instrumentos deverão ser variados contemplando as diversas formas de aprendizagem do aluno tendo o professor liberdade em sua disciplina de atribuir valores aos instrumentos de avaliação conforme os critérios previamente estabelecidos e discutidos com os alunos, objetivando os dez pontos;

A recuperação de estudos será realizada concomitante ao período letivo e paralela aos conteúdos, procedendo da seguinte forma: sendo diagnosticado através da avaliação a não obtenção dos objetivos propostos, serão retomados os conteúdos e proporcionado novas avaliações com instrumentos diferenciados a critério do professor, dentre os quais: orais, escritos ou práticos.

A recuperação dos instrumentos de avaliação será realizada durante o bimestre, sendo no mínimo duas recuperações, após retomada de conteúdos

O aluno que não realizar avaliação ou a recuperação paralela por motivo de falta poderá realizar posteriormente mediante justificativa dos pais ou responsáveis, se menor de idade, para as séries finais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio e profissionalizante, os alunos deverão solicitar requerimento com justificativa e/ou atestado médico na secretaria da escola e entregá-los à Equipe Pedagógica no prazo de 48 horas após a avaliação. Casos específicos serão analisados pelo Conselho de Classe.

Será aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres, nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA (M 1^{\circ} B + M 2^{\circ} B + M 3^{\circ} B + M 4^{\circ} B): 4 = 6,0$$

De acordo com a Lei 9394/96 da LDB, capítulo 5, artigo 58, os alunos com necessidades educativas especiais têm direito à educação escolar em escola regular. Portanto, serão avaliados de acordo com suas especificidades, levando em consideração que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características próprias. Diante disso, serão proporcionadas as Adaptações Curriculares necessárias de acordo com as peculiaridades de cada aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

Considerando que “ é vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação”, conforme prevê o parágrafo único do artigo 123 do Regimento Escolar, na disciplina de Geografia serão utilizadas as seguintes técnicas e os instrumentos de avaliação:

- interpretação e produção de textos de Geografia;
- interpretação de fotos, imagens, gráficos, tabelas e mapas;
- pesquisas bibliográficas;
- relatórios de aulas de campo;
- apresentação e discussão de temas em seminários;
- construção, representação e análise do espaço através de maquetes, entre

outros.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. **Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo. Editora: Ática, 2005.

AOKI, Virginia (Org.). **Projeto Araribá: Geografia**/Obra Coletiva. São Paulo. Editora: Moderna, 2006.

INSTRUÇÃO Nº 009/11 SUED/SEED

Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Geografia. Curitiba: SEED-PR, 2008.

TERRA, Lygia; COELHO, Marcos de Amorin. **Geografia Geral e Geografia do Brasil: O Espaço natural e socioeconômico**. Volume Único. São Paulo. Editora Moderna, 2005.

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
HISTÓRIA
ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO**

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Nesta proposta os temas históricos serão abordados de forma a consolidar a noção de processo histórico e de articular a realidade local do aluno a um conhecimento histórico que lhe sirva de referencial cultural, teórico, ideológico, social e econômico. Há a valorização dos sujeitos como indivíduos, famílias, comunidades que sofrem e enfrentam os condicionamentos do processo histórico mais amplo.

Nesse sentido, conceitos de permanência e transformação, ruptura e crise, tempo e espaço, ganham significado na produção do conhecimento histórico e na construção de visões de mundo, fundamentais para a formação do senso crítico, da qualificação para o trabalho, do exercício da cidadania e da autonomia na busca de conhecimentos – fins últimos da ação educativa.

Nos temas propostos em História o aluno vai conhecer diversos povos e descobrir como viviam, trabalhavam e se divertiam; que problemas enfrentavam e como tentavam solucioná-los; quais as idéias e as crenças dessas sociedades. Neste sentido procura-se o diálogo entre a historiografia clássica e a história das mentalidades, do cotidiano e das relações de gênero, não definindo uma única linha de interpretação. Contextualizam-se temas e conceitos, enfatizando interações entre História do Brasil e História Geral. Desse modo, podem desenvolver uma consciência histórica que leve em conta as diversas práticas culturais dos sujeitos, sem abandono do rigor do conhecimento histórico.

Também se fará observar o cumprimento da Lei nº 13.381/01, que trata da inserção dos conteúdos de História do Paraná e da Lei nº 11.645/08, que trata da inserção dos conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, baseados, sobretudo, em eixos temáticos.

No contexto histórico a disciplina de História passou a fazer parte obrigatoriamente como disciplina escolar, a partir da criação do Colégio D. Pedro II, em 1837 (sendo criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro IHGB), que instituiu a História como disciplina acadêmica, sendo alterado o currículo do Colégio pelo corpo docente em 1901, onde foi proposto que a História do Brasil passasse a compor a cadeira da História Universal. Com essa nova configuração, a História do Brasil passou a ser relegada a um espaço restrito do currículo, que devido sua extensão, dificilmente era tratado pelos professores na aula de História.

O retorno da História do Brasil nos currículos escolares deu-se apenas no governo de Getúlio Vargas, vinculado ao projeto político nacionalista do Estado Novo, por meio da lei orgânica do Ensino Secundário de 1942, após a implantação do regime militar (1964), manteve seu caráter estritamente político, pautado no estudo de fontes oficiais e narrado apenas do ponto de vista factual, mantendo os grandes heróis como sujeitos da História Narrada, exemplos a serem seguidos e não contestados pelas novas gerações. Modelo da ordem estabelecida, de uma sociedade hierarquizada e nacionalista, o ensino passou a não ter espaço para análises críticas e interpretações de fatos, objetivando formar indivíduos que aceitassem e valorizassem a organização da Pátria. Os Estado figurava como o principal sujeito histórico, responsável pelos grandes feitos da nação, exemplificado nas obras dos governantes e das elites condutoras do país.

Com a Lei nº 5692/71, o Estado organizou o Primeiro Grau de oito anos e o Segundo Grau profissionalizante, centrado numa formação tecnicista, voltada à preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. No Primeiro Grau, as disciplinas de História forma condensadas como área de estudos Sociais, dividindo ainda a carga horária com Educação Moral e Cívica. No Segundo Grau, a carga horária de História foi reduzida e a disciplina de Organização Social e Política Brasileira passou a compor o currículo. O Ensino de Estudos Sociais foi radicalmente contestado no início dos anos de 1980, tanto pela academia, quanto pela sociedade organizada, principalmente pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História, que defenderam ao retorno da disciplina de História como condição para que houvesse uma maior aproximação entre investigação histórica e o universo de sala de aula.

Na segunda metade da década de 1980 e no início dos anos de 1990, cresceram os debates em torno das reformas democráticas na área educacional repercutindo novas propostas no Ensino de História. No Paraná, houve também uma tentativa de aproximação da produção acadêmica de História com o ensino da disciplina no Primeiro Grau, fundamentada na pedagogia Histórico-crítica, por meio do currículo da Escola Pública do Estado do Paraná em 1990. Essa proposta da renovação do Ensino de História tinha como pressupostos teóricos a historiografia social, pautada no materialismo histórico dialético, indicando alguns elementos da Nova História e no Segundo Grau o documento embasava-se na pedagogia histórico-crítica dos conteúdos, reorganizando-os a partir do estudo da formação do capitalismo no mundo ocidental e a inserção do Brasil nesse quadro. Destaca-se também a aprovação da Lei nº 13.381/01, que torna obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio da rede pública estadual de ensino, os conteúdos de História do Paraná, além da Lei nº 11.645/03, que altera a Lei nº 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira, seguidas das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, que tornam obrigatórias a inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares.

Procurando romper com o ensino tradicional, com o desinteresse dos alunos pelo ensino de História, conteúdos deslocados do cotidiano, metodologias que obrigam os alunos a decorar os conteúdos, aulas enfadadas, assuntos repetitivos, verdades prontas, sentiu-se a necessidade de analisar o passado não como algo distante e preso no tempo, mas perceber a interação passado-presente, a partir das realizações humanas, situando o aluno na sua realidade vivida, enquanto ser pensante, em evolução ativo e norteador do seu próprio destino, na medida em que constrói o mundo.

Levando em conta a necessidade da presente proposta de encaminhar os alunos à produção e relação crítica dos ser, possibilitando manejar e produzir conhecimento como atitude construtiva, no sentido da emancipação do aluno e da sociedade, tendo o cuidado de criar situações de aprendizagem nos quais se possa compreender o presente em sua organização social estabelecendo condições necessárias para que os alunos percebam as constantes mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e étnicas que permeiam a sociedade nas suas mais diversas conjecturas.

Pretende-se assim, resgatar a história – ciência, uma nova postura em relação ao professor-aluno, com um novo método e uma nova organização dos conteúdos articulados, críticos que considerem a história de todos os homens, as suas relações contraditórias e conflituosas instauradas na sociedade contemporânea, necessidades postas pelo cotidiano exige uma inserção crítica com o presente, levando o professor e aluno a olharem o passado de forma diferenciada, um passado que questiona, que problematiza a relação dos homens.

2) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ENSINO FUNDAMENTAL

6º ano – Os diferentes sujeitos, suas culturas, suas histórias

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos/Temas Históricos
Relações de trabalho Relações de poder Relações culturais	1) A experiência humana no tempo 2) Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo 3) A cultura local e a cultura comum

7º ano – A constituição histórica do mundo rural e urbano e a formação da propriedade em diferentes tempos e espaços

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos/ Temas Históricos
Relações de trabalho Relações de poder Relações culturais	1) As relações de propriedade 2) A constituição histórica do mundo do campo e do mundo da cidade 3) As relações entre o campo e a cidade 4) Conflitos, resistências e produção cultural campo/cidade

8º ano – O mundo do trabalho e os movimentos de resistência

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos/Temas Históricos
Relações de trabalho Relações de poder Relações culturais	1) História das relações da humanidade com o trabalho 2) O trabalho e a vida em sociedade 3) O trabalho e as contradições da modernidade 4) Os trabalhadores e as conquistas de direito

9º ano – *Relações de dominação e resistência: a formação do Estado e as instituições sociais*

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos/Temas Históricos
Relações de trabalho Relações de poder Relações culturais	1) A constituição das instituições sociais 2) A formação do Estado 3) Sujeitos, Guerras e Revoluções

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDOS ESTRURURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Relações de trabalho Relações de Poder Relações Culturais	1º ANO Trabalho escravo, servil e o trabalho livre
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Relações de trabalho Relações de Poder Relações Culturais	2º Ano Urbanização e industrialização
Relações de trabalho Relações de Poder Relações Culturais	3º ANO – ENSINO MÉDIO O Estado e as relações de poder

3) METODOLOGIA DA DISCIPLINA

No processo de construção da consciência histórica, é imprescindível retomar constantemente com os alunos como se dá a produção do conhecimento; ou seja, como é produzido a partir do trabalho de um pesquisador que tem como objeto de estudo as ações e as relações humanas praticadas no tempo, bem como os sentidos que os sujeitos lhes deram, de modo consciente ou não. Para estudá-las, o historiador adota um método de pesquisa de forma que possa problematizar o passado, e buscar, por meio de documentos e perguntas, respostas às suas indagações. A partir disso, o pesquisador produz uma narrativa histórica cujo desafio é contemplar a diversidade das experiências políticas, sociais, econômicas e culturais.

O que se pretende com o ensino da História é que o aluno tenha acesso ao conhecimento historicamente acumulado e reflita criticamente sobre ele. De posse desse conhecimento o aluno poderá se situar no tempo e na sociedade e estabelecer relações com outros tempos.

A problematização deverá estar presente em sala de aula para que seja criado o hábito de levantar questões diante de acontecimentos e ações dos sujeitos históricos, o que possibilita que sejam interpretados e compreendidos a partir das relações que se estabelecem com os outros sujeitos e fatos do seu próprio tempo e lugar e de outros tempos e lugares.

Ler e interpretar fontes bibliográficas com seleção de textos em diferentes estilos, formas ou conteúdos, mas com a mesma temática, propondo aos alunos a questionarem uma obra, a lê-la criticamente e a compará-la com outras obras que se distinguem por abordagens diferentes.

O trabalho com **documentos** é fundamental como fonte de informações a serem interpretadas, analisadas e comparadas. Entendemos documentos históricos como obras humanas produzidas em

diferentes contextos sociais e com objetivos variados; obras de arte, textos de jornal, utensílios, ferramentas de trabalho, textos literários, diários, relatos de viagem, leis, mapas, vestimentas, edificações, filmes e outras.

O trabalho com os documentos propicia reflexões sobre a relação presente/passado e permite a adoção de procedimentos de como interrogar obras humanas do presente e de outras épocas.

Cabe lembrar que a produção do conhecimento histórico, discutida nos fundamentos teórico-metodológicos das Diretrizes, é essencial para que os alunos compreendam:

- os limites do livro didático;
- as diferentes interpretações de um mesmo acontecimento histórico;
- a necessidade de ampliar o universo de consultas para entender melhor diferentes contextos;
- a importância do trabalho do historiador e da produção do conhecimento histórico para compreensão do passado;
- que o conhecimento histórico é uma explicação sobre o passado que pode ser complementada com novas pesquisas e pode ser refutada ou validada pelo trabalho de investigação do historiador;

Entender tais aspectos possibilita que os alunos valorizem e contribuam para a preservação de documentos, dos lugares de memória, como museus, bibliotecas, acervos privados e públicos de fotografias, de documentos escritos e audiovisuais, entre outros, seja pelo uso adequado dos locais de memória, pelo manuseio cuidadoso de documentos que podem constituir fontes de pesquisas, seja pelo reconhecimento do trabalho feito pelos pesquisadores e se possível, visitações a locais de memória para concretizar e ampliar a aprendizagem.

A produção do conhecimento histórico e sua apropriação, pelos alunos, é processual, e, desse modo, é necessário que o conceito em questão seja constantemente retomado.

Os alunos devem ser instigados a questionar e criticar os conteúdos e as abordagens existentes no texto consultado, de modo que constituam, gradativamente, autonomia na busca do conhecimento.

Nessa perspectiva, não cabe tão-somente trabalhar por meio de cópia do que os livros trazem, é preciso explicitar o que pretende que os alunos investiguem, com vistas a ampliar, refutar ou validar a análise de determinado conteúdo trazido no livro didático. Para a ampliação do conhecimento utilizaremos recursos tecnológicos como: TV, multimídia, gravuras, fotos, pesquisas em laboratório de informática.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUE/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

4) AVALIAÇÃO

A avaliação educacional deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Dessa forma assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação dela, contribuindo para uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para tanto, os objetivos e metas da avaliação são os seguintes:

Verificar como está ocorrendo o processo de aprendizagem, permitindo que o professor tenha condições de avaliar seu trabalho e se necessário retomá-lo, através de novos métodos e técnicas, para certificar-se da efetivação da aprendizagem;

Possibilitar a melhoria do processo de aprendizagem, onde alunos, professores e a própria instituição, acompanhem o trabalho desenvolvido, aperfeiçoando o processo através de reflexões contínuas dos resultados obtidos e realizem as mudanças necessárias.

Segundo a Deliberação 007/99, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual, o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O aproveitamento escolar será avaliado através da observação do desempenho do aluno em situações de aprendizagem, utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados tais como: avaliação

oral, escrita, pesquisa, trabalho individual e em grupo, relatório, seminário, interpretação, participação dos alunos nas atividades.

Jamais se praticará uma só oportunidade de aferição, nem se adotará procedimentos que assegurem comparação dos alunos entre si. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. E para que cumpra sua finalidade educativa a avaliação será contínua, cumulativa e formativa obedecendo à ordenação da sequência do ensino e da aprendizagem. Serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo, cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar.

O acompanhamento do processo de avaliação será por turma e será analisado, aperfeiçoado e orientado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com os professores. A individualidade do aluno e do seu domínio dos conteúdos necessários será assegurada nas decisões sobre o processo de avaliação.

A avaliação será registrada nos livros Registro de Classe do professor, nos boletins e no sistema escola.

A recuperação será paralela num processo contínuo, durante a apreensão de conteúdos básicos, segundo o regimento da escola assegurando as condições pedagógicas definidas no artigo 1º da Deliberação 007/99. A recuperação se constituirá em um conjunto integrado entre o processo de ensino e adequação do mesmo às dificuldades dos alunos. Será considerada para efeito de documentação escolar.

Fundamentando-se na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação é contínua, processual e transformadora, sem caráter punitivo, empreendendo o processo de participação individual e coletiva, contemplando momentos de auto avaliação e de avaliação grupal, através de instrumentos diversificados como: avaliação escrita e oral, pesquisa, trabalhos individual e em grupo, relatórios, seminários, interpretações, participação e envolvimento do aluno nas atividades.

A síntese do processo avaliativo do Colégio Estadual João XXIII se dará da seguinte forma:

Avaliação será contínua, cumulativa e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período de recuperação, usando os seguintes critérios:

As disciplinas deverão ter no mínimo duas avaliações utilizando de diferentes instrumentos;

Os instrumentos deverão ser variados contemplando as diversas formas de aprendizagem do aluno tendo o professor liberdade em sua disciplina de atribuir valores aos instrumentos de avaliação conforme os critérios previamente estabelecidos e discutidos com os alunos, objetivando os dez pontos;

A recuperação de estudos será realizada concomitante ao período letivo e paralela aos conteúdos, procedendo da seguinte forma: sendo diagnosticado através da avaliação a não obtenção dos objetivos propostos, serão retomados os conteúdos e proporcionado novas avaliações com instrumentos diferenciados a critério do professor, dentre os quais: orais, escritos ou práticos.

A recuperação dos instrumentos de avaliação será realizada durante o bimestre, sendo no mínimo duas recuperações, após retomada de conteúdos

O aluno que não realizar avaliação ou a recuperação paralela por motivo de falta poderá realizar posteriormente mediante justificativa dos pais ou responsáveis, se menor de idade, para as séries finais do

Ensino Fundamental. No Ensino Médio e profissionalizante, os alunos deverão solicitar requerimento com justificativa e/ou atestado médico na secretaria da escola e entregá-los à Equipe Pedagógica no prazo de 48 horas após a avaliação. Casos específicos serão analisados pelo Conselho de Classe.

Será aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres, nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA (M 1^{\circ} B + M 2^{\circ} B + M 3^{\circ} B + M 4^{\circ} B): 4 = 6,0$$

De acordo com a Lei 9394/96 da LDB, capítulo 5, artigo 58, os alunos com necessidades educativas especiais têm direito à educação escolar em escola regular. Portanto, serão avaliados de acordo com suas especificidades, levando em consideração que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características próprias. Diante disso, serão proporcionadas as Adaptações Curriculares necessárias de acordo com as peculiaridades de cada aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

Na disciplina de História as estratégias de avaliação serão as seguintes:

- Têm experiências no estabelecimento de limites históricos,
- São capazes de estabelecer sequência de datas e períodos, determinar sequência de objetos e imagens e relacionar acontecimentos com uma cronologia.
- São capazes de compreender tipos de testemunho que o historiador utiliza.
- Distinguem fontes primárias de secundárias.
- São conscientes da necessidade de serem críticos na análise de documento.
- Têm consciência de como os historiadores empregam os testemunhos para chegarem a uma explicação do passado.
- Analisam as diferentes conjunturas históricas a partir das relações de trabalho, de poder e culturais.
- Compreendem o significado de determinadas palavras num contexto conceitos históricos histórico.
- Apropriam-se de conteúdos e conceitos históricos.
- Empregam conceitos históricos para analisarem diferentes contexto.
- Compreendem que o conhecimento histórico é produzido com base no método da problematização de distintas fontes documentais e textos historiográficos.
- Estabelecem “comparações” simples entre passado e presente, com diferenças referência a uma diversidade de períodos, culturas e contextos sócio- históricos.
- Entendem que a História é tanto um estudo da continuidade mudança como da mudança e da simultaneidade.
- São capazes de se identificar como sujeitos que viveram no passado e cujas opiniões, atitudes, culturas e perspectivas temporais são diferentes das suas.
- Explicitam o respeito à diversidade étnico- racial, religiosa, social e econômica, a partir do conhecimento dos processos históricos.
- Compreendem a História como experiência social de sujeitos que constroem e participam do processo histórico.

‘É vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação’, conforme prevê o parágrafo único do artigo 123 do Regimento Escolar.

No artigo 24 da LDB 9394/96, alínea “e” consta a “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar”

.A recuperação de estudos é direito dos alunos, conforme prevê o artigo 129 de Regimento Escolar do Colégio João XXIII. Portanto, a recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem, de acordo com o artigo 130 do Regimento Escolar. No entanto, o

professor deverá considerar a aprendizagem do aluno no decorrer do processo ensino e aprendizagem e após verificação de conteúdos, proporcionar novas situações de aprendizagem.

A recuperação de estudos deverá constituir um conjunto integrado ao processo de ensino, além de se adequar às dificuldades dos alunos, de acordo com o artigo 13 da Deliberação 007/99 do CCE/PR.

Para aferição da média bimestral será levado em consideração as notas das avaliações de recuperação, quando estas forem superiores as da avaliação já realizada.

Os alunos com necessidades educativas especiais serão avaliados de acordo com suas especificidades, tendo claro que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características diferenciadas e portanto, cada um se apropria do conhecimento de acordo com suas especificidades, sendo assim a aprendizagem passa a ser um processo individual e contínuo.

5) REFERÊNCIAS

AUINO, Rubim. História das sociedades. *Rio de Janeiro, livro técnico, 1985.*

AZEVEDO, Gislaine Campos, SERIACOPI Reinaldo. História, São Paulo, Ática, 2008.

BAITY, Elizabeth Chesley. *A America antes de Colombo.* Ed. Itatiaia. Belo Horizonte, 1961.

BONIFAZI, Elio & DELLAMONICA, Umberto. *Coleção: Descobrimos a história.* Ed. Atica, São Paulo, 2004.

BRAIDWOOD, Robert J. *Homens pré-históricos.* Brasília, UnB, 1985.

BRANDI, Paulo. *Vargas da vida para a História.* Zahar Editores S.A. 1983.

BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo, UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Egito Antigo.* São Paulo, Brasiliense, 1982

CASELI, Giovanni. *As primeiras civilizações.* São Paulo, Contexto, 1990.

CHAUNÜ, Pierre. *A História da América Latina. O Encontro dos dois Mundos.* Deferiu difusão Editorial. S.A.

I. Comissão Pró-Índio: *O Índio e a Cidadania.* São Paulo. Brasiliense, 1983

CORVISIER, André. *Historia Moderna.* São Paulo, DIFEL, 1980.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação). In: *Presença Pedagógica*, v 4, nº 20, mar/abr. 1998.

DIRETRIZES CURRICULARES DE HISTÓRIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA – Secretaria de Estado da Educação, 2006.

FERREIRA, Jorge Luiz. *A Conquista e Colonização da América Espanhola.* Ed. Ática.

FLORES, Mariléia D. & STECA, Lucinéia C. *História do Paraná.* Londrina, Ed. Da UEL; 2002.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial.* Cascavel, Ed. Unioste; 2005.

HOBSBAWM, Eric. *A era do capital.* 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história.* São Paulo, Cia das letras, 1998.

INSTRUÇÃO Nº 009/11 SUED/SEED.

LE GOFF, Jacques. *Historia de Memória.* Campinas, UNICAMP, 1996.

MARTINS, José Roberto Ferreira: *História.* FTD (5.ª a 8.ª série)

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra a Vista. Discurso do Confronto Velho e Novo Mundo*. Cortez editora. 1990.

PIAGET, J. Paulo: *Onde vai a educação?* Ed. Rio de Janeiro. José Olympio, 1994.

SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil*. Ed. Moderna, SP, 1937.

THOMPSON, E. P. *O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial*.

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
LÍNGUA PORTUGUESA
ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO**

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

No primeiro século do Brasil Colônia, o sistema de ensino baseava-se no bilinguismo: tupi e a Língua Portuguesa, havendo, entretanto diferenciação de uso dessas duas línguas. A língua geral baseada nas línguas do grupo tupi, usada na comunicação e nas relações de produção, não tinha prestígio social. Já o português, era a língua da escola, considerada passaporte para a aquisição do conhecimento.

Houve a prevalência do uso da língua portuguesa e a visão de que as línguas indígenas eram marginais, havendo, então, restrição ao uso delas.

Nas escolas jesuíticas, seguia-se, o modelo europeu de ensino, valorizando assim, a língua latina.

Em 1759, a Reforma Pombalina torna obrigatório o ensino da Língua Portuguesa em Portugal e no Brasil, com objetivo da modernização do ensino. Mas, no nosso país, isso não se concretizou, pois o ensino continuou nas mãos dos jesuítas. Então, coube, ao ensino elementar difundir a Língua Portuguesa em princípios religiosos e na formação política.

A principal consequência dessa Reforma no Brasil foi a transposição da forma de ensino do latim para o da Língua Portuguesa, a qual foi dividida em Gramática, Retórica e Poética. Com a ascensão da burguesia, a Língua Portuguesa (do povo), falada pela elite burguesa, ganha prestígio.

Somente em 1871, surge a disciplina de Língua Portuguesa e o cargo de professor de Português e com a obrigatoriedade, em 1869, do exame de Português para ingressar nas faculdades de Direito, a disciplina, passa então, a ser valorizada.

Esse sistema de ensino permanece até o final do século XIX, quando mudanças políticas (República), sociais (surgimento da classe operária) e econômicas (desenvolvimento industrial) demandam um sistema de ensino da linguagem.

A partir de 1950, alterações significativas ocorreram no conteúdo da disciplina de Português, fruto da visão de um ensino para todos.

Outra alteração ocorreu no Regime militar, em 1964, quando a disciplina ganhou o nome de Comunicação e Expressão, nas séries iniciais e Comunicação em Língua Portuguesa, nas séries finais do 1º Grau.

Nos anos 60, houve a primeira mudança significativa da concepção de língua, em que ela passa a ser concebida como um sistema do qual os usuários precisam se apropriar para que haja comunicação.

Na década de 70, surgem novas propostas que se preocupam mais com o modo de ensinar do que com os conteúdos ensinados.

Nos primeiros anos da década de 80, havia uma proposta de ensino que considerava a leitura, a produção textual e a análise linguística, como unidades básicas do ensino de Português.

Nos anos de 80 e 90, o pensamento de João Wanderley Geraldi que propõe a reflexão sobre como o sujeito constrói seu conhecimento sobre a língua, foi a base para a elaboração de vários currículos estaduais e da proposta dos Parâmetros Curriculares.

Atualmente, a característica de ensino da disciplina de Língua Portuguesa, assume a concepção de linguagem como interação que se realiza nos *gêneros*, apontando para um estudo mais funcional, centrado no estudo do texto, nos processos de leitura, em uma nova metodologia do ensino da linguagem voltado para o trabalho de análise linguística. Muitos estudos foram e continuam sendo desenvolvidos nesse ramo do conhecimento, entre os mais atuais estão os estudos do teórico russo Mikhail Michailovitch Bakhtin, os quais deverão orientar a Proposta Pedagógica Curricular de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e Médio do Colégio Estadual João XXIII. Baseando-se nos estudos de Bakhtin a língua será vista como uma atividade que se realiza historicamente entre sujeitos, num espaço de interação entre os mesmos, num conjunto de práticas sóciointeracionais, orais e escritas.

No processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa e Literatura, assume-se o texto verbal - oral e escrito – e também as outras linguagens, tendo em vista o multiletramento, como unidade básica, como prática discursiva que se manifesta em enunciações concretas, cujas formas são estabelecidas na dinamicidade que caracteriza o trabalho com experiências reais do uso da língua. É importante ter claro que quanto maior o contato com a linguagem, na diversidade textual, mais possibilidades se tem de entender o texto como material verbal carregado de intenções e de visões de mundo. A ação pedagógica estará pautada na interlocução, em atividades que permitam ao aluno a reflexão sobre o uso que faz da linguagem nos diferentes contextos e situações, priorizando sua participação na análise linguística, perpassando as três práticas: oralidade, leitura e escrita. O **discurso**, enquanto prática social, será o conteúdo estruturante da Língua Portuguesa e Literatura.

Tendo em vista a concepção de linguagem como discurso que se efetiva nas diferentes práticas sociais, o processo de ensino-aprendizagem na disciplina de língua, busca:

1. Empregar a língua oral em diferentes situações de uso, saber adequá-la a cada contexto e interlocutor, reconhecer as intenções implícitas nos discursos do cotidiano e propiciar a possibilidade de um posicionamento diante deles;

2. Desenvolver o uso da língua escrita em situações discursivas por meio de práticas sociais que considerem os interlocutores, seus objetivos, o assunto tratado, além do contexto de produção;
3. Analisar os textos produzidos, lidos e/ou ouvidos, possibilitando que o aluno amplie seus conhecimentos linguístico-discursivos;
4. Aprofundar, por meio da leitura de textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética, permitindo a expansão lúdica da oralidade, da leitura e da escrita;
5. Aprimorar os conhecimentos linguísticos, de maneira a propiciar acesso às ferramentas de expressão e compreensão de processos discursivos, proporcionando ao aluno condições de adequar a linguagem aos diferentes contextos sociais, apropriando-se, também da norma padrão.

É importante ressaltar que as práticas decorrentes com a língua supõem um processo longitudinal de ensino e aprendizagem que se inicia na alfabetização, consolida-se no decurso da vida acadêmica e não se esgota no período escolar, mas se estende por toda a vida.

2) CONTEÚDO ESTRUTURANTE

A ação pedagógica referente à língua precisa pautar-se na interlocução, em atividades planejadas que possibilitem ao aluno não só a leitura e a expressão oral e escrita, mas também refletir sobre o uso que faz da linguagem nos diferentes contextos e situações. Essas ações estão circunscritas no domínio da discursividade, ou seja, o conteúdo estruturante da Língua Portuguesa e Literatura que é o discurso enquanto prática social.

O conceito de conteúdo estruturante lança um novo olhar sobre esse aspecto. Possibilita o diálogo com conceitos diversos que, somados, conseguem abranger toda a complexidade que envolve o processo de uso da língua, não contemplada dentro de uma perspectiva exclusivamente gramatical.

Assumindo-se a concepção de língua como prática que se efetiva nas diferentes instâncias sociais, acorda-se que o objeto de estudo da disciplina é a Língua e o Conteúdo Estruturante de Língua Portuguesa e Literatura é o **discurso** enquanto prática social, desdobrado em três práticas: leitura, escrita e oralidade.

Torna-se necessário, então, esclarecer o que termo –discurso- assume na nova concepção. Discurso significa curso, percurso, movimento. Isso significa que a postura frente aos conceitos fixos, imutáveis, deve ser diferenciada. A língua não é algo pronto, à disposição dos falantes, mas algo em que eles ingressam numa corrente móvel de comunicação verbal.

E quando se assume a concepção sócio- interacionista, inconveniente fragmentar a língua em conteúdos estanques e determinar o que se ensinar em cada bimestre. A seleção dos conteúdos deve considerar o aluno como sujeito de um processo histórico, social, detentor de um repertório linguístico que precisa ser considerado na busca da ampliação de sua competência comunicativa.

Sendo assim, o conteúdo estruturante no campo da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura, entende-se como um campo de ação, onde se concretizam práticas de uso real da língua, sendo portanto, contempladas as práticas de leitura, oralidade, escrita e a análise linguística.

Cabe, assim, ao professor, o qual tem contato direto com o aluno e com suas fragilidades linguístico-discursivas, selecionar os gêneros a serem trabalhados de acordo com as necessidades, objetivos pretendidos, faixa etária, bem como os conteúdos, sejam eles de oralidade, leitura, escrita e/ou análise linguística.

Os conteúdos básicos estão apresentados a seguir por série e eles se articulam com os conteúdos estruturantes da disciplina; a que tipo de abordagem teórico-metodológica devem receber e a que expectativa de aprendizagem estão atrelados.

3) CONTEÚDOS BÁSICOS

Destaca-se que é preciso considerar o gênero a ser trabalhado em sala de aula para, então, selecionar os conteúdos específicos.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL.

CONTEÚDOS BÁSICOS

Para o trabalho com as práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos, os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas de acordo com o Plano de Trabalho Docente e o livro didático, em conformidade com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries. A seguir, sugestões de gêneros discursivos para a série: histórias em quadrinhos, piadas, adivinhas, lendas, fábulas, contos de fadas, poemas, narrativa de enigma, narrativa de aventura, dramatização, exposição oral, comercial para TV, causos, carta pessoal, carta de solicitação, e-mail, receita, convite, autobiografia, cartaz, carta do leitor, classificados, verbete, quadrinhas, cantigas de roda, bilhetes, fotos, mapas, aviso, horóscopo, regras de jogo, anedotas, entre outros.

LEITURA

Identificação do tema

Interlocutor

Finalidade

Argumentos do texto: principal e secundários

Discurso direto e indireto

Elementos composicionais do texto

Léxico

Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (aspas, travessão, negrito...), figuras de linguagem.

ORALIDADE

Adequação ao gênero:

- conteúdo temático
- elementos composicionais
- marcas linguísticas

Variedades linguísticas

Intencionalidade do texto

Finalidade

Turnos de fala

Papel do locutor e do interlocutor:

- participação e cooperação

Particularidades de pronúncia de algumas palavras

Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos.

Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos..

ESCRITA

Adequação ao gênero:

- conteúdo temático
- elementos composicionais
- marcas linguísticas
- tema

Contexto de produção

Discurso direto e indireto

Concordância nominal e verbal

Ortografia

Acentuação gráfica
 Argumentação
 Paragrafação
 Clareza de ideias
 Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos
 Refação textual

ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:

Coesão e coerência do texto lido ou produzido pelo aluno
 Expressividade dos substantivos e sua função referencial no texto
 Função do adjetivo, advérbio, pronome, artigo e de outras categorias como elementos do texto
 A pontuação e seus efeitos de sentido no texto
 Recursos gráficos: aspas, travessão, negrito, hífen, itálico,
 Acentuação gráfica
 Gírias
 Algumas figuras de linguagem (prosopopéia, ironia ...)
 Procedimentos básicos de concordância verbal e nominal
 Particularidades de grafia de algumas palavras
 Ortografia
 Marcas linguísticas: gírias, repetições, recursos semânticos
 Variação linguística: linguagem formal e informal
 Fonética: fonema e letra, fonemas da língua, encontros fonéticos, a palavra e suas sílabas, a palavra e sua sílaba tônica

7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas de acordo com o Plano de Trabalho Docente e o livro didático, em conformidade com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries. A seguir sugestões de gêneros discursivos para a série: entrevista (oral e escrita), crônica de ficção, música, notícia, estatutos, narrativa mítica, tiras, propaganda, exposição oral, mapas, paródia, chat, provérbios, torpedos, álbum de família, literatura de cordel, carta de reclamação, diário, carta ao leitor, instruções de uso, cartum, história em quadrinhos, placas, pinturas, provérbios, entre outros.

LEITURA

Interpretação textual, observando:

- conteúdo temático
- interlocutores
- fonte
- ideologia
- papéis sociais representados
- intertextualidade
- intencionalidade
- informatividade
- ambiguidade

Contexto de produção

Discurso direto e indireto

Elementos composicionais do gênero

Identificação do argumento principal e dos argumentos secundários
 As particularidades (lexicais, sintáticas e textuais) do texto em registro formal e informal.
 Texto verbal e não-verbal
 Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (aspas, travessão...), figuras de linguagem

ORALIDADE

Adequação ao gênero
 - conteúdo temático,
 - elementos composicionais
 - marcas linguísticas
 Procedimentos e marcas linguísticas típicas da conversação (entonação, repetições, pausas, gírias, coesão e coerência
 Turnos de fala
 Variedades linguísticas
 Intencionalidade do texto
 Papel do locutor e do interlocutor:
 - participação e cooperação
 Particularidades de pronúncia de algumas palavras
 Turnos de fala
 Semântica
 Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição...

ESCRITA

Adequação ao gênero:
 - conteúdo temático
 - elementos composicionais
 - marcas linguísticas
 Linguagem formal/informal
 Argumentação
 Contexto de produção
 Informatividade
 Discurso direto e indireto
 Marcas linguísticas
 Semântica
 Coerência e coesão textual
 Organização das idéias/parágrafos
 Finalidade do texto
 Refação textual

ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:

Discurso direto, indireto e indireto livre na manifestação das vozes que falam no texto
 Função do adjetivo, advérbio, pronome, artigo e de outras categorias como elementos do texto
 A pontuação e seus efeitos de sentido no texto
 Recursos gráficos: aspas, travessão, negrito, itálico, parênteses, hífen
 Acentuação gráfica
 Valor sintático e estilístico dos modos e tempos verbais
 A representação do sujeito no texto (expressivo/elíptico; determinado/indeterminado; ativo/passivo)
 Níveis de linguagem
 Neologismo
 Figuras de pensamento (hipérbole, ironia, eufemismo, antítese).
 Alguns procedimentos de concordância verbal e nominal
 Linguagem digital
 Semântica
 Particularidades de grafia de algumas palavras
 Processos de formação de palavras
 Ortografia

8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL****CONTEÚDOS BÁSICOS**

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas de acordo com o Plano de Trabalho Docente e o livro didático, em conformidade com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries. A seguir sugestões de gêneros discursivos para a série: regimento, slogan, reportagem (oral e escrita), pesquisa, conto fantástico, narrativa de terror, charge, narrativa de humor, notícia, paródia, resumo, anúncio publicitário, sinopse de filme, poema, biografia, narrativa de ficção científica, relato pessoal, outdoor, haicai, dissertação escolar, regulamentos, caricatura, escultura, pintura, relatos mitológicos, textos científicos

LEITURA

Interpretação textual, observando:

- conteúdo temático
- contexto de produção
- interlocutores
- fonte
- ideologia
- intencionalidade
- informatividade
- marcas linguísticas
- intertextualidade
- elementos composicionais do gênero
- relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto

Identificação do argumento principal e dos argumentos secundários

As diferentes vozes sociais representadas no texto

Linguagem verbal, não-verbal, midiático, infográficos, etc.

Relações dialógicas entre textos: causa e consequência

Semântica: argumentos, ambiguidade, sentido conotativo e denotativo, ironia e humor no texto

ORALIDADE

Adequação ao gênero:

- conteúdo temático
- finalidade
- argumentos
- elementos composicionais
- marcas linguísticas

Coerência global do discurso oral

Variedades linguísticas

Papel do locutor e do interlocutor:

- participação e cooperação
- turnos de fala

Particularidades dos textos orais e escritos

Adequação do discurso ao gênero e ao contexto

Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...

Finalidade do texto oral

Diferenças e semelhanças ente o discurso oral e o escrito

Turnos de fala
ESCRITA
<p>Adequação ao gênero: Conteúdo temático Elementos composicionais Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos... Informatividade Intertextualidade Finalidade Intencionalidade Contexto de produção Argumentação e operadores argumentativos Vozes sociais presentes no texto Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto Coerência e coesão textual Paráfrase de textos Paragrafação Elementos composicionais do gênero Relação de causa e efeito entre as partes do texto Semântica: ambiguidade, significado das palavras, sentido denotativo e conotativo, expressões que denotam ironia e humor no texto Concordância verbal e nominal Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto</p>
ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:
<p>Semelhanças e diferenças entre o discurso escrito e oral Conotação e denotação A função das conjunções na conexão de sentido do texto Progressão referencial (locuções adjetivas, pronomes, substantivos...) Função do adjetivo, advérbio, pronome, artigo e de outras categorias como elementos do texto A pontuação e seus efeitos de sentido no texto Recursos gráficos: aspas, travessão, negrito, hífen, Acentuação gráfica Figuras de linguagem Procedimentos de concordância verbal e nominal A elipse na sequência do texto Estrangeirismos As irregularidades e regularidades da conjugação verbal A função do advérbio: modificador e circunstanciador Complementação do verbo e de outras palavras Sintaxe: frase, oração, período, estudo do sujeito, tipos de verbo na oração, predicado, termos relacionados ao verbo, termos relacionados a nomes, aposto e vocativo Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequência do texto</p>

9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas de acordo com o Plano de Trabalho Docente e o livro didático, em conformidade com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries. A seguir sugestões de gêneros discursivos para a série: artigo de opinião, debate, reportagem oral e escrita, manifesto, seminário, relatório científico, resenha crítica, narrativa fantástica, romance, histórias de humor, contos, crônicas, música, charges, editorial, curriculum vitae, entrevista oral e escrita, assembleia, agenda cultural, reality show, novela fantástica, conferência, palestra, depoimento, imagens, instruções, literatura de cordel, texto dramático, poema, caricatura, trova, cartaz, outdoor, notícia...

LEITURA

Interpretação textual, observando:

- conteúdo temático
- contexto de produção
- finalidade
- interlocutores
- fonte
- intencionalidade
- intertextualidade
- ideologia
- informatividade
- marcas linguísticas
- temporalidade

Identificação do argumento principal e dos argumentos secundários.

Discurso ideológico presente no texto

Relação de causa e consequência

Operadores argumentativos

Informações implícitas em textos

As vozes sociais presentes no texto

Estética do texto literário

Textos verbais e não-verbais

Elementos composicionais do gênero

Partículas conectivas do texto

Semântica: polissemia, expressões que denotam humor e ironia

ORALIDADE

Adequação ao gênero:

- conteúdo temático
- elementos composicionais
- marcas linguísticas

Variedades linguísticas

Intencionalidade do texto oral

Argumentação

Papel do locutor e do interlocutor:

- turnos de fala

Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...

Variações linguísticas

Vozes sociais

Semântica

Adequação da fala ao contexto

Adequação do discurso ao gênero

Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito

ESCRITA

Adequação ao gênero:

Conteúdo temático
 Interlocutor
 Intencionalidade do texto
 Informatividade
 Intertextualidade
 Vozes sociais presentes no texto
 Contexto de produção
 Elementos composicionais do gênero
 Relação de causa e consequência entre as partes do texto
 Partículas conectivas do texto
 Progressão referencial no texto
 Marcas linguísticas
 Sintaxe de concordância e de regência
 Processos de formação de palavras
 Vícios de linguagem
 Argumentação
 Semântica: polissemia
 Resumo de textos
 Paragrafação
 Paráfrase
 Intertextualidade
 Refacção textual

ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:

Conotação e denotação
 Coesão e coerência textual
 Vícios de linguagem
 Operadores argumentativos e os efeitos de sentido
 Expressões modalizadoras (que revelam a posição do falante em relação ao que diz, como: felizmente, comovedoramente...)
 Semântica
 Expressividade dos substantivos e sua função referencial no texto
 Função do adjetivo, advérbio, pronome, artigo e de outras categorias como elementos do texto
 A pontuação e seus efeitos de sentido no texto
 Recursos gráficos: aspas, travessão, negrito, hífen,
 Acentuação gráfica
 Estrangeirismos, neologismos, gírias
 Procedimentos de concordância verbal e nominal
 Valor sintático e estilístico dos modos e tempos verbais
 A função das conjunções e preposições na conexão das partes do texto
 Coordenação e subordinação nas orações do texto
 Sintaxe de concordância
 Sintaxe de regência
 Processos de formação de palavras
 Semântica e estilística; polissemia, figuras de linguagem, sentido conotativo e denotativo

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas de acordo com o Plano de Trabalho Docente e o livro didático, em conformidade com o nível de complexidade adequado a cada

uma das séries. A seguir sugestões de gêneros discursivos para as séries: Textos dramáticos, romance, novela fantástica, crônica, conto, poema, contos de fada contemporâneo, fábulas, diários, testemunhos, biografia, debate regrado, artigos de opinião, editorial, classificados, notícia, reportagem, entrevista, anúncio, carta de leitor, carta ao leitor, carta de reclamação, tomada de notas, resumo, resenha, relatório científico, dissertação escolar, seminário, conferência, palestra, pesquisa e defesa de trabalho acadêmico, mesa redonda, instruções, regras em geral, leis, estatutos, lendas, mitos, piadas, histórias de humor, tiras, cartum, charge, caricaturas, paródia, propagandas, placas, outdoor, chats, e-mail, folder, blogs, fotoblog, orkut, fotos, pinturas, esculturas, debate, depoimento, folhetos, mapas, croqui, explicação, horóscopo, provérbios, e outros...

1º ANO DO ENSINO MÉDIO

LEITURA

Interpretação textual, observando:

- conteúdo temático
- interlocutores
- fonte
- finalidade
- intencionalidade
- intertextualidade
- ideologia
- informatividade
- situacionalidade
- marcas linguísticas

Identificação do argumento principal e dos argumentos secundários.

Inferências

As particularidades (lexicais, sintáticas e composicionais) do texto em registro formal e informal

As vozes sociais presentes no texto

Discurso ideológico

Relações dialógicas entre textos

Textos verbais, não-verbais, midiáticos, etc.

Figuras de linguagem

Estética do texto literário

Contexto de produção da obra literária

Diálogo da literatura com outras áreas

ORALIDADE

Adequação ao gênero:

- conteúdo temático
- elementos composicionais
- marcas linguísticas
- finalidade

Variedades linguísticas

Intencionalidade do texto

Papel do locutor e do interlocutor:

Participação e cooperação

Turnos de fala

Adequação do discurso ao gênero e ao contexto

Particularidades de pronúncia de algumas palavras

Procedimentos e marcas linguísticas típicas da conversação (entonação, repetições, pausas...)

Finalidade do texto oral

Materialidade fônica dos textos poéticos.

ESCRITA

Adequação ao gênero

Conteúdo temático

Elementos composicionais

Marcas linguísticas: funções das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação...

Argumentação
 Coesão e coerência textual
 Finalidade do texto
 Ideologia presente no texto
 Elementos composicionais do gênero
 Semântica
 Sintaxe de concordância e de regência
 Paragrafação
 Paráfrase de textos
 Resumos
 Escolas e obras literárias
 Origem da Língua Portuguesa
 Gêneros literários
 Literatura Informativa sobre o Brasil
 Diálogos textuais

ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:

Significação das palavras: homônimos, parônimos, polissemia, antonímia, sinonímia
 Conotação e denotação
 Figuras de linguagem
 Variação linguística
 Estrangeirismos
 Gírias
 Neologismos
 Linguagem, língua, fala e discurso
 Processos de formação e estrutura das palavras
 Fonologia
 Semântica
 Discurso direto, indireto e indireto livre na manifestação das vozes que falam no texto
 A pontuação e seus efeitos de sentido no texto
 Recursos gráficos: aspas, travessão, negrito, hífen, itálico
 Acentuação gráfica
 Concordância verbal e nominal
 Regência verbal e nominal
 Ortografia

2º ANO DO ENSINO MÉDIO

LEITURA

Conteúdo temático
 Interlocutor
 Finalidade do texto
 Intencionalidade
 Contexto de produção
 Intertextualidade
 Vozes sociais presentes no texto
 Discurso ideológico
 Contexto de produção das obras literárias
 Marcas linguísticas
 Identificação do argumento principal e dos argumentos secundários.
 Inferências
 As particularidades (lexicais, sintáticas e composicionais) do texto em registro formal e informal
 Relações dialógicas entre textos
 Textos verbais, não-verbais, midiáticos, etc.

<p>Estética do texto literário Diálogo da literatura com outras áreas</p>
ORALIDADE
<p>Adequação ao gênero: Conteúdo temático Elementos composicionais Marcas linguísticas Finalidade Variações linguísticas Intencionalidade do texto Papel do locutor e do interlocutor: Participação e cooperação Turnos de fala Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas... Adequação do discurso ao gênero e ao contexto da fala Particularidades de pronúncia de algumas palavras Procedimentos e marcas linguísticas típicas da conversação (entonação, repetições, pausas...) Finalidade do texto oral Materialidade fônica dos textos poéticos.</p>
ESCRITA
<p>Adequação ao gênero: Conteúdo temático Contexto de produção Finalidade do texto Intencionalidade Informatividade Intertextualidade Referência textual Vozes textuais presentes no texto Ideologia Elementos composicionais do gênero Relação entre causa e consequência entre as partes e elementos do texto Marcas linguísticas Argumentação Coesão e coerência textual Finalidade do texto Paragrafação Paráfrase de textos Resumos Diálogos textuais Refacção textual Semântica Operadores argumentativos e modalizadores Vícios de linguagem Sintaxe de concordância e de regência Escolas e obras literárias</p>
ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:
<p>Vícios de linguagem Operadores argumentativos e os efeitos de sentido Semântica Discurso direto, indireto e indireto livre na manifestação das vozes que falam no texto Expressividade dos substantivos e sua função referencial no texto Progressão referencial no texto</p>

Classes de palavras e construção de sentido nos textos
 Colocação pronominal
 Função das conjunções e elementos coesivos na conexão das partes do texto
 Usos do verbo
 A pontuação e seus efeitos de sentido no texto
 Recursos gráficos: aspas, travessão, negrito, hífen,
 Acentuação gráfica
 Crase
 Procedimentos de concordância verbal e nominal
 Particularidades de grafia de algumas palavras
 Polissemia
 Ortografia

3º ANO DO ENSINO MÉDIO

LEITURA

Interpretação textual, observando:
 Conteúdo temático
 Contexto de produção
 Interlocutores
 Intencionalidade
 Ideologia
 Informatividade
 Situacionalidade
 Intertextualidade
 Finalidade do texto
 Marcas linguísticas
 Argumentos
 Inferências
 As particularidades (lexicais, sintáticas e composicionais) do texto em registro formal e informal
 As vozes sociais presentes no texto
 Relações dialógicas entre texto: causa e consequência
 Partículas conectivas do texto
 Estética do texto literário
 Semântica
 Contexto de produção da obra literária
 Diálogo da literatura com outras áreas

ORALIDADE

Adequação ao gênero:
 Conteúdo temático
 Finalidade
 Intencionalidade
 Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal, gestual, pausas...
 Argumentos
 Papel do locutor e do interlocutor
 Marcas linguísticas
 Variedades linguísticas
 Intencionalidade do texto
 Papel do locutor e do interlocutor:
 Participação e cooperação
 Turnos de fala
 Particularidades de pronúncia de algumas palavras
 Procedimentos e marcas linguísticas típicas da conversação (entonação, repetições, pausas...)
 Finalidade do texto oral
 Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito
 Adequação da fala ao contexto: uso de conectivos, gírias, repetições...

ESCRITA

Adequação ao gênero:
 Conteúdo temático
 Interlocutor
 Finalidade do texto
 Intencionalidade
 Informatividade
 Intertextualidade
 Referência textual
 Contexto de produção
 Vozes textuais presentes no texto
 Elementos composicionais do gênero
 Progressão referencial
 Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto
 Marcas linguísticas
 Argumentação
 Coesão e coerência textual
 Sintaxe de concordância e de regência
 Pontuação
 Semântica
 Escolas e obras literárias

ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:

Funções das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos
 Operadores argumentativos e os efeitos de sentido no texto
 Progressão referencial no texto
 Termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios
 Vocativo
 Coordenação e subordinação nas orações do texto
 A pontuação e seus efeitos de sentido no texto
 Acentuação gráfica
 Concordância verbal e nominal
 Regência verbal e nominal
 Ortografia

4) METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A concepção sócio- interacionista pretende uma prática diferenciada, uma vez que considera que a língua só existe em situações de interação e através de práticas discursivas, que assumem a língua em sua história e funcionamento.

Por se assumir a concepção sócio- interacionista, a seleção de conteúdos deve considerar o aluno como sujeito de um processo histórico, social, detentor de um repertório linguístico que precisa ser considerado na busca da ampliação de sua competência comunicativa.

É necessário que o professor tenha sempre em mente que o objeto de ensino e de aprendizagem é o conhecimento linguístico e discursivo com o qual o educando opera ao participar das práticas sociais mediadas pela linguagem. É preciso criar situações de interação nas quais esses conhecimentos sejam construídos e ou tematizados; organizar atividades que procurem recriar na sala de aula situações de outros espaços que não o escolar; saber que a escola é um espaço de interação social onde práticas sociais de linguagem acontecem e se circunstanciam.

Então, convém ressaltar que o ensino da Língua Portuguesa será pautado em três grandes eixos: **a prática da oralidade, leitura e escrita, permeados pela análise linguística.**

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

A) Prática da oralidade

A fala é a prática discursiva mais utilizada. Por isso as atividades orais precisam oferecer condições ao aluno de falar com fluência em situações formais, adequar a linguagem conforme as circunstâncias, aproveitar os imensos recursos da língua e, principalmente praticar e aprender a convivência democrática que supõe o falar e o ouvir.

A oralidade deve partir da informalidade para a formalidade em diversas situações de uso. Por isso precisam ser desenvolvidas atividades que favoreçam o desenvolvimento das habilidades de falar e ouvir e as possibilidades do trabalho com os gêneros orais são diversas e apontam diferentes caminhos, como:

Apresentação de temas variados: histórias de família da comunidade, um filme, um livro, um acontecimento...;

Depoimentos sobre situações significativas vivenciadas pelo aluno ou por pessoas de seu convívio;

Troca de opiniões;

Recado, elogio, explicação, contação de histórias;

Uso de discurso oral para emitir opiniões, justificar ou defender, opções tomadas, colher e dar informações, fazer e dar entrevistas, apresentar resumos, expor programações, dar avisos, fazer convites....;

Declamação de poemas, leitura dramática e representação teatral;

Confronto entre os mesmos níveis de registros de forma a constatar similaridades e diferenças entre a escrita e a oralidade;

Relatos de acontecimentos, experiências, mantendo-se a unidade temática.

Debates, dramatizações, seminários e outras atividades que possibilitem o desenvolvimento da argumentação;

Análise de entrevistas televisivas, radiofônicas e escritas; propagandas, novelas, jornais...;

No que se refere à literatura oral, valoriza-se a potência dos textos literários como Arte, os quais produzem oportunidade de considerar seus estatutos, sua dimensão estética e suas forças políticas particulares.

O trabalho com os gêneros orais deve ser consistente. O que é necessário é avaliar, juntamente com os falantes, por meio da reflexão sobre os usos da linguagem, é o conteúdo de sua participação oral. É preciso esclarecer os objetivos, a finalidade de uma apresentação referente ao gênero oral escolhido. Analisar a linguagem em uso nas outras esferas sociais, analisando os discursos, selecionando os conteúdos que se pretende abordar.

B) Prática da leitura

Ler é familiarizar-se com diferentes textos produzidos em diferentes esferas sociais: jornalística, artística, judiciária, científica, didático-pedagógica, cotidiana, midiática, literária, publicitária, etc.

A leitura deve ser uma prática consistente do leitor perante a realidade. O texto deve ser entendido como um veículo de intervenção no mundo, ao mesmo tempo em que está articulado ao modo de produção textual. Propor ao aluno uma infinidade de textos a fim de desenvolver a subjetividade do aluno, considerando a preferência e a opinião dele ao selecioná-los. Importante é promover estratégias que favoreçam, na escola, o envolvimento com a leitura, contemplando uma vasta variedade textual que povoam o nosso cotidiano.

As atividades de leitura devem considerar a formação do leitor e isso implica não apenas considerar diferentes leitura de mundo, experiências de vida e, conseqüentemente, diferentes leituras, mas também o diálogo dos estudantes com o texto e não sobre o texto, analisando os recursos linguísticos e estatísticos apresentados na construção do texto.

A formação de leitores contará com atividades que contemplem as linhas que tecem a leitura;

- *Memória*: suscitar os sonhos, as opiniões, a visão de mundo, convocando o leitor ao ato de pensar.

- *Intersubjetividade*: interação não só do leitor com o texto, mas com as vozes presentes no texto, marcas que os falantes fazem da língua, discursos que atravessam os textos e os leitores.

- *Interpretação*: o encontro da subjetividade e da memória resulta na interpretação.

- *Fruição*: o ato de ler não se esgota ao final da leitura e das sensações.

- *Intertextualidade*: o ato de ler envolve resposta a muitos textos, em diferentes linguagens, que antes do ato de leitura permeiam o mundo e criam uma rede de referências e recriações: palavras, sons, cores, imagens, versos, ritmos, títulos, gestos, vozes, etc. No ato de ler, a memória recupera intertextualidades.

Além disso, o trabalho com a leitura implica reconhecer a incompletude dos processos discursivos, os vazios que eles apresentam- implícitos, pressupostos, subentendidos- que devem ser preenchidos pelo leitor. As atividades de interpretação de texto precisam apresentar questões que levam o aluno a construir

um sentido para o que lê, que o faça retomar os textos sempre que necessário, para uma leitura de fato compreensiva.

É importante considerar o contexto da sala de aula, a experiência de leitura dos alunos, os horizontes de expectativas e as sugestões sobre textos que gostariam de ler, para então, oferecer textos cada vez mais complexos, que possibilitem ampliar as leituras dos educandos.

C) Prática da escrita

Pensar a prática da escrita é ter em mente que planejar é preciso. Tanto professor e aluno necessitam, planejar o que será produzido, para poder escrever, revisar, reestruturar e reescrever o texto. É preciso saber quem será destinatário do texto a ser produzido. Por fim é importante garantir a socialização da produção textual. Quanto aos gêneros podem ser trabalhados: relatos, bilhetes, cartas, cartazes, avisos (textos pragmáticos), poemas, contos, crônicas (textos literários, notícias, editoriais, cartas de leitor), entrevistas (textos de imprensa), relatórios, resumos de artigo e verbetes de enciclopédia (textos de divulgação científica). Essa prática orientará não apenas a produção de textos significativos, como incentivará a prática da leitura.

A ação com a língua escrita deve valorizar a experiência linguística do estudante em situações específicas, e não a língua ideal. Durante a produção de textos, o estudante aumenta seu universo referencial, aprimora sua competência na escrita, compreende o funcionamento de um texto escrito que se faz a partir de elementos como organização, unidade temática, coerência, coesão... e elementos próprios da escrita, como o tamanho e tipo de letras, cores, formatos, etc.

A função do professor de Língua Portuguesa e Literatura é ajudar seus alunos a ampliarem seu domínio de uso das linguagens verbais e não-verbais pelo contato direto com textos de variados gêneros, orais e escritos. É necessário que a inclusão da diversidade textual possa relacionar os gêneros com as atividades sociais em que os alunos se constituem. É importante que as atividades com a escrita se realizem de modo interlocutivo, que os educandos possam relacionar o dizer escrito às circunstâncias de sua produção. Isso implica o produtor de texto assumir-se como locutor, e dessa forma, ter o que dizer, razão para dizer, como dizer, interlocutores para quem dizer.

Na prática da escrita, há três etapas interdependentes e complementares: *planejamento* tanto do professor quanto do aluno, escrita da primeira versão sobre a proposta apresentada, depois a *revisão*, *reestruturação* e *reescrita* do texto, tendo em vista a intenção que se teve ao produzi-lo.

Durante a produção de um texto, o aluno aumenta seu universo referencial e aprimora sua competência de escrita, aprende as exigências dessa manifestação linguística e o seu sistema de organização. Ao analisar seu texto, conforme as intenções e as condições de sua produção, o aluno adquire a necessária autonomia para avaliá-lo.

D) Análise linguística

A análise linguística é uma prática didática complementar às práticas de leitura, oralidade e escrita, possibilitando a reflexão consciente sobre fenômenos gramaticais e textual- discursivos que perpassam os usos linguísticos, seja no momento de ler/ escutar, de produzir textos ou de refletir sobre esses mesmos usos da língua.

Essa prática abre espaço para as atividades de reflexão dos recursos linguísticos e seus efeitos de sentido nos textos, é preciso objetivar a formação de usuários competentes da língua, através da fala, escrita e leitura, exercitando a linguagem de forma consistente e flexível, adaptando-se a situações de uso.

Quanto mais variado for o contato do aluno com diferentes tipos de gêneros textuais, mais fácil será assimilar as regularidades que determinam o uso da norma padrão. Assim, um texto se faz a partir de elementos com organização, unidade, coerência, coesão, clareza, dentre outros.

O aluno precisa, então, ampliar sua capacidade discursiva em atividades de uso da língua, de maneira a compreender outras exigências de adequação da linguagem como, por exemplo: argumentação, situacionalidade, intertextualidade, informatividade, referenciação, concordância, regência, formalidade e informalidade.

Considerando a interlocução como ponto de partida para o trabalho com o texto, os conteúdos gramaticais devem ser estudados a partir de seus aspectos funcionais na constituição da unidade de sentido dos enunciados.

Cabe ao professor planejar e desenvolver atividades que possibilitem aos alunos, a reflexão sobre seu próprio texto: revisando, reestruturando e refazendo, de análise coletiva de um texto, e sobre outros

textos, de diversos gêneros, que circulam no contexto escolar e extraescolar. O estudo do texto e da sua organização sintática semântica permite ao professor a exploração das categorias gramaticais, conforme cada texto em análise. Não perdendo de vista a função que ela desempenha para os sentidos do texto. Mesmo quando se faz uma análise linguística de categorias gramaticais, o objeto de estudo é o texto.

Para além do contato com diferentes textos, o professor deve propiciar que o aluno expresse sua análise por meio de diferentes gêneros, considerando sua criatividade. Antes está a interpretação que faz proliferar o pensamento, que abre a possibilidade de o aluno jogar, criar, atualizar os gêneros.

Levar em conta o erro e a dúvida como elementos constitutivos do processo de trabalho em análise linguística, deve ter o efeito de propiciar que o aluno se capacite a construir metáforas, a transformar conceitos, a ser afirmativo de seus valores e compreensivo dos valores do outro, concordando ou não com as tais diferenças, porém, discernindo-as para que possa fazer suas próprias escolhas, elaborar perguntas, considerar hipóteses, questionar-se, ampliando assim, sua capacidade lingüístico-discursiva em atividades de uso da língua.

LITERATURA

A Literatura, como produção humana, está ligada à vida social. O entendimento do que seja o produto literário está sujeito a modificações históricas, portanto, deve ser apreensível em suas relações dialógicas com outros textos e sua articulação com outros campos: o contexto da produção, a crítica literária, a linguagem, a cultura, a História, entre outros.

É fundamental que o professor tenha claro o que pretende com o ensino de literatura, qual a concepção de literatura que quer privilegiar e que tipo de leitor quer formar. Propõe-se que se pense no ensino da literatura a partir dos pressupostos teóricos da Estética da Recepção (Zappone diz que “o valor estético de um texto é medido pela recepção inicial do público que o compara com outras obras já lidas, percebe-lhe as singularidades e adquire novo parâmetro para a avaliação de obras futuras (elabora um novo horizonte de expectativas)”.

Ao iniciar o trabalho com a literatura, o professor precisa tomar conhecimento da realidade sócio-cultural dos educandos e, então, inicialmente, apresentar-lhes textos que atendam a esse universo. Contudo, para que haja uma ruptura desse horizonte de expectativas, é importante que o professor trabalhe com obras que se distanciem das experiências de leitura dos alunos a fim de que haja ampliação desse universo e, conseqüentemente, o entendimento do evento estético.

O objetivo principal é a formação de leitores, para isso é fundamental que o professor selecione não apenas obras canônicas da literatura para o trabalho na sala de aula, mas que tenha um senso estético aguçado e perceba a diversidade de leituras pode suscitar a busca de autores consagrados da literatura, de obras clássicas.

O trabalho com a Literatura potencializa uma prática diferenciada com o conteúdo estruturante da Língua Portuguesa (O Discurso como prática social) e constitui forte influxo capaz de fazer aprimorar o pensamento trazendo sabor ao saber.

5) AVALIAÇÃO

A avaliação educacional deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Dessa forma assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação dela, contribuindo para uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para tanto, os objetivos e metas da avaliação são os seguintes:

Verificar como está ocorrendo o processo de aprendizagem, permitindo que o professor tenha condições de avaliar seu trabalho e se necessário retomá-lo, através de novos métodos e técnicas, para certificar-se da efetivação da aprendizagem;

Possibilitar a melhoria do processo de aprendizagem, onde alunos, professores e a própria instituição, acompanhem o trabalho desenvolvido, aperfeiçoando o processo através de reflexões contínuas dos resultados obtidos e realizem as mudanças necessárias.

Segundo a Deliberação 007/99, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual, o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O aproveitamento escolar será avaliado através da observação do desempenho do aluno em situações de aprendizagem, utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados tais como: avaliação oral, escrita, pesquisa, trabalho individual e em grupo, relatório, seminário, interpretação, participação dos alunos nas atividades.

Jamais se praticará uma só oportunidade de aferição, nem se adotará procedimentos que assegurem comparação dos alunos entre si. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. E para que cumpra sua finalidade educativa a avaliação será contínua, cumulativa e formativa obedecendo à ordenação da sequência do ensino e da aprendizagem. Serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo, cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar.

O acompanhamento do processo de avaliação será por turma e será analisado, aperfeiçoado e orientado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com os professores. A individualidade do aluno e do seu domínio dos conteúdos necessários será assegurada nas decisões sobre o processo de avaliação.

A avaliação será registrada nos livros Registro de Classe do professor, nos boletins e no sistema escola.

A recuperação será paralela num processo contínuo, durante a apreensão de conteúdos básicos, segundo o regimento da escola assegurando as condições pedagógicas definidas no artigo 1º da Deliberação 007/99. A recuperação se constituirá em um conjunto integrado entre o processo de ensino e adequação do mesmo às dificuldades dos alunos. Será considerada para efeito de documentação escolar.

Fundamentando-se na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação é contínua, processual e transformadora, sem caráter punitivo, empreendendo o processo de participação individual e coletiva, contemplando momentos de auto avaliação e de avaliação grupal, através de instrumentos diversificados como: avaliação escrita e oral, pesquisa, trabalhos individual e em grupo, relatórios, seminários, interpretações, participação e envolvimento do aluno nas atividades.

A síntese do processo avaliativo do Colégio Estadual João XXIII se dará da seguinte forma:

Avaliação será contínua, cumulativa e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período de recuperação, usando os seguintes critérios:

As disciplinas deverão ter no mínimo duas avaliações utilizando de diferentes instrumentos;

Os instrumentos deverão ser variados contemplando as diversas formas de aprendizagem do aluno tendo o professor liberdade em sua disciplina de atribuir valores aos instrumentos de avaliação conforme os critérios previamente estabelecidos e discutidos com os alunos, objetivando os dez pontos;

A recuperação de estudos será realizada concomitante ao período letivo e paralela aos conteúdos, procedendo da seguinte forma: sendo diagnosticado através da avaliação a não obtenção dos objetivos

propostos, serão retomados os conteúdos e proporcionado novas avaliações com instrumentos diferenciados a critério do professor, dentre os quais: orais, escritos ou práticos.

A recuperação dos instrumentos de avaliação será realizada durante o bimestre, sendo no mínimo duas recuperações, após retomada de conteúdos

O aluno que não realizar avaliação ou a recuperação paralela por motivo de falta poderá realizar posteriormente mediante justificativa dos pais ou responsáveis, se menor de idade, para as séries finais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio e profissionalizante, os alunos deverão solicitar requerimento com justificativa e/ou atestado médico na secretaria da escola e entregá-los à Equipe Pedagógica no prazo de 48 horas após a avaliação. Casos específicos serão analisados pelo Conselho de Classe.

Será aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres, nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA (M 1^{\circ} B + M 2^{\circ} B + M 3^{\circ} B + M 4^{\circ} B): 4 = 6,0$$

De acordo com a Lei 9394/96 da LDB, capítulo 5, artigo 58, os alunos com necessidades educativas especiais têm direito à educação escolar em escola regular. Portanto, serão avaliados de acordo com suas especificidades, levando em consideração que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características próprias. Diante disso, serão proporcionadas as Adaptações Curriculares necessárias de acordo com as peculiaridades de cada aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

6) RECURSOS DIDÁTICOS e TECNOLÓGICOS

Livros didáticos, paradidáticos, jornais, revistas, HQs, papel A4, papel com pauta, Cds, Dvds, pendrive, Tv, xérox de textos e de atividades, computador, impressora, laboratório de informática, data show...

7) REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro e interação**. 6. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

AZEREDO, Cristina Soares de Lara. **Língua Portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

BAKHTIN, M. Os Gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Fontes, 2003.

Deliberação nº 03/02 – Conselho Estadual de Educação do Paraná.

DIRETRIZES CURRICULARES DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA – Secretaria de Estado da Educação, 2006.

DOLZ, J; SCHNEUWLY, B. e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. 2ª ed. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2010.

GERALDI, João Wanderlei. **O texto na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GUIMARÃES, Maria Flora. O conto popular. In: BRANDÃO, Helena Nagamine (coord.) **Gêneros do discurso na escola**. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção aprender e ensinar com textos; v. 5, coord. Geral: Lígia Chiappini).

HILA, Cláudia Valéria Doná. Ressignificando a aula de leitura a partir dos gêneros textuais. In: NASCIMENTO, E. L (Org). **Gêneros Textuais: da didática das línguas aos objetos de ensino**. 1. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2009, p. 151-194.

INSTRUÇÃO Nº 009/11 SUED/SEED.

KAUFMAN, Ana María Erodriíguez, María H. **Escola, Leitura e Produção de Textos**. Trad. Inajara Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MARCUSHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENEGASSI, Renilson José (org.). **Leitura, escrita e gramática no Ensino Fundamental**. Maringá: Eduem, 2010.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná**. Curitiba: SEED, 2008.

ROSSI, Maria Ap. G. Lopes (org.) **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Conferências sobre leitura – trilogia pedagógica**. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. Trad. Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

RIOLFI, Cláudia..[et al.] **Ensino da Língua Portuguesa**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XIII
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL

**PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
MATEMÁTICA
ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO**

**IRATI
2014**

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A matemática na educação básica tem como finalidade fazer com que o aluno construa, por intermédio do conhecimento matemático, valores e atitudes de natureza diversificada, visando sempre a formação do ser humano e, especialmente do cidadão. Essa disciplina também ajuda a desenvolver o raciocínio do aluno, fazendo com que este compreenda o mundo a sua volta, vendo-a como área do conhecimento que estimula o interesse, a curiosidade e o espírito de investigação.

Segundo (Sacristan 2000, p.14) “o currículo como conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo-nível educativo ou modalidade de ensino é a acepção mais clássica e desenvolvida; o currículo como programa de atividades planejadas, devidamente sequencializadas, ordenadas metodologicamente tal como se mostram num manual ou num guia do professor; o currículo, também foi entendido às vezes como resultados pretendidos de aprendizagem; o currículo como concretização do plano reprodutor para a escola de determinada sociedade, contendo conhecimentos, valores e atitudes; o currículo como experiência recriada nos alunos por meio da qual podem desenvolver-se; o currículo como tarefa e habilidade a serem dominadas como é o caso da formação profissional; o currículo como programa que proporciona conteúdos e valores para que os alunos melhorem a sociedade em relação a reconstrução social da mesma”.

Tendo em vista que a missão da escola é antes de qualquer coisa, acolher os alunos e suas famílias com suas diversidades sociais, religiosas, culturais, efetivas e econômicas considerando-os iguais em seus direitos e deveres na formação de construtores da cidadania, porém diferentes na sua individualidade e potencialidade. Para tanto, a matemática deve propor atividades diversificadas que estimulem a experimentação e a reflexão possibilitando a construção e apropriação gradativa dos

conhecimentos. Desta forma propiciará articulação das diferenças e semelhanças de aprendizagem e em meta a essa heterogeneidade cumprirá o seu papel de formadora de futuros cidadãos inseridos em seu meio social, com competência dignidade e participação.

Observamos na história da matemática de que forma a matemática dos dias atuais surgiu e se desenvolveu nas antigas civilizações, de acordo com as suas necessidades. Os pensadores da antiguidade buscavam respostas sobre a origem do universo, com o uso de cálculos matemáticos. Com o decorrer dos séculos houve mudanças adaptando-se a cada época, desenvolvendo a educação num processo de conhecimento para solucionar os problemas de ordem prática, satisfazendo as exigências de ordem social. Ao refletirmos sobre essas características, percebemos que é possível desenvolver atitudes e hábitos de pensamento que pode possibilitar uma maior compreensão do cotidiano.

A tendência Histórico-Crítica, no contexto educacional visa na matemática a construção de um saber vivo, sempre compreendendo e atribuindo significado ao que se está fazendo, contribuindo na construção da nova sociedade, na formação integral do aluno, tornando-o um cidadão participativo, social, justo, responsável e consciente de suas obrigações e direitos.

Considerando que os alunos desenvolvem uma atividade construtiva quando realizam aprendizagens específicas, nossa tentativa de ensinar não é intrinsecamente negativa. Os conteúdos serão selecionados e transmitidos aos alunos através de atividades, desafios, exercícios, leituras, questionamentos culturais que estimulem a curiosidade, o espírito investigativo e o desenvolvimento da capacidade de resolver situações problema que surgem na sociedade em que está em constante modificação.

Os objetivos básicos para a educação matemática visam desenvolvê-la enquanto campo de investigação e de produção de conhecimento, que tem natureza científica, e ainda a melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem visando a formação do estudante crítico, capaz de agir com autonomia nas suas relações sociais e, para isso, é necessário que ele se aproprie de conhecimento, dentre eles, o matemático, para que possibilite ao aluno a criação de relações sociais.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL:

Os conteúdos básicos do Ensino Fundamental serão abordados de forma articulada, possibilitando uma intercomunicação e complementação dos conceitos pertinentes a disciplina de matemática.

Ano	Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
6º	Números e Álgebra	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas de numeração - Números Naturais - Múltiplos e divisores - Potenciação e Radiciação - Números Fracionários - Números Decimais
	Grandezas e Medidas	<ul style="list-style-type: none"> - Medidas de Comprimento - Medidas de Massa - Medidas de área - Medidas de volume - Medidas de tempo - Medidas de ângulos - Sistema monetário
	Geometrias	<ul style="list-style-type: none"> - Geometria plana - Geometria espacial
	Tratamento da Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Dados, tabelas e gráficos - Porcentagem
Ano	Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
7º	Números e Álgebra	<ul style="list-style-type: none"> - Números Inteiros - Números Racionais - Equação e Inequação do 1º Grau - Razão e Proporção - Regra de três.

	Grandezas e Medidas	- Medidas de temperatura - Ângulos
	Geometrias	- Geometria plana - Geometria espacial - Geometrias Não Euclidianas
	Tratamento da Informação	- Pesquisa estatística - Média aritmética - Moda e mediana - Juros simples
Ano	Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
8º	Números e Álgebra	- Números irracionais - Sistemas de equações do 1º grau - Potências - Monômios e polinômios - Produtos notáveis
	Grandezas e Medidas	- Medida de comprimento - Medida de área - Medidas de ângulos.
	Geometrias	- Geometria plana - Geometria espacial - Geometria analítica - Geometrias Não Euclidiana
	Tratamento da Informação	- Gráfico e Informação - População e amostra
Ano	Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
9º	Números e Álgebra	- Números Reais - Propriedades dos radicais - Equação do 2º grau - Teorema de Pitágoras - Equações Irracionais - Equações biquadradas - Regra de três composta;
	Grandezas e Medidas	- Relações métricas no triângulo retângulo; - Trigonometria no Triângulo Retângulo;
	Funções	- Noção intuitiva de Função Afim. - Noção intuitiva de Função Quadrática.
	Geometrias	- Geometria Plana; - Geometria Espacial; - Geometria Analítica; - Geometria Não Euclidiana.
	Tratamento da Informação	- Noções de Análise Combinatória; - Noções de Probabilidade; - Estatística; - Juros Compostos.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES PARA O ENSINO MÉDIO:

No Ensino Médio os conteúdos serão abordados articuladamente, contemplando os conteúdos ministrados no ensino fundamental e também através da intercomunicação dos conteúdos estruturantes.

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
Números e Álgebra	- Números reais; - Números complexos; - Sistemas lineares; - Matrizes e determinantes; - Polinômios; - Equações e inequações exponenciais,

	Logarítmicas e Modulares.
Grandezas e Medidas	<ul style="list-style-type: none"> - Medidas de área; - Medidas de volume; - Medidas de grandezas vetoriais; - Medidas de informática; - Medidas de energia; - Trigonometria.
Funções	<ul style="list-style-type: none"> - Função Afim; - Função Quadrática; - Função Polinomial; - Função Exponencial; - Função Logarítmica; - Função Trigonométrica; - Função Modular; - Progressão Aritmética; - Progressão Geométrica.
Geometrias	<ul style="list-style-type: none"> - Geometria Plana; - Geometria Espacial; - Geometria Analítica; - Geometrias Não Euclidianas.
Tratamento da Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Análise Combinatória; - Binômio de Newton; - Estudo das Probabilidades; - Estatística; - Matemática Financeira.

3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Cada vez mais, é necessário criar formas diversificadas de transmissão de conhecimentos ligadas ao como se aprende Matemática e porque devemos dominar a linguagem Matemática, em contraste com a simples idéia de que através do esforço e repetição seriam a melhor forma de se dominar essa disciplina e, com isso aplicá-la às suas necessidades. Seguindo a tendência dos dias atuais associamos a aprendizagem:

HISTÓRIA DA MATEMÁTICA:

É pela história de matemática que se tem possibilidade de entender como o conhecimento é construído, oportunizando ao aluno conhecer a matemática.

MODELAGEM MATEMÁTICA:

Proporciona ao aluno uma análise global da realidade, onde se constrói o saber de forma contextualizada, partindo de experiências vividas, sendo reforçadas pelos significados da cultura em que está inserido.

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS:

Através da resolução de problemas o aluno tem a possibilidade de construir de forma desafiadora o seu saber matemático, desenvolvendo o raciocínio e demonstrando a aplicabilidade dos conteúdos em seu cotidiano.

ETNOMATEMÁTICA:

Deve valorizar e usar como ponto de partida os conhecimentos matemáticos do grupo cultural ao qual os alunos pertencem, tornando significativas as experiências do seu dia a dia.

MÍDIAS:

Instrumento que auxilia em motivar o aprendizado, aplicar e exercitar o que se aprendeu, fazer descobertas e outros.

Levando em consideração que os alunos possuem muitos conhecimentos matemáticos antes de ingressar em uma determinada série é fundamental que o professor faça um diagnóstico do domínio que cada aluno tem sobre os diferentes conteúdos que serão explorados e identifique quais são suas possibilidades e dificuldades diante da aprendizagem desses conteúdos.

INVESTIGAÇÕES MATEMÁTICAS:

Podem ser desencadeadas a partir da resolução de simples exercícios e se relacionam com a resolução de problemas.

Na investigação matemática, o aluno é chamado a agir como um matemático, não apenas porque é solicitado a propor questões, mas, principalmente, porque formula conjecturas a respeito do que está investigando.

Este campo de investigação prevê a formação de um estudante crítico, capaz de agir com autonomia nas suas relações sociais e, para isso, é necessário que ele se aproprie de conhecimentos, dentre eles, o matemático.

Desta forma o ensino da matemática tratará a construção do conhecimento matemático, por meio de uma visão histórica em que os conceitos foram apresentados, discutidos, construídos e reconstruídos, influenciando na formação do pensamento humano e na produção de sua existência por meio das idéias e das tecnologias.

Os conteúdos deverão ser trabalhados a partir de uma abordagem histórica através de aulas expositivas, trabalhos em equipes, pesquisa de campo, trabalho com textos diversificados, medições, construções algébricas e geométricas, materiais manipulativos, uso de calculadoras e computadores como instrumentos tecnológicos facilitadores e incentivadores do espírito de pesquisa.

A Educação Matemática requer um professor que saiba estabelecer uma postura teórico-metodológica e seja questionador frente às concepções pedagógicas historicamente difundidas.

O como ensinar matemática está vinculado as propostas metodológicas que procuram alterar as maneiras pelas quais ensina matemática.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

4. AVALIAÇÃO

A avaliação educacional deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Dessa forma assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação dela, contribuindo para uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para tanto, os objetivos e metas da avaliação são os seguintes:

Verificar como está ocorrendo o processo de aprendizagem, permitindo que o professor tenha condições de avaliar seu trabalho e se necessário retomá-lo, através de novos métodos e técnicas, para certificar-se da efetivação da aprendizagem;

Possibilitar a melhoria do processo de aprendizagem, onde alunos, professores e a própria instituição, acompanhem o trabalho desenvolvido, aperfeiçoando o processo através de reflexões contínuas dos resultados obtidos e realizem as mudanças necessárias.

Segundo a Deliberação 007/99, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual, o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O aproveitamento escolar será avaliado através da observação do desempenho do aluno em situações de aprendizagem, utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados tais como: avaliação oral, escrita, pesquisa, trabalho individual e em grupo, relatório, seminário, interpretação, participação dos alunos nas atividades.

Jamais se praticará uma só oportunidade de aferição, nem se adotará procedimentos que assegurem comparação dos alunos entre si. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. E para que cumpra sua finalidade educativa a avaliação será

contínua, cumulativa e formativa obedecendo à ordenação da sequência do ensino e da aprendizagem. Serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo, cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar.

O acompanhamento do processo de avaliação será por turma e será analisado, aperfeiçoado e orientado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com os professores. A individualidade do aluno e do seu domínio dos conteúdos necessários será assegurada nas decisões sobre o processo de avaliação.

A avaliação será registrada nos livros Registro de Classe do professor, nos boletins e no sistema escola.

A recuperação será paralela num processo contínuo, durante a apreensão de conteúdos básicos, segundo o regimento da escola assegurando as condições pedagógicas definidas no artigo 1º da Deliberação 007/99. A recuperação se constituirá em um conjunto integrado entre o processo de ensino e adequação do mesmo às dificuldades dos alunos. Será considerada para efeito de documentação escolar.

Fundamentando-se na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação é contínua, processual e transformadora, sem caráter punitivo, empreendendo o processo de participação individual e coletiva, contemplando momentos de auto avaliação e de avaliação grupal, através de instrumentos diversificados como: avaliação escrita e oral, pesquisa, trabalhos individual e em grupo, relatórios, seminários, interpretações, participação e envolvimento do aluno nas atividades.

A síntese do processo avaliativo do Colégio Estadual João XXIII se dará da seguinte forma:

Avaliação será contínua, cumulativa e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período de recuperação, usando os seguintes critérios:

As disciplinas deverão ter no mínimo duas avaliações utilizando de diferentes instrumentos;

Os instrumentos deverão ser variados contemplando as diversas formas de aprendizagem do aluno tendo o professor liberdade em sua disciplina de atribuir valores aos instrumentos de avaliação conforme os critérios previamente estabelecidos e discutidos com os alunos, objetivando os dez pontos;

A recuperação de estudos será realizada concomitante ao período letivo e paralela aos conteúdos, procedendo da seguinte forma: sendo diagnosticado através da avaliação a não obtenção dos objetivos propostos, serão retomados os conteúdos e proporcionado novas avaliações com instrumentos diferenciados a critério do professor, dentre os quais: orais, escritos ou práticos.

A recuperação dos instrumentos de avaliação será realizada durante o bimestre, sendo no mínimo duas recuperações, após retomada de conteúdos

O aluno que não realizar avaliação ou a recuperação paralela por motivo de falta poderá realizar posteriormente mediante justificativa dos pais ou responsáveis, se menor de idade, para as séries finais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio e profissionalizante, os alunos deverão solicitar requerimento com justificativa e/ou atestado médico na secretaria da escola e entregá-los à Equipe Pedagógica no prazo de 48 horas após a avaliação. Casos específicos serão analisados pelo Conselho de Classe.

Será aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres, nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA (M 1^{\circ} B + M 2^{\circ} B + M 3^{\circ} B + M 4^{\circ} B): 4 = 6,0$$

De acordo com a Lei 9394/96 da LDB, capítulo 5, artigo 58, os alunos com necessidades educativas especiais têm direito à educação escolar em escola regular. Portanto, serão avaliados de acordo com suas especificidades, levando em consideração que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características próprias. Diante disso, serão proporcionadas as Adaptações Curriculares necessárias de acordo com as peculiaridades de cada aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

5. REFERÊNCIAS

CURRÍCULO BÁSICO para a Escola Pública do Estado do Paraná.

DIRETRIZES CURRICULARES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO PARANÁ, 2009.

GIOVANNI & GIOVANNI Jr. Matemática pensar e descobrir. FTD (Coleção Matemática pensar e descobrir), São Paulo; 2000.

GIOVANNI, José Ruy. A Conquista da Matemática: a mais nova. São Paulo: FTD, 2002.

GUELLI, Oscar. Contando a história da matemática. São Paulo, Editora Ática.

IMENES, Luiz Márcio & LELLIS, Marcelo. Matemática 1º Grau. São Paulo: Editora Scipione, 1998.

INSTRUÇÃO Nº 009/11 SUED/SEED.

Memorando nº 007/2008. Quadro com as alterações feitas nas Diretrizes Curriculares na disciplina de Matemática. Secretaria de Estado da Educação.

Revista da Educação. Avaliação Novos Paradigmas. Ano 24, nº 94 Janeiro/Março de 1995.

Revista Escola, Novembro, 1995.

RIBEIRO, Jackson & SOARES, Elisabeth. Construindo Consciências: Matemática, 5ª a 8ª séries. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2008.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco & DINIZ, Maria Ignez. Matemática – Ensino Médio. São Paulo, ed. Saraiva, 2005.

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO e PROFISSIONAL**

**PROPOSTA CURRICULAR
ENSINO MÉDIO
QUÍMICA**

**IRATI
2014****1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA**

O estudo de química para o educando consiste em descobrir seu mundo, a fim de conhecê-lo, esclarecer suas dúvidas e valorizar o ambiente que o cerca.

A preocupação do ensino de Ciências é fazer com que o educando sinta que a vida tem grande significado para cada um de nós e a Química se preocupa em comprovar o porque de cada fato, de cada mudança.

A Química é um processo de descoberta de fatos e busca de leis para explicar os fenômenos e enriquecer de maneira ordenada e inteligente os conhecimentos do homem a respeito da natureza. Desde os primórdios, o ser humano busca explicações para o mundo, seus fenômenos naturais e procura meios de melhor adaptar-se vida na Terra. A História da Química tem sido útil nessa proposta de ensino, pois o conhecimento das teorias do passado pode ajudar a compreender as concepções dos estudantes do presente, além de também constituir conteúdo relevante do aprendizado. Conhecer Química é ampliar a possibilidade de participação social e desenvolvimento mental e, portanto, capacitar ao aluno a exercer desde já seu papel de cidadão do mundo.

O conhecimento químico dar-se-á a partir dos conteúdos estruturantes: Matéria e a sua natureza; biogeoquímica e Química Sintética e visa:

Priorizar o aprendizado de Química no Ensino Médio, Interagindo interdisciplinarmente com outros ramos do conhecimento científico, faz-se necessária compreensão das informações recebidas, levando a indagação dos fenômenos químicos que ocorrem na realidade da nossa vida, abordando a prática científica da aplicação, compreensão de conceitos e procedimentos, levando o indivíduo a desenvolver capacidade Intelectual e raciocínio lógico nas habilidades de inserir o conhecimento químico na vida humana, devendo partir de situações concretas que possibilitem observações qualitativas dos fenômenos químicos. O estudo do desenvolvimento das teorias atômicas, dos conceitos de átomos e molécula, de modelos representacionais de fenômenos, de símbolos, fórmulas e equações químicas, devem proporcionar o entendimento do que representam, como e porque são usados.

2) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

A ciência intitulada Química trabalha com as substâncias e os diversos materiais presentes em nosso dia a dia. As relações e as transformações bio-físico-químicas observadas no cotidiano das pessoas estão fundamentadas pela tríade Composição, Propriedades e Transformações, presentes nos conteúdos estruturantes Matéria e a sua Natureza, Biogeoquímica e Química Sintética. Desta forma, serão abordados na disciplina de Química, os temas mais relevantes para haver articulação entre conhecimento adquirido e aplicação prática diante de problemas sociais, ambientais e tecnológicos. Através desse processo de ensino-aprendizagem, ocorrerá o exercício da cidadania e da vida em sociedade

1ª Série.

Conteúdos Estruturantes: Matéria e a sua Natureza; Biogeoquímica.

Conteúdos Básicos: Matéria, Solução, Ligação Química, Funções Químicas e Reações Químicas.

Conteúdos Específicos: Constituição da matéria; Estados de agregação; Natureza elétrica da matéria; Modelos atômicos; Estudo de metais; Tabela periódica; Substância; Misturas; Tipos de ligações químicas em relação às propriedades dos materiais; Solubilidade e as ligações químicas; Alotropia; Funções inorgânicas; Reações de oxirredução; Reações exotérmicas e endotérmicas.

2ª Série.

Conteúdos Estruturantes: Matéria e a sua Natureza; Biogeoquímica.

Conteúdos Básicos: Matéria; Solução; Reações químicas; Equilíbrio químico e Velocidade das Reações.

Conteúdos Específicos: Tabela periódica; Métodos de separação; Solubilidade; Concentração; Reações de Oxirredução; Reações Exotérmicas e Endotérmicas; Variação de entalpia; Calorias; Equações termoquímicas; Reações químicas reversíveis; Relações matemáticas do equilíbrio químico; Deslocamento de equilíbrio químico; Condições e fatores interferentes da velocidade das reações químicas.

3ª Série.

Conteúdos Estruturantes: Matéria e a sua Natureza; Biogeoquímica; Química Sintética.

Conteúdos Básicos: Ligação química; Funções Químicas; Reações químicas.

Conteúdos Específicos: Tabela periódica; Funções orgânicas; Reações de oxirredução; Reações Endotérmicas e Exotérmicas.

3) METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O estudo da química será iniciado pelo histórico da química para possibilitar ao aluno a compreensão do processo de elaboração desse conhecimento. Os elementos químicos e as substâncias químicas serão estudadas de maneira que o aluno possa conhecer os métodos de obtenção e características, procurando compreender melhor os seus efeitos e a sua utilização nos diversos setores da vida humana.

A leitura e interpretação de textos científicos, a construção de tabelas e gráficos, a confecção de materiais bem como a análise de embalagens que servirão para conhecer a composição química de produtos industrializados. Serão realizados individualmente ou em grupo com apresentações e debates em sala de aula.

Nas transformações químicas serão trabalhados não só os aspectos quantitativos, mas também os qualitativos, levando em conta os produtos formados e os fatores que interferem nesses fenômenos.

Em laboratório, as substâncias e os fenômenos serão observados e comparados aos conhecimentos teóricos.

A química será relacionada com as necessidades básicas do aluno, tais como: alimentação, vestuário, saúde, moradia, transporte, etc. procurando desenvolver valores humanos como respeito pela opinião dos colegas, pelo trabalho em grupo, responsabilidade, lealdade e tolerância.

O uso da Informática possibilitará a criação de um novo ambiente, motivando e facilitando a aprendizagem. O acesso a outras culturas e o aumento do prazer pela pesquisa, propiciará uma aprendizagem contínua e autônoma.

Dentre os desafios da disciplina de Química encontram-se: promover a integração do ser humano com os conhecimentos científicos, permitindo uma melhor compreensão do mundo químico, social, cultural, ambiental e tecnológico, promovendo, também, a prática da cidadania e a consciência humana nas relações sociais e com o ambiente; analisar criticamente os produtos de consumo, com base no conhecimento químico, para adquirir alimentos, remédios, produtos de limpeza, produtos agrícolas, entre outros; reconhecer a química como uma criação humana, compreendendo os aspectos históricos e suas relações com o contexto cultural, socioeconômico e político; entender conceitos, princípios e leis da Química e utilizá-los para interpretar os fenômenos relacionados a essa ciência; reconhecer os limites éticos e morais que podem ser envolvidos no desenvolvimento da química e da tecnologia; reconhecer a influência e a contribuição das culturas indígenas brasileiras e as culturas afro-brasileira e africana para o *status* cultural, social, ambiental e científico atual no Brasil; reconhecer a si como agente do campo e a identidade cultural

relacionada aos conhecimentos científicos, organização social do trabalho, a independência campo-cidade, a questão agrária e o desenvolvimento sustentável no campo.

As aulas não serão apenas experimentais ou apenas teóricas, mas de forma a assegurar a relação interativa entre o professor e o aluno. Portanto, além de aulas experimentais no laboratório de ciências, laboratório de informática, serão utilizados outros recursos como o uso da TV pendrive, confecção e utilização de jogos e materiais didáticos, relatórios, questionários sobre assuntos do cotidiano, seminários, avaliações com tipos diferentes de questões que poderão ser objetivas ou descritivas.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

4) AVALIAÇÃO

A avaliação educacional deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Dessa forma assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação dela, contribuindo para uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para tanto, os objetivos e metas da avaliação são os seguintes:

Verificar como está ocorrendo o processo de aprendizagem, permitindo que o professor tenha condições de avaliar seu trabalho e se necessário retomá-lo, através de novos métodos e técnicas, para certificar-se da efetivação da aprendizagem;

Possibilitar a melhoria do processo de aprendizagem, onde alunos, professores e a própria instituição, acompanhem o trabalho desenvolvido, aperfeiçoando o processo através de reflexões contínuas dos resultados obtidos e realizem as mudanças necessárias.

Segundo a Deliberação 007/99, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual, o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O aproveitamento escolar será avaliado através da observação do desempenho do aluno em situações de aprendizagem, utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados tais como: avaliação oral, escrita, pesquisa, trabalho individual e em grupo, relatório, seminário, interpretação, participação dos alunos nas atividades.

Jamais se praticará uma só oportunidade de aferição, nem se adotará procedimentos que assegurem comparação dos alunos entre si. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. E para que cumpra sua finalidade educativa a avaliação será contínua, cumulativa e formativa obedecendo à ordenação da sequência do ensino e da aprendizagem. Serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo, cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar.

O acompanhamento do processo de avaliação será por turma e será analisado, aperfeiçoado e orientado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com os professores. A individualidade do aluno e do seu domínio dos conteúdos necessários será assegurada nas decisões sobre o processo de avaliação.

A avaliação será registrada nos livros Registro de Classe do professor, nos boletins e no sistema escola.

A recuperação será paralela num processo contínuo, durante a apreensão de conteúdos básicos, segundo o regimento da escola assegurando as condições pedagógicas definidas no artigo 1º da

Deliberação 007/99. A recuperação se constituirá em um conjunto integrado entre o processo de ensino e adequação do mesmo às dificuldades dos alunos. Será considerada para efeito de documentação escolar.

Fundamentando-se na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação é contínua, processual e transformadora, sem caráter punitivo, empreendendo o processo de participação individual e coletiva, contemplando momentos de auto avaliação e de avaliação grupal, através de instrumentos diversificados como: avaliação escrita e oral, pesquisa, trabalhos individual e em grupo, relatórios, seminários, interpretações, participação e envolvimento do aluno nas atividades.

A síntese do processo avaliativo do Colégio Estadual João XXIII se dará da seguinte forma:

Avaliação será contínua, cumulativa e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período de recuperação, usando os seguintes critérios:

As disciplinas deverão ter no mínimo duas avaliações utilizando de diferentes instrumentos;

Os instrumentos deverão ser variados contemplando as diversas formas de aprendizagem do aluno tendo o professor liberdade em sua disciplina de atribuir valores aos instrumentos de avaliação conforme os critérios previamente estabelecidos e discutidos com os alunos, objetivando os dez pontos;

A recuperação de estudos será realizada concomitante ao período letivo e paralela aos conteúdos, procedendo da seguinte forma: sendo diagnosticado através da avaliação a não obtenção dos objetivos propostos, serão retomados os conteúdos e proporcionado novas avaliações com instrumentos diferenciados a critério do professor, dentre os quais: orais, escritos ou práticos.

A recuperação dos instrumentos de avaliação será realizada durante o bimestre, sendo no mínimo duas recuperações, após retomada de conteúdos

O aluno que não realizar avaliação ou a recuperação paralela por motivo de falta poderá realizar posteriormente mediante justificativa dos pais ou responsáveis, se menor de idade, para as séries finais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio e profissionalizante, os alunos deverão solicitar requerimento com justificativa e/ou atestado médico na secretaria da escola e entregá-los à Equipe Pedagógica no prazo de 48 horas após a avaliação. Casos específicos serão analisados pelo Conselho de Classe.

Será aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres, nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA (M 1^{\circ} B + M 2^{\circ} B + M 3^{\circ} B + M 4^{\circ} B): 4 = 6,0$$

De acordo com a Lei 9394/96 da LDB, capítulo 5, artigo 58, os alunos com necessidades educativas especiais têm direito à educação escolar em escola regular. Portanto, serão avaliados de acordo com suas especificidades, levando em consideração que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características próprias. Diante disso, serão proporcionadas as Adaptações Curriculares necessárias de acordo com as peculiaridades de cada aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

5) REFERÊNCIAS

PARANÁ – SEED. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação**, 2008.

VÁRIOS AUTORES. **Química – Ensino Médio**, SEED – PR, Curitiba, 2006.

FELTRE, Ricardo. **Química**. Volumes 1, 2 e 3. Moderna, São Paulo, 2004.

INSTRUÇÃO Nº 009/11 SUED/SEED.

REIS, Martha. **Química Integral** – Volume único, FDT, São Paulo, 1993.

USBERCO, João. **Química** – Volume único, Saraiva, São Paulo, 2002.

MOL, Gerson de Souza. **Química e Sociedade**, Nova Geração, São Paulo, 2005.

SARDELLA, Antonio. **Dicionário Escolar de Química**. Ática, São Paulo, 1990.

SBQ. Divisão de Ensino de Química. **Cadernos Temáticos de Química Nova na Escola**, disponível em <<http://qnesc.sbq.org.br/online/cadernos>>.

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL**

**PROPOSTA PEDAGOGICA CURRICULAR
L.E.M – INGLÊS
ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO**

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

No Brasil, o ensino de línguas estrangeiras está vinculado à organização social e histórica do país. No início da colonização, os jesuítas ensinavam latim às comunidades indígenas com o propósito de dominação e expansão do catolicismo. De 1581 a 1640, período em que se estabeleceu a União Ibérica, os jesuítas foram considerados pelos espanhóis um entrave para as demarcações territoriais, o que culminou com a expulsão da Ordem dos territórios portugueses na América. A partir de 1759, foi constituído o ensino régio no Brasil, o qual era garantido pelo Estado. A língua estrangeira oferecida continuava sendo o latim e os professores contratados eram não-religiosos.

O ensino de línguas modernas ganhou reconhecimento com a chegada da família real ao Brasil e abertura dos portos ao comércio. Os currículos passaram a oferecer o Inglês e Francês visando o intercâmbio comercial. Em 1837, foi fundado o Colégio Pedro II que se tornou modelo por quase um século, as línguas ensinadas ali eram o francês, o inglês e o alemão. De 1929 a 1931, a língua italiana também foi ofertada neste colégio.

A abordagem tradicional, que tinha como método ensinar através da escrita e da gramática, durou desde a educação jesuítica até o advento da Reforma Francisco Campos, a qual instituiu o Método Direto. Neste, a língua materna perdia a função de mediadora no processo de aprendizagem, o professor se comunicava exclusivamente em língua estrangeira durante as aulas.

No governo Vargas (1937), o francês apresentava pouca vantagem em relação ao inglês. O espanhol começou a ser ensinado em detrimento ao alemão, o italiano e o japonês por motivo da 2ª Guerra Mundial, e o latim permaneceu como língua clássica. A língua espanhola foi valorizada como língua estrangeira porque representava um modelo de patriotismo a ser seguido pelos estudantes e o respeito do povo espanhol às suas tradições.

Com o tempo, o ensino de língua inglesa foi fortalecido e se deu pela dependência econômica e cultural do Brasil em relação aos Estados Unidos. O inglês teve garantia curricular por ser o idioma mais utilizado no comércio internacional.

Após a Segunda Guerra, a partir de 1950, a educação no Brasil passou a direcionar o foco para a profissionalização do estudante, visando, sobretudo, o desenvolvimento econômico do país. Com a promulgação da LDB no 4024, em 1961, os estados ficaram desobrigados a manter nos currículos o ensino de LE. Este, por sua vez, ficou ainda mais desprestigiado com a ascensão dos militares ao comando do Brasil. Os militares alegavam que as línguas estrangeiras eram prejudiciais à cultura brasileira e ainda, que a escola não deveria ser porta de entrada de meios anticulturais. Em 1976, o ensino de LE voltou a ser prestigiado e obrigatório no 2º grau e recomendado no 1º grau. Porém, uma condição gerou insatisfação ao quadro de professores: o número de aulas ficou reduzido a uma aula semanal.

No Paraná houve movimentos de professores insatisfeitos com o modelo de currículo para LE e dessa insatisfação surgiu o Centro de Línguas Estrangeiras no Colégio Estadual do Paraná. Com a mobilização de professores organizados em associações, a Secretaria de Estado da Educação oficializou a criação dos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEMS) em 1986.

Baseada em dar suporte aos educandos sobre a cultura de outros povos e conseqüentemente sua língua, a Língua Estrangeira Moderna estrutura-se no princípio de que o desenvolvimento do educando deve incorrer as três práticas essenciais ao processo de ensino-aprendizagem de uma língua: leitura, escrita e oralidade. No entanto, é preciso que esse processo supere, segundo as Diretrizes, “a visão de ensino apenas como meio para atingir fins comunicativos que restringem sua aprendizagem como experiência de identificação social e cultural” (DCE, 2009, p. 53) e sim ofereça possibilidades para que o aluno perceba e compreenda a diversidade cultural e linguística presente na aprendizagem da língua e, conseqüentemente construa significados em relação ao mundo em que vive.

Dessa forma, o objetivo do ensino de língua estrangeira deixa de ser apenas o linguístico e passa a ser um caminho para que o aluno:

- use a língua em situações de comunicação oral e escrita;
- vivencie, na aula de Inglês, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;
- compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social;
- tenha maior consciência sobre o papel da Língua Inglesa na sociedade;
- reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

Assim, a pedagogia crítica deve ser o referencial teórico que alicerça o trabalho pedagógico com a Língua Inglesa, com o objetivo de levar o educando à “apropriação crítica e histórica do conhecimento como instrumento de compreensão das relações sociais e para transformação da realidade.” (DCE, 2009, p. 52)

2) OBJETIVOS

- Oportunizar ao aluno a compreensão de textos na LEM estimulando a competência comunicativa;
- Levar o aluno a interagir na LEM para ampliar seu conhecimento de mundo e ser capaz de interferir criticamente na sociedade;
- Proporcionar por meio e estudo da LEM reflexões sobre a língua materna, diferenças culturais, valores de cidadania e identidade;
- Contribuir para que os alunos analisem as questões da nova ordem global, suas implicações e que desenvolvam uma consciência crítica a respeito do papel das línguas na sociedade;
- Buscar o resgate da função social e educacional da língua Estrangeira Moderna na Educação Básica, de modo a superar os fins utilitaristas, pragmáticos ou instrumentais que historicamente têm marcado o ensino desta disciplina;
- Vivenciar, na aula de Língua Estrangeira, formas de participação que lhe possibilite estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;
- Favorecer para que o educando reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país;
- Fazer uso da língua estrangeira em situações significativas, relevantes, que não se limitem ao exercício de uma mera prática de formas linguísticas descontextualizadas.

3) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

6º ano

Conteúdo	Conteúdos Específicos	Abordagem	Avaliação
Estruturante		Metodológica	
Discurso como prática social	<p>Leitura</p> <ul style="list-style-type: none"> * Identificação do tema, do argumento principal. * Interpretação observando: conteúdo veiculado, fonte, intencionalidade e intertextualidade do texto. * Linguagem não verbal. 	<ul style="list-style-type: none"> * Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros. * Utilização de materiais diversos (fotos, gráficos, quadrinhos...) para interpretação de textos. * Análise dos textos levando em consideração a complexidade dos mesmos. * Questões que levam o aluno a interpretar e compreender o texto. * Leitura de outros textos para a observação das relações dialógicas. 	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar leitura compreensiva do texto, levando em consideração a sua condição de produção. * Localizar informações explícitas no texto. * Conhecer e utilizar a língua estudada como instrumento de acesso a informações de outras culturas e de outros grupos sociais.
	<p>Oralidade</p> <ul style="list-style-type: none"> * Variedades linguísticas. * Intencionalidade do texto. * Exemplos de pronúncias e do uso de vocábulos da língua estudada em diferentes países. 	<ul style="list-style-type: none"> * Apresentação de pequenos textos produzidos pelos alunos. * Seleção de discursos de outros como: entrevista, cenas de desenhos, reportagem. * Análise dos recursos próprios da oralidade. * Dramatização de pequenos diálogos. 	<ul style="list-style-type: none"> * Utilizar seu discurso de acordo com a situação de produção. (formal e informal) * Apresentar clareza nas ideias.
	<p>Escrita</p> <ul style="list-style-type: none"> * Adequação ao gênero: elementos composicionais, 	<ul style="list-style-type: none"> * Discussão sobre o tema a ser produzido. Leitura de textos sobre o tema. 	<ul style="list-style-type: none"> * Produzir textos atendendo as circunstâncias de produção proposta.

	<p>elementos formais e marcas linguísticas.</p> <p>* Clareza de ideias.</p>	<p>* Produção textual.</p> <p>* Revisão textual.</p> <p>* Reestrutura e reescrita textual.</p>	<p>* Diferenciar a linguagem formal da informal.</p>
	<p>Análise Linguística</p> <p>* Coesão e coerência.</p> <p>* função dos pronomes, artigos, numerais, adjetivos, palavras interrogativas, substantivos, preposições, verbos, concordância verbal e nominal e outras categorias como elementos do texto.</p> <p>* Pontuação e seus efeitos de sentido no texto.</p> <p>* Vocabulário.</p>	<p>* Estudo dos conhecimentos linguísticos a partir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - de gêneros selecionados para leitura ou escrita. - de textos produzidos pelos alunos. <p>_ das dificuldades apresentadas pela turma.</p> <p>* Leitura de textos diversos que permitam ampliar o domínio da língua.</p>	<p>* Utilizar, adequadamente recursos linguísticos, como o uso da pontuação, o uso do artigo, dos pronomes, etc.</p> <p>* Conhecer e ampliar o vocabulário.</p>

Sugestões de gêneros discursivos para a 6º ano:

historia em quadrinho, piada, poemas, exposição oral(díálogos), comercial de tv, diario, quadrinhas, bilhetes, fotos, horóscopo, carta, textos midiáticos, e e-mail, cartaz, lista de compras, avisos, músicas, etc

7º ano

Conteúdo	Conteúdos Específicos	Abordagem	Avaliação
Estruturante		Metodológica	
Discurso como prática social	<p>Leitura</p> <p>* Identificação do tema, do argumento principal.</p> <p>* Interpretação observando: conteúdo veiculado, fonte, intencionalidade e intertextualidade do texto.</p> <p>* Linguagem não verbal.</p>	<p>* Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros.</p> <p>* Utilização de materiais diversos(fotos, gráficos, quadrinhos...) para interpretação de textos.</p> <p>* Análise dos textos levando em consideração a complexidade dos mesmos.</p> <p>* Questões que levam o aluno a interpretar e compreender o texto.</p> <p>* Leitura de outros textos para a observação das relações dialógicas.</p>	<p>* Realizar leitura compreensiva do texto, levando em consideração a sua condição de produção.</p> <p>* Localizar informações explícitas no texto.</p> <p>* Conhecer e utilizar a língua estudada como instrumento de acesso a informações de outras culturas e de outros grupos sociais.</p>
	<p>Oralidade</p> <p>* Variedades linguísticas.</p> <p>* Intencionalidade do texto.</p> <p>* Exemplos de pronúncias e do uso de vocábulos da língua estudada em diferentes</p>	<p>* Apresentação de pequenos textos produzidos pelos alunos.</p> <p>* Seleção de discursos de outros como: entrevista, cenas de desenhos, reportagem.</p> <p>* Análise dos recursos</p>	<p>* Utilizar seu discurso de acordo com a situação de produção. (formal e informal)</p> <p>* Apresentar clareza nas ideias.</p>

	países.	próprios da oralidade. *Dramatização de pequenos diálogos.	
	Escrita * Adequação ao gênero: elementos composicionais, elementos formais e marcas linguísticas. * Clareza de ideias.	*Discussão sobre o tema a ser produzido. Leitura de textos sobre o tema. * Produção textual. * Revisão textual. * Reestrutura e reescrita textual.	* Produzir textos atendendo as circunstâncias de produção proposta. * Diferenciar a linguagem formal da informal.
	Análise Linguística * Coesão e coerência. * função dos pronomes, artigos, numerais, adjetivos, palavras interrogativas, substantivos, preposições, verbos, concordância verbal e nominal e outras categorias como elementos do texto. * Pontuação e seus efeitos de sentido no texto. * Vocabulário.	* Estudo dos conhecimentos linguísticos a partir: - de gêneros selecionados para leitura ou escrita. - de textos produzidos pelos alunos. _ das dificuldades apresentadas pela turma. * Leitura de textos diversos que permitam ampliar o domínio da língua.	* Utilizar, adequadamente recursos linguísticos, como o uso da pontuação, o uso do artigo, dos pronomes, etc. *Conhecer e ampliar o vocabulário.

Sugestões de gêneros para a 7º ano:

entrevista, notícia, música, tiras, textos, midiáticos, propaganda, charges, provérbios, diário, cartoon, narrativa, etc.

8º ano

Conteúdo	Conteúdos Específicos	Abordagem	Avaliação
Estruturante		Metodológica	
Discurso como prática social	Leitura * Identificação do tema, do argumento principal. * Interpretação observando: conteúdo veiculado, fonte, intencionalidade e intertextualidade do texto. * Linguagem não verbal.	* Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros. * Utilização de materiais diversos (fotos, gráficos, quadrinhos...) para interpretação de textos. * Análise dos textos levando em consideração a complexidade dos mesmos. * Questões que levam o aluno a interpretar e compreender o texto. * Leitura de outros textos para a observação das relações dialógicas.	* Realizar leitura compreensiva do texto, levando em consideração a sua condição de produção. * Localizar informações explícitas no texto. * Conhecer e utilizar a língua estudada como instrumento de acesso a informações de outras culturas e de outros grupos sociais.
	Oralidade * Variedades linguísticas.	* Apresentação de pequenos textos	* Utilizar seu discurso de acordo com a situação

	<ul style="list-style-type: none"> * Intencionalidade do texto. * Exemplos de pronúncias e do uso de vocábulos da língua estudada em diferentes países. 	<p>produzidos pelos alunos.</p> <ul style="list-style-type: none"> * Seleção de discursos de outros como: entrevista, cenas de desenhos, reportagem. * Análise dos recursos próprios da oralidade. * Dramatização de pequenos diálogos. 	<p>de produção. (formal e informal)</p> <ul style="list-style-type: none"> * Apresentar clareza nas ideias.
	<p>Escrita</p> <ul style="list-style-type: none"> * Adequação ao gênero: elementos composicionais, elementos formais e marcas linguísticas. * Clareza de ideias. 	<ul style="list-style-type: none"> * Discussão sobre o tema a ser produzido. Leitura de textos sobre o tema. * Produção textual. * Revisão textual. * Reestrutura e reescrita textual. 	<ul style="list-style-type: none"> * Produzir textos atendendo as circunstâncias de produção proposta. * Diferenciar a linguagem formal da informal.
	<p>Análise Linguística</p> <ul style="list-style-type: none"> * Coesão e coerência. * função dos pronomes, artigos, numerais, adjetivos, palavras interrogativas, substantivos, preposições, verbos, concordância verbal e nominal e outras categorias como elementos do texto. * Pontuação e seus efeitos de sentido no texto. * Vocabulário. 	<ul style="list-style-type: none"> * Estudo dos conhecimentos linguísticos a partir: <ul style="list-style-type: none"> - de gêneros selecionados para leitura ou escrita. - de textos produzidos pelos alunos. _ das dificuldades apresentadas pela turma. * Leitura de textos diversos que permitam ampliar o domínio da língua. 	<ul style="list-style-type: none"> * Utilizar, adequadamente recursos linguísticos, como o uso da pontuação, o uso do artigo, dos pronomes, etc. * Conhecer e ampliar o vocabulário.

Sugestões de gêneros discursivos para a 8º ano

reportagem, slogan, sinopse de filme, textos midiáticos, anúncio publicitário, outdoor, blog, etc.

9º ano

Conteúdo	Conteúdos Específicos	Abordagem	Avaliação
Estruturante		Metodológica	
Discurso como prática social	<p>Leitura</p> <ul style="list-style-type: none"> * Identificação do tema, do argumento principal. * Interpretação observando: conteúdo veiculado, fonte, intencionalidade e intertextualidade do texto. * Linguagem não verbal. 	<ul style="list-style-type: none"> * Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros. * Utilização de materiais diversos (fotos, gráficos, quadros...) para interpretação de textos. * Análise dos textos levando em consideração a complexidade dos mesmos. * Questões que levam o aluno a interpretar e 	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar leitura compreensiva do texto, levando em consideração a sua condição de produção. * Localizar informações explícitas no texto. * Conhecer e utilizar a língua estudada como instrumento de acesso a informações de outras culturas e de outros grupos sociais.

		compreender o texto. * Leitura de outros textos para a observação das relações dialógicas.	
	Oralidade * Variedades linguísticas. * Intencionalidade do texto. * Exemplos de pronúncias e do uso de vocábulos da língua estudada em diferentes países.	* Apresentação de pequenos textos produzidos pelos alunos. * Seleção de discursos de outros como: entrevista, cenas de desenhos, reportagem. * Análise dos recursos próprios da oralidade. * Dramatização de pequenos diálogos.	* Utilizar seu discurso de acordo com a situação de produção. (formal e informal) * Apresentar clareza nas ideias.
	Escrita * Adequação ao gênero: elementos composicionais, elementos formais e marcas linguísticas. * Clareza de ideias.	* Discussão sobre o tema a ser produzido. Leitura de textos sobre o tema. * Produção textual. * Revisão textual. * Reestrutura e reescrita textual.	* Produzir textos atendendo as circunstâncias de produção proposta. * Diferenciar a linguagem formal da informal.
	Análise Linguística * Coesão e coerência. * função dos pronomes, artigos, numerais, adjetivos, palavras interrogativas, substantivos, preposições, verbos, concordância verbal e nominal e outras categorias como elementos do texto. * Pontuação e seus efeitos de sentido no texto. * Vocabulário.	* Estudo dos conhecimentos linguísticos a partir: - de gêneros selecionados para leitura ou escrita. - de textos produzidos pelos alunos. _ das dificuldades apresentadas pela turma. * Leitura de textos diversos que permitam ampliar o domínio da língua.	* Utilizar, adequadamente recursos linguísticos, como o uso da pontuação, o uso do artigo, dos pronomes, etc. * Conhecer e ampliar o vocabulário.

Sugestões de gêneros discursivos para a 9º ano:

reportagem oral e escrita, textos midiáticos, histórias de humor, músicas, charges, entrevistas, depoimentos, narrativa, imagem, etc.

ENSINO MÉDIO

Conteúdo	Conteúdos Específicos	Abordagem	Avaliação
Estruturante		Metodológica	
Discurso como prática social	LEITURA Tema do texto Identificação do tema	* Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros.	* Realizar leitura compreensiva do texto, levando em consideração

	<p>Intencionalidade Vozes sociais presentes no texto Léxico Coesão e coerência Funções das classes gramaticais no texto Discurso direto e indireto Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto Recursos estilísticos (figuras de linguagem) Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito) A variedade linguística Acentuação gráfica Ortografia</p>	<p>* Utilização de materiais diversos(fotos, gráficos, quadrinhos...) para interpretação de textos. * Análise dos textos levando em consideração a complexidade dos mesmos. * Questões que levam o aluno a interpretar e compreender o texto. * Leitura de outros textos para a observação das relações dialógicas.</p>	<p>a sua condição de produção. * Localizar informações explícitas no texto. * Conhecer e utilizar a língua estudada como instrumento de acesso a informações de outras culturas e de outros grupos sociais.</p>
	<p>ESCRITA</p> <ul style="list-style-type: none"> · Tema do texto · Interlocutor · Finalidade do texto · Aceitabilidade do texto · Informatividade · Situacionalidade · Intertextualidade · Temporalidade · Referência textual · Partículas conectivas do texto · Discurso direto e indireto · Elementos composicionais do gênero · Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto; · Palavras e/ou expressões que detonam ironia e humor no texto; · Polissemia; · Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas travessão, negrito), figuras de linguagem · Acentuação gráfica · Ortografia · Concordância verbal/nominal 	<p>* Apresentação de pequenos textos produzidos pelos alunos. * Seleção de discursos de outros como: entrevista, cenas de desenhos, reportagem. *Análise dos recursos próprios da oralidade. *Dramatização de pequenos diálogos.</p>	<p>* Utilizar seu discurso de acordo com a situação de produção. (formal e informal) * Apresentar clareza nas ideias.</p>

--	--	--	--

reportagem, slogan, sinopse de filme, textos midiáticos, anúncio publicitário, outdoor, blog, etc.

Conteúdo	Conteúdos Específicos	Abordagem	Avaliação
Estruturante		Metodológica	
Discurso como prática social	<p>ORALIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> · Conteúdo temático · Finalidade · Aceitabilidade do texto · Informatividade · Papel do locutor e interlocutor · Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas ... · Adequação do discurso ao gênero · Turnos de fala · Variações linguísticas · Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, semântica · Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc). · Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrito. 	<ul style="list-style-type: none"> * Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros. * Utilização de materiais diversos (fotos, gráficos, quadros...) para interpretação de textos. * Análise dos textos levando em consideração a complexidade dos mesmos. * Questões que levam o aluno a interpretar e compreender o texto. * Leitura de outros textos para a observação das relações dialógicas. 	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar leitura compreensiva do texto, levando em consideração a sua condição de produção. * Localizar informações explícitas no texto. * Conhecer e utilizar a língua estudada como instrumento de acesso a informações de outras culturas e de outros grupos sociais.

Sugestões de gêneros discursivos para Ensino Médio:

Publicitária: anúncio, músicas, paródias, comercial para TV, folders, slogan.

Política: Carta de emprego, panfleto.

Jurídica: Contrato, ofício.

Produção e Consumo: Resumo, placas, bulas, verbetes de enciclopédias.

Midiática: Blog, Reality Show, Chat, Desenho Animado Telejornal

4) ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

O objeto de estudo de Língua Estrangeira, a língua, contempla as relações com a cultura, o sujeito e a identidade. Torna-se fundamental que os professores compreendam o que se pretende com o ensino da Língua Estrangeira na Educação Básica, ou seja: ensinar e aprender línguas é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de atribuir sentidos, formar subjetividades, é permitir que se reconheça no uso da língua os diferentes propósitos comunicativos, independentemente do grau de proficiência atingido.

As aulas de Língua Estrangeira se configuram como espaços de interações entre professores e alunos e pelas representações e visões de mundo que se revelam no dia-a-dia. Objetiva-se que os alunos

analisem as questões sociais-políticas- econômicas da nova ordem mundial, suas implicações e que desenvolvam uma consciência crítica a respeito do papel das línguas na sociedade.

Busca-se, também, superar a ideia de que o objetivo de ensinar Língua Estrangeira na escola é apenas o linguístico ou, ainda, que o modelo de ensino dos Institutos de Idiomas seja parâmetro para definir seus objetivos de ensino na Educação Básica. Tal aproximação seria um equívoco, considerando que o ensino de Língua Estrangeira nas escolas de língua não tem, necessariamente, as mesmas preocupações educacionais da escola pública.

Os objetivos de uma escola de idiomas estão direcionados para a proficiência linguístico-comunicativa.

Propõe-se a fazer da aula de LEM um espaço para que o aluno reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural de sua realidade, oportunizando-o a engajar-se discursivamente e a perceber possibilidades de reconstrução de significados em relação ao mundo em que vive.

Serão trabalhados textos, músicas, filmes, diálogos, jogos entre outros a fim de que o aluno saiba enfrentar situações de leitura com sucesso, sabendo reconhecer as informações essenciais de qualquer tipo de texto.

Textos de crescentes graus de dificuldades darão suporte para o aluno compreender a realidade linguística e ser capaz de perceber as ideias principais de cada texto com autonomia.

Exercícios orais e escritos, dramatizações, repetição oral em grupo e individual, são algumas das estratégias usadas para ajudar os alunos a desenvolverem as habilidades necessárias para uma comunicação efetiva.

Entende-se que o ensino de língua estrangeira deve possibilitar ao aluno relações com culturas e ideologias diversas, objetivando desenvolver consciência e postura críticas sobre seu papel no mundo.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

5) AVALIAÇÃO

A avaliação educacional deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Dessa forma assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação dela, contribuindo para uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para tanto, os objetivos e metas da avaliação são os seguintes:

Verificar como está ocorrendo o processo de aprendizagem, permitindo que o professor tenha condições de avaliar seu trabalho e se necessário retomá-lo, através de novos métodos e técnicas, para certificar-se da efetivação da aprendizagem;

Possibilitar a melhoria do processo de aprendizagem, onde alunos, professores e a própria instituição, acompanhem o trabalho desenvolvido, aperfeiçoando o processo através de reflexões contínuas dos resultados obtidos e realizem as mudanças necessárias.

Segundo a Deliberação 007/99, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual, o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O aproveitamento escolar será avaliado através da observação do desempenho do aluno em situações de aprendizagem, utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados tais como: avaliação oral, escrita, pesquisa, trabalho individual e em grupo, relatório, seminário, interpretação, participação dos alunos nas atividades.

Jamais se praticará uma só oportunidade de aferição, nem se adotará procedimentos que assegurem comparação dos alunos entre si. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese

e à elaboração pessoal, sobre a memorização. E para que cumpra sua finalidade educativa a avaliação será contínua, cumulativa e formativa obedecendo à ordenação da sequência do ensino e da aprendizagem. Serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo, cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar.

O acompanhamento do processo de avaliação será por turma e será analisado, aperfeiçoado e orientado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com os professores. A individualidade do aluno e do seu domínio dos conteúdos necessários será assegurada nas decisões sobre o processo de avaliação.

A avaliação será registrada nos livros Registro de Classe do professor, nos boletins e no sistema escola.

A recuperação será paralela num processo contínuo, durante a apreensão de conteúdos básicos, segundo o regimento da escola assegurando as condições pedagógicas definidas no artigo 1º da Deliberação 007/99. A recuperação se constituirá em um conjunto integrado entre o processo de ensino e adequação do mesmo às dificuldades dos alunos. Será considerada para efeito de documentação escolar.

Fundamentando-se na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação é contínua, processual e transformadora, sem caráter punitivo, empreendendo o processo de participação individual e coletiva, contemplando momentos de auto avaliação e de avaliação grupal, através de instrumentos diversificados como: avaliação escrita e oral, pesquisa, trabalhos individual e em grupo, relatórios, seminários, interpretações, participação e envolvimento do aluno nas atividades.

A síntese do processo avaliativo do Colégio Estadual João XXIII se dará da seguinte forma:

Avaliação será contínua, cumulativa e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período de recuperação, usando os seguintes critérios:

As disciplinas deverão ter no mínimo duas avaliações utilizando de diferentes instrumentos;

Os instrumentos deverão ser variados contemplando as diversas formas de aprendizagem do aluno tendo o professor liberdade em sua disciplina de atribuir valores aos instrumentos de avaliação conforme os critérios previamente estabelecidos e discutidos com os alunos, objetivando os dez pontos;

A recuperação de estudos será realizada concomitante ao período letivo e paralela aos conteúdos, procedendo da seguinte forma: sendo diagnosticado através da avaliação a não obtenção dos objetivos propostos, serão retomados os conteúdos e proporcionado novas avaliações com instrumentos diferenciados a critério do professor, dentre os quais: orais, escritos ou práticos.

A recuperação dos instrumentos de avaliação será realizada durante o bimestre, sendo no mínimo duas recuperações, após retomada de conteúdos

O aluno que não realizar avaliação ou a recuperação paralela por motivo de falta poderá realizar posteriormente mediante justificativa dos pais ou responsáveis, se menor de idade, para as séries finais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio e profissionalizante, os alunos deverão solicitar requerimento com justificativa e/ou atestado médico na secretaria da escola e entregá-los à Equipe Pedagógica no prazo de 48 horas após a avaliação. Casos específicos serão analisados pelo Conselho de Classe.

Será aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres, nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA (M 1^{\circ} B + M 2^{\circ} B + M 3^{\circ} B + M 4^{\circ} B): 4 = 6,0$$

De acordo com a Lei 9394/96 da LDB, capítulo 5, artigo 58, os alunos com necessidades educativas especiais têm direito à educação escolar em escola regular. Portanto, serão avaliados de acordo com suas especificidades, levando em consideração que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características próprias. Diante disso, serão proporcionadas as Adaptações Curriculares necessárias de acordo com as peculiaridades de cada aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

6) REFERÊNCIAS

MOS, Eduardo; PRESCHER, Elisabeth; PASQUALIN, Ernersto. New our way. 4a. Edição. Volumes: 1, 2, 3 e 4. Richmond Publishing, 2002.

BRASIL/MEC, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília- DF, 2004.

_____. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. In: Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2004.

_____. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. In: BRASIL/MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

INSTRUÇÃO Nº 009/11 SUED/SEED.

PARANÁ. Lei 13.381, de 18 de dezembro de 2001. Torna obrigatório, no ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, conteúdos da disciplina história do Paraná. Diário Oficial do Paraná, Curitiba, n. 6134, 18 dez. 2001.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Língua Estrangeira Moderna. Curitiba, 2009.

Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual João XXIII – Fundamental, Médio e Profissionalizante

SITES:

Portal Dia-a-dia Educação:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/atividadeseducativas.com.br>

<http://www.diaadia.pr.gov.br/cdec/>

<http://www.ingles.seed.pr.gov.br/>

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL , MÉDIO E PROFISSIONAL**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
SOCIOLOGIA
ENSINO MÉDIO**

**IRATI
2014**

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Compreender as características das sociedades capitalistas tem sido a preocupação da Sociologia desde o início da sua consolidação como ciência da sociedade no final do século XIX. Nesse período, o capitalismo se configurava como uma nova forma de organização da sociedade caracterizada por novas relações de trabalho. Essas mudanças levaram os pensadores da sociedade da época a indagações e a elaboração de teorias explicativas dessa dinâmica social, sob diferentes olhares e posicionamentos políticos. Desde então, essa tem sido a principal preocupação dessa ciência, qual seja, entender, explicar e questionar os mecanismos de produção, organização, controle e poder institucionalizados ou não, que resultam em relações sociais de maior ou menor exploração ou igualdade.

É preciso perceber que a amplitude das transformações sociais, políticas, culturais, econômicas e ecológicas que a sociedade e o planeta estão vivendo, não permite explicações estreitas ou sectárias, com pretensões de apropriar-se da verdade.

Por outro lado, a complexidade e a amplitude que caracterizam as sociedades contemporâneas, não devem intimidar ou amedrontar, mas sim desafiar o estudo, para a pesquisa e para uma melhor compreensão e atuação política no mundo em que vivem.

Portanto, espera-se da disciplina de Sociologia, que ela contribua para melhorar o senso crítico dos seus alunos para que estes possam transformar a realidade e conquistar mais participação ativa na sociedade.

2) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

3) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	4) CONTEÚDOS BÁSICOS
5) Processo de Socialização e as Instituições Sociais	6) Processo de Socialização; 7) Instituições sociais; familiares; escolares; religiosas; 8) Instituições de Reinserção (prisões, manicômios, educandários, asilos, etc)
9) Cultura e Indústria Cultural	10) Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades; 11) Diversidade cultural; 12) Identidade; 13) Indústria Cultural; 14) Meios de comunicação de massa; 15) Sociedade de consumo; 16) Indústria cultural no Brasil; 17) Questões de gênero; 18) Culturas afro-brasileiras e africanas; 19) Culturas indígenas.
20) Trabalho, Produção e Classes	21) O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades; 22) Desigualdades sociais: estamentos, castas, classes sociais; 23) Organização do trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições; 24) Globalização e Neoliberalismo; 25) Relações de trabalho; 26) Trabalho no Brasil.
27) Poder, Política e Ideologia	28) Formação e desenvolvimento do Estado Moderno; 29) Democracia, autoritarismo, totalitarismo. 30) Estado no Brasil; 31) Conceitos de Poder; 32) Conceitos de ideologia; 33) Conceitos de dominação e legitimidade; 34) As expressões da violência nas sociedades contemporâneas.
35) Direitos, Cidadania e Movimentos	36) Direitos: civis, políticos e sociais;

Sociais	37) Direitos Humanos; 38) Conceito de cidadania; 39) Movimentos Sociais; 40) Movimentos Sociais no Brasil; 41) A questão ambiental e os movimentos ambientalistas; 42) A questão das ONGs.
---------	---

3) METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Os conteúdos estruturantes e os conteúdos específicos não devem ser pensados e trabalhados de maneira autônoma, como se bastassem por si próprios, da mesma forma como também não exigem uma obediência sequencial, ou seja, apesar de estarem articulados, é possível o estudo e a apreensão pelos alunos de cada um dos conteúdos, sem a necessidade de uma “amarração” com os demais.

Devemos atender especialmente para a proposição de problematizações, contextualizações, investigações e análises, que podem ser realizados a partir da leitura de textos sociológicos, textos didáticos, textos jornalísticos e obras literárias.

Estes podem partir de recursos audiovisuais, que assim como os textos, também são passíveis de leitura. A utilização de filmes, imagens, músicas e charges constituem importante elemento para que os alunos relacionem teoria com a prática social, possibilitando a construção coletiva dos novos saberes.

Cabe à Sociologia, a pesquisa de campo, articulando os dados levantados à teoria estudada, propiciando um efetivo trabalho de compreensão e crítica de elementos da realidade social do aluno.

Os conteúdos obrigatórios da Instrução nº 009/11 SUED/SEED, serão tratados em conjunto com os conteúdos específicos pertencentes à disciplina propostos nas DCE's.

4) AVALIAÇÃO

A avaliação do Colégio João XXIII está em conformidade com a Deliberação 007/99 do CEE/PR que dispõe em seu artigo 1.º que “a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados de aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor”.

Sendo diagnóstica, a avaliação será realizada durante todo o processo pedagógico, detectando se os alunos apresentam ou não os pré-requisitos necessários para as novas aprendizagens e sendo formativa, terá a função de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, onde os alunos conhecem seus erros e acertos.

A verificação do rendimento escolar observará a avaliação contínua e cumulativa de desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre eventuais provas finais de acordo com o disposto no artigo 24 da LBDEN 9394/96.

Contempla-se no artigo 123 de Regimento Escolar do Colégio João XXIII que a avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados como: provas orais e escritas, objetiva e/ou subjetivas, questionários, tarefas específicas (relatórios, pareceres, exposição oral, trabalhos individuais ou em grupo, observação espontânea ou dirigida, desenhos, maquetes, exercícios, pesquisas, produções de textos, seminários, debates), coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas neste momento.

Os instrumentos de avaliação em Sociologia, atentando para a construção da autonomia do educando, acompanham as próprias práticas de ensino e aprendizagem da disciplina e podem ser registros de reflexões críticas em debates, que acompanham os textos ou filmes; participação nas pesquisas de campo; produção de textos que demonstrem capacidade de articulação entre teoria e prática, dentre outras possibilidades. Várias podem ser as formas,

desde que se tenha como perspectiva ao selecioná-las, a clareza dos objetivos que se pretende atingir, no sentido da apreensão, compreensão, reflexão dos conteúdos pelo aluno e, sobretudo, expressão oral ou escrita da sua percepção de mundo. (DCE'S, 2009, p.98)

“É vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação”, conforme prevê o parágrafo único do artigo 123 do Regimento Escolar.

No artigo 24 da LDB 9394/96, alínea “e” consta a “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar”

.A recuperação de estudos é direito dos alunos, conforme prevê o artigo 129 de Regimento Escolar do Colégio João XXIII. Portanto, a recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem, de acordo com o artigo 130 do Regimento Escolar. No entanto, o professor deverá considerar a aprendizagem do aluno no decorrer do processo ensino e aprendizagem e após verificação de conteúdos, proporcionar novas situações de aprendizagem.

A recuperação de estudos deverá constituir um conjunto integrado ao processo de ensino, além de se adequar às dificuldades dos alunos, de acordo com o artigo 13 da Deliberação 007/99 do CCE/PR.

Para aferição da média bimestral será levado em consideração as notas das avaliações de recuperação, quando estas forem superiores as da avaliação já realizada.

Os alunos com necessidades educativas especiais serão avaliados de acordo com suas especificidades, tendo claro que todos os sujeitos são singulares, únicos, com características diferenciadas e portanto, cada um se apropria do conhecimento de acordo com suas especificidades, sendo assim a aprendizagem passa a ser um processo individual e contínuo.

5) REFERÊNCIAS

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos das diretrizes curriculares**. Curitiba, s/d. _____ . **Sociologia**: Ensino médio. Curitiba, s/d.

AZEVEDO, Fernando. **Princípios de Sociologia**. 9. ed. São Paulo.

INSTRUÇÃO Nº 009/11 SUED/SEED.

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL , MÉDIO E PROFISSIONAL**

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

**SALA DE RECURSOS, SÉRIES FINAIS, ÁREA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU TRANSTORNOS
FUNCIONAIS ESPECÍFICOS.**

ENSINO FUNDAMENTAL

**IRATI
2014**

1 – APRESENTAÇÃO DA MODALIDADE DE ENSINO – ED. ESPECIAL. SALA DE RECURSOS – SÉRIES FINAIS, NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU TRANSTORNOS FUNCIONAIS ESPECÍFICOS.

Os preceitos legais que regem a Educação especial são:

- Constituição da República Federativa do Brasil (1.988). Art. 205 e art. 208, III;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96;
- Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Parecer CNE nº 17/01;
- Resolução CNE, nº 02/01;
- Deliberação nº 02/03 – CEE-Pr;
- Diretrizes Curriculares da Ed. Especial para a Construção de Currículos Inclusivos. PR. 2006;
- Instrução nº 013/08 – SUED – SEED.

A Educação especial é conceituada e praticada como modalidade educacional cujo fim é oferecer recursos e serviços educacionais especializados aos alunos que apresentem necessidades educacionais em todo o fluxo educacional.

A partir dessa concepção, fica evidente que há muitos alunos que apresentam problemas ou dificuldades de aprendizagem, por razões inerentes à sua formação física, limitações sensoriais ou déficits intelectuais. Entretanto, há um número ilimitado de alunos que não conseguem atingir as expectativas de aprendizagem e avaliação da escola, em decorrência das condições econômicas e culturais desfavoráveis que vivencia, ou ainda pelo despreparo dos profissionais da educação no trato das questões pedagógicas, . .

Para tal, faz-se necessário que os profissionais do nosso Colégio estejam preparados para lidar com as diferenças, que sejam capazes de oferecer oportunidades de atendimento educacional, que prevejam as necessidades, as limitações, as potencialidades e os interesses de cada aluno, ou seja, individualizando o ensino de acordo com suas necessidades específicas.

Entretanto, devemos ser cautelosos, no sentido de não admitirmos uma idéia falsa de escola inclusiva, caracterizada apenas como aquela que possuem matriculados em suas turmas alunos com deficiências, ainda que continue a apresentar altos índices de evasão e repetência, grande número de analfabetos funcionais ou alunos marginalizados por sua condição de pobreza extrema, ou pela sua cor da pele, entre outras situações de exclusão e fracasso, pois para (Carvalho, 2.004, p.26) “As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando um sistema educacional que reconheça e atenda as diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer um dos alunos”.

Na era da globalização, em que a competição tem marcado as relações interinstitucionais e as humanas, mais do que nunca há de se cuidar para que os direitos reconhecidos e tão proclamados, sejam de fato consumados.

Para (Ferreira e Guimarães, 2003, p. 32) o termo “necessidades especiais”, não deve ser tomado como sinônimo de deficiências – intelectuais, sensoriais, físicas ou múltiplas, pois abrange uma série de situações e/ou condições pelas quais qualquer um pode estar submetido em decorrência de uma limitação temporária ou permanente, oferecendo obstáculos à vida em sociedade, considerando-se idade, sexo, fatores-emocionais, entre outros. Porém não só os alunos apresentam necessidades especiais, mas também as escolas, os sistemas educacionais os modelos econômicos e as políticas públicas.

Conceber e praticar uma educação para todos, pressupõe a prática de currículos abertos e flexíveis comprometidos com o atendimento às necessidades educacionais de todos os alunos, sejam elas especiais ou não. Inúmeros estudiosos, são unânimes em afirmar que não se deve ter um currículo diferenciado ou adaptado para alguns alunos, tornando a questão da flexibilização do currículo como instrumento de exclusão, em práticas de banalização de conceitos, esvaziamento de conteúdos e baixa expectativa avaliatória dos alunos rotulados como deficientes, diferentes ou especiais.

As adaptações curriculares implicam na planificação pedagógica e nas ações docentes fundamentadas em critérios que definem o que ensinar, o quê, como e quando avaliar.

Assim a Educação especial, no âmbito da escola regular, oferecerá recursos e serviços de apoio pedagógico especializado que complementem e/ou suplementem a escolarização formal dos alunos com necessidades educacionais especiais.

2 – SALA DE RECURSOS/SÉRIES FINAIS/ÁREA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU TRANSTORNOS FUNCIONAIS ESPECÍFICOS.

A Sala de Recursos é uma modalidade de Ensino da Educação Especial e tem como preceitos legais a Constituição Federal (1988), a LDBEN nº 9394/96, as Diretrizes nacionais para Educação Especial na Educação Básica, Parecer CNE nº 17/01, a Resolução CNE nº 02/01, a Deliberação nº 02/03 – CEE-Pr, as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos – Pr – 2.006 e a Instrução nº 013/08 – SUED – SEED.

A Sala de Recursos é um serviço de apoio especializado, de natureza pedagógica que complementa o atendimento educacional realizado em classes comuns do Ensino Fundamental, séries finais, onde o aluno é atendido por cronogramas, em período contrário ao da classe comum, de forma individualizada ou em grupos por faixa etária e/ou conforme necessidades pedagógicas, sendo flexível e reorganizado quando necessário.

O Plano de Trabalho Docente (PTD), deve atender os interesses, necessidades e dificuldades especiais de cada aluno de forma que trabalhe as intervenções pedagógicas sugeridas na avaliação psicoeducacional, nas áreas de desenvolvimento (cognitiva, motora e sócio-afetivo emocional), bem como os conteúdos defasados das séries iniciais, principalmente em Língua Portuguesa (leitura, escrita e interpretação), em matemática atividades que exercitem o pensamento (cálculos com as 4 operações, situações problemas, possibilidades, táticas e estratégias).

O trabalho desenvolvido na Sala de Recursos não deve ser confundido com reforço escolar ou repetição de conteúdos programáticos da classe comum do Ensino Regular, porém são utilizadas programações específicas, metodológicas, estratégias, equipamentos, recursos e materiais pedagógicos, atividades diversificadas e extracurriculares.

3 – CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Os conteúdos trabalhados na Sala de Recursos, por séries finais, priorizam as áreas:

DO DESENVOLVIMENTO – Cognitivo, sócio-afetivo, emocional e motor,

- Autonomia, motivação, respeito, responsabilidade, iniciativa e atitude em grupo,
- Coordenação dinâmica global,
- Imagem e esquema corporal,
- Lateralidade,
- Estrutura e organização espacial,
- Estrutura e orientação espacial,
- Tônus, postura e equilíbrio,
- Dinâmica manual,
- Percepção visual, auditiva, gustativa, tátil e olfativa,
- Memória visual, auditiva, gustativa e viso-motora,
- Atenção, concentração, raciocínio lógico,
- Conceituação e linguagem.

DO CONHECIMENTO ACADÊMICO: Linguagem oral e escrita e cálculos matemáticos.

- Expressão oral e escrita,
- Habilidades básicas de leitura,
- Habilidades básicas na compreensão da leitura,
- Habilidades básicas da escrita (traçado das letras),
- Produção de textos diversificados,
- Exercícios do pensamento (cálculos matemáticos),
- Raciocínio lógico – Desafios, curiosidades, probabilidades e situações problemas,
- Cálculo mental (questões de tempo, medidas, peso, contagens e experimentações),
- Jogos intelectivos e motores,
 - Relações e simbolizações.

4 – OBJETIVOS:

- Proporcionar a adaptação, a socialização dos alunos em atividades grupais (acadêmicas e recreativas) reforçando sempre a sua auto-estima.
- Trabalhar atividades que desenvolvam a atenção, o raciocínio, concentração, memória auditiva, visual, tátil e a persistência.

- Promover situações de relacionamento interpessoal para que os alunos expressem suas necessidades emocionais.
- Adquirir hábitos de auto – suficiência, cuidado higiênicos, pessoal, do vestuário e necessários em relação à saúde necessidades básicos do seu dia a dia.
- Estimular a criatividade, respeitando as inteligências múltiplas.
- Expressar seus pensamentos de forma lógica e organizada, ampliando o vocabulário, através da fala, sentimentos, desenhos, mímicas etc.
- Ler, escrever e interpretar: textos, gráficos, dados, bulas, filmes, desenhos.
- Desenvolver ou aprimorar a ortografia, fixando palavras com dificuldades especifica.
- Ouvir e ler, observando a articulação, pontuação e ritmo.
- Resolver cálculos matemáticos que envolvam situações da vida diária.
- Estimular o raciocínio matemático, com jogos intelectivos, desafios, sentenças matemáticas, situações problemas, compra, venda, empréstimos, juros, porcentagem etc.
- Efetuar cálculos envolvendo as 4 operações (situações reais e abstratas). Cálculo mental.
- Fixar as tabuadas, formular, hipóteses, bingos, dominó, quebra-cabeça, jogo da memória e testes psicológicos.
- Motivar, reforçar e valorizar os alunos sempre.

5 – METODOLOGIA:

O trabalho pedagógico especializado, na Sala de Recursos, deve constituir um conjunto de procedimentos específicos, de forma a desenvolver os processos cognitivo, motor, sócio-afetivo emocional, necessários para a apropriação e produção de conhecimentos, cujo planejamento pedagógico individual com metodologias e estratégias diferenciadas de forma a atender as intervenções sugeridas na avaliação psicoeducacional de cada aluno, sendo organizado e reorganizado conforme os interesses, necessidades e dificuldades específicas dos mesmos.

Há de se usar atividades diversificadas, prazerosas como jogos, músicas, danças, teatros ,atividades no computador, desafios, dinâmicas de sensibilização, observações contínuas, leituras de auto-ajuda, vídeos de motivação e principalmente estimulando o exercício do pensamento, o relacionamento interpessoal a valorização pessoal e a persistência.

6 – AVALIAÇÃO:

Os alunos serão avaliados continuamente em todas as áreas, cognitiva, psicomotora, acadêmica (linguagem oral, escrita, interpretação, cálculos matemáticos), auto cuidado, relação família escola, no interesse pelos estudos, participação, autonomia na execução das tarefas, no rendimento escolar e na auto-estima. Serão elaborados relatórios semestrais com o parecer dos professores, através da ficha de intercâmbio entre a Sala de Recursos e o Ensino Regular, a respeito do processo e/ou regresso da aprendizagem do aluno. Todas as atividades ficarão registradas nos cadernos individuais, que serão vistados pela pedagoga e também servirão como fontes avaliadoras do processo educacional do aluno no decorrer do ano letivo.

7 – REFERÊNCIAS:

- 7.1 – Apostila da SEED, Departamento de educação Especial (DEE, abril de 1998).
- 7.2 – Apostila, Dinâmicas (Curso de Ensino Religioso), Kleberon Massaro Rodrigues, Faxinal do Céu, 2.005.
- 7.3 – Jornal e Cadernos, Fonte do Saber – Planalto – Sudoeste do Paraná, Ed. Uma Luz no Fim do Túnel, Bimestral.
- 7.4 - Sá, Gabriel Sandy B. de. Monografia. Atenção: Alternativas de Trabalho Pedagógico com Psicomotricidade, Junho de 2.001 – Irati-Pr.
- 7.5 – Virgolim, Ângela M. Rodrigues, TOC, TOC...PLIM, PLIM. Lidando com as emoções, brincando com o pensamento através da Criatividade? Denise de Souza Fleith, Mônica Souza Neves Pereira, Campinas/SP, 1.999, 5ª Edição.
- 7.6 – Pró Letramento. Alfabetização e Linguagem, MEC, Brasília/2.008.

7.7 – Programa da Gestão da Aprendizagem Escolar. Atividades de apoio à Aprendizagem. Brasília/2.008 (Cadernos).

7.8 – Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos, SEED – Curitiba – 2.006.



PLANO DE CURSO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM
FORMA SUBSEQUENTE

I – IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Colégio Estadual João XXIII – Ensino Fundamental, Médio e Profissional.

II - PARECER E RESOLUÇÃO DO CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO

PARECER CEE/CEB Nº 581/10 DE 08/06/2010

RES. 2841/2010 – DOE 31/08/2010

III – JUSTIFICATIVA

A reestruturação Curricular do Curso Técnico em Enfermagem visa o aperfeiçoamento na concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que sintetizem todo o processo formativo. O plano ora apresentado teve como eixo orientador a perspectiva de uma formação profissional como constituinte da integralidade do processo educativo.

Assim, os componentes curriculares integram-se e articulam-se garantindo que os saberes científicos e tecnológicos sejam a base da formação técnica. Por outro lado, introduziram-se disciplinas que ampliam as perspectivas do “fazer técnico” para que o estudante se compreenda como sujeito histórico que produz sua existência pela interação consciente com a realidade construindo valores, conhecimentos e cultura. O curso estruturou-se de forma que ao final do 3º semestre possa-se ofertar certificação intermediária de auxiliar de enfermagem já que o conjunto de disciplinas e estágios realizados até então lhe propiciam condições de exercer esta atividade profissional.

A área da saúde ao democratizar-se com ampliação de cobertura pelo Sistema Único de Saúde e pela introdução de programas de proteção especial a diversos segmentos da população, bem como pela ampliação do Programa Saúde da Família requisita cada vez mais profissionais qualificados e impõe permanente atualização.

Uma parcela da população jovem que concluiu o ensino médio e que não escolheu ou logrou continuar seus estudos a nível superior e que pretende ingressar no mundo do trabalho com uma capacitação que lhe amplie as possibilidades tem no curso técnico subsequente em enfermagem a oportunidade de fazê-lo a partir de uma proposta curricular que responde às exigências de formação para as novas demandas na área da saúde.

IV – OBJETIVOS

- Organizar experiências pedagógicas que levem à formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de intervir de maneira responsável na sociedade em que vivem;
- Oferecer um processo formativo que sustentado na educação geral obtida no nível médio assegure a integração entre a formação geral e a de caráter profissional.
- Articular conhecimentos científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais estabelecendo uma abordagem integrada das experiências educativas.
- Oferecer um conjunto de experiências teóricas e práticas na área de enfermagem com a finalidade de consolidar o “saber fazer”.
- Destacar em todo o processo educativo a importância da preservação dos recursos e do equilíbrio ambiental.
- Capacitar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem qualificados para exercer sua prática profissional orientada pelo saber técnico fundado no conhecimento científico consolidado e capaz de acompanhar os avanços das pesquisas na área da saúde.
- Formar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem que sejam capazes de identificar os determinantes e condicionantes do processo saúde doença;
- Formar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem que compreendam a dinâmica do Sistema Único de Saúde, seu processo de construção e determinantes históricos.
- Formar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem capazes de atuar em equipe multiprofissional distinguindo a responsabilidade profissional de cada membro nos diferentes níveis de atendimento à saúde.
- Formar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, com base teórica-prática, que sejam capazes de compreender e aplicar normas do exercício profissional e princípios éticos que regem a conduta do profissional de saúde;
- Desenvolver conhecimento técnico, científico e humanístico que permitam cuidar de indivíduos, famílias, grupos sociais e comunidade, durante todo o processo vital, desenvolvendo atividades de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação.
- Desenvolver capacidade de reflexão, de trabalho em equipe, de flexibilidade e de resolução de problemas no ambiente de trabalho.
- Formar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem capazes de responder às demandas de diferentes grupos sociais, respeitando as diferenças culturais, sociais, étnicas e econômicas envolvendo-se na definição das estratégias de atenção e cuidados formuladas de forma participativa e solidária com o usuário da saúde.

V – DADOS GERAIS DO CURSO

Habilitação Profissional: Técnico em Enfermagem

Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança

Forma: Subsequente

Carga Horária do Curso: 1440 horas/aula ou 1200 horas mais 633 horas de Estágio Profissional Supervisionado

Regime de Funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no período noturno

Regime de Matrícula: Semestral

Número de Vagas: 40 por turma.

Período de Integralização do Curso: mínimo 02 (dois) anos e o máximo de 05 (cinco) anos.

Requisitos de Acesso: Conclusão do Ensino Médio e idade igual ou superior a 18 anos no ato da matrícula.

Modalidade de Oferta: Presencial

VI - PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DE CURSO

O **Auxiliar em Enfermagem**, detém conhecimentos técnicos-científicos, que lhe permitem participar de forma consciente na sociedade e no mundo do trabalho. Atua na observação, reconhecimento, descrição de sinais e sintomas executando ações de tratamento simples, pautado nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, em equipe de enfermagem e multiprofissional com a supervisão do enfermeiro. Desenvolve atividades de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação dos processos saúde-doença. Colabora com o atendimento das necessidades de saúde dos pacientes e comunidade, em todas as faixas etárias. Orienta e prepara o paciente para exames. Realiza curativos, administração de medicamentos e vacinas, banho de leito, mensuração antropométrica e verificação dos sinais vitais, dentre outros.

O **Técnico em Enfermagem** detém conhecimentos científicos-tecnológicos que lhe permitem participar de forma consciente na sociedade e no mundo do trabalho. Atua nos diferentes níveis de atenção a saúde, pautado nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, em equipe de enfermagem e multiprofissional com a supervisão do enfermeiro. Desenvolve atividades de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação dos processos saúde-doença. Colabora com o atendimento das necessidades de saúde dos pacientes e comunidade, em todas as faixas etárias. Orienta e prepara o paciente para exames. Realiza cuidados de enfermagem, tais como: curativos, administração de medicamentos e vacinas, nebulizações, banho de leito, mensuração antropométrica e verificação dos sinais vitais, dentre outros. Presta assistência de enfermagem a pacientes clínicos e cirúrgicos.

VII - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CONTENDO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À ESTRUTURA DO CURSO:

a. Descrição de cada disciplina contendo ementa:

1. ANATOMIA E FISILOGIA APLICADA À ENFERMAGEM

Carga horária total: 80 h/a – 67 h

EMENTA: Estrutura básica dos órgãos que compõem o corpo humano e o funcionamento do sistema: músculo esquelético, tegumentar, circulatório, respiratório, digestório, urinário, nervoso, endócrino e reprodutor.

CONTEÚDOS:

Corpo humano:

Constituição (células, tecidos, órgãos e sistemas);

Divisões e planos;

Sistema músculo esquelético: ossos, músculos e cartilagens;

Articulações, pele e anexos;

Sistema respiratório:

Órgãos e funções;

Processo da respiração;

Sistema circulatório:

Sangue;

Coração e vasos sanguíneos;

Pequena e grande circulação;

Linfa;

Sistema digestório:

Órgãos e funções;

Processo de digestão;

Sistema urinário e excretor:

Órgãos e funções;

Processo de filtração do sangue;

Composição da urina;

Sistema nervoso:

Sistema nervoso central;

Sistema nervoso periférico;

Sistema nervoso autônomo;

Órgãos dos sentidos (visão, paladar, olfato, audição e tato);

Sistema endócrino:

Hipófise;
 Tireóide;
 Paratireóide;
 Supra renais;
 Pâncreas;
 Ovários;
 Testículos;
 Sistema Reprodutor:
 Órgãos e funções;
 Reprodução.

BIBLIOGRAFIA

- AMABIS, J. Mariano; MARTHO, Gilberto R. **Fundamentos da Biologia Moderna**. São Paulo: moderna, 1999.
- GARDNER, Ernest, et al. **Anatomia**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1998.
- GARDNER; GRAY; O'RAHILLY. **Anatomia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1971.
- GONÇALVES, R.P.; FERREIRA, A L.M.; VALDER, R. de **Anatomia para Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982. 189 p.
- Grande Atlas de Anatomia – Anatomia** . São Paulo: Editora Parma ed. .
- GUYTON, H. **Tratado de Fisiologia Médica**. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 1999. **Anatomia e Fisiologia Humana**. Curitiba: ETECLA, 1983
- KAWAMOTO, E.E. **Anatomia e Fisiologia Humana**. São Paulo: EPU, 1988.
- SOBOTTA – **Atlas de Anatomia Humana**. Tradução de WERNEK, H. – 21ª ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan S.A. vol. 1 e 2, 2000.
- VON BRANDIS, H.J. **Anatomia e Fisiologia para Profissionais da Equipe de Saúde**. São Paulo: EPU, 1977.

2. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Carga horária total: 120 h/a - 100h

EMENTA: História da política pública de atenção à criança e ao adolescente; Crescimento e desenvolvimento; parâmetros vitais; Imunização; Assistência integral e humanizada de enfermagem nas afecções clínicas e cirúrgicas; Acidentes mais comuns; Violência; Saúde escolar.

CONTEÚDOS:

- *8 História da Pediatria;
- *9 Políticas públicas de atendimento à saúde da criança e do adolescente;
- *10 Estatuto da criança e do adolescente;
- *11 Crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente;

- *12 Programa de Assistência Integral e humanizada à saúde da criança, do adolescente e família, com enfoque na imunização, puericultura, gravidez na adolescência e DST;
- *13 Organização, estrutura e funcionamento da unidade pediátrica;
- *14 Assistência integral e humanizada de enfermagem à criança e ao adolescente e família, com afecções clínicas e cirúrgicas;
- *15 Apoio diagnóstico em pediatria;
- *16 Administração de medicamentos em pediatria; Nutrição infantil / Aleitamento materno e alimentação complementar;
- *17 Assistência integral e humanizada de enfermagem em saúde do escolar;
- *18 Recreação/ludoterapia;
- *19 Prevenção de acidentes na infância;
- *20 Violência na infância.

BIBLIOGRAFIA

- Associação Brasileira de Enfermagem. **Adolescer: compreender, atuar, acolher: Projeto Acolher** _ Brasília: ABEn, 2001. 304 p.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Correlata**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
- CURSINO, M. R. (Coord.). **Assistência de Enfermagem em Pediatria**. São Paulo: Sarvier, 1992.
- MARCONDES, E. **Pediatria Básica**. 8.ed. São Paulo: Sarvier, 1994. V 1 e 2.
- OLIVEIRA, V. B. (org) ; et al.; **O Brincar e a Criança do Nascimento aos 6 Anos**. 4 ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.
- REGO, J.D.; **Aleitamento Materno**. São Paulo: 2002.
- RUSSO, R.G.; SOUTO, E.Q.; TORRES, A P (Colab). **Manual de Procedimentos para Auxiliar de Enfermagem em Pediatria**. São Paulo: Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde, 1981. 216p.
- SANTOS, I. S. **Guia Curricular para a Formação de Auxiliares de Enfermagem**. Escola de Enfermagem da UFMG/ Proden, 1995.
- SCHIMITZ, E. M. R.; et al. **A Enfermagem em Pediatria e Puericultura**. São Paulo: Atheneu, 2002.
- SCHMITZ, E.M.R. et alii. **A Enfermagem em Pediatria e Puericultura**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1.989.
- SCHVARTSMAN, S. **Medicamentos em Pediatria**. 3.ed. São Paulo: Sarvier, 1986.
- STEINSCHNEIDER, R.; PERIVIER, A. COLAB. **Pediatria**. Rio de Janeiro: Masson, 1981. 270p.
- TIBA, I.; **Adolescência o despertar do sexo: um guia para entender o desenvolvimento sexual e afetivo nas novas gerações**. 14 ed. São Paulo: 1994.
- VIEGAS, D. **Neonatologia para o Estudante de Pediatria e de Enfermagem Pediátrica**. São Paulo: Atheneu, 1996.
- WALEY, L.F.; WONG, D. L. **Enfermagem Pediátrica: Elementos Essenciais a Intervenção Efetiva**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. 910p.

WONG, D. L. **Enfermagem Pediátrica: Elementos Essenciais à Intervenção Efetiva**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

3. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTES CRÍTICOS

Carga horária total: 100 h/a - 83 h

EMENTA: Estrutura, organização e funcionamento da Unidade de Terapia Intensiva; Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente crítico nas diferentes fases do ciclo vital.

CONTEÚDOS:

- VII- Organização, estrutura e funcionamento das unidades de internação de alta complexidade (UTI, hemodiálise e Oncologia);
- VIII- Assistência integral e humanizada de enfermagem na promoção, prevenção e recuperação e reabilitação da saúde ao recém-nascido, criança, adolescente, gestante, adulto e idoso em situações de alto risco;
- IX- As relações interpessoais com o cliente, família e a equipe multidisciplinar frente a situações de alta complexidade;
- X- Afecções clínicas e cirúrgicas graves mais comuns de acordo com o perfil epidemiológico regional;
- XI- Apoio diagnóstico a pacientes críticos;
- XII- Assistência integral e humanizada de enfermagem na hemodiálise e oncologia;
- XIII- Assistência integral e humanizada de enfermagem na ventilação assistida, monitorização cardíaca, hemodinâmica invasiva e nutrição parenteral total;
- XIV- Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente queimado;
- XV- Transferência de Unidade de Internação.

BIBLIOGRAFIA

- ASPERHEIM, M.K- **Farmacologia para Enfermagem**, 7. ed. .Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 1994.
- BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. **Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- CARVALHO, A . B. R. de (org.) et al. **Rotinas de Neonatologia**. Londrina :EDUEL, 2002.
- CASTELLI, M. **Enfermagem no Centro de Terapia Intensiva Pediátrica**. São Paulo: Editora Rocca, 1998.
- CINTRA, E. A ; NISHIDA V. M.; NUNES, W. A; **Assistência de Enfermagem ao Paciente Gravemente Enfermo**. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2001.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE- **Protocolos da Unidade de Emergência**. 10 ed., 2002.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. **Protocolo de Gestão de Alto Risco**. 3.ed. Curitiba:SESA,2002.
- UENISHI, E.K. **Enfermagem Médico-Cirúrgica em Unidade de Terapia Intensiva**. São Paulo: SENAC, 1994.

4. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DA MULHER

Carga horária total: 100 h/a – 83 h

EMENTA: História da política pública; Assistência integral e humanizada de enfermagem nos programas de atenção integral à saúde da mulher; Assistência integral e humanizada de enfermagem nas afecções ginecológicas, no ciclo gravídico e puerperal, no período neonatal e nas complicações obstétricas; Climatério.

CONTEÚDOS:

- f- Saúde da mulher e gênero;
- g- Políticas públicas de atenção à saúde da mulher;
- h- Saúde reprodutiva e Planejamento familiar;
- i- Gravidez e desenvolvimento fetal; Intercorrências no ciclo gravídico: Infecção do trato urinário;
- j- Doenças hipertensivas específicas da gestação;
- k- Síndromes hemorrágicas;
- l- Diabetes gestacional,
- m- Trabalho de parto prematuro; Isoimunização pelo fator Rh, DST/AIDS e outros;
- n- Aleitamento Materno;
- o- Organização, estrutura e funcionamento das unidades obstétrica e neonatal;
- p- Assistência integral e humanizada de enfermagem à saúde da mulher: pré-natal (normal e alto risco), parto, puerpério, complicações obstétricas, afecções ginecológicas, ações preventivas e imunização;
- q- Assistência integral e humanizada de enfermagem ao recém-nascido;
- r- Alojamento conjunto; Climatério e menopausa;
- s- Violência à mulher.

BIBLIOGRAFIA

Anticoncepção:___manual de orientação. Disponível em: <http://www.febrasgo.com.br/> ou <http://www.anticoncepção.com.br>.

BURROUGHS, A . **Uma Introdução à Enfermagem Materna**. 6ª ed..Porto Alegre: Artes Médicas.1995.

CARVALHO, A . B. R. de (org.) et al. **Rotinas de Neonatologia**. Londrina:EDUEL, 2002.

COLLET, N. ROCHA, S. M. M.. **Transformações no Ensino das Técnicas em Enfermagem Pediátrica**. Goiânia: AB, 1996.

HALBE,H.W. **Tratado de Ginecologia**. Edição revisada. São Paulo: Roca.1990.

KENNER, C.; **Enfermagem Neonatal**. [trad. Da 2. Ed. Original]; revisão técnica, Maria Isabel Carmagnani – Rio de Janeiro:: Reichmann & Affonso editora, 2001.

KING, F.S. **Como Ajudar as Mães a Amamentar**. Londrina: UEL, 1991.

LARGURA, M. **Assistência ao Parto no Brasil**. São Paulo, 1998.

LOURO, L.G. **Gênero, Sexualidade e Educação- Uma perspectiva pós-estruturalista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1998.

MARIN, H. de F.; PAIVA, M.S.; BARROS, S.M.O de. **Aids e Enfermagem Obstétrica**. São Paulo: EPU, 1991.

MARTINS FILHO, J. **Como e porque Amamentar**. São Paulo: Sarvier, 1984.

Ministério da Saúde. **Assistência Pré-Natal, Manual Técnico**. 5 ed. Brasília, DF, 2000.

REGO, J.D.; **Aleitamento Materno**. São Paulo: 2002.

REZENDE, J. de. **Obstetrícia**. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995. 1361p.

VIEGAS, D. , **Neonatologia para o Estudante de Pediatria e de Enfermagem Pediátrica**. São Paulo: Atheneu, 1996.

ZIEGEL, E.E.; CRANLEY, M. S. **Enfermagem Obstétrica**. 8.ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1985. 696p.

5. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM CIRÚRGICA

Carga horária total: 100 h/a - 83h

EMENTA: Estrutura, organização e funcionamento da Unidade Cirúrgica, Centro Cirúrgico e Recuperação anestésica; Assistência integral e humanizada de enfermagem à pacientes cirúrgicos nos períodos pré, trans e pós-operatório.

CONTEÚDOS:

- a) Aspectos bio-psico-social do paciente cirúrgico nos diferentes ciclos de vida;
- b) Terminologias cirúrgicas;
- c) Classificação das cirurgias quanto à indicação, finalidade e potencial de contaminação;
- d) Fatores de risco para infecção cirúrgica: ligadas ao paciente, ambiente, material e equipe;
- e) Assistência integral e humanizada de enfermagem no período pré-operatório: admissão, exames pré-operatórios, preparo e transporte do paciente ao centro cirúrgico;
- f) Organização, estrutura e funcionamento do centro cirúrgico e recuperação anestésica;
- g) Preparo do ambiente para o procedimento cirúrgico, circulação da sala, controle de gastos de materiais e insumos;
- h) Paramentação e instrumentação cirúrgica;
- i) Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente durante o procedimento anestésico: tipos de anestesia, principais anestésicos e analgésicos, posicionamento para anestesia, principais complicações anestésicas;
- j) Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente durante o procedimento cirúrgico: recepção do paciente, posições cirúrgicas, monitorização do paciente e anotações de enfermagem;

- k) Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente durante a recuperação anestésica e pós-operatório;
- l) Complicações pós-operatórias;
- m) Cuidados de enfermagem com: curativos, drenos, sondas, estomas, trações e outros;
- n) Relações interpessoais com o cliente, família e a equipe multidisciplinar;
- o) Educação em saúde, orientação para alta hospitalar.

BIBLIOGRAFIA

- BERRY, E.C.; KOHN, M. L. **A Técnica na Sala de Operações**. 4.ed. Rio de Janeiro: Interamericana,1977. 307p.
- BEYERS, M. **Enfermagem Médico-Cirúrgica: Tratado de Prática Clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- BROOKS, S.M. **Enfermagem na Sala de Cirurgia**. 2.ed. Rio de Janeiro : Interamericana, 1980. 179p.
- BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. **Tratado de Enfermagem Médico – Cirúrgica** . 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. v.1 e 2.
- CAMPBELL, D.; SPENCE, A A **A Anestesia, Reanimação e Cuidados Intensivos**. Mem Martins : Europa-America, 1975. 199p.
- Dicionário de Especialidades Farmacêuticas**: DEF 03/04. 27.ed. Rio de Janeiro: Ed.Pub. Científicas, 2004.
- DONAHOO, C. A; DIMON III, J. H. **Enfermagem em Ortopedia e Traumatologia**. São Paulo: EPU: EDUSP, 1979. 288p.
- Enfermagem Ortopédica**. São Paulo: Icone, 1996.
- FERNANDES, T.; FERNANDES, M.; FILHO, N.R. **Infecção Hospitalar e suas Interfaces na Área da Saúde**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2000.
- FISCHBACH, F.; **Manual de Enfermagem: Exames Laboratoriais & Diagnósticos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- FISCHBACH, F.; **Manual de Enfermagem: Exames Laboratoriais & Diagnósticos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- JORGE, S. S ; DANTAS, S. R. P. E.; **Abordagem Multiprofissional do Tratamento de Feridas**. São Paulo: Atheneu, 2003.
- KAWAMOTO, E. E. **Enfermagem em Clínica Cirúrgica**. São Paulo : EPU, 1986.
- LACERDA, R.A. et al. **Buscando Compreender a Infecção Hospitalar no Paciente Cirúrgico**. São Paulo: Atheneu, 1992.
- LIMA, I. L.; et al. **Manual do Técnico e Auxiliar de Enfermagem**. Goiânia: AB editora, 2000.
- MEEKER, M. H.; JANEK, R.; **Cuidados de Enfermagem ao Paciente Cirúrgico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.
- MEEKER, M. H.; ROTHROCK, J.C. Alexander: **Cuidados ao Paciente Cirúrgico**. 10ª ed..Trad. ARAÚJO, C.L.C. de; CABRAL, I.E. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1997, 1249p.

ROGANTE, M.M.; FURCOLIN, M.I.R.; **Procedimentos Especializados de Enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2000.

SAMANA, G., ED.. **Enfermagem no Centro Cirúrgico**. São Paulo: Andrei, 1986. 2v.

SILVA, M. D'A.A.; RODRIGUES, A. L.; CEZARETI, I. U. R. **Enfermagem na Unidade de Centro Cirúrgico**. São Paulo: EPU: EDUSP, 1982. 89p.

SOBECC – **Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização – Práticas Recomendadas: Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização**. 3ª. Ed revisada e atualizada. 2007. 157 p.

6. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM CLÍNICA

Carga horária total: 120 h/a - 100h

EMENTA: Assistência integral e humanizada de enfermagem ao adulto e ao idoso que apresentam alterações clínicas, relacionando com o perfil epidemiológico regional; Hemoderivados; Cuidados paliativos; Educação em saúde.

CONTEÚDOS:

4. Atendimento pré-Hospitalar (desmaio, lipotimia, acidentes com animais peçonhentos e venenosos, intoxicações, hemorragias, ferimentos, fraturas, queimaduras, crise convulsiva, afogamento, choques, acidentes com corpos estranhos, entre outros);
5. Parada Cardio-respiratória na modalidade do Suporte Básico de Vida;
6. Organização, estrutura e funcionamento das unidades de internação geral e especialidades;
7. Terminologias clínicas;
8. Assistência humanizada em enfermagem na promoção, prevenção e recuperação da saúde do adulto e do idoso;
9. As relações interpessoais com o cliente, família e a equipe multidisciplinar;
10. Cuidados de enfermagem nos diferentes tipos de dietas;
11. Características dos principais fármacos utilizados nas afecções clínicas;
12. Administração de medicamentos, soroterapia, hemoterapia e interação droga nutriente;
13. Assistência integral e humanizada de enfermagem nas afecções clínicas mais comuns ao adulto e ao idoso de acordo com o perfil epidemiológico regional;
14. Sistema Cardiovascular – hipertensão arterial, insuficiência cardíaca congestiva, Infarto agudo do miocárdio, doença de chagas, úlcera vascular e outras;
15. Endócrino – diabetes, alterações tireoideanas e outras;
16. Neurológico – acidente vascular cerebral, Parkinson, Alzheimer e outras;
17. Respiratório – pneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma, bronquite e outras;
18. Digestório – esofagite, úlceras gástricas, gastrite e outras;
19. Sistema Urinário – Insuficiência renal aguda e crônica, infecção urinária, litíase e outras;
20. Moléstias infecciosas – tipos de isolamento e precauções universais;

21. Oncológicas – cuidados paliativos; Doenças auto-imunes;
22. Cuidados de Enfermagem nos exames diagnósticos (exames laboratoriais, RAIOS X, USG, ECG, EEG e outros);
23. Orientação e preparo do paciente/família para a alta hospitalar.

BIBLIOGRAFIA

- BELAND, I.L.; PASSOS, J.Y. **Enfermagem clínica: Aspectos Fisiopatológicos e Psicossociais**. São Paulo : EPU : EDUSP, 1978-79. 3v.
- BEYERS, M. **Enfermagem médico-cirúrgica: tratado de prática clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- BRASIL. **Estatuto do Idoso e Legislação Correlata**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
- BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. **Tratado de Enfermagem Médico – Cirúrgica** . 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. v. 1 e 2.
- BURNSIDE, I.M., ED. **Enfermagem e os Idosos** . São Paulo: Organização Andrei, 1979. 547p.
- CAMPEDELLI, M.C; GAIDZINSKI, R. R. **Escara: Problema na Hospitalização**. São Paulo: Ática, 1987. 64p.
- Dicionário de Especialidades Farmacêuticas**: DEF 03/04. 27.ed. Rio de Janeiro: Ed.Pub. Científicas, 2004.
- DONAHOO, C. A; DIMON III, J. H. **Enfermagem em Ortopedia e Traumatologia**. São Paulo: EPU: EDUSP, 1979. 288p.
- FISCHBACH, F.; **Manual de Enfermagem: Exames Laboratoriais & Diagnósticos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- LIMA, I. L.; et al. **Manual do Técnico e Auxiliar de Enfermagem**. Goiânia: AB editora, 2000.
- POLISUK, J.; GOLDFELD, S. **Pequeno Dicionário de Termos Médicos**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995. 324p.
- STAUT, N. da S.; DURAN, M.D.E.M.; BRIGATO, M.J.M. **Manual de Drogas e Soluções**. São Paulo: EPU, 1986.

7. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA

Carga horária total: 80 h/a - 67h

EMENTA: História das políticas de saúde; SUS; Ações de enfermagem nos programas de saúde para o adulto e o idoso; Educação em saúde.

CONTEÚDOS:

- I. Introdução à saúde pública, saúde coletiva e comunitária;
- II. Evolução histórica das políticas de saúde e previdenciárias no Brasil;
- III. Sistema Único de Saúde – SUS;

- IV. Legislação Vigente;
- V. Organização da Atenção Básica em saúde – Estratégia saúde da família – ESF,
- VI. Programa dos Agentes Comunitários de Saúde - PACS;
- VII. Programa de assistência aos adultos: hiperdia, saúde do trabalhador, Vigilância Alimentar e Nutricional;
- VIII. Programa de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis DST-AIDS;
- IX. Programa de prevenção à hanseníase e tuberculose;
- X. Programa de prevenção ao tabagismo;
- XI. Programa de imunização para adulto e idoso;
- XII. Programa de portadores de necessidades especiais; Saúde do idoso;
- XIII. Programa de saúde bucal;
- XIV. Educação em saúde nas doenças mais comuns veiculadas pela água, por alimentos, transmitidas por vetores e causadas por ectoparasitas;
- XV. Política de Práticas Integrativas e Complementares do SUS: plantas medicinais, fitoterapia, cromoterapia, acupuntura, florais e outros.

BIBLIOGRAFIA

- BIER OEMENTAto. **Microbiologia e Imunologia**. São Paulo: Melhoramento. 1994.
- LIMA, I. L.; et al. **Manual do Técnico e Auxiliar de Enfermagem**. Goiânia: AB editora, 2000.
- AMATO NETO, V.; BALDY, J.L. da S.; SILVA, L. J. da. **Imunizações**. 3.ed. São Paulo: Sarvier, 2003.
- BRASIL. **Estatuto do Idoso e Legislação Correlata**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Curricular para Formação de Auxiliar de Enfermagem para Atuar na Rede Básica do SUS, Área Curricular I, Rompendo a Cadeia de Transmissão de Doenças**. Brasília: Ministério da Saúde, 1994.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. **ABC do SUS: Doutrinas e Princípios**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência, 1990.
- DUARTE, Y. A O ; DIOGO, M. J. D.; **Atendimento Domiciliar: Um Enfoque Gerontológico**. São Paulo; Atheneu, 2000.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (Profaf). **Saúde Coletiva I**. Fiocruz.Brasília, Rio de Janeiro. 2001.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos de Atenção Básica. Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus: Protocolo**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Divisão Nacional de Epidemiologia. Manual de Vigilância Epidemiológica**.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Divisão Nacional de Epidemiologia. Programa Nacional de Imunizações. Manual de Imunização**.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia Prático do Programa Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de Hanseníase e Tuberculose**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de Procedimentos para Unidades Básicas de Saúde** .

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de Vigilância Epidemiológica, Manual de Imunização e Manual de Procedimentos para Unidades Básicas de Saúde.**

Norma Operacional da Assistência à Saúde / SUS – NOAS – SUS, 01/2001. Portaria 95, de 26 de janeiro de 2001.

SOERENSEM, B.; MARULLI, K. B. B. **Manual de Saúde Pública** – Ed. Arte e Ciência.

8. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL.

Carga horária total: 60 h/a – 50 h

EMENTA: Fases do crescimento e desenvolvimento humano; Sexualidade. Relacionamento interpessoal; História da psiquiatria; Política nacional de saúde mental; Assistência integral e humanizada de enfermagem à saúde mental e seus transtornos.

CONTEÚDOS:

- a) Fases do crescimento e desenvolvimento humano – fisiológico, estrutural e psicológico;
- b) Formação da identidade – auto estima, auto imagem, auto conhecimento, papéis sociais;
- c) Desenvolvimento e formação da identidade sexual; Relacionamento interpessoal – dinâmica dos grupos, papéis no grupo (alternância), trabalho em equipe multiprofissional;
- d) Relacionamento do profissional com o cliente e sua família; História da psiquiatria;
- e) Políticas públicas de saúde mental;
- f) Organização, estrutura e funcionamento das unidades de atendimento à saúde mental e transtornos psiquiátrico;
- g) Transtornos mentais mais comuns – fatores de risco, tratamento e complicações;
- h) Dependências químicas – drogas lícitas e ilícitas, medicamentosas;
- i) Abordagens ao paciente nos diferentes transtornos;
- j) Assistência integral e humanizada de enfermagem na saúde mental e seus transtornos.

BIBLIOGRAFIA

ALTSCHUL, A.; SIMPSON, R. **Enfermagem Psiquiátrica: Princípios Gerais.** [Mem Martins] : Publ. Europa-América, 1977. 242p.

DALLY, P.; HARRINGTON, H. **Psicologia e Psiquiatria na Enfermagem.** São Paulo : EPU: EDUSP, 1978.

DANIEL, L. F. **Atitudes Interpessoais em Enfermagem.** São Paulo: EPU, 1983. 176p.

GRAEFF, F.G. **Drogas Psicotrópicas e seu Modo de Ação.** 2.ed. ver. e ampl. São Paulo: EPU, 1989.

KEYS, J. J.; HOFLING, C. K. **Conceitos Básicos em Enfermagem Psiquiátrica.** 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986. 551p.

MALDONADO, m. T.; GARNER. A; **A Arte da Conversa e do Convívio.** 5 ed., Editora Saraiva, 1999.

MANUAL DO AUXILIAR PSIQUIÁTRICO. Traduzido NATIVIDADE, E.M., 3ª ed. São Paulo: Rhodia, 1973.

Nota: texto original " HANDBOOK FOR PSYCHIATRIC AIDES".

MANZOLLI, M.C.; CARVALHO, E.C. de; RODRIGUES, A R.F. **Psicologia em Enfermagem_: Teoria e Pesquisa.** São Paulo: Sarvier, 1981. 114p.

ORLANDO,I.J. **O Relacionamento Dinâmico Enfermeiro/Paciente : Função Processo e Princípios.** São Paulo: EPU: EDUSP, 1978. 110p.

SARACENO, B. et al. **Manual de Saúde Mental: Guia Básico para a Atenção Primária.** São Paulo. ed. HUCITEC, 1998.

STUART, G. W.; LARAIA, M.T.; **Enfermagem Psiquiátrica: Princípios e Prática.** 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TIBA, I.; **Adolescência o Despertar do Sexo: Um Guia para Entender o Desenvolvimento Sexual e Afetivo nas Novas Gerações.** 14 ed. São Paulo: 1994.

9. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS.

Carga horária total: 100 h/a - 83 h

EMENTA: Políticas públicas pré hospitalar; Estrutura, organização e funcionamento da Unidade de Emergências e Urgências; Assistência integral e humanizada de enfermagem ao ser humano, nas diferentes fases do ciclo vital, em situações de urgências e emergências.

CONTEÚDOS:

1. Políticas públicas relacionadas a situações de urgências e emergências (SAMU, SIATE e outras);
2. Organização, estrutura e funcionamento das unidades de atendimento de urgência e emergência;
3. Assistência integral e humanizada de enfermagem na promoção, prevenção e recuperação do ser humano em situações de urgência e emergência;
4. Relações interpessoais com o cliente, família e a equipe multidisciplinar frente a situações de urgências e emergências;
5. Protocolos de atendimento de urgência e emergência;
6. Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente politraumatizado;
7. Assistência integral e humanizada de enfermagem na parada cardio-respiratória;
8. Assistência integral e humanizada de enfermagem nas emergências clínicas e cirúrgicas;
9. Administração de medicamentos em urgência e emergência;
10. Educação em saúde.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Ministério da Saúde. **Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de Auxiliares de Enfermagem: cadernos do aluno: Saúde do Adulto: Assistência Cirúrgica: Atendimento de Emergência** / Ministério da Saúde, **Projeto de**

Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. – Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 96 p.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. **Protocolo de Gestão de Alto Risco/Secretaria de Saúde do Paraná** – 3.ed – Curitiba:SESA,2002.

ROGERS, J.H. **Enfermagem de Emergência: Um Manual Prático.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

VITAL EMERGÊNCIAS MÉDICAS, **Protocolo de Atendimento Pré-Hospitalar** (socorristas e Aux. Enfermagem). 1998.

10. BIOSSEGURANÇA E PROCESSAMENTO DE ARTIGOS

Carga horária total: 80 h/a - 67h

EMENTA: Biossegurança; Higiene e Segurança do Trabalho em Saúde; Processamentos de artigos odonto-médico-hospitalares; Central de materiais e esterilização (CME); Gerenciamento dos resíduos de saúde; Comissão e Serviço de Controle de Infecção nos serviços de Saúde.

CONTEÚDOS:

- A) Biossegurança;
- B) Medidas profiláticas para a higiene e segurança do trabalhador em saúde (NR5 e NR32);
- C) Riscos e doenças ocupacionais em saúde, EPIs e EPCs;
- D) Exposição acidental com material biológico;
- E) Organização, estrutura e funcionamento da central de material e esterilização;
- F) Classificação das áreas e artigos odonto-médico-hospitalares;
- G) Processamento e reprocessamento de artigos e controle da qualidade nos diferentes serviços de saúde;
- H) Gerenciamento dos resíduos sólidos de saúde;
- I) Comissão e serviços de controle de infecção nos serviços de saúde.

BIBLIOGRAFIA

JUNQUEIRA, M. S. e col. **Acondicionamento de Materiais Hospitalares : Pontos Importantes a serem Observados.** [s.l.]: Enfoque, [19--] 11p.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE ESTUDOS E CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR. **Esterilização de Artigos em Unidades de Saúde.** São Paulo: APECIH, 2003.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE ESTUDOS E CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR. **Limpeza, Desinfecção de Artigos e Áreas Hospitalares e Anti-Sepsia.** São Paulo: APECIH, 2004.

BARBOZA, L.F. **Guia de Recomendação: Manutenção e Cuidados com o Instrumental Cirúrgico Endoscópico.** Rio de Janeiro. Rev.4. 2002.

FERNANDES, T.; FERNANDES, M.; FILHO, N.R. **Infecção Hospitalar e suas Interfaces na Área da Saúde.** 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2000.

- LACERDA, R.A. et al. **Buscando Compreender a Infecção Hospitalar no Paciente Cirúrgico**. São Paulo: Atheneu, 1992.
- MOURA, M.L.P. de A. **Enfermagem em Centro de Material e Esterilização**. 8ª ed. Ver. e Ampl. – São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2006 – (série Apontamentos). 80p.
- SANTOS, N.C.M. **Enfermagem na Prevenção e Controle da Infecção Hospitalar**. São Paulo: Látria, 2003, 123p.
- SILVA, A **A organização do Trabalho na Unidade de Centro de Material**. . Rev Escola de Enfermagem da USP, v. 32, São Paulo, USP. 1996.
- SILVA, A **Trabalhador de Enfermagem na Unidade de Centro de Material e os Acidentes de Trabalho**. São Paulo, Escola de Enfermagem da USP, 1996.
- SOBECC – Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização – **Práticas Recomendadas: Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização**. 3ª. Ed revisada e atualizada. 2007. 157 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Biossegurança para os Trabalhadores de Saúde**. S.d.
- BRASIL, Ministério da saúde. **Saúde, Meio Ambiente e Condições de Trabalho. Conteúdos Básicos para uma Ação Sindical – CUT**, Ministério do Trabalho. Brasília. 1995.
- BRASIL, Ministério da saúde. **Doenças Relacionadas ao Trabalho: Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde**. OPAS / MS. Brasília. 2001. 580 p.
- BRASIL, Ministério da saúde. **Manual de condutas em exposição ocupacional a material biológico**. Brasília. 2001.
- SARQUIS, L.M.M. et al **O Uso dos Equipamentos de Proteção Individual entre os Trabalhadores de Enfermagem Acidentados com Instrumentos Pêrfuro-Cortantes**. Rev. Bras. Enfermagem, v.53, n.4, p.564-573, out / dez. 2000.
- TEIXEIRA, P.; VALLE,S. (org) **Biossegurança: Uma Abordagem Multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. 362 p.

11. ENFERMAGEM NA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Carga horária total: 80 h/a - 67 h

EMENTA: Ações de enfermagem na vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária e ambiental) com sistemas de informações e estatísticos; Participação social; Educação em Saúde.

CONTEÚDOS:

- Vigilância epidemiológica;
- Conceito, atribuições, etapas das atividades, medidas de controle;
- Indicadores de saúde;
- Doenças de notificação compulsória;
- Sistemas de informação;

- Vigilância sanitária e ambiental: conceito, atribuições, campo de atuação e medidas de controle;
- Ações de enfermagem na vigilância em saúde;
- Controle social em saúde: o papel dos conselhos municipais,
- Estaduais e nacional de saúde, o papel do trabalhador em saúde na formulação das políticas públicas em saúde;
- Educação em saúde.

BIBLIOGRAFIA

A Classificação das Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva e o Uso da Epidemiologia Social. Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem, 1997.

AMATO NETO, V.; BALDY, J.L. da S.; SILVA, L. J. da. Imunizações. 3.ed. São Paulo: Sarvier, 1991.

ANDRADE, S. M. de; SOARES, D. A . ; CORDONI Jr. L. (org.) Bases da Saúde Coletiva . Londrina: EDUEL, 2001

BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de Auxiliares de Enfermagem: cadernos do aluno: Saúde Coletiva / Ministério da Saúde, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. – Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 150 p. : il.

BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de Auxiliares de Enfermagem: cadernos do aluno: Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente / Ministério da Saúde, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. – Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 160 p.

12. FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM

Carga horária total: 60 h/a – 50 h

EMENTA: Organização dos serviços de saúde; História da enfermagem, legislação, entidades de classe e ética profissional.

CONTEÚDOS:

- I- Organização dos Serviços de saúde - Instituições, finalidades, níveis de complexidade e fluxograma;
- II- História da enfermagem – desenvolvimento no mundo e no Brasil;
- III- Perspectivas conceituais na prática de enfermagem – teorias de enfermagem, sistematização da assistência e humanização;
- IV- Ética, bioética e direitos do paciente;
- V- Lei do exercício profissional, código de ética da enfermagem;
- VI- Equipe de enfermagem e multiprofissional;
- VII- Áreas de atuação da enfermagem;

VIII- Entidades de classe.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem**. São Paulo: COREn, 1993.
- CAMARGO, M. **Ética, Vida e Saúde**. 5ªed . [s.l.] :Editora Vozes Ltda, 1980.
- CIANCIARULLO, T. I. **Instrumentos Básicos para o Cuidar: Um Desafio para a Qualidade de Assistência**. São Paulo: Atheneu, 1997.
- DANIEL, L.F. **Enfermagem: Modelos e Processos de Trabalho**. São Paulo: EPU, 1987.
- GELAIN, I. **Deontologia e Enfermagem**. 2.ed. São Paulo: EPU, 1987. 107p.
- GERMANO, R.M. **A Ética e o Ensino de Ética na Enfermagem do Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.
- LIRA, N.F. DE & BONFIM, M.E.DE S. **História da Enfermagem e Legislação**. Rio de Janeiro: Cultura Médica,1989.
- OGUISSO, T.; SCHMIDT, M. J.; **O Exercício da Enfermagem: Uma Abordagem Ético-Legal**. São Paulo: LTr editora, 1999.
- PAIXAO, W. **História da Enfermagem**. 5.ed.ver. e aum. Rio de Janeiro : J.C. Reis, 1979. 138p.
- SANTOS, E.F.; et al.; **Legislação em Enfermagem: Atos Normativos do Exercício e do Ensino de Enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 20002

13. FUNDAMENTOS DO TRABALHO

Carga horária total: 40 h/a – 33 h

EMENTA: A perspectiva ontológica do trabalho: O trabalho como condição de sobrevivência e de realização humana. A perspectiva histórica do trabalho: Mudanças no mundo do trabalho, alienação, desemprego, qualificação do trabalho e do trabalhador.

CONTEÚDOS:

1. O trabalho humano: ação sobre o ambiente, produção de cultura e humanização;
2. Perspectiva histórica;
3. Diferentes modos de produção;
4. Industrialismo;
5. Alienação e exploração de mais valia;
6. Emprego, desemprego e subemprego;
7. Organizações dos trabalhadores;
8. O papel do estado na proteção aos incapacitados.

BIBLIOGRAFIA

- CHESNAIS, F. **Mundialização do capital**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FROMM, E. **Conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

- GENRO, T. **O futuro por armar. Democracia e socialismo na era globalitária.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- GENTILI, P. **A educação para o desemprego. A desintegração da promessa integradora.** In: Frigotto, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.* 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HOBSBAWM, E.. **A era dos extremos - O Breve Século XX - 1914-1991.** São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- JAMESON. F. **A cultura do dinheiro.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** *Temas de Ciências Humanas.* São Paulo: [s.n], 1978.
- MARTIN, H. P.; SCHUMANN, H. **A armadilha da globalização: O assalto à democracia e ao bem-estar.** São Paulo: Globo, 1996.
- NEVES, L.M. W. **Brasil 2000: nova divisão do trabalho na educação.** São Paulo: Xamã, 2000.
- NOSELLA, P. Trabalho e educação. In: Frigotto, G. (Org.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação trabalhador.** 4 ed. São Paulo:Cortez, 1997.
- SANTOS, B. **Reinventando a democracia.** Entre o pre-contratualismo e o pós-contratualismo. In: Beller, Agnes et al. **A crise dos paradigmas em ciências sociais.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

14. INTRODUÇÃO À ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM

Carga horária total: 140 h/a - 117 h

EMENTA: Técnicas básicas para as ações de enfermagem no processo do cuidar.

CONTEÚDOS:

1. Conceito de cuidado e processo de cuidar;
2. Conceitos das técnicas básicas de enfermagem: objetivos e métodos de trabalho;
3. Precauções universais: lavagem das mãos;
4. Equipamentos de proteção individual;
5. Conceitos de descontaminação, tipos de limpeza, desinfecção, antissepsia e assepsia;
6. Procedimentos e técnicas básicas – Admissão do paciente, alta e transferência;
7. Higiene oral e corporal;
8. Tipos de banho;
9. Pedicure e manicure;
10. Tricotomia, tratamento de pediculose e escabiose;
11. Limpeza e desinfecção da unidade: terminal e concorrente;
12. Preparo do leito;
13. Descontaminação, limpeza e desinfecção de artigos odonto-médico-hospitalares;
14. Procedimentos de conforto, contenção e prevenção de úlceras de pressão;
15. Transporte e Movimentação do paciente;

16. Sinais vitais; Medidas antropométricas;
17. Administração de medicamentos (cálculos matemáticos) e venóclise; oxigênio-terapia e nebulização;
18. Aplicações de calor e frio;
19. Sondagens gástricas e entéricas;
20. Cuidados com sondagem vesical e outras;
21. Enteróclise;
22. Curativos e bandagens;
23. Coleta de material para exames laboratoriais e preparo para exames diagnósticos;
24. Anotações de enfermagem e terminologias;
25. Cuidados com o corpo após a morte;
26. Técnicas de alimentação.

BIBLIOGRAFIA

- BRUNNER, L.S.; SUDDARTH, D. S. **Prática de Enfermagem**. 2.ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980. V 1 e 2.
- CAMPEDELLI, M.C; GAIDZINSKI, R. R. **Escara: Problema na Hospitalização**. São Paulo: Ática, 2002. 64p.
- CASTELLANOS, B.E.P. **Injeções: Modos e Métodos**. São Paulo: Ática, 1987. 63p.
- CIANCIARULLO, T. I. **Instrumentos Básicos para o Cuidar: Um Desafio para a Qualidade de Assistência**. São Paulo: Atheneu, 1997.
- CLARKE, M. **Manual Prático de Enfermagem**. 13.ed. São Paulo : Manole, 1986. 323p.
- Dicionário de Especialidades Farmacêuticas**: DEF 03/04. 27.ed. Rio de Janeiro: Ed.Pub. Científicas, 2004.
- FERNANDES, M.V. et al. **Manual de Procedimentos Técnicos e Administrativos de Enfermagem**. Londrina; EDUEL, 2002.
- FISCHBACH, F.; **Manual de Enfermagem: Exames Laboratoriais & Diagnósticos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- GIOVANI, A .M.M. **Enfermagem: Cálculo e Administração de Medicamentos**. São Paulo: Legnar Informática & Editora, 1999.
- KAWAMOTO, E. E.; FORTES, J. I. **Fundamentos de Enfermagem**. São Paulo: EPU, 1986. 137p.
- KOCH, R.M. et al. **Técnicas Básicas de Enfermagem**. 14.ed. Curitiba: Florence, 1996.
- LIMA, A B.D. de; ARONE, E.M.; PHILIPPI, M.L. dos S. **Noções sobre Medicamentos**. São Paulo: Editora SENAC, 1994 .
- LIMA, A B.D. de. **Interações Medicamentosas**. São Paulo: SENAC. 1994.
- LIMA, A B.D. de; ARONE, E.M.; PHILIPPI, M.L. dos S. **Introdução à Farmacologia**. São Paulo : Editora SENAC, 1994.

15. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO EM ENFERMAGEM

Carga horária total: 60 h/a -50 h

EMENTA: Processo de comunicação; Diferentes tipos de linguagem; Codificação e decodificação de informações em diferentes meios; Estratégias pedagógicas. Uso da informática e de instrumental eletrônico.

CONTEÚDOS:

- I- Processo de comunicação: emissor, receptor e mensagem;
- II- Tipos de comunicação: escrita, verbal e não verbal;
- III- Normas e padrões da linguagem escrita e oral (ortografia, sintaxe, concordância);
- IV- Linguagem: científica, técnicas, informal, matemática, artística, jornalística, informacional (informática);
- V- Leitura, análise, compreensão e interpretação de diferentes tipos de texto: domínio das representações estatísticas, matemáticas, gráficas e textuais;
- VI- Levantamento bibliográfico e busca na internet;
- VII- Produção de textos: relatórios, anotações de enfermagem, descrição de procedimentos, fichamento, resumo;
- VIII- A prática educativa em saúde e seus objetivos;
- IX- Educação versus informação;
- X- Planejamento de ensino e estratégias pedagógicas para a educação em saúde;
- XI- Utilização de recursos audiovisuais: confecção de cartazes, folders, banners, álbum seriado, dinâmicas, retroprojeter, data show, etc.

BIBLIOGRAFIA

- BERLO, D. K. **O Processo da Comunicação**. Tradução: Jorge Arnaldo Fontes. 9.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LITTLEJOHN, Stephen W. **Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.
- **Gestão da Informação (Pedagogia Cidadã)**. São Paulo: Unesp/ Pró-reitoria de graduação: 2005.
- ALBINO, J.P. **A Sociedade do Conhecimento e as Comunidades Virtuais**. In: JESUS, A. C. (org). Cadernos de Formação – Gestão da Informação (Pedagogia Cidadã). São Paulo: Unesp/ Pró-reitoria de graduação, 2005.
- BACCEGA, Maria Aparecida. (org.) **Gestão de Processos Comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2002.
- BELLUZZO, R.C.B. **Gestão da Informação, do Conhecimento e da Documentação**. In: JESUS, A. C. (org). Cadernos de Formação **BIBLIOGRÁFICAS**
- CAMPOS, T.C.P. **Psicologia Hospitalar: A Atuação do Psicólogo em Hospitais**. São Paulo: EPU, 1995.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. 4. ed. Guanabara Koogan (cidade e ano não identificados). Mimeo.

- DANIEL, L. F. **Atitudes Interpessoais em Enfermagem**. São Paulo: EPU, 1983. 176p. MANZOLLI, M.C.; CARVALHO, E.C. de; RODRIGUES, A R.F. **Psicologia em Enfermagem : Teoria e Pesquisa**. São Paulo: Sarvier, 1981. 114p.
- FILHO, J. T. Gerenciando conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Senac, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.
- IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- JOHNSON, Steven. **Cultura da Interface: Como o Computador Transforma Nossa Maneira de Criar e Comunicar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LEMONS, André. **Cibercultura: Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Porto Alegre / RS: Sulina, 2004.
- LIMA, Frederico. **A Sociedade Digital: O Impacto da Tecnologia na Sociedade, na Cultura, na Educação e nas Organizações**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.
- MARCONI, Marina de; LAKATOS, **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostras e Técnicas de Pesquisas, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MCLUHAN, M. **Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem**. São Paulo: Cultrix, 2000.
- MENDES, I.A.C. **Pesquisa em Enfermagem**, São Paulo: EDUSP, 1991, 153p. M.
- MINAYO, M.C.S. (org); et al.; **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis , Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
- MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento Interpessoal**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A , 1985.
- MULLER, M.S.; CORNELSEN, J.M.; **Normas e Padrões para Teses, Dissertações e Monografias**. – 5 ed. Atual. – Londrina: Eduel, 2003.
- MUNCK, s. (coord); et al.; **Registros de Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- VASCONCELOS, E. M. **Educação Popular dos Serviços de Saúde**. 3ª ed; São Paulo: Cortez, 1997.

16. PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE

Carga horária total: 60 h/a - 50 h

EMENTA: Processos de trabalho em saúde; Diferentes processos de trabalho em enfermagem; Práticas participativas em equipe multiprofissional.

CONTEÚDOS:

- a) Processo de trabalho em saúde e enfermagem;
- b) Organização, estrutura e funcionamento dos serviços de enfermagem nas instituições (hospitais, clínicas, UBS, ambulatórios, asilos, cooperativas específicas, escolas, etc.);
- c) Equipe multiprofissional;
- d) Diagnóstico situacional dos serviços e ações de saúde;
- e) Planejamento das ações de saúde;

- f) Implementação das ações de saúde;
- g) Supervisão e treinamento de pessoal;
- h) Avaliação e controle de qualidade;
- i) Atribuições do técnico de enfermagem no atendimento domiciliar;
- j) Humanização: usuário e trabalhador.

BIBLIOGRAFIA

- BUSS, P. **Qualidade de Vida e Saúde: ciência e saúde coletiva**. ABRASCO, v.4, nº 1, 2000.
- CAMPEDELLI, M. C. (Org). **Processo de Enfermagem na Prática**. São Paulo: Ática, 1989. 136p.
- CAMPOS, J. de Q. **O Hospital e sua Organização Administrativa**. São Paulo: LTr, 1978.
- CAMPOS, V. F. **TQC: Controle da Qualidade Total** (no estilo japonês). Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni : Escola de Engenharia da UFMG : Bloch, 1992.
- FELDMANN, M. A ; GELAIN, I. **Administração do Serviço de Enfermagem**. São Paulo: Sociedade Beneficente São Camilo, [19-]. 205p.
- GENTILE, M. **Os Desafios do Município Saudável**. Programação da saúde/município saudável: Ministério da Saúde, m. 1, ago/out 1999.
- KRON, T.; GRAY, A **Administração dos Cuidados de Enfermagem ao Paciente: colocando em ação as habilidades de liderança**. 6.ed. Rio de Janeiro: Interlivros, 1989. 302p.
- KURCGANT, P (Coord). **Administração em Enfermagem**. São Paulo: EPU, 1991. 237p.
- MELO, Cristina. **Divisão Social do Trabalho de Enfermagem**,. São Paulo, Cortez, 1986.
- MUNCK, s. (coord); et al.; **Registros de Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- SANTOS, I. do. **Supervisão em Enfermagem**. Rio de Janeiro: Cultura Medica, 1987. 88p.
- SCHURR, M. C. **Enfermagem e Administração**. São Paulo: EPU, 1976. 102p.
- VASCONCELOS, E. M. **Educação Popular dos Serviços de Saúde**. 3ª ed; São Paulo: Cortez, 1997.

17. PROCESSO SAÚDE DOENÇA

Carga horária total: 60 h/a – 50 h

EMENTA: Determinação social do processo saúde doença; Ecosistema; Necessidades humanas básicas; Cadeia epidemiológica das doenças, sistema imunológico, higiene e profilaxia.

CONTEÚDOS:

- Conceito de saúde - doença e sua determinação histórico social;
- Ecosistema: seres vivos e meio ambiente, equilíbrio e perpetuação das espécies;
- Necessidades humanas básicas e qualidade de vida: habitação, alimentação, trabalho, transporte, segurança, educação, afetividade, espiritualidade e outras;
- Processos de adoecimento: sociais, psicológicos e biológicos;
- Principais Agentes etiológicos macro e microbiológicos;

- Bactérias, vírus, fungos, rickettsias, prions – conceito, nomenclatura, características gerais, ciclo evolutivo, formas de infestação, contágio e principais doenças;
- Parasitologia: protozoários, helmintos e artrópodes - conceito, nomenclatura, características gerais, ciclo evolutivo, formas de infestação, contágio e principais doenças;
- Sistema imunológico: relação antígeno-anticorpo, resistência e imunidade natural e adquirida; Níveis de atenção à saúde: primária, secundária e terciária;
- Saneamento básico: abastecimento de água, sistema de esgoto, coleta, remoção e destinação do lixo, drenagem de águas pluviais, controle de insetos e roedores, higiene, fontes de contaminação, poluição e medidas profiláticas.

BIBLIOGRAFIA

BIER, O. **Microbiologia e Imunologia**. São Paulo: Melhoramento. 1994.

CIMERMAN, B.; CIMERMAM. S.; **Parasitologia Humana e seus Fundamentos Gerais**. 2 ed. São Paulo, Atheneu, 2001M.

Guanabara Koogan.

MIKAT, D. M. & MIKAT, K. W. **Dicionário de Bactérias: Um Guia para o Médico**. 1.ed. [s.l.] : Eli Lilly do Brasil , 1981.

Ministério da Saúde do Brasil. Representação no Brasil da OPAS/OMS. Elizabeth Costa Dias e colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

NEVES, D. P.; MELO, L; GNEARO, O. **Parasitologia Humanas**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2000.

Neves, David Pereira. **Parasitologia Humana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1979.

Spicer, John W. **Bacteriologia, Micologia e Parasitologia Clínica**. Rio de Janeiro, RJ.

VERONESI, Ricardo. **Doenças Infecciosas e Parasitárias**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

Plano de Estágio

1. Identificação da Instituição de Ensino:

- Nome do estabelecimento: Colégio Estadual João XXIII – Ensino Fundamental, Médio e Profissional.
- Entidade mantenedora: Governo Estadual do Paraná.
- Endereço: Rua Santa Catarina , 260 – Vila São João
- Município: Irati
- NRE: Irati

2. Identificação do curso:

- Habilitação: Técnico em Enfermagem
- Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança
- Carga horária total: 2200 H/A
 - Do curso: 1440 H/A
 - Do estágio: 760 H/A

3. Justificativa:

Como consta na RESOLUÇÃO 04/99 – CEB/CNE, o estágio deverá ser supervisionado no curso de nível Técnico de Enfermagem, é imprescindível em função da natureza da qualificação e/ou habilitação profissional, considerando as competências profissionais gerais e específicas.

O ensino de Enfermagem exige continuidade e permanência no estágio. Continuidade, porque Enfermagem não é simplesmente execução de tarefas, mas um processo com fundamentação científica. Permanência, porque esta lhe permite sedimentação da aprendizagem junto ao cliente-paciente que evolui em suas necessidades de acordo com o desenvolvimento do seu estado de saúde e assistência prestada, principalmente pela equipe de Enfermagem.

A carga horária total destinada aos estágios supervisionados dos quatro semestres será de 760 horas-aula, essenciais para adequar o aluno na situação real de trabalho.

Durante o estágio supervisionado o aluno tem a oportunidade de conhecer a realidade do campo ocupacional, ocorre o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das características inerentes a profissão, como: responsabilidade, integração, iniciativa, conhecimento científico-práticos e aspectos éticos.

4. Objetivos do Estágio

4.1. Geral

Proporcionar ao educando o desenvolvimento científico-prático.

4.2. Específicos

4.2.1. Desenvolver princípios de ação profissional, aplicando conhecimentos na execução das técnicas de Enfermagem, com método, habilidade e responsabilidade, numa postura de percepção holística dos serviços de saúde.

4.2.2. Avaliar de forma contínua e progressiva acompanhando as ações desenvolvidas pelo aluno constatando o aproveitamento e dificuldades encontradas.

4.2.3. Oferecer condições de trabalho ao estagiário que permitam o desenvolvimento das atividades programadas.

4.2.4. Oportunizar através da prática-estágios a compreensão da realidade de saúde do País e sua região, possibilitando uma inserção no mercado de trabalho de forma mais crítica, reflexiva, participativa e comprometida como um cidadão.

5. Locais de realização do Estágio

- Hospital Santa Casa de Irati
- Secretaria Municipal de Saúde de Irati
- Hospital Dona Darci Vargas de Rebouças
- Secretaria Municipal de Saúde de Rebouças
- Secretaria Municipal de Saúde de Fernandes Pinheiro

6. Distribuição da Carga Horária (por semestre)

Os estágios supervisionados serão desenvolvidos em diferentes serviços de saúde e setores dentro das diversas instituições locais e regionais de saúde conveniadas, para que o profissional de Enfermagem adquira conhecimentos e habilidades específicos e distintos de cada clientela.

As 760 horas-aula destinadas ao estágio supervisionado, deverão ser cumpridas integralmente, e serão desenvolvidas em quatro semestres conforme o quadro a seguir:

DISCIPLINAS	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Assistência de Enfermagem à criança e ao adolescente	3º	60
Assistência de Enfermagem a pacientes críticos	4º	100
Assistência de Enfermagem a saúde da mulher	3º	60
Assistência de Enfermagem Cirúrgica	3º	80
Assistência de Enfermagem Clínica	2º	100
Assistência de Enfermagem em saúde Coletiva	2º	80
Assistência de Enfermagem em Saúde Mental	2º	20
Assistência em Enfermagem em urgências e emergências	4º	100
Enfermagem na vigilância em saúde	4º	40
Introdução a assistência em enfermagem	1º	120

- 1ª semestre: 120h/a de estágio
- 2ª semestre: 200h/a de estágio
- 3ª semestre: 200h/a de estágio
- 4ª semestre: 240h/a de estágio

8. Atividades do Estágio

Descrição das atividades desenvolvidas em cada estágio

a) INTRODUÇÃO À ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM

1. Identificar necessidades humanas básicas;
2. Prestar cuidados e assistência de Enfermagem ao paciente;
3. Conhecer e identificar os setores e os Serviços de Saúde;
4. Realizar procedimentos e técnicas básicas de Enfermagem de acordo com os conteúdos já estudados;
5. Observar e realizar o processo desde a admissão até a alta hospitalar.
6. Manter e realizar limpeza e desinfecção da unidade;
7. Realizar procedimento quanto ao domínio e técnicas de desinfecção;
8. Promover conforto aos pacientes;
9. Auxiliar e encaminhar para exames;
10. Registrar e anotar ocorrências e cuidados;
11. Aferir SSVV;
12. Preparar/administrar medicações;
13. Fazer anotações e relatórios de Enfermagem em cada turno;
14. Auxiliar pacientes em situações de emergências.

b) ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA

- VIII. Conhecer o funcionamento de uma Unidade de Saúde;
- IX. Identificar a comunidade assistida pela Unidade de Saúde;
- X. Desenvolver atividades de promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde da comunidade;
- XI. Realizar trabalhos de educação e saúde junto à comunidade;
- XII. Participar dos programas de saúde desenvolvidos pela Unidade de Saúde;
- XIII. Realizar visitas domiciliares;
- XIV. Interpretar a caderneta de vacinação;
- XV. Administrar vacinas e/ou acompanhar procedimentos em sala de vacina;
- XVI. Proceder o armazenamento, conservação e transporte adequado das vacinas;
- XVII. Realizar palestras de acordo com as necessidades atuais da Unidade, para esclarecimento da comunidade;
- XVIII. Prestar assistência de enfermagem na pré, trans e pós consulta multidisciplinar.

c) ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE MENTAL

- Observar o cliente/paciente como ser holístico;
- Identificar sinais e sintomas de cada patologia;
- Desenvolver a capacidade de reflexão sobre a prática de enfermagem em instituições de atendimento psiquiátrico;
- Avaliar a qualidade da assistência através da observação e participação da assistência de enfermagem ao cliente;

- Realizar assistência de enfermagem quanto ao conforto, higiene, alimentação, medicação, etc;
- Identificar sinais e sintomas que indiquem alterações no quadro clínico;
- Fazer anotações de enfermagem;
- Desenvolver cuidados de enfermagem em saúde mental, em unidade de atendimento e emergências psiquiátricas.

d) ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM CIRÚRGICA

- 5 Conhecer a terminologia aplicada à área;
- 6 Reconhecer e prestar assistência de enfermagem nos períodos pré, trans e pós operatórios;
- 7 Detectar possíveis complicações no período trans e pós operatório;
- 8 Conhecer e desenvolver as atividades de Enfermagem na central de materiais;
- 9 Avaliar a prestar assistência de Enfermagem dentro de padrões éticos;
- 10 Prestar assistência de enfermagem integral à clientes/pacientes em tratamento cirúrgico, quanto ao conforto, curativos, drenos, medicação, alimentação, sondagens;
- 11 Prestar assistência de enfermagem à clientes /pacientes na sala de recuperação pós anestésica;
- 12 Identificar complicações cirúrgicas;
- 13 Comunicar e anotar qualquer tipo de alterações com o cliente/paciente;

e) ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM CLÍNICA

- Reconhecer as fases do tratamento clínico e as necessidades do cliente/paciente;
- Relacionar os diversos tipos de patologias e exames com a assistência de enfermagem;
- Conhecer as terminologias técnica;
- Verificar sinais vitais;
- Realizar higiene corporal e oral;
- Aspirar secreções
- Relacionar sinais e sintomas com s patologias e sua respectiva assistência de enfermagem;
- auxiliar nos procedimentos médicos;
- Preparar e administrar medicamentos;
- Comunicar e anotar qualquer tipo de alteração com o cliente/paciente;
- Proceder a assistência de enfermagem eticamente.

f) ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

- V. Prestar assistência de enfermagem quanto à higiene, conforto, alimentação, medicação, transferência e alta hospitalar;
- VI. Acompanhar a evolução do quadro clínico dos clientes/pacientes;
- VII. Realizar procedimentos de enfermagem diante de situações de urgência e emergência;
- VIII. Comunicar sinais e sintomas de complicações e proceder assistência de enfermagem eticamente.

g) ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTES CRÍTICOS

- VI. Realizar exame físico adequado em pacientes graves;
- VII. Aferir PVC e PAM com exatidão;
- VIII. Aspirar pacientes entubados e traqueostomizados;
- IX. Realizar assistência específica de enfermagem planejada;
- X. Comunicar qualquer tipo de alteração com o paciente;
- XI. Realizar anotações de enfermagem.

h) ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DA MULHER

- Efetuar orientações preventivas junto as mães e / acompanhantes;
- Identificar a assistência de enfermagem na admissão da gestante e/ou parturiente, no trabalho de parto, parto, puerpério e ao recém-nascido;
- Identificar sinais e sintomas do trabalho de parto verdadeiro;
- Realizar e auxiliar nos cuidados de enfermagem ao recém nascido sadio;
- Realizar assistência de enfermagem no puerpério imediato e mediato;
- Identificar sinais de complicações nas mamas (fissuras, ingurgitamentos);
- Realizar palestra sobre Aleitamento materno;
- Orientar na alta hospitalar, cuidados com o recém nascido e à mulher;
- Prestar cuidado de enfermagem em procedimentos ginecológicos.

i) ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

- realizar assistência de enfermagem da criança quanto a higiene, ao conforto, à medicação, à alimentação, à curativos, etc;
- Fazer anotações de enfermagem pediátrica;
- Identificar fatores patológicos à sua internação;
- Dar assistência na sua admissão e alta hospitalar.

j) ENFERMAGEM NA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

- Redigir relatório diário com visto periódico do enfermeiro do setor e orientador de estágio;
- Analisar regimentos e manuais existentes na unidade para identificação de estrutura organizacional da instituição e a posição do serviço de enfermagem;
- Identificar os sistemas de informação e comunicação de enfermagem;
- Avaliar qualidade de assistência através da observação e participação da assistência de enfermagem prestada aos clientes;
- Conhecimento do setor de vigilância epidemiológica, sanitária e suas atribuições;
- Redigir relatório final.

9. Atribuições do Estabelecimento de Ensino

2. Proporcionar condições mínimas para garantir a realização do Estágio do aluno, conforme exigido pelas Diretrizes Curriculares;
3. Realizar convênios com as instituições para a realização do Estágio;
4. Fornecer material necessário aos estagiários.

10. Atribuições do Coordenador

- Informar o estagiário sobre procedimentos e normas de funcionamento do setor em que desenvolverá o Estágio;
- Programar, com o estagiário, as atividades a serem desenvolvidas;
- Acompanhar o estagiário em todos os procedimentos a serem realizados;
- Proporcionar a revisão dos procedimentos quando o estagiário não alcançou o rendimento desejado;
- Controlar frequência e pontualidade avaliando todas as atividades do estágio;
- Promover reuniões com os estagiários quando sentir necessidade;
- Manter constante contato com a Coordenação e Direção da Escola, comunicando fatos relevantes que possam estar interferindo no processo de estágio;
- Fazer a avaliação final do estágio encaminhando-a a Coordenação e Direção da Escola de acordo com datas estabelecidas;
- Participar do Conselho de Classe para avaliação do estagiário e do campo de estágio;
- Dar suporte psico-emocional ao estagiário em situações adversas;

11. Atribuições do Órgão/instituição que concede o Estágio

- Proporcionar ambiente receptivo e favorável ao estagiário, proporcionando a instituição de ensino condições para o acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades;
- Formalizar as oportunidades de Estágio a serem concedidas.

12. Atribuições do Estagiário

- 2) Ser assíduo e pontual em todas as atividades do estágio;
- 3) Não se ausentar do local de estágio sem autorização expressa do Supervisor;
- 4) Estar sempre asseado e uniformizado, de acordo com as normas da escola e do setor de estágio;
- 5) Portar consigo, sempre à vista, o crachá de identificação e instrumental exigido para o estágio;
- 6) Nos Campos de estágios portar-se de acordo com os princípios éticos e normas da instituição com relação aos profissionais e pacientes;
- 7) Estar sempre assistido e orientado pelo instrutor de estágio;
- 8) Cumprir com as Atividades (relatórios, estudo de caso, pesquisa científica, etc.) propostas pelo supervisor;
- 9) Participar das reuniões promovidas pelo Instrutor, Coordenação e Direção da Escola;
- 10) Zelar pela conservação do ambiente, limpeza do material, instrumental utilizado do setor e evitar gastos desnecessários;

13. Forma de acompanhamento do Estágio

Os estágios serão realizados concomitantemente com as aulas teórico/práticas conforme Plano de Curso.

Para fins de estágio os alunos serão divididos em grupos, de acordo com cada setor ou unidade, acompanhados diretamente por instrutores da entidade formadora.

Durante o estágio supervisionado a frequência exigida será de 100%, sendo concedida a reposição da carga horária mediante a apresentação de atestado médico ou outro instrumento, entregue na secretaria da escola no prazo de 48 horas após a falta. A autorização para reposição será de acordo com a situação e após parecer favorável do Conselho de Classe.

A reposição ocorrerá em turno oposto ao da realização do estágio, de Segunda a Sexta-feira, caso o aluno não reponha neste período, deverá cumprir a carga horária após o término do período de estágio.

Em situações de falta no estágio sem apresentação do atestado médico ou instrumento justificativo, o aluno será considerado reprovado, devendo refazer o semestre.

Situações especiais como: Gestantes, doenças infecto-contagiosas, cirurgias de emergências e internamento hospitalar, serão avaliadas pelo Conselho Escolar.

14. Avaliação do Estágio

A avaliação do Estágio Supervisionado se dará paralelamente a sua realização. Os critérios a serem avaliados serão seguidos ao anexo 1.

O aluno terá um registro de estágio, o qual terá a oportunidade de fazer suas anotações e avaliações referentes ao estágio como segue ao anexo 2 , a seguir terá um documento para computação de horas de estágio como segue anexo 3, para comprovar sua presença e frequência no estágio.

Para a aprovação no Estágio Supervisionado o aluno deverá obter, no mínimo, a nota 6,0 (seis), com frequência de 100%, as faltas serão avaliadas conforme critérios citados anteriormente.

O aluno reprovado em estágio será considerado inapto para a continuidade do curso, devendo o mesmo repetir o semestre.

A avaliação será registrada em ficha individual do aluno, e a nota final do Estágio Supervisionado, em documentos próprios.

15. Anexos

ANEXO 1

FICHA DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO

COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII - ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL

Rua Santa Catarina, 260- Vila São João - Fone: 3422-3542 - CEP 84500-000 - Irati

e-mail: irjoao@seed.pr.gov.br**FICHA DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO****CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

Identificação

Discente: _____ Semestre: _____

Disciplina: _____

Docente: _____

Local/ Estágio: _____

Início do Estágio: ____/____/____

Término do Estágio: ____/____/____

CRITÉRIOS	VALOR	NOTA
Pontualidade e Assiduidade	1,0	
Apresentação Pessoal	1,0	
Desempenho Técnico	1,0	
Relacionamento Interpessoal	1,0	
Conduta Profissional/Ética	1,0	
Interesse, Iniciativa e Criatividade	1,0	
Organização	1,0	
Anotações, Relatórios e Estudo de Caso	1,0	
Destreza Manual e Execução da Técnicas	2,0	
TOTAL	10,0	

OBS.: A nota de cada item avaliado será de acordo com o desempenho do estagiário avaliado pelo instrutor.

Aluno_____
Supervisor_____
CoordenadorOBS.: **É obrigatório** o preenchimento da **data de início e término** do estágio.

ANEXO 2

REGISTRO DE ESTÁGIO

COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII - ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL

Rua Santa Catarina, 260- Vila São João - Fone: 3422-3542 - CEP 84500-000 - Irati

e-mail: irijoao@seed.pr.gov.br

REGISTRO DE ESTÁGIO

Aluno: _____

Local de estágio: _____

Estágio em : _____

Curso: _____

Estágio de ____ / ____ / ____ à ____ / ____ / ____.

1. Experiências que adquiriu: Pontos Positivos e Negativos

2. Tem insegurança: cite-a:

3. Anotações do Professor de estágio:

4. Assinaturas:

Professor_____
Aluno_____
CoordenadorOBS.: **É obrigatório** o preenchimento da **data de início e término** do estágio.

ANEXO 3

COMPUTAÇÃO DE HORAS DE ESTÁGIO

ANEXO 4

RELATÓRIO DIÁRIO

COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII - ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL

Rua Santa Catarina, 260- Vila São João - Fone: 3422-3542 - CEP 84500-000 - Irati

e-mail: irijoao@seed.pr.gov.br

RELATÓRIO DIÁRIO

<u>Data</u>	

<u>Data</u>	

<u>Data</u>	

<u>Data</u>	

<u>Data</u>	

<u>Data</u>	

<u>Data</u>	

Os planos de estágio obrigatório e não obrigatório foram aprovados pelo Núcleo Regional de Educação através do Parecer nº 62 e 55 respectivamente.

c. Descrição das práticas profissionais previstas:

No desenvolvimento do curso os alunos terão contato com outros profissionais da área de saúde, terão oportunidade de ministrar palestras em outras instituições de ensino, bem como participarão de outros projetos planejados pelo Colégio.

d. Matriz Curricular

Matriz Curricular

ESTABELECIMENTO: Colégio Estadual João XXIII-Ensino Fundamental, Médio e Profissional															
MUNICÍPIO: Irati															
CURSO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM															
FORMA: SUBSEQÜENTE				ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2008 - Gradativa											
TURNO: Noturno				C H: 1440 Hora/aula 1200 horas mais 633 horas de Estágio											
MÓDULO: 20				ORGANIZAÇÃO: SEMESTRAL											
Nº	Disciplinas	Auxiliar de Enfermagem						Técnico em Enfermagem		Horas Aula	Horas	Estágio Supervisionado			
		1º S		2º S		3º S		4º S				Auxiliar de Enfermagem			Técnico em Enfermagem
		T	P	T	P	T	P	T	P			1s	2s	3s	4s
1	Anatomia e Fisiologia Aplicada à Enfermagem	4	-	-	-	-	-	-	-	80	67	-	-	-	-
2	Assistência de Enfermagem à Criança e ao Adolescente	-	-	-	-	4	2	-	-	120	100	-	-	3	-
3	Assistência de Enfermagem a Pacientes Críticos	-	-	-	-	-	-	4	1	100	83	-	-	-	5
4	Assistência de Enfermagem à Saúde da Mulher	-	-	-	-	4	1	-	-	100	83	-	-	3	-
5	Assistência de Enfermagem Cirúrgica	-	-	-	-	4	1	-	-	100	83	-	-	4	-
6	Assistência de Enfermagem Clínica	-	-	4	2	-	-	-	-	120	100	-	5	-	-
7	Assistência de Enfermagem em Saúde Coletiva	-	-	4	-	-	-	-	-	80	67	-	4	-	-
8	Assistência de Enfermagem em Saúde Mental	-	-	3	-	-	-	-	-	60	50	-	1	-	-
9	Assistência em Enfermagem em Urgências e Emergências	-	-	-	-	-	-	4	1	100	83	-	-	-	5
10	Biossegurança e Processamento de Artigos	-	-	3	1	-	-	-	-	80	67	-	-	-	-
11	Enfermagem na Vigilância em Saúde	-	-	-	-	-	-	3	1	80	67	-	-	-	2
12	Fundamentos de Enfermagem	3	-	-	-	-	-	-	-	60	50	-	-	-	-
13	Fundamentos do Trabalho	-	-	-	-	2	-	-	-	40	33	-	-	-	-
14	Introdução à Assistência em Enfermagem	3	4	-	-	-	-	-	-	140	117	6	-	-	-
15	Processo de Comunicação e Informação em Enfermagem	3	-	-	-	-	-	-	-	60	50	-	-	-	-
16	Processo de Trabalho em Saúde	-	-	-	-	-	-	3	-	60	50	-	-	-	-
17	Processo Saúde Doença	3	-	-	-	-	-	-	-	60	50	-	-	-	-
Total da Carga Horária do Curso		20		17		18		17		1440	1200	6	10	10	12
Carga Horária do Estágio Supervisionado										760	633				
TOTAL GERAL DO CURSO – Carga Horária Disciplinas + Estágio										2200	1833				

Irati, 07 de Dezembro de 2007

VIII – SISTEMA DE AVALIAÇÃO E CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

a. Sistema de Avaliação:

A avaliação será entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados, e o seu desempenho, em diferentes situações de aprendizagem.

Preponderarão os aspectos qualitativos da aprendizagem, considerada a interdisciplinariedade e a multidisciplinariedade dos conteúdos, com relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração sobre a memorização, num processo de avaliação contínua, permanente e cumulativa.

A avaliação será expressa por notas, sendo a mínima para aprovação - 6,0 (seis vírgula zero).

Recuperação de Estudos:

O aluno cujo aproveitamento escolar for insuficiente será submetido à recuperação de estudos de forma concomitante ao período letivo.

b. Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

-Somente no Subseqüente

Art. 68 da Deliberação 09/06 CEE/PR

O estabelecimento de ensino poderá aproveitar mediante avaliação, competência, conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionadas com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, adquiridas:

- a. no Ensino Médio;
- b. em qualificações profissionais, etapas ou módulos em nível técnico concluídos em outros cursos, desde que cursados nos últimos cinco anos;
- c. em cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, no trabalho ou por meios informais;
- d. em processos formais de certificação;
- e. no exterior.

- Solicitação e avaliação do aproveitamento de estudos (deverá estar aprovado no Regimento Escolar):

- a. o aluno preencherá o requerimento solicitando o aproveitamento de estudos, considerando o perfil profissional do curso técnico e a indicação dos cursos realizados anexando fotocópia de comprovação de todos os cursos ou conhecimentos adquiridos;
- b. uma comissão de professores, do curso técnico, designada pela Direção fará a análise da documentação apresentada pelo aluno;

- c. mediante aprovação da comissão será indicado os conteúdos (disciplinas) que deverão ser estudadas pelo aluno a fim de **realizar a avaliação**, com data, hora marcada e professores escalados para aplicação e correção.
- d. Para efetivação da legalidade do aproveitamento de estudos será lavrado ata constando o resultado final da avaliação e os conteúdos aproveitados, na forma legal e pedagógica.

Art. 69 da Deliberação 09/06 CEE/PR:

A avaliação, para fins de aproveitamento de estudos, será realizada conforme os critérios estabelecidos no Plano de Curso e no Regimento Escolar.

IX – ARTICULAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO

A articulação com o setor produtivo estabelecerá uma relação entre o estabelecimento de ensino e instituições que tenham relação com o Curso Técnico em Enfermagem, nas formas de entrevistas, visitas, palestras, reuniões com temas específicos com profissionais das Instituições conveniadas.

X – PLANO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Curso será avaliado com instrumentos específicos, construídos pelo apoio pedagógico do estabelecimento de ensino para serem respondidos (amostragem de metade mais um) por alunos, professores, pais de alunos, representante(s) da comunidade, conselho escolar, APMF.

Os resultados tabulados serão divulgados, com alternativas para solução.

XI – INDICAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO:

Ninfa Maria Vogh.

XII – RELAÇÃO DE DOCENTES

Pessoal Administrativo e Especialista

NOME	FUNÇÃO	RG
ERNANI PEDRO DE RAMOS	DIRETOR	6.066.685-7
SANDRA BERNASKI	DIRETORA AUXILIAR	6.935.919-1
SANDRO LUIS VERISSIMO	SECRETÁRIO	6.122.881-0
NINFA MARIA VOGT	COORDENADOR DE CURSO	10.767.579-5

Relação de Docentes

Disciplina	Professor	Formação
Anatomia e Fisiologia Aplicada	Sidnei José Ferreira	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação

a Enfermagem		em Licenciatura Plena
Assistência de Enfermagem à Criança e ao Adolescente	Sueli Aparecida Burnato	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
Assistência de Enfermagem a pacientes Críticos	Luciane Batista da Luz	Bacharelado em Enfermagem
Assistência de Enfermagem à saúde da Mulher	Francieli Sima	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
Assistência de Enfermagem Cirúrgica	Rosally Pereira da Costa	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
Assistência de Enfermagem Clínica	Sueli Aparecida Burnato	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
Assistência de Enfermagem em Saúde Coletiva	Francieli Sima	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
Assistência de Enfermagem em Saúde Mental	Sidnei José Ferreira	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
Assistência em Enfermagem em Urgências e Emergências	Francieli Sima	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
Biossegurança e processamento de Artigos	Sidnei José Ferreira	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
Enfermagem na Vigilância em Saúde	Rafaela Pioli Caetano	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
Fundamentos de Enfermagem	Francieli Sima	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
Introdução à Assistência em Enfermagem	Rafaela Pioli Caetano	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
Processo de Comunicação e Informação em Enfermagem	Sueli Aparecida Burnato	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
Processo de Trabalho em Saúde	Sidnei José Ferreira	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
Processo Saúde Doença	Sueli Aparecida Burnato	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
Fundamentos do Trabalho	Marcio Camargo	Licenciatura em Filosofia
Estágio	Alice Bernadete Slezinsky Simioni	Bacharel em Enfermagem
	Aline Mierzva	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena

	Alzilene Batista	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
	Cesar Chicalski	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
	Francieli Sima	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
	Joice Bonmann Costa Cararo	Bacharel em Enfermagem
	Luciane Batista da Luz	Bacharelado em Enfermagem
	Marcia de Castro Coutinho	Bacharel em Enfermagem
	Marcio José Fernandes	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
	Milena Naldi	Bacharel em Enfermagem
	Ninfa Maria Vogh	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
	Rafaela Pioli Caetano	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
	Rosally Pereira da Costa	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena
	Rosana Teresinha Sikora	Bacharel em Enfermagem
	Silvio Cesar Machado	Bacharelado em Enfermagem, com Habilitação em Licenciatura Plena

XIII – CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Certificado: O aluno ao concluir os 3 (três) primeiros semestres do Curso Técnico em Enfermagem conforme organização curricular aprovada, receberá o Certificado de Auxiliar em Enfermagem.

Diploma: O aluno ao concluir os 4 (quatro) semestres do Curso Técnico em Enfermagem conforme organização curricular aprovada, receberá o Diploma de Técnico em Enfermagem.

XIV – RECURSOS MATERIAIS

a. Biblioteca:

ACERVO BIBLIOGRÁFICO PARA O CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

- ALLEN, Grururay. Pediatria em Prática. 2 ed., São Paulo: Livraria Atheneu, 1980.
- ALEXANDER, Mary M.; BROWN, Marie Scott. Diagnóstico na Enfermagem Pediátrica. São Paulo: Editora Anglo, 1987.
- BENSON, Ralph C. Manual de Obstetrícia e Ginecologia. 7 ed., Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1981.
- BIER, Otto. Microbiologia e Imunologia. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1994.
- CASTRO, Sebastião Vicente de. Anatomia Fundametal. 2 ed., São Paulo: Afiliada, 1974.
- CAMPEDELLI, Maria Coeli; GAUDZINSKI, Raquel Rapone. Escala-Problema na hospitalização. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1987.
- CARROLL, Mary; BRUE, L. Jane. Enfermagem para idosos. São Paulo: Andrei Ltda, 1991.
- DALLY, Peter; HARRINGTON, Heather. Psicologia e Psiquiatria na Enfermagem. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária Ltda, 1978.
- DALLARI, Sueli Gandolfi. Municipalização dos Serviços de saúde. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.
- DANIEL, Liliana Felcher. Atitudes interpessoais em enfermagem. São Paulo: EPU, 1983.
- DANIEL, Liliana Felcher. Enfermagem Planejada. 3 ed. São Paulo: EPU, 1981.
- DIAS, Anderson Fernandes. Apontamentos de anatomia e fisiologia humana. 9 ed., São Paulo, Ática, 1969.
- DONNANGELO, M^a C F. Medicina e sociedade.
- DUGAS, Beverly Witter. Enfermagem Prática. 4 ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- FERRAZ, Admundo Machado. Manual de controle de infecção em cirúrgica. São Paulo: EPU, 1982.
- FIGUEREDO, Nébia Maria Almeida de. Ensinando cuidar de clientes em situações clínicas e cirúrgicas.
- FIGUEREDO, Nébia Maria Almeida de. Fundamentos, conceitos, situações e exercícios.
- FIGUEREDO, Nébia Maria Almeida de. Ensinando a cuidar em saúde pública.
- FIGUEREDO, Nébia Maria Almeida de. Ensinando a cuidar da mulher, do homem e do recém nascido.
- FIGUEREDO, Nébia Maria Almeida de. Administração de medicamentos.
- FIGUEREDO, Nébia Maria Almeida de. Ensinando a cuidar da criança.
- GELAIN, Ivo. Deontologia e enfermagem. 2 ed., São Paulo: EPU, 1987.
- GUYTON, Arthur C. Fisiologia humana. 6 ed., Rio de Janeiro: Ed. Afiliada, 1988.
- HERMANN, Hellma; PEGORARO, Aildes dos Santos. Enfermagem em doenças transmissíveis. São Paulo: EPU, 1986.
- JACOB, Stanley W.; FRANCONI, Clarice Ascwoeth; LOSSOW, Walter J. Anatomia e fisiologia humana. 5 ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.
- KLOETZEL, Kurt. Higiene física e do ambiente. 3 ed., São Paulo: Edart, 1977.
- KOCH, Rosi M.; MOTTA, Helena S.; WALTER, Reni L. Técnicas básicas de enfermagem. 12 ed., Curitiba-PR, 1990.

LANDMAN, Jayme. Evitando a saúde promovendo a doença. 4 ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LUCCHESI, Dr. Fernando. Desenbarcando o diabetes.

MAIA, Freire Newton. Radiogenética humana. São Paulo: Edgard Blucher, 1972.

MAMEDE, Marli Vilela; CARVALHO, Emilia Campos; CUNHA, Ana Maria Palerma. Técnicas em enfermagem. 2 ed., São Paulo: Editora Sarvier, 1991.

MANZOLLI, Maria Cecília. Relacionamento em enfermagem. São Paulo: Ed. Sarvier, 1987.

MARTHO, Gilberto. Coleção de olho na ciência. 2 ed., São Paulo: Ática, 1992.

MEDEIROS, Raimunda Germano. Educação e ideologia da enfermagem no Brasil. 2 ed., Rio de Janeiro: Cortez, 1985.

MINN, R. M. H.; HUTCHINGS, R. T. Atlas terramicina de anatomia humana. Ed. Pfizer, 1982.

MIRANDA, Antonio A de. Nutrição e vigor.

PARKER, Steve. Coleção "o corpo humano". São Paulo: Scipione, 1992.

PORTELA, Cristina Rodrigues; CORREA, Gladis Tenenboym. Manual de consulta para estágio em enfermagem.

ROCHA, Semiramis Melani Melo. Puericultura e enfermagem. São Paulo: Cortez, 1987.

SILVEIRA, Antonio Manoel da. Salvamento e socorro pré-hospitalar. 4 ed., Florianópolis: Etaiel, 1995.

SOIFER, Raquel. Psicologia da gravidez, parto e puerpério. 6 ed., ed. Artes Médicas, 1980.

SUDDART, Brunner. Enfermagem Médica-cirúrgica. 7 ed., Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.

VEIGA, Deborah de Azevedo; CROSSETTE, Maria da Graça Oliveira. Manual de Técnicas de enfermagem. 5 ed., Porto Alegre: Ed. Afiliada, 1994.

VERONESI, Ricardo. Doenças infecciosas e parasitárias. 8 ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.

WARTAK, Joseph. Interpretação do eletrocardiograma. 2 ed., Rio de Janeiro: 1984.

WERNECK, Hécio. Atlas de anatomia humana. 19 ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1993.

WERNER, David. Onde não há médico. 15 ed. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. Conhecendo a epilepsia. Publicação da liga Brasileira de Epilepsia.

b. Laboratório:

PROINFO, com 10 computadores ligados à rede, exclusivo do Curso Técnico.

c. Equipamentos e Materiais:

4 Pinça - Kelly
01 bomba vacuo aspiradora/sugadora nevoni
02 estufa para esterilização c/termostato
01 inalador inalatec plus nevoni
01 dorso anatomico digestivo 3 partes
01 modelo anatomico do esqueleto articulado
01 manequim simulado avançado r. nascido
2 caixas inox 10x20cm
8 bandejas inox
6 Cubas - Rim
1 cama hospitalar c/ colchão
1 suporte para soro

1 suporte em tecido para roupas
Roupas de cama hospitalar
Roupas p/ enfermeiro (avental, etc)
3 bacias plásticas
2 travesseiros
1 cama estilo maca p/ exame com colchonete
2 lixos hospitalares
1 criado mudo hospitalar
1 armário de ferro e portas com vidro
1 comadre
1 papagaio
5 jogos de termômetro
1 irrigador em PVC – 2000ml
4 jarras inox 2,5L
Guarda algodão inox c/ tampa
2 bolsas térmicas
1 medidor para crianças com 1m
3 Pinças anatômicas
3 Pinças de dente de rato
3 Pinças Kochel
3 Pinças Cheron
01 cabo de laringo com lâmina
02 tesouras ponta romba
02 tesouras com ponta
01 ambú adulto com 2 máscaras
01 ambú adulto reanimador c/ reservatório
03 aparelho de HGT
05 estetoscópio
05 esfigmomanometro
01 balança digital portatil tanita
Outros: equipos para soro, seringas vários tamanhos, agulhas, luvas, papel toalha, drenos, etc.

XIV - PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA (DOCENTES)

Os professores da educação profissional participarão dos eventos promovidos pela SEED, juntamente com a programação relativa a formação profissional da Secretaria de Saúde.

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL**

**PLANO DE ESTÁGIO
NÃO-OBRIGATÓRIO
CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**Irati - Paraná
2014**

I - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1 – Denominação Completa do Estabelecimento de Ensino Colégio Estadual João XXIII – Ensino Fundamental, Médio e Profissional			
2 – Endereço completo Rua Santa Catarina 260			
3 – Bairro/Distrito Vila São João		4 – Município Irati	
5 – NRE Irati			
6 – CEP 84500-000	7 – Caixa Postal	8 – DDD 42	9 – Telefone 3422 3542
10 – Fax 3422 3542	11 – E-mail irijoao@seed.pr.gov.br		12 – Site www.irijoao.seed.pr.gov.br
13 – Entidade mantenedora Governo do Estado do Paraná			14 – CNPJ/MF 76416890/0001-89
15 – Local e data Irati, 22 de abril de 2010		16 – Assinatura	
		Direção	

II - IDENTIFICAÇÃO DO CURSO E EIXO TÉCNOLÓGICO

1. Educação Profissional

Habilitação Profissional : Técnico em Enfermagem

Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança

Forma: Subsequente

Carga horária do curso: 1.440 h/a - 1.200 horas

Estágio: 760 h/a - 633 horas

Total do Curso: 2.200 h/a - 1.833 horas

Regime de funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no período noturno

Regime de matrícula: Semestral

Número de vagas: 40 alunos por turma.

Período de integralização do curso: mínimo 2 (dois) anos e o máximo de 5 (cinco) anos.

Requisitos de acesso: Conclusão do Ensino Médio e 18 anos completos no ato da matrícula

Modalidade de oferta: Presencial

III - HISTÓRICO DO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII

As atividades dos cursos profissionalizantes do Colégio Estadual João XXIII tiveram início no ano de 2005, quando o curso de Técnico em Enfermagem foi autorizado. Valorizando a qualidade de ensino, a lisura nos procedimentos administrativos e a formação de profissionais qualificados para atuarem no mercado exigente e globalizado dos tempos atuais, o Colégio Estadual João XXIII expandiu-se em laboratórios, biblioteca e em outras instalações físicas, para oferecer melhores condições de aprendizagem, mas, sobretudo, na qualificação do corpo docente.

IV – PROFESSOR ORIENTADOR

Professora Coordenadora Ninfa Maria Vogh formada em Enfermagem.

V - JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre o estágio obrigatório e não-obrigatório de estudantes, e a Deliberação nº 02/09 do CEE, que estabelece

normas para a organização e a realização dos Estágios, definem, também, obrigações da Instituição de Ensino para com os estágios não obrigatórios.

No Parágrafo único do Art. 7º da Lei 11.788/08: “ O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3(três) partes a que se refere o inciso II do *caput* do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.”

Na Deliberação 02/09 do CEE, Art. 1º, Parágrafo 1º, incisos I e II:

“I – o estágio, obrigatório, e, não-obrigatório assumido pela instituição de ensino, deverá estar previsto no Projeto Político-Pedagógico;

II – “o desenvolvimento do estágio deverá estar descrito no Plano de Estágio;”.

A Deliberação 02/09, Art. 4º, Incisos III - “Plano de Estágio, a ser apresentado para análise juntamente com o Projeto Político-Pedagógico, ou em separado no caso de estágio não obrigatório implantado posteriormente, visará assegurar a importância da relação teoria-prática no desenvolvimento curricular, deverá ser incorporado ao Termo de Compromisso e será adequado à medida da avaliação de desempenho do aluno, por meio de aditivos;”.

VI - OBJETIVO GERAL

Oportunizar, em campo de estágio, a complementação do ensino e da aprendizagem na formação técnica, científica, cultural e de relacionamento interpessoal do/a aluno/a de técnico em enfermagem com a equipe multidisciplinar e reconhecer a estrutura de saúde, bem como desenvolver a capacidade de relacionar a teoria e a prática.

VII - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Permitir que o/a alunos/a de técnico em enfermagem aplique os conhecimentos teórico-práticos já adquiridos;

b) Proporcionar a reflexão das atividades desenvolvidas nas diversas disciplinas teóricas, no que diz respeito a finalidade e coerência das mesmas;

c) Levar o/a aluno/a a identificar os pressupostos teóricos norteadores da prática terapêutica desenvolvida;

d) Permitir ao aluno/a vivenciar o cotidiano das instituições de saúde de modo que este possa conscientizar-se dos problemas técnicos, científicos, econômicos, políticos e humanos existentes neste ambiente;

e) Integrar o/a aluno/a de técnico em enfermagem à equipe multidisciplinar de saúde, favorecendo assim seu relacionamento com estes profissionais, em vista de uma maior qualidade na assistência de saúde prestada nos diversos níveis;

f) Permitir ao/a aluno/a participar, juntamente com a equipe de enfermagem da instituição conveniada, da assistência de saúde aos clientes;

g) Favorecer a participação do/a aluno/a em atividades de pesquisa desenvolvidas pela instituição conveniada ou pelos professores do curso de Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual João XXIII.

VIII - LOCAIS DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

O aluno poderá realizar estágio em todas as áreas de atuação do Técnico em Enfermagem, incluindo:

- k) Rede básica de saúde;
- l) Ambulatório de Empresas;
- m) Hospitais;
- n) Clínicas Especializadas.

IX - CARGA-HORÁRIA E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

A jornada de estágio terá, no máximo, a seguinte duração:

- a) 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio.

A Instituição de Ensino deverá negociar com a instituição concedente o horário de início e término do estágio de cada aluno durante a semana, de forma a garantir que o aluno cumpra pontualmente seus compromissos escolares.

X - CRITÉRIOS PARA OS ESTÁGIOS

O estágio remunerado ou não remunerado constitui-se no exercício de alunos/as do curso Técnico em Enfermagem, contratados por instituições de saúde públicas ou privadas para colaborar no atendimento a pacientes.

Somente poderá propor o estágio remunerado ou voluntário a instituição que possuir profissional enfermeiro no seu quadro e no turno da prática do/a aluno/a.

Somente será permitido o estágio remunerado ou voluntário após a conclusão das disciplinas do ciclo profissional compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas na prática, além da disciplina de Assistência à Introdução à Enfermagem.

As horas de trabalho realizadas a nível de estágio remunerado ou voluntário não poderão ser utilizadas pelo/a aluno/a de Técnico em Enfermagem com a finalidade de diminuir a carga horária do estágio curricular que deverá ser cumprida integralmente, de acordo com a modalidade de ensino em que o aluno/a está inserido/a.

Não é permitido ao estagiário executar atividades privativas das categorias de enfermagem, previstas em lei, sem a supervisão e acompanhamento do enfermeiro, que deverá estar presente durante o período de permanência do estagiário.

O exercício de atividades de Enfermagem por parte de estudantes de Técnico em Enfermagem configura exercício ilegal da profissão, portanto o/a aluno/a não poderá substituir o enfermeiro do setor ou da unidade na ausência do mesmo.

A instituição de saúde contratante deve inteirar-se do calendário escolar e horário das aulas do curso de Técnico em Enfermagem, evitando com isto prejuízo na formação dos estudantes.

O planejamento, a supervisão e a avaliação das atividades de estágio remunerado ou voluntário deverão ser realizadas pelo/a enfermeiro/a de serviço na instituição contratante, com a co-responsabilidade da instituição de ensino.

Cabe a instituição contratante a elaboração do Plano de Ensino da referida prática o qual deverá estar em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem e ser submetido a avaliação da Comissão Supervisora de Estágios do Curso de Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual João XXIII.

Os critérios de avaliação deverão estar em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem, devendo o aluno apresentar um relatório mensal conforme modelo definido pela Comissão Supervisora de Estágios do curso de Técnico em Enfermagem.

XI - ATRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

- Celebrar Termo de Compromisso com alunos e parte concedente após firmado o termo de Convênio, autorizado pelo Sr. Governador;
- XVI. Incluir o estágio não-obrigatório no PPP;
- XVII. Regimentar o estágio não-obrigatório;
- XVIII. Indicar o Coordenador de Curso, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades de estágio;
- XIX. Zelar pelo cumprimento do Plano de estágio;
- XX. Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- XXI. Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- XXII. Comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

XII - ATRIBUIÇÕES DA PARTE CONCEDENTE

11. Considerar-se-ão partes concedentes de estágio, os dotados de personalidade jurídica pública ou privada e profissionais liberais, desde que estejam devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.
12. A oferta de estágio pela parte concedente será efetivada mediante:
 - I. celebração de Convênio com a entidade mantenedora da instituição de ensino;
 - II. celebração do Termo de Compromisso com a instituição de ensino e o estudante;
 - III. a oferta de instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
 - IV. indicação de funcionário do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 06 (seis) estagiários simultaneamente;
 - V. contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, devendo constar no Termo de Compromisso de Estágio nos casos de estágio não-obrigatório;
 - VI. entrega do termo de realização do estágio à instituição de ensino por ocasião do desligamento do estagiário, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
 - VII. relatório de atividades, enviado à instituição de ensino, elaborado pelo funcionário responsável pela orientação e supervisão de estágio, com prévia e obrigatória vista do estagiário e com periodicidade mínima de 6 (seis) meses;

XIII - ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR COORDENADOR:

- Elaborar o plano de estágio e orientar sua execução;
- Organizar formulários e registros para acompanhamento do estágio de cada aluno;

- Manter permanente contato com os supervisores responsáveis pelo estágio na parte concedente;
- Explicitar a proposta pedagógica da Instituição de Ensino e do plano de estágio obrigatório e não-obrigatório à parte concedente;
- Planejar com a parte concedente os instrumentos de avaliação e o cronograma de atividades a serem realizadas pelo estagiário;
- Realizar avaliações que indiquem se as condições para a realização do estágio estão de acordo com o Plano de Estágio e o Termo de Compromisso, mediante relatório;
- Zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso;
- Orientar a parte concedente e o aluno sobre a finalidade do estágio;
- Orientar a parte concedente quanto à legislação educacional e às normas de realização do estágio;
- Solicitar relatórios de estágios da parte concedente e do aluno;
- Realizar visitas nas instituições concedentes para avaliar as condições de funcionamento do estágio;
- Orientar previamente o estagiário quanto:
 - a) às exigências da empresa;
 - b) às normas de estágio;
 - c) aos relatórios que fará durante o estágio;
 - d) aos direitos e deveres do estagiário.

Obs.: No caso de estudante com deficiência, que apresente dificuldades para elaborar o relatório, o Coordenador do Curso deverá auxiliar esse estagiário.

XIV – ATRIBUIÇÕES DO RESPONSÁVEL PELA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO NA PARTE CONCEDENTE

Acompanhar o plano de atividades do estágio proposto pela parte concedente e a instituição de ensino:

- Tomar conhecimento do Termo de Compromisso;
- Orientar e avaliar as atividades do estagiário em consonância com o Plano de Estágio;
- Preencher os relatórios de estágio e encaminhar à instituição de ensino;
- Manter contato com o Coordenador do Curso da escola;
- Propiciar instalações e ambiente favoráveis à aprendizagem social, profissional e cultural dos alunos;
- Encaminhar relatório de atividades, com prévia e obrigatória vista do estagiário, à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 meses.

XV - ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO:

Considerando a Concepção de Estágio:

- *21 Ter assiduidade e pontualidade, tanto nas atividades desenvolvidas na parte concedente como na instituição de ensino;
- *22 Celebrar Termo de Compromisso com a parte concedente e com a Instituição de ensino;
- *23 Respeitar as normas da parte concedente e da instituição de ensino;
- *24 Associar a prática de estágio com as atividades previstas no plano de estágio;
- *25 Realizar e relatar as atividades do plano de estágio e outras, executadas, mas não previstas no plano de estágio;

*26 Entregar os relatórios de estágio no prazo máximo de 6 meses.

XVI - FORMA DE ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO

O estágio como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor coordenador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º da Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008 .

XVII - AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Analisar em que medida o Plano de Estágio está sendo cumprido.

a) No que se refere ao aluno: embora não tenha função de veto ao estágio não-obrigatório, faz-se necessário avaliar em que medida está contribuindo ou não para o desempenho escolar do aluno. Desta forma o professor orientador precisa ter acesso a três documentos do aluno:

J) Rendimento e aproveitamento escolar;

K) Relatório elaborado pelo aluno.

L) Relatório de desempenho das atividades encaminhado pela parte concedente;

b) No que se refere à parte concedente: o professor coordenador, mediante visitas às instituições e análise dos relatórios, tem a incumbência de avaliar as condições de funcionamento do estágio, recomendando ou não sua continuidade. Aspectos a serem observados: Cumprimento do Artigo 14 da Lei 11.788/08 e Artigos 63, 67 e 69 da Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

XVIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

XVI- Lei nº. 11.788/98

XVII- Lei nº. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

XVIII- Decreto nº. 87.497 de 18 de agosto de 1982.

XIX- Deliberação nº. 02/09 do CEE

XX- Instrução nº. 006/2009 – SUED/SEED

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL**

**PLANO DE ESTÁGIO
OBRIGATÓRIO
CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**Irati - Paraná
2014**

I - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1 – Denominação Completa do Estabelecimento de Ensino Colégio Estadual João XXIII – Ensino Fundamental, Médio e Profissional			
2 – Endereço completo Rua Santa Catarina 260			
3 – Bairro/Distrito Vila São João		4 – Município Irati	
5 – NRE Irati			
6 – CEP 84500-000	7 – Caixa Postal	8 – DDD 42	9 – Telefone 3422 3542
10 – Fax 3422 3542	11 – E-mail irijoao@seed.pr.gov.br		12 – Site www.irijoao.seed.pr.gov.br
13 – Entidade mantenedora Governo do Estado do Paraná			14 – CNPJ/MF 76416890/0001-89
15 – Local e data Irati, 22 de abril de 2010		16 – Assinatura	
		Direção	

II - IDENTIFICAÇÃO DO CURSO E EIXO TECNOLÓGICO

1. Educação Profissional

Habilitação Profissional : Técnico em Enfermagem

Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança

Forma: Subsequente

Carga horária do curso: 1.440 h/a - 1.200 horas

Estágio: 760 h/a - 633 horas

Total do Curso: 2.200 h/a - 1.833 horas

Regime de funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no período noturno

Regime de matrícula: Semestral

Número de vagas: 40 alunos por turma.

Período de integralização do curso: mínimo 2 (dois) anos e o máximo de 5 (cinco) anos.

Requisitos de acesso: Conclusão do Ensino Médio e 18 anos completos no ato da matrícula

Modalidade de oferta: Presencial

III - HISTÓRICO DO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII

As atividades dos cursos profissionalizantes do Colégio Estadual João XXIII tiveram início no ano de 2005, quando o curso de Técnico em Enfermagem foi autorizado. Valorizando a qualidade de ensino, a lisura nos procedimentos administrativos e a formação de profissionais qualificados para atuarem no mercado exigente e globalizado dos tempos atuais, o Colégio Estadual João XXIII expandiu-se em laboratórios, biblioteca e em outras instalações físicas, para oferecer melhores condições de aprendizagem, mas, sobretudo, na qualificação do corpo docente.

IV – PROFESSOR ORIENTADOR

Professora Coordenadora Ninfa Maria Vogh formada em Enfermagem.

V - JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre o estágio obrigatório e não-obrigatório de estudantes, e a Deliberação nº 02/09 do CEE, que estabelece

normas para a organização e a realização dos Estágios, definem, também, obrigações da Instituição de Ensino para com os estágios não obrigatórios.

No Parágrafo único do Art. 7º da Lei 11.788/08: “ O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3(três) partes a que se refere o inciso II do *caput* do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.”

Na Deliberação 02/09 do CEE, Art. 1º, Parágrafo 1º, incisos I e II:

“I – o estágio, obrigatório, e, não-obrigatório assumido pela instituição de ensino, deverá estar previsto no Projeto Político-Pedagógico;

II – “o desenvolvimento do estágio deverá estar descrito no Plano de Estágio;”.

A Deliberação 02/09, Art. 4º, Incisos III - “Plano de Estágio, a ser apresentado para análise juntamente com o Projeto Político-Pedagógico, ou em separado no caso de estágio não obrigatório implantado posteriormente, visará assegurar a importância da relação teoria-prática no desenvolvimento curricular, deverá ser incorporado ao Termo de Compromisso e será adequado à medida da avaliação de desempenho do aluno, por meio de aditivos;”.

VI- CARGA HORÁRIA DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

O Currículo concebido para o curso contempla Carga horária do curso: 1.440 h/a - 1.200 horas, Estágio: 760 h/a - 633 horas, **Total do Curso: 2.200 h/a - 1.833 horas**, em regime de funcionamento de segunda-feira a sexta-feira no período noturno, com regime de matrícula semestral.

VII- ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

O Estágio possui um total de 760 horas/aula de atividades, sua operacionalização está descrita no Plano de Curso.

VIII - OBJETIVO GERAL

Oportunizar, em campo de estágio, a complementação do ensino e da aprendizagem na formação técnica, científica, cultural e de relacionamento interpessoal do/a aluno/a de técnico em enfermagem com a equipe multidisciplinar e reconhecer a estrutura de saúde, bem como desenvolver a capacidade de relacionar a teoria e a prática.

IX - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Permitir que o/a alunos/a de técnico em enfermagem aplique os conhecimentos teórico-práticos já adquiridos;

b) Proporcionar a reflexão das atividades desenvolvidas nas diversas disciplinas teóricas, no que diz respeito a finalidade e coerência das mesmas;

c) Levar o/a aluno/a a identificar os pressupostos teóricos norteadores da prática terapêutica desenvolvida;

d) Permitir ao aluno/a vivenciar o cotidiano das instituições de saúde de modo que este possa conscientizar se dos problemas técnicos, científicos, econômicos, políticos e humanos existentes neste ambiente;

e) Integrar o/a aluno/a de técnico em enfermagem à equipe multidisciplinar de saúde, favorecendo assim seu relacionamento com estes profissionais, em vista de uma maior qualidade na assistência de saúde prestada nos diversos níveis;

f) Permitir ao/a aluno/a participar, juntamente com a equipe de enfermagem da instituição conveniada, da assistência de saúde aos clientes;

g) Favorecer a participação do/a aluno/a em atividades de pesquisa desenvolvidas pela instituição conveniada ou pelos professores do curso de Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual João XXIII.

X - ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares servirão para a integralização do currículo e deverão ser cumpridas pelos discentes contemplando aspectos de ensino, pesquisa e extensão e, permitindo assim, que haja uma melhor formação.

As atividades complementares constituem um dos espaços flexíveis da grade curricular, as quais poderão ser executadas de diversas atividades.

As Atividades Complementares compreendem as ações educativas desenvolvidas com o propósito de aprimorar a formação do discente na relação entre teoria e prática, em acréscimo às atividades curriculares, e se propõem a:

I – Flexibilizar o currículo, propiciando ao aluno personalizar o curso, no que se refere à parte extracurricular, permitindo o contato com as áreas de conhecimento de seu maior interesse.

II – Fomentar o enriquecimento interdisciplinar da trajetória acadêmica do discente, proporcionando uma profissionalização mais útil à sociedade iratiense.

As Atividades Complementares, para o fim de garantir a interdisciplinaridade, estão classificadas:

- a) cursos de atualização realizados pelo Colégio Estadual João XXIII;
- b) aperfeiçoamento acadêmico: participação em seminários, palestras, congressos, conferências, júris simulados, encontros e defesas de monografias, dissertações e teses, concursos de monografias e outros similares;
- c) participação em programas de voluntariado: atuação regular em campanhas e projetos sociais, credenciados pelo Colégio Estadual João XXIII, os discentes deverão passar por um treinamento.
- d) estágios extracurriculares desde que previamente conveniados com o Colégio Estadual João XXIII;
- e) participação ou realização de quaisquer outras atividades que guardem correlação com o curso;
- f) participação em sessões de Vídeos Temáticos.
- g) visitas técnicas: atividades voltadas à oportunização do conhecimento de empresas ou instituições da futura área de atuação do discente.
- h) oficinas práticas: atividades relacionadas ao desenvolvimento de habilidades voltadas às diversas técnicas e procedimentos inerentes à profissão escolhida.
- i) apresentação de produtos ou serviços de empresas: apresentação de produtos e/ou serviços pela empresa convidada, técnicas e tecnologias com a finalidade de manter a comunidade acadêmica atualizada.
- j) vivência profissional: trabalho ou estágio na área de sua formação.
- k) projetos de treinamento profissional/comunitário: observação ou realização de atividades práticas, dentro ou fora do Colégio Estadual João XXIII, sob orientação de docente ou profissionais, resultando na prestação de serviços comunitários.
- l) discente voluntário: atividade especial de suporte na organização e execução das atividades complementares, dentro do horário em que cursa as disciplinas.

XI - RECOMENDAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Primeiro Semestre:

Estabelecimento do perfil do aluno, verificação do conhecimento genérico e de conceitos básicos: desenvolvimento das habilidades cognitivas (leitura, redação, interpretação, assimilação e raciocínio), Metodologia em Aprendizagem, Metodologia Experimental. É incentivado : estudos complementares, realização de disciplinas eletivas em áreas afim; cursos à distância; participação em Simpósios e mini cursos; frequência nos espaços. Esperamos assim incentivar a interdisciplinaridade que envolvem as Ciências biológicas e da Saúde; as Ciências Humanas e Sociais; com o propósito de fundamentarmos a necessidade das disciplinas oferecidas, e familiarizar o técnico às nomenclaturas e teorias que compõe o profissional Técnico em Enfermagem.

Segundo Semestre:

Desenvolvimento do tema comunicação, sua aplicação em ensino e aprendizagem, Metodologia da Aprendizagem e Experimental, Iniciação Científica, Extensão e Temática Multidisciplinares. Diante do exposto são recomendadas as atividades que perpetuem e contemplem a Ciência de Enfermagem, por assim dizer, envolvendo a prática observatória e o estudo dos fundamentos de enfermagem que sinonímia os conteúdos técnicos, metodológicos e os meios utilizados como instrumento inerente ao trabalho do profissional Técnico em Enfermagem em nível individual e coletivo; para tanto serão necessárias as atividades – participação em eventos, programas de extensão, participação em simpósios e congressos que correspondam a área da saúde, programas de iniciação científica e outras que permeiem os pressupostos mencionados.

Terceiro Semestre:

Planejamento e Metodologias. Aspectos inerentes a Ciências Sociais, Administração Geral, Produção e vivenciamento profissional, temáticas multidisciplinares. Habilidades cognitivas e profissionais. Nesta etapa, nossa proposta abrange fundamentos de enfermagem e acrescenta a assistência de enfermagem; exercitando na prática a teoria aprendida. Esta prática deverá ser realizada nos âmbitos individual e coletivo a serem prestadas à criança, ao adolescente, ao idoso, a adulto e a mulher; considerando os determinantes sócio-culturais, econômicos e ecológicos do processo saúde – doença; bem como os princípios éticos, Legais e humanísticos inerentes ao cuidado de enfermagem. Os quesitos acima requerem observações no nível primário de atendimento, secundário e terciário, propondo a intersetorialidade para a compreensão da causa e do efeito participantes do processo saúde – doença. Aliando ao perfil de educador em saúde, é incentivado participação em atividades de promoção de saúde, orientações e campanhas de identificação e controle de agravos; estágios observatórios em unidades complexas de atendimento especializado, participação em eventos científicos relacionados à prática de enfermagem; cursos de atualização, programas de iniciação científica, eventos municipais, mutirões, e outras que permeiem os pressupostos mencionados.

Quarto Semestre:

Planejamento, Marketing, Metodologia e Habilidades Profissionais. Orientação e Ensaios voltados à área: relativas às disciplinas já cursadas, em curso e a serem cursadas, com objetivos interdisciplinares. Sobre as metodologias: de desenvolvimento, técnico-profissional, auxílio ao enfermeiro a elaboração de diagnósticos e projetos.

Para que o aluno realize determinada atividade complementar deve levar em consideração o conhecimento que o aluno possui sobre as atividades que irá realizar, não podendo ser autorizadas atividades que exijam uma habilidade superior a que o aluno possui.

XII - ATRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Celebrar Termo de Compromisso com alunos e parte concedente após firmado o Termo de Convênio, autorizado pelo Sr. Governador;
incluir o estágio obrigatório no PPP;
regimentar o estágio obrigatório;
indicar supervisor de estágio, responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades de estágio;
zelar pelo cumprimento do Plano de Estágio;
avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

XIII - ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE CURSO:

- *27Elaborar o plano de estágio e orientar sua execução;
- *28organizar formulários e registros para acompanhamento do estágio de cada aluno;
- *29manter permanente contato com os supervisores responsáveis pelo estágio na parte concedente;
- *30explicitar a proposta pedagógica da Instituição de Ensino e do plano de estágio obrigatório e não-obrigatório à parte concedente;
- *31planejar com a parte concedente os instrumentos de avaliação e o cronograma de atividades a serem realizadas pelo estagiário;
- *32realizar avaliações que indiquem se as condições para a realização do estágio estão de acordo com o Plano de Estágio e o Termo de Compromisso, mediante relatório;
- *33zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso;
- *34orientar a parte concedente e o aluno sobre a finalidade do estágio;
- *35orientar a parte concedente quanto à legislação educacional e às normas de realização do estágio;
- *36solicitar relatórios de estágios da parte concedente e do aluno;
- *37realizar visitas nas instituições concedentes para avaliar as condições de funcionamento do estágio;
- *38orientar previamente o estagiário quanto:
- às exigências da empresa;

- às normas de estágio;
- aos relatórios que fará durante o estágio;
- aos direitos e deveres do estagiário.

IV - ATRIBUIÇÕES DA PARTE CONCEDENTE

XXI- Considerar-se-ão partes concedentes de estágio, os dotados de personalidade jurídica pública ou privada e profissionais liberais, desde que estejam devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

XXII- A oferta de estágio pela parte concedente será efetivada mediante:

- I. celebração de Convênio com a entidade mantenedora da instituição de ensino;
- II. celebração do Termo de Compromisso com a instituição de ensino e o estudante;
- III. a oferta de instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- IV. indicação de funcionário do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar o estagiário.
- V. contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, devendo constar no Termo de Compromisso de Estágio nos casos de estágio não-obrigatório;
 - a) no caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, poderá, alternativamente, ser assumida pela mantenedora/instituição de ensino;
- VI. entrega do termo de realização do estágio à instituição de ensino por ocasião do desligamento do estagiário, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VII. relatório de atividades, enviado à instituição de ensino, elaborado pelo funcionário responsável pela orientação e supervisão de estágio, com prévia e obrigatória vista do estagiário e com periodicidade mínima de 6 (seis) meses;
- VIII. a remuneração do agente integrador pelos serviços prestados, se houver.

XV - ATRIBUIÇÕES DO RESPONSÁVEL PELA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO NA PARTE CONCEDENTE

Acompanhar o plano de atividades do estágio proposto pela parte concedente e a instituição de ensino:

- t- tomar conhecimento do Termo de Compromisso;
- u- orientar e avaliar as atividades do estagiário em consonância com o Plano de Estágio;
- v- preencher os relatórios de estágio e encaminhar à instituição de ensino;
- w- manter contato com o Supervisor de Estágio da escola;
- x- propiciar instalações e ambiente favoráveis à aprendizagem social, profissional e cultural dos alunos;

- y- encaminhar relatório de atividades, com prévia e obrigatória vista do estagiário, à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 meses.

XVI - ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Considerando a Concepção de Estágio:

- p) ter assiduidade e pontualidade, tanto nas atividades desenvolvidas na parte concedente como na instituição de ensino;
- q) respeitar as normas da parte concedente e da instituição ensino;
- r) associar a prática de estágio com as atividades previstas no plano de estágio;
- s) realizar e relatar as atividades do plano de estágio e outras, executadas, mas não previstas no plano de estágio;
- t) entregar os relatórios de estágio no prazo previsto.

XVII - FORMA DE ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO

O estágio como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo Supervisor de Estágio da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art.7º da Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008 e por menção de aprovação final.

XVIII - AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

O Supervisor de Estágio precisa ter acesso aos documentos do aluno

- rendimento e aproveitamento escolar;
- relatório elaborado pelo aluno.
- fichas de acompanhamento de estágio (carga horária, relatório diário, avaliação)

No que se refere à parte concedente: o Supervisor de Estágio, mediante visitas às instituições e análise dos relatórios, tem a incumbência de avaliar as condições de funcionamento do estágio, recomendando ou não sua continuidade. Aspectos a serem observados: Cumprimento do Artigo 14 da Lei 11.788/98 e Artigos 63, 67 e 69 da Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

XIX - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

24. Lei nº. 11.788/98
25. Lei nº. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
26. Decreto nº. 87.497 de 18 de agosto de 1982.
27. Deliberação nº. 02/09 do CEE

28. Instrução nº. 006/2009 – SUED/SEED

XX – ANEXO

TERMO DE CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII- ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL
Rua Santa Catarina ,260 – Vila São João – Irati – Pr Fone(42) 3422.3542 – CEP- 84500-000

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII E ...

Ao... dia do mês ... de ... de ..., de um um lado o ..., situado na Rua, CNPJ nº ..., tendo como Presidente o (a) Sr (a)., CPF nº ..., e de outro o Colégio Estadual João XXIII – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado a Rua Santa Catarina ,260 – Vila São João – Irati, representado pelo Diretor Sr. ..., CPF nº ..., a seguir denominado de Instituição de Ensino, ajustam o convênio nos termos da Lei 6.949, de 07 de dezembro de 1977, regulamentadas pelo decreto nº 87.497 de 18 de agosto de 1982 e de acordo com a resolução nº 19/90, mediante as seguintes CLÁUSULAS:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio tem por objetivo propiciar ao estudante de Enfermagem do Colégio Estadual João XXIII, mantido pelo Estado, experiência profissional visando.

- a) O aprimoramento Técnico Científico em sua formação.
- b) A maior proximidade de práticas com a natureza e especificidades do curso.

CLÁUSULA SEGUNDA: A unidade concedente disporá de suas dependências e instalações para o Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual João XXIII, para o desenvolvimento de estágio supervisionado do referido curso.

CLÁUSULA TERCEIRA: A unidade concedente reserva-se no direito de regulamentar e denominará as atividades estagiarias, podendo se o desejar, celebrar o Termo de Compromisso com os estagiários com a interveniência da Instituição de Ensino.

CLÁUSULA QUARTA: A unidade concedente proporcionará a instituição de Ensino condições para o acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades dos estagiários.

CLÁUSULA QUINTA: O estagiário não terá vínculo empregatício com a Unidade Concedente conforme Legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA: A jornada de atividades dos Estagiários obedecerá ao horário disposto pela Unidade Concedente, mas de sorte, a satisfazer as necessidades dos Estagiários.

CLÁUSULA SÉTIMA: Concluído o Curso, cessará automaticamente o estágio.

CLÁUSULA OITAVA: Qualquer dano ou prejuízo causado por estagiários à Unidade Concedente, será de responsabilidade do autor do evento, com a interveniência da Instituição de Ensino.

CLÁUSULA NONA: A unidade Concedente fica isenta de qualquer ônus material ou didático pedagógico.

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente convênio vigora pelo prazo de seis meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser revisto ou rescindido desde que a parte interessada notifique a outra com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Câmara de Irati, para quaisquer dúvidas ou questões jurídicas advindas deste convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A Unidade concedente não se responsabilizará por danos físicos e morais que porventura aconteçam com o estagiário que venham a ocasionar acidentes de trabalho.

E por estarem de acordo, firmam o presente em duas vias de igual teor e um só efeito, na presença de testemunhas abaixo.

Irati, ... de ... de

ENTIDADE CONCEDENTE

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

TESTEMUNHAS:

.....

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO No		
Aos _____ de 2009, na cidade de _____ /PR, em decorrência do Termo de Convênio no _____, firmado entre _____ e a _____, neste ato representadas pelas partes a seguir nominadas:		
INSTITUIÇÃO DE ENSINO		
NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO CNPJ: NOME: CARGO/FUNÇÃO:	MUNICÍPIO: ENDEREÇO: NÚMERO: COMPLEMENTO: BAIRRO/DISTRITO: CEP:	TELEFONE/RAMAL: FAX/RAMAL: E-MAIL:
INSTITUIÇÃO CONCEDENTE		
NOME : CNPJ: NOME: CARGO/FUNÇÃO:	MUNICÍPIO: ENDEREÇO: NÚMERO: COMPLEMENTO: BAIRRO/DISTRITO: CEP:	TELEFONE/RAMAL: FAX/RAMAL: E-MAIL:
ESTAGIÁRIO		
NOME DO(A) ESTAGIÁRIO(A): RG: CPF: DATA DE NASCIMENTO: CURSO: SÉRIE/PERÍODO: TURNO/TURMA: MATRÍCULA:	MUNICÍPIO: ENDEREÇO: NÚMERO: COMPLEMENTO: BAIRRO/DISTRITO: CEP:	TELEFONE/RAMAL: FAX/RAMAL: CELULAR: E-MAIL:

CLÁUSULA

Celebram este Termo de Compromisso de Estágio, estipulando entre si as cláusulas e condições seguintes, com vistas ao **ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO**:

CLÁUSULA 1ª - O Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para a realização de estágio de ESTUDANTE da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto A INSTITUIÇÃO CONCEDENTE e o ALUNO, o qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, entendido o ESTÁGIO como uma estratégia que integra o processo de ensino- aprendizagem, nos termos da Lei 11.788/2008.

CLÁUSULA 2ª - O Termo de Compromisso de Estágio entre a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, o ESTUDANTE e INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Art.3º da Lei 11.788/2008, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a não vinculação empregatícia.

CLÁUSULA 3ª - Ficam estabelecidas entre as partes, as seguintes condições básicas para a realização do Estágio:

a) Este Termo de Compromisso de Estágio terá vigência de ___/___/___ a ___/___/___, podendo ser denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação escrita, ou ser prorrogado através da emissão de um TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO ADITIVO.

b) O Estágio será realizado **em horário compatível com o escolar**, de acordo com escala previamente elaborada pela Unidade de Recursos Humanos, não podendo exceder a 6 horas diárias e 30 horas semanais.

c) As atividades principais a serem desenvolvidas pelo ESTAGIÁRIO, compatíveis com o Curso do aluno, são as descritas no Plano de Estágio.

CLÁUSULA 4ª - No desenvolvimento do estágio caberá:

I - À CONCEDENTE

a) proporcionar ao ESTAGIÁRIO atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, compatíveis com o contexto básico do Curso a que se refere (art.9º,II);

b) proporcionar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, sempre que necessário, subsídios que possibilitem o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do Estágio (art.9º,VII);

c) Para ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO, conceder Bolsa-Auxílio mensal, com base no valor/hora referencial correspondente ao nível de escolaridade do ESTAGIÁRIO, auxílio transporte e eventual concessão de benefícios relacionados à saúde e outros na forma da legislação vigente (art.12).

d) Conceder ao ESTAGIÁRIO recesso remunerado de 30 dias, preferencialmente durante suas férias escolares, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 12 meses, ou de maneira proporcional, quando se tratar de Estágio não-obrigatório..

e) Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio (certificado) com indicação resumida das atividades desenvolvidas, com especificação dos períodos e da avaliação de desempenho (art.9º,V.)

f) Fornecimento de equipamento de proteção, toda vez que as circunstâncias o exigirem.

g) Contratar em favor do estagiário, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com a cumprida pelos valores de mercado.

h) Encaminhar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 meses, relatório das atividades, com vista obrigatória ao estagiário(a).

i) Encaminhar à instituição de ensino o relatório sobre a avaliação dos riscos do local de estágio.

II - AO ESTAGIÁRIO

a) cumprir com empenho e interesse, as atividades estabelecidas para seu ESTÁGIO, comunicando à parte concedente, em tempo hábil se houver impossibilidade de fazê-lo.

b) elaborar e entregar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, relatórios sobre seu estágio;

c) observar e obedecer às normas internas da PARTE CONCEDENTE e da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, bem como outras eventuais recomendações emanadas pela chefia imediata e/ou pelo supervisor e ajustadas entre as partes.

d) responder por perdas e danos decorrentes da inobservância das normas internas ou das constantes no presente Termo.

e) Respeitar as normas internas referentes à segurança.

III - À INSTITUIÇÃO DE ENSINO

a) Realizar avaliações que indiquem se as condições para a realização do estágio estão de acordo com as firmadas no Plano de Estágio, no Termo de Compromisso e no relatório sobre a avaliação dos riscos.

b) Observar se o número de horas estabelecidas compromete ou não o rendimento escolar do estudante, e neste caso, propor uma revisão do Termo de Compromisso.

c) Solicitar ao responsável pela supervisão de estágio na parte concedente, sempre que necessário, subsídios que permitam o acompanhamento e a avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário.

d) Solicitar à parte concedente o Relatório de Avaliação de Riscos.

e) Comunicar à parte concedente quando o estudante interromper o curso.

CLÁUSULA 5ª - Constituem motivos para o cancelamento automático da vigência do presente Termo de Compromisso de Estágio:

I - automaticamente, ao término do estágio;

II - automaticamente, ao término do curso;

III - a qualquer tempo por interesse da Instituição de Ensino;

IV - a pedido do Estagiário;

V - em decorrência do descumprimento de qualquer compromisso assumido na oportunidade da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio;

VI - pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de cinco dias, consecutivos ou não, no período de um mês, ou por trinta dias durante todo o período de estágio; e

VII - pela interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença o estagiário.

CLÁUSULA 6ª- A Instituição de Ensino poderá dar publicidade a este Termo, em consonância com preceitos legais vigentes.

CLÁUSULA 7ª - De comum acordo, as partes elegem o foro da cidade de _____, para dirimir qualquer dúvida ou litúgio que se originem da execução deste Termo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem de pleno acordo com seus termos, as partes acima nominadas subscrevem este documento, impresso em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinando-as também 2 (duas) testemunhas instrumentárias para que se produza o legítimo efeito de direito.

Cidade, ___/___/___